


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

CAPÍTULO 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Data de aceite: 01/03/2021

Odair Dias Filho

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
campus Baixada Santista

Edvânia Ângela de Souza

Universidade Estadual Paulista, campus
de Franca (FCHS), UNESP-Franca. Profa.
Colaboradora do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social e Políticas Sociais - PPGSSPS

RESUMO: O Estado de exceção³ e a necropolítica⁴, em suas várias expressões, inclusive nos meios de produção, promove a aniquilação da existência e da resistência. Este texto é um ensaio teórico, que versa a respeito do modelo de Estado e, no caso brasileiro, com o presidente Jair Bolsonaro tem avançado na precarização das relações de trabalho e radicalizado na implementação da necropolítica primeiro no discurso, agora como projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de exceção. Necropolítica. Ultraneoliberalismo. Saúde do/a Trabalhador/a.

THE DEEPENING OF THE ULTRALIBERAL PROJECT AND SUFFERING AS AN INSTRUMENT OF DOMINATION

ABSTRACT: The state of exception and

¹ Segundo Agambem (2004) o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal, ou seja, é a suspensão da regra ou do estado de direito.

necropolitics, in their various expressions, including the means of production, promote the annihilation of existence and resistance. This text is a theoretical essay, which deals with the State model and, in the Brazilian case, with President Jair Bolsonaro has advanced in the precariousness of labor relations and radicalized in the implementation of the necropolitics first in the speech, now as a project.

KEYWORDS: Exception status. Necropolítica. Ultraneoliberalism. Health of the Worker.

INTRODUÇÃO

“Sem trabalho eu não sou nada, Não tenho dignidade Não sinto o meu valor Não tenho identidade”. (Musica do trabalho - Banda Legião Urbana - VILLA-LOBOS, BONFÁ, RUSSO, 2020).

A história mostra que um Estado de Exceção se instaura de acordo com seu tempo histórico com o objetivo de defender os interesses das classes dominantes¹. Em alguns momentos, tem ações mais duras, visível pela sua forma beligerante, em outros, mais populista, falando o que boa parte da população quer ouvir, mas todos têm alguns pontos em comum. Há casos de discurso para libertar o povo, em especial, de um suposto inimigo interno, em outros, o combate à corrupção. Também não se pode esquecer o discurso da modernização do Estado, aliás, isso já há muito

tempo, pois sempre que utilizamos da retórica para afirmar que determinados políticos não “agem de forma republicana”, devemos lembrar que a República também nasceu de um golpe, comandado por um militar, reconhecido por muitos como herói e citado em nossos livros de história, o Marechal Deodoro da Fonseca.

Nesse sentido, atualmente vivemos a contundente instauração de um Estado de exceção caracterizado pelo desmonte das políticas públicas, repressão a movimentos sociais e organização de trabalhadores, além do extermínio da população negra, de mulheres, de LGTB+, o eminente retorno da censura com a demissão de jornalistas, inclusive de aliados, que fizeram críticas pontuais ao atual governo, de Jair Bolsonaro (Sem Partido), sem contar a contrarreforma da Previdência social, ocorrida em 2019, que cria sérios impedimentos para o acesso aos benefícios previdenciários e aposentadorias. Ademais, crescem as situações de nepotismo e, sobretudo, a propagação do ódio e da intolerância. Tudo isso são fatos recentes que configuram as estratégias de um governo ultraliberal na economia e ultraconservador nos costumes, radicalizando um profundo ataque aos direitos humanos, à educação, à saúde, às formas de acesso do pobre aos direitos essenciais, demonstrando a continuação de nossa história em vários momentos equivalentes.

Nessa breve análise, faremos um exercício dialético de compreender esse processo de ressurgimento de outras e novas formas de totalitarismos.

Ao longo da história, o Brasil viveu breves momentos de democracia, sempre interrompidos por golpes orquestrados pela classe dominante, a fim de reaver plenamente seu controle e aprofundar o processo de exploração da classe trabalhadora. A própria República nasceu de um golpe, comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca, no momento em que os negros tomavam constantes as ações por liberdade.

Naquele contexto, o movimento abolicionista defendia o fim da escravidão sem indenização aos escravocratas e se falava no parlamento em profissionalizar os negros libertos e democratizar o acesso à terra. Eis o cenário propício para o primeiro golpe militar no Brasil, lembrando que o oficialato brasileiro tal como é hoje, sempre foi majoritariamente ocupado por membros das elites e suas famílias “tradicionalistas”.

Com o fim da “escravidão oficial” fruto da luta dos negros escravizados, principalmente, mas com o apoio dos abolicionistas, os negros foram largados sem qualquer amparo ou política pública de apoio (SILVA, 2017). Não puderam ficar nos grandes centros e foram expulsos para os territórios mais distantes, sem estrutura alguma e tendo seu direito de existir cerceado pelo Estado, que passava a implementar uma política de branqueamento no Brasil. Essa política incluía a imigração europeia para atuar como força de trabalho nos latifúndios, que, até então, utilizava força de trabalho escravizada. Desse modo, quando falamos no direito de existir sendo massacrado, entende-se que este massacre tanto se deu pelas leis positivadas por esse Estado, quanto pelas relações sociais, pautadas pelo racismo estrutural e demais formas. A lei da vadiagem é um exemplo disso.

Entretanto, outras ações seguem aprofundando esse projeto, como por exemplo,

a extinção de conselhos Federais restringindo a participação da sociedade civil. Outra medida recente, é a reedição de decretos que retiram dos Conselhos a participação de profissionais e entidades que representam a respectiva sociedade, considerando que, ou atuam diretamente em segmentos importantes, como a área da saúde ou produzem pesquisa e contribuem para desenvolver soluções para os problemas que afligem em especial, as classes trabalhadoras.

Compreender que esse Estado de exceção é uma construção histórica ininterrupta e tem seus atores caracterizados por elementos fincados nesse processo, é preponderante para avançar numa ação contra hegemônica, para hoje no mínimo, não permitir mais perda de direitos históricos e essenciais para as classes subalternizadas e para os níveis de civilidade.

TOTALITARISMO ULTRALIBERAL E OS TENTÁCULOS DO EXTERMÍNIO DA EXISTÊNCIA E DA RESISTÊNCIA

Mas quando chega o fim do dia Eu só penso em descansar

E voltar pra casa pros teus braços...

...Quem sabe esquecer um pouco De todo o meu cansaço Nossa vida não é boa

E nem podemos reclamar

(Música do trabalho – Banda Legião Urbana - VILLA-LOBOS, BONFÁ, RUSSO, 2020))

A saúde do trabalhador e da trabalhadora está diretamente ligada às formas de organização e regulação do trabalho, portanto ao conjunto de segurança estabelecido pela sociedade. Dessa forma, o aprofundamento do neoliberalismo propicia nesse momento - que é hegemônico pelo capital financeiro -, a retirada dos direitos sociais e a apropriação do Fundo Público, essenciais para o êxito desse projeto da classe dominante.

Em uma perspectiva de classe, a saúde do(a) trabalhador(a), sob sua característica coletiva, é produto das relações de trabalho e das conveniências que suas mudanças selam através da reorganização das forças produtivas, seja pela precarização das relações de trabalho, seja pelo desmonte das políticas públicas de saúde, de previdência, de assistência, ou seja, da seguridade social e do trabalho que influenciam diretamente na expressão objetiva das condições de vida e trabalho.

Marx e Engels (1987) explicam que ao se analisar um fato particular deve-se empiricamente dar relevo a conexão orgânica entre a estrutura social e política e o modo de produção. Assim, pode-se entender que os agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as) não são problemas particulares desta ou daquela pessoa, obviamente que são vividos singularmente, mas são problemas sociais frutos da organização e relações sociais de trabalho mais gerais, mediado por várias partes que compõem a totalidade do mundo do trabalho e das relações estabelecidas (LOURENÇO, 2009, p. 48).

Assim, não há como entender problemas relacionados à saúde do(a) trabalhador(a) sem estabelecer a relação com o trabalho, suas formas de exploração, intimidação, opressão e coisificação da vida e do tempo, este último elemento, sendo preponderante para o sucesso do lucro e para produção da mais valia.

O sofrimento do trabalhador e da trabalhadora que não se limita no tempo em que está no trabalho, na linha de produção ou nos serviços, como aponta Ricardo Antunes em “*O Privilégio da Servidão*”, são características das novas formas de configuração de trabalho, em especial, no crescimento vertiginoso do setor de serviços, onde se configura a informalidade, a exploração, o sofrimento e o esmagamento da existência do ser social em sua auto compreensão como ser social.

[...] o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para manutenção quanto para ampliação da lei do valor. a enorme expansão do setor de Serviços e dos denominados trabalhos imateriais que subordinam que se subordinam a forma mercadoria como confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “Sociedade de Serviços pós-industrial eliminaria completamente o proletariado, se mostrou um equívoco enorme (ANTUNES, 2018, p. 33).

É vasta a cruel instrumentalidade metodológica do capital no processo de des-significar o trabalhador, eliminar seu senso crítico e dominar pelo medo, num processo de hierarquia que por muitas vezes captura a identidade de classe do(a) trabalhador(a), que, de certa forma, ascende a postos intermediários de gestão, seja de gerencia, seja de supervisão ou o trabalho por conta, tal como a “uberização” como um ganho, já que possibilita uma forma de sócio reprodução imediata. Essa estratégia do capital permite reproduzir de forma automática as formas mais desprezíveis de controle e domínio do local onde se dão as relações de trabalho, o que foi definido pelos autores Roberto Heloane e Margarita Barreto, como gestão por humilhação, que se efetiva através do assédio moral e sua reprodução em todos os níveis de chefia, gerencia etc. das relações de trabalho.

Heloane e Barreto (2018) apresentam importantes reflexões a respeito do assédio moral e as conveniências para a vida de trabalhadores(as), entre outras constatações, percebe-se que por muitas vezes, as formas de violência se naturalizam diante dos olhos dos outros, mas a maior gravidade está nos micro traumas psicológicos, incessantes e frequentes, que perduram por anos.

Sem dúvida tratasse de um processo manipulador que procura anular a vontade do outro, que se apresenta como uma ameaça real ou imaginária a organização. Daí está implícito empurrá-lo- para a demissão. Intencionalidades do ato, pode ser constatada pela repetição e duração desta prática, envolvendo os mesmos atores que perturba valores e altera o cabedal emocional (HELOANE; BARRETO, 2018, p. 65).

Para Antunes (2018) o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e o trabalho morto. Pelo contrário, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho. Nesse sentido, a relação com os mecanismos de pressão dos(as) trabalhadores(as), a normatização do assédio moral - que pode se dar pela expectativa de produção da empresa que cobra isso através de metas na maioria dos casos inatingíveis, é fator corriqueiro nos meios de produção, seja na indústria ou no serviço (BARRETO apud SOUZA, 2019). O setor de serviço, como colocado na obra de Antunes (2018), toma formas de organização de produção industrial em seu conceito, ou seja, institui mecanismos de aumento da produtividade, com vistas a maior a extração de mais valor do trabalho assalariado.

É preciso se atentar para a ligação direta entre o modo de produção e o Estado, que aliás como muitos pensam equivocadamente, o Estado não se basta, não tem vida própria ou direção retilínea. Ele atende neste e em outros momentos a interesses de uma classe dominante, cujo capital é hegemônico pelo setor financeiro e pelo capital especulativo, quando não, por segmentos como os bancos que vivem exclusivamente do rentismo, mas também de sua associação ao capital produtivo que atende a direção das cartilhas de seus órgãos dirigentes globais, como por exemplo, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros.

Como já dito, o capitalismo em suas crises, hora cíclicas e, hoje, sistêmica, não sobrevive sem sugar o pouco que resta do Fundo Público, uma vez que boa parte deste vai para pagamento da dívida pública e especulação, o que deixa sobrar muito pouco para ser investido em políticas públicas, e o que resta é disputado por outros setores, de acordo com as prioridades e interesses do Poder Executivo, seus aliados e financiadores.

Retomando as crises do capitalismo, no livro *As Crises do Imperialismo*, na edição portuguesa de 1980, o autor Samir Amim nos diz o seguinte:

O modo de produção capitalista é caracterizado por uma contradição imanente: a que opõe o caráter social crescente das forças produtivas ao persistente caráter acanhado das forças de produção. Essa contradição aparece logo a partir da origem e não aponta então a iminência de um desabamento final. Foi ultrapassada, pelo menos durante um século, pela expansão do sistema e simultaneamente, pela renovação de seu modelo de acumulação (AMIM, 1980, p. 05).

O texto original é de 1975, em francês, e a edição utilizada aqui é a portuguesa de 1980. Ainda contemporâneo, o referido autor mostra que o tempo de se reorganizar do capital é outro, é dinâmico e acontece sob um círculo que muitas vezes está além de nossa percepção em tempo real. Quando se percebe, ele já está posto em novas relações de trabalho, ainda que em alguns momentos de nossa história as correlações de forças motivadas pela divisão internacional do trabalho e as configurações geopolíticas do mundo, os trabalhadores(as) tenham obtido algum avanço através de suas organizações de classe,

movimentos sociais, partidos políticos do campo progressista e muitos desses avanços se deram, por exemplo, impulsionados pela Revolução Russa e a consolidação do socialismo real, com a União Soviética se tornando uma grande potência, frente aos países de capital avançado.

Tudo isso é importante para não perder de vista que as questões ligadas à saúde dos(as) trabalhadores(as) estão presentes nessas configurações das forças produtivas, com o avanço do bloco histórico² sempre de forma violenta, seja ela beligerante, seja ela com mudanças que desmontam toda rede de proteção social, seguindo na marcha de imposição de seu projeto “mefistotélico”³ pronto para sugar o sangue e a consciência da classe trabalhadora.

A 4ª Revolução industrial (4ª R.I.) ou Indústria 4.0 é a mais nova expressão desse projeto para além de adaptar a produção às novas tecnologias, para além de incorporar força de trabalho altamente qualificada para os novos meios de produção. Na verdade, é a expressão mais contundente do discurso de modernidade que vem sendo apresentado pelas elites e seus meios de comunicação através de governos liberais. Neste discurso, oferecem um mundo maravilhoso, onde o trabalhador terá liberdades de escolha do horário de trabalho, terá mais tempo para a família, para o lazer através de contratos flexíveis (quando houver contrato) que permitam ao colaborador, sim colaborador, pois para que esse projeto de “pactuação produtiva” para prosperar é preciso vestir a camisa, sentir-se parte, afinal todos ganham, não é mesmo?

A respeito da 4ª R.I., o autor Klaus Shawab, na obra *A quarta Revolução Industrial* (SHAWAB, 2016) traz importantes elementos para a compreensão desse processo de intensificação da modernização do capital.

Apesar do potencial impacto positivo da tecnologia no crescimento econômico, é essencial, contudo abordar o seu possível impacto negativo, pelo menos a curto prazo no mercado de trabalho. Tendo em conta esses fatores impulsionadores, há uma certeza: as novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações. A incerteza fundamental tem a ver com a quantidade de postos de trabalho que serão substituídos pela automação. Quanto tempo isso vai demorar e aonde chegará? (SHAWAB, 2018, p. 41- 42).

2 Coloca-se em outro plano, como já afirmado, o conceito de *bloco histórico*, que se refere à questão teórica central do marxismo: a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia. Gramsci rejeita toda visão determinista e mecanicista desta relação. Não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das ideias, não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico. É fundamental quanto a isso a pesquisa empreendida nos *Cadernos do cárcere*. Gramsci tende a considerar abstrata a distinção entre estrutura (as relações sociais de produção) e superestrutura (as ideias, os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana). Na concretude histórica, há convergência entre os dois níveis, uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se resolve numa “unidade real”. Num modo sintético, na forma como foi empregado no Texto, entende-se o Bloco Histórico enquanto aliança estratégica e, por vezes, tática da Burguesia e de agentes para defender seus interesses no Estado, para implementar e legitimar dando legalidade a seu projeto de classe (GRAMSCI, 2019).

3 Mefisto ou Mesfistófolis é um personagem do clássico poema trágico Fausto, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, dividido em duas partes. Nele, o homem faz um pacto com o mal, com o demônio deixando-lhe aquela dívida eterna e quem sabe inevitável.

Desse modo, parece que o espírito e o eixo discursivo da 4ª Revolução industrial e a possibilidade de harmonia do mundo físico, digital e biológico não está muito longe de ser possível, mas em uma realidade absolutamente contraditória, na qual sobressaem a fome, o desemprego, a miséria e o “tal do desalento” - termo utilizado para designar aqueles(as) que desistiram de procurar emprego por uma série de fatores, inclusive em decorrência do adoecimento físico e psicológico.

Neste tão complexo cenário brasileiro, onde o desemprego vem aumentando de forma catastrófica e a máxima do trabalho precário, por conta e intermitente: “melhor isso que estar desempregado” vem se tornando regra, o que cria uma espécie de gratidão, que leva o/a trabalhador/a a agradecer pelas “migalhas” e o direito de ser humilhado e explorado, assumindo as formas cada vez mais precarizadas de trabalho, como adequadas.

O autor Sadi Dal Rosso traz no livro *O ardil da flexibilidade*, no qual apresenta uma importante pesquisa a respeito desse processo nos países centrais como o Brasil, tendo como uma das bases o censo em vários momentos históricos, com vasto campo de dados: “A ideia de que o trabalho flexível não apresenta menor produtividade do que o trabalho distribuído em horários fixos tradicionais não implica que os trabalhadores tenham controle sobre as decisões de horários rígidos ou flexíveis” (DAL ROSSO, 2017, p. 162).

O adoecimento psicológico aparece primeiro como expectativa, depois como angústia como nas formas de contrato ou relação de trabalho inseguros e ou marcados pelas exigências de produtividade, cumprimento de metas e sistemas de avaliação.

Com o advento da aprovação da reforma trabalhista do governo Temer (LOURENÇO, 2018) , a introdução do trabalho intermitente, por meio do qual pode-se trabalhar apenas algumas horas por semana, o que gera uma forte insegurança social a respeito da sócio reprodução. Sem escolha o/a trabalhador/a acaba por submeter-se a essas formas de contrato.

A atual crise do Capital que culmina com a violenta implementação de novas formas de relações de trabalho, perda de direitos históricos e a própria proteção do trabalho, além do altíssimo desemprego, a partir do qual cresce o desespero social e a desilusão ante as agruras da condição de existência enquanto ser social:

Portanto, o trabalho tem importância fundamental na história da humanidade para o seu desenvolvimento material e social. Para Lukács (1979), é o salto teleológico do homem em relação com a natureza, pois é a partir do movimento da dupla transformação: homem e natureza e, por conseguinte, da conformação da práxis social, que se desenvolve o ser social. O trabalho implica em um movimento indissociável entre a subjetividade daquele que opera a ação no plano subjetivo, idealiza o produto e o processo; e a objetividade que corresponde ao produto da ação ou a natureza modificada. O trabalho orienta a reprodução social e é pelo processo de trabalho que o homem traduz as objetivações dos produtos idealizados e de si mesmo, a relação é orgânica (LOURENÇO, 2009, p. 51).

ADOCIMENTO, PARA ALÉM DA ANGSTIA, PARA AQUÉM DO MEDO

Lourenço (2009), em sua tese de doutorado, permite compreender a ligação do trabalho enquanto categoria central da vida social em seus vários aspectos, ainda que não por acaso, mas por um processo de construção ideológica, muitas vezes, muitos trabalhadores(as) não percebiam isso, pois como afirmado na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007), as ideias dominantes são ideias de classe dominante.

Todo esse aparato social, tecnológico, teleológico, existencial e acima de tudo das relações sociais que consolidam o trabalho como categoria social fundamental para o desenvolvimento do ser social, todavia, a forma como o trabalho está organizado e o modo como é gerido estabelece uma negatividade social, que pode ser vista nas formas de acidentes de trabalho e de adoecimento, sem contudo, indicar o nexo causal com o trabalho, sendo que neste contexto, há um agravamento desse quadro social e de saúde, como são os casos, inclusive de suicídio, que denotam não apenas a deterioração do corpo físico e mental, mas da existência enquanto ser social.

Esse sofrimento aumenta com o absurdo de um esforço no trabalho que em troca não permitir satisfazer as expectativas criadas no plano material, afetivo, social e político. As consequências desse sofrimento para o funcionamento psíquico e mesmo para a saúde são preocupantes, como veremos mais adiante neste livro. Mas o sofrimento não desativa a maquinaria de guerra econômica. Ao contrário, alimenta-a, por uma sinistra inversão que cumpre elucidar. Na verdade, homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento padecido no trabalho. As “estratégias de defesa” são sutis, cheias mesmo de engenhosidade, diversidade e inventividade. Mas também encerram uma armadilha que pode se fechar sobre os que, graças a elas, conseguem suportar o sofrimento sem se abater” (DEJOURS, 2010, p. 18).

Observa-se que este modo de produção e reprodução do capital se alimenta e dissemina a violência psicológica, inclusive se valendo das relações étnico-raciais e de gênero para manter a pressão social em toda a sociedade pela subordinação e subjugação, como atestam tantas consequências expressadas nas mais variadas formas de materialização da questão social.

Esse processo de reprodução social e da violência não passa totalmente despercebido pela população, segmentos sociais cantam suas mazelas, seus meios e suas dores oriundas dessas relações, tão repletas de fantasmas, alienação e resistência. Dois exemplos de letras de músicas auxiliam nessa compreensão: uma trata das intervenções urbanas e outro sertaneja, como seguem.

Poder-se-ia ter trazido letras de músicas, talvez até mais conhecidas pela sofisticação estética, como a tradicional música popular brasileira (MPB), mas optou-se pelo estilo que está mais densamente incorporado à classe trabalhadora e que, ao mesmo tempo, consegue constatar e fazer a crítica a esse modo de produção.

Cuidado senhora, tome as rédeas da sua cria.

Porque chefe da casa trabalha e nunca está

Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar

O trabalho ocupa todo o seu tempo

Hora extra é necessário pro alimento

Uns reais a mais no salário

Esmola de patrão, cuzão milionário

Ser escravo do dinheiro é isso, fulano

Trezentos e sessenta dias por ano, sem plano

Se a escravidão acabar pra você

Vai viver de quem? Vai viver de quê?"

(Racionais MC'S - Periferia é periferia, BROWN, 2017).

Nessa música, Racionais MC'S trazem vários elementos que reforçam a discussão realizada neste texto, um deles quando remete à mãe a responsabilidade do filho não sair das "rédeas", aqui evidencia-se a relação de gênero patriarcal imposta historicamente e tão intensamente reproduzida pelo sistema do capital. Segue o autor nesta canção, explicando que: "porque o chefe da casa "trabalha" e "nunca" está", aqui, há uma crítica ao patrão, mas, ao final, questiona: se essa escravidão acabar vai viver de quê?

A partir daí, é importante chamar a atenção para o sofrimento impingido pela reprodução hierárquica nas relações, quando se sobrecarrega os ombros da mulher com a divisão sexual do trabalho, situando-a na condição de responsável pelos cuidados e responsabilidade dos filho(a)s, mas também a desesperada prioridade na tarefa de prover minimamente a casa e a segurança, ainda que mínima, dos seus. Mesmo que o autor não revele conscientemente esse processo, que se compreende de sofrimento e que pode resultar em adoecimento, pois há uma sobrecarga física e emocional das mulheres tanto no trabalho, quando assumem dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, quanto na responsabilidade de garantir a sócio reprodução e os cuidados daí derivados, tais como: saúde e educação, mas, cabe sublinhar que esse processo foi (e é) naturalizado e repetido cotidianamente.

Como tolerar o intolerável? Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva a doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham um sentimento de medo - por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos - diante da ameaça de exclusão (DEJOURS, 2010, p.18).

Alguns institutos de pesquisa hoje em seus levantamentos trazem uma categoria para além de empregados ou desempregados, formais ou informais, trata-se dos

desalentados, como comparece nos dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são aquela(s) que desistiram de procurar emprego e seguem no “desalento”, o caso é que não apenas a crise econômica motiva isso, mas esse processo de distanciamento das possibilidades e até de fora do exército industrial reserva, avaliando os textos que embasam esse artigo já pode ser possível observar um processo de adoecimento dessas trabalhadoras e trabalhadores.

Mas, voltando às canções que trazem a percepção da classe trabalhadora para as complexidades das relações de trabalho e meios de produção, considera-se sutil a descrição da massa falida no verso da música que segue:

Os camuflados e samaritanos Nos estão levando a fatalidade
e Ignorando o holocausto da fome
Tirando do homem a prioridade
O operário do lucro expoente
E a parte excedente não lhe é revertida
Se aderirmos aos jogos políticos
Seremos síndicos da massa falida

(Duduca e Dalvan-Massa falida, DALVAN, 2020).

Esta é uma música sertaneja de 1985, de uma tradicional dupla sertaneja, ainda advinda da música caipira, aliás, pois assim meu velho pai chamava essas canções, seguindo a análise não vejo mera coincidência desse trecho da música com nossa atual conjuntura, no período em que foi gravada e fez sucesso estávamos saindo da ditadura Militar e havia forte influência ainda deles na política nacional.

René Dreifuss em seu livro: “O jogo da Direita” escreve sobre a “Sociedade Armada”, nessa obra de 1989 assim ele começa descrevendo esse segmento que é sim político e autoritário, pois: “Devemos levar em consideração que as forças militares do país são resultantes de um processo de configuração consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade, com sentido e alcance político, apoiada nas armas”(DREIFUSS, 1989, p. 26).

A elite brasileira é herdeira dos escravocratas e traficantes de negros, genocidas e latifundiários que com o passar do tempo e com a reorganização das forças produtivas, principalmente na década de 1930 seus descendentes passaram a migrar para outros segmentos econômicos ou até se mantendo na agricultura, mas diversificando a produção e reconfigurando as relações de trabalho e produção a partir, da imigração europeia em especial dos italianos, o que já era parte da política de branqueamento do Brasil afim de eliminar todo e qualquer resquício de existência dos negros, sejam seus corpos extraditados para os confins da precariedade e vivendo sob a miséria e a constante repressão do Estado, que inclusive criava leis que criminalizavam sua identidade cultural e sua condição econômica,

tais, como são exemplos, a lei da vadiagem e a criminalização da capoeira (SILVA, 2017).

A lei da vadiagem, na maioria das muitas vezes, servia para encobrir os abusos da polícia em uma época de altíssimo desemprego, em especial para população negra, que não tinha acesso à educação ou à formação profissional (SILVA, 2017). Essa referência auxilia na compreensão da particularidade do capitalismo brasileiro e a atual discussão da necropolítica⁴, enquanto política de extermínio da existência, e da resistência, mas também é um processo desde sempre presente nas ações do Estado gerenciado pelas elites brasileiras e associadas ao imperialismo. Em tempos de autoritarismo ultraliberal e regulação dos costumes pelo Estado, a necropolítica também pode ser vista nas pressões exercidas nas relações de trabalho, pois também cumpri o objetivo de suprimir a identidade de classe do\ trabalhador\la e a partir daí a captura de sua consciência:

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição ... organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade (DEJOURS, 2010, p. 34).

ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLITICA AVANÇANDO EM SUA MARCHA FÚNEBRE

O discurso de defesa da soberania sempre foi um dos argumentos para o endurecimento de ações de repressão seja pelo braço repressor do Estado, seja pelas instituições e políticas públicas, que, nesses momentos, disseminam o discurso de suposto “inimigo interno”, da necessidade da segurança nacional e modernização do Estado para combater a corrupção, com indicativos ainda de gerar emprego, tudo isso, ressoa no senso comum, como estratégia legítima para a consolidação dos projetos mais sórdidos da burguesia e que não atendem aos interesses da classe trabalhadora.

A necropolítica enquanto ação e projeto das elites através do Estado não está desvinculada das relações de produção que adoecem o trabalhador e a trabalhadora, atenta-se para Mbembe que diz: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11).

Pensar a saúde do(a) trabalhador(a) para além da relação de produção também é preponderante compreender o nexu causal de diversas formas de adoecimentos físicos e

4 Segundo Mbembe (2018) a necropolítica se caracteriza pelas formas contemporâneas de subjugar a vida ao poder da morte, reconfiguradas a partir das relações existentes entre resistência, sacrifício e terror.

psíquicos, mas nem sempre contabilizados nas estatísticas oficiais, até mesmo porque a grande massa da classe trabalhadora reside em bairros afastados e, apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) e de todo avanço que esse sistema representa, ainda há ausência de unidades\serviços de saúde na periferia, ou a sua presença é extremamente precária, conforme o desmonte atual das políticas de saúde, por exemplo, a política de saúde mental. Aqui, reforça-se que o extermínio não ocorre apenas pela força repressora do Estado, mas também e, essencialmente, pela sua ausência, no caso, pelo desfinanciamento de políticas sociais.

A presença da doença no corpo passa a precisar do crivo do médico, não do clínico indiciário, mas desse outro artífice normalizado pelo Estado, que por suas origens sociais e com um saber e práticas novos, fundamentados na propedêutica armada de tecnologias trazidas pela evolução científica, é formado e cooptado para atuar dentro daqueles parâmetros e paradigma, avalizando-os. E ele quem vai dar o nome, conceituar e medir o grau da lesão ou o estado da doença é agora um técnico do sistema (RIBEIRO, 1999, p. 74).

Herval Pina Ribeiro no livro “A violência oculta do trabalho” (RIBEIRO, 1999) evidencia como os(as) trabalhadore\la(s) que adoecem no\pelo trabalho não se constituem em maiores preocupações por parte dos médicos do trabalho, que não evidenciam o papel do trabalho no processo saúde doença. O autor especifica como os tentáculos do Estado garantem a implementação do projeto burguês, quando isso não acontece pela ponta das baionetas e bicos dos coturnos, ela vem de complexos planos e estratégias que se articulam às sombras da ameaça e do medo num país onde o Estado de Exceção deu breves momentos de alívio e suposto assentamento da democracia.

Na atualidade, vivencia profundo desmonte das políticas públicas essenciais, mas o Estado que se ausenta na implementação das políticas públicas, se faz presente pelas Forças armadas, que ocupam comunidades prevalentemente formadas por negros e negras, os quais são alvos de verdadeiros extermínios, localidades essas sem qualquer infraestrutura de saneamento, moradias adequadas, equipamentos sociais e onde a população pobre é deixada à deriva submetida a toda sorte de violência e violações.

O capital e suas relações de produção, exploração e domínio, suas estratégias, sua forma de controlar, de gerir pela humilhação, mas, sobretudo, pelo medo, cria e recria constantemente o nexos causal do processo de adoecimento do\la trabalhador\la, estendendo-o para a sua família e pelo abandono de seus corpos à esmo, a partir, por suposto, da mais profunda insegurança vivida pelo exército industrial de reserva.

Giovani Alves, em: *A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana que trabalha na era do capitalismo manipulatório* (ALVES, 2016), aborda, entre outras, as questões geracionais, com foco para a classe trabalhadora, sublinha que os jovens, em especial, aqueles que têm mais escolaridade e os compara a Ícaro, que embora haja expectativa da satisfação laboral, o\la jovem trabalhador(a) se depara com a degradação

humana e, aí, se depara com um processo como se estivesse num labirinto, que ao utilizar suas asas de cera para voar rumo ao sol, aqui simbolizando o fetichismo salarial, se depara com sua derrelição e sua queda então, a partir daí, o autor remete ao tempo presente para compreender que esse jovem está imerso às relações estranhadas e fetichizadas, mas para encontrar uma brecha (alternativa de enfrentamento) para além do fatalismo, é importante a consciência de classe.

Alves (2016) refere que o(a)s trabalhadore(a)s, em sua maioria aposentados ou pensionistas com mais de 60 anos de idade, que ele define como gerontariado, Alves (2016, p. 256-257) é uma expressão da precarização do trabalho. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de chamar a atenção para a compreensão de como o modo de produção e respectivas relações de trabalho são preponderantes redefinir padrões e relações sociais, que embora sejam expressões de precariedade, ganham forma apenas de novas configurações do mundo moderno e que numa sutil violência tem sua reprodução naturalizada e mecanizada sob a cegueira da cooptação da consciência e da epidemia do medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado é o gerente dos interesses da burguesia, para tanto produz o extermínio e/ou abandona a sua população à própria sorte, assim é que produz epidemias, mas acima de tudo, produz o medo e a ausência de expectativas, o modo de produção está organizado para espalhar epidemias e vender a suposta cura, pois sempre que endurece seu projeto sob a forma de Estado de Exceção, o faz sob o discurso da salvação, pois vai ficar ruim, para não ficar pior, o remédio é amargo, mas necessário.

Vive-se hoje momentos ainda mais complexos, pois o Estado de Exceção se instala através do voto com a tarefa de aprofundar um projeto ultraliberal e antinacional. De desmonte de direitos e de entrega de setores econômicos estratégicos aos grandes conglomerados internacionais, o que não se faz sem desregular as relações de trabalho e promover o intenso desmonte dos direitos sociais, intensificado pelo seu desfinanciamento causado, sobremaneira, pela privatização de setores importantes e pela transferência do fundo público ao grande capital.

O voraz ataque à educação pública, à ciência e tecnologia, à saúde, à assistência social, à previdência social, ao trabalho, ao controle social, aos direitos humanos, e, de outro lado, a participação massiva de militares em todos os setores do governo, entre outros fatores deixam evidente o projeto ultraliberal antinacional no Brasil, que, por vez, acaba por sacrificar o(a)s trabalhadore(a)s e exterminar aquele(a)s que o capital já não têm interesse, especialmente, a população negra, visto as diversas intervenções da força Nacional e das Forças armadas contra comunidades inteiras e, ainda, contra, as forças progressistas. Portanto, é importante que a esquerda brasileira se constitua em um

verdadeiro intelectual orgânico junto à classe trabalhadora para enfrentar esse estado de coisas. É necessário repensar a tática de acesso ao poder limitado ao processo eleitoral, pois com a prisão do ex presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), o que era parte do golpe parlamentar, jurídico e midiático, essa via – eleitoral-- ficou dificultada, ainda assim uma solução para além do lulismo e com perspectiva de classe e o único modo de reverter esse quadro e minimamente garantir direitos e retomar o que foi retirado, mas é necessário construir um projeto para além dessas questões.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 142.

ALVES, Giovani. **A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana que trabalha na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Editora Canal 6, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço da era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

AMIN, Samir. **Uma crise estrutural**. Cap. I. In: A crise do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1980.

BROWN, Mano. **Periferia É Periferia Racionais MC's**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/72468/>. Acesso em: 28, fev., 2020.

DALVAN, Domiciano. **Massa Falida**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/duduca-e-dalvan/357464/>. Acesso em: 28, fev, 2020.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DREIFUSS, Rene. **O Jogo da direita**. São Paulo: Vozes, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Gramsci e o Brasil** (2019). Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=632&page=visualizar>. Acesso em: 28, jul., 2019.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. W. M. Jackson Inc. Editores, 1956.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio moral: gestão por humilhação**. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. UNESP- Franca, 2009.

_____. Entrevista: reforma trabalhista e os seus impactos para a saúde do\la(s) trabalhadore\la(s), com Edvânia Ângela de Souza Lourenço. **Pegadas**. A Revista da Geografia do Trabalho, vol. 19, no. 01. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5821/4448>. Acesso em: 01, dez, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica, biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. 3ª ed. São Paulo: M1 edições, 2018.

RIBEIRO, Herval P. **As lesões por esforço repetitivo**. In: A violência oculta do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SILVA, Juremir Machado. *Raízes do conservadorismo: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUZA, Edvânia Ângela de. Assédio moral e reforma trabalhista: entrevista com Margarida Barreto. **Katalyses**. vol.22 no.3. Florianópolis Sept./Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300641. Acesso em: 28, fev., 2020.

VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo; RUSSO, Renato. **Música de Trabalho**. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/legiao-urbana/46956/>. Acesso em: 28, fev., 2020

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Maricelly Costa Santos

Universidade Federal de Alagoas-UFAL
Maceió-AL

Doutoranda em Serviço Social- PPGSS/UFAL
bolsista CAPES/FAPEAL
<http://lattes.cnpq.br/2444349110688079>

RESUMO: O presente trabalho aborda a violência na relação capital e trabalho nas Centrais de telemarketing, através de uma análise crítica a partir do trabalho enquanto categoria ontológica e de suas características na sociedade capitalista. Considerando isso, através de uma pesquisa bibliográfica, o fenômeno da violência é apresentado na lógica de reprodução do capital desde a acumulação primitiva do capital até a fase do capitalismo monopolista. Posteriormente, aponta-se o capitalismo tardio no Brasil e a forma como o processo de crise estrutural do capital e os seus desdobramentos, como a reestruturação produtiva, a terceirização e a precarização. A análise aqui apresentada, porém, não esgotada, evidenciou alguns elementos sobre a expansão das centrais de telemarketing no mundo e no Brasil, e como as relações de trabalho são permeadas pela violência, expressa nos níveis de exploração, intensificação, precarização e controle da força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Capitalismo. Violência. Telemarketing.

VIOLENCE IN THE RELATIONSHIP BETWEEN CAPITAL AND WORK: CONSIDERATIONS ABOUT WORK IN TELEMARKETING CENTERS

ABSTRACT: The present work approaches the violence in the capital and work relationship in the Telemarketing Centers, through a critical analysis from the work as an ontological category and its characteristics in the capitalist society. Considering this, through a bibliographic research, the phenomenon of violence is presented in the logic of capital reproduction from the primitive accumulation of capital until the phase of monopoly capitalism. Subsequently, late capitalism in Brazil is pointed out, as well as the process of the structural crisis of capital and its consequences, such as productive restructuring, outsourcing and precariousness. The analysis presented here, however, not exhausted, showed some elements about the expansion of telemarketing centers in the world and in Brazil, and how labor relations are permeated by violence, expressed in the levels of exploitation, intensification, insecurity and force control of work.

KEYWORDS: Work. Capitalism. Violence. Telemarketing.

1 | INTRODUÇÃO

A década de 1970 sinalizou a crise do binômio do padrão fordista de produção com as políticas keynesianas. Chegava ao fim um ciclo econômico marcado por uma onda longa expansiva, período de expansão do capital

também conhecido como “anos dourados” do capital.

Porém, a onda longa expansiva do capital começou a dar sinais de esgotamento, através de um quadro crítico como aponta Antunes (2009). Como resposta à crise estrutural do capital, instaura-se uma reestruturação produtiva que traz implicações para relações de produção, baseada num padrão flexível de produção, o Toyotismo. Esse novo padrão traz mudanças na organização do trabalho, promovendo uma maior intensificação do ritmo e novas formas de controle sobre o trabalho, ao se fundamentar num padrão organizacional e tecnologicamente mais avançado, “resultado da introdução da técnica de gestão da força de trabalho própria da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo de serviços” (ANTUNES, 2009, 54).

Trata-se de um processo de organização do trabalho, cujo fim é intensificar a exploração da força de trabalho, através da combinação entre o “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado” com as características de uma empresa com estrutura mais horizontalizada (ANTUNES, 2009).

Nessa direção, esses aspectos da reestruturação produtiva têm ampliado o número de empresas terceirizadas que potencializam os processos produtivos de serviços, a exemplo das Centrais de Telemarketing.

As CTAs foram criadas para realizar uma série de serviços anteriormente executados no interior das empresas. Elas concretizam a racionalização do trabalho na medida em que uma única unidade de trabalho atende à totalidade das necessidades de um conjunto de empresas de um mesmo ramo, como as operadoras de telecomunicações, bancos, empresas de cartão de crédito, de viagens, operadoras de televisão a cabo, cobrindo todo o território nacional. (OLIVEIRA, 2009, p. 114)

Com as intensas transformações nas relações de produção e as profundas mudanças ocasionadas pelos novos aparatos microeletrônicos e informacionais, ocorre também a expansão da chamada “indústria de telemarketing” (OLIVEIRA, 2009) notadamente a partir das décadas de 1980 e 1990, cujas estratégias empresariais estão marcadas pelo vetor crescimento do mercado tanto do lado da demanda como da oferta de bens e serviços.

Nesse espaço, a violência se fará presente na relação capital e trabalho à medida que a tecnologia empregada nas CTAs permite monitorar o processo de trabalho, mensurando a produtividade e intensificando o controle do trabalho. “O atendente submete-se à ‘fiscalização eletrônica’ desde a movimentação na PA até o registro da quantidade de atendimentos realizados, o que não é decidido por ele, mas sim pela máquina” (OLIVEIRA, 2009).

2 | TRABALHO, CAPITALISMO E VIOLÊNCIA

A partir do pressuposto do pensamento de Marx, os homens para poderem existir, devem transformar a natureza constantemente, pois essa é uma base ineliminável do

mundo dos homens (LESSA; TONET, 2011). Essa relação entre o homem e a natureza é a base da reprodução social, ainda que a totalidade das *práxis* humanas não se resumam ao trabalho. Ainda que a natureza seja a fonte da riqueza, não há uma subordinação da sociedade a natureza, visto que a natureza está submetida as leis e processos do mundo natural. Entre essas duas dimensões há uma articulação, enquanto que a diferença entre essas tem por fundamento o trabalho.

Sobre o trabalho Marx (2013) afirma que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, a própria natureza. (p. 255)

Por meio do trabalho, o homem ao transformar a natureza, transforma a si mesmo, produz e altera suas formas de interações humanas e seu modo de ser. Nessa relação entre homem e natureza temos um processo em que ação e resultados são projetados na consciência antes de serem construídos na prática. “É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana (LESSA; TONET, 2011, p. 18).

Ainda sobre o trabalho, Lukács (2013) afirma que:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (p. 44)

Por tanto, é através do trabalho, cuja essência ontológica expressa um caráter de transição, que o homem passa da condição de ser simplesmente biológico para ser social, como já assinalou Marx em sua obra o *Capital*, especialmente no capítulo V, ao tratar dos aspectos centrais do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, da sua dimensão comum a todas as formas de sociabilidades humanas. Todavia, ao longo de sua obra, a preocupação fundamental de seus intensos estudos se encontra voltada para analisar a dimensão do trabalho no capitalismo.

Na sociedade burguesa, o trabalho não dispõe de um sentido de liberdade para quem produz a riqueza, no modo de produção capitalista, as relações sociais são regidas pela lógica da mercadoria¹. Se originariamente o trabalho significa para o ser humano a sua

¹ Sobre isso, Marx afirma, logo ao iniciar *O Capital*, que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como a forma elementar” (MARX, 1988, p. 45)

atividade essencial que o distingue das demais espécies, e se o objeto dessa atividade está subordinado à vontade de sua consciência, a lógica do “trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto um ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua existência” (MARX, 2006, p. 116). Ao transformar o trabalho em um artigo mercantil, este passa a ser medido e quantificado, recebendo do capitalista o mesmo tratamento lógico comercial que ele dá a qualquer outra mercadoria.

É nesse contexto das relações entre capital e trabalho que a violência demonstra seu caráter de potência econômica, enquanto fenômeno presente no processo de reprodução do capital, cuja marca se faz na expropriação dos trabalhadores dos seus meios fundamentais de produção, momento denominado por Marx (1996) de a assim chamada acumulação primitiva, constituindo, portanto, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

Essa separação do trabalhador dos meios de produção, ocorre mediante uma violência intensa e explícita, que a este impõe a condição de trabalhador “livre”²; tal condição expressa um duplo sentido, “porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem [...], estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles” (ibidem, p. 340), submissos às determinações violentas do capital.

A violência explícita e brutal³ foi um instrumento de enquadramento dos sujeitos à ordem emergente; portanto, um mecanismo a favor do capital para exercer o controle sobre a força de trabalho e ampliar a extração da mais-valia⁴. Nesse sentido, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não apenas em sua fase mercantil, como também na concorrencial, dispôs de outras formas de violência, a exemplo da violência presente no controle sobre o trabalho, legitimada pelo contrato da força de trabalho “livre”. A exploração a que está submetido o trabalhador nesse momento, legitimada pelo *fictio juris* do contrato de venda da força de trabalho, tem nesse último a ocultação da violência presente na

2 Segundo Souza (2013), “essa condição de liberdade define contraditoriamente a exploração do trabalho na sociedade capitalista, o que a distingue das demais sociedades. Isto porque ser livre supõe superar a sujeição bárbara da vida de *outrem*, o que implicaria um padrão de civilidade e autonomia. No entanto, a condição do homem ‘livre’ não se realiza plenamente nessa sociedade, pois a liberdade do trabalhador está restrita apenas à venda da sua força de trabalho no mercado. A liberdade constitui-se desigualmente e está restrita à classe que detém o controle da produção, da propriedade e do trabalho. Essa sociedade, regida pelos princípios da liberdade, tem por base a acumulação primitiva do capital” (p. 223).

3 Surgindo em toda Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, a legislação sanguinária caracterizou-se como um meio de punir brutalmente, à base do açoite e do derramamento de sangue, os trabalhadores que se recusavam a trabalhar, à medida que descartava aqueles que não serviam para produzir, como os velhos e os incapacitados (MARX, 2013).

4 Em *O Capital*, Marx (1996) apresenta a distinção entre trabalho e força de trabalho: “O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição. Mas, embora sem retribuição, a apropriação da mais-valia não viola a lei do valor enquanto lei de troca de equivalentes, uma vez que o salário deve ser o equivalente monetário do valor da força de trabalho. Assim, a relação mercantil entre capital e força de trabalho assume o caráter de troca de equivalentes, ao passo que a criação da mais-valia se efetiva fora dessa relação, no processo de uso produtivo da força de trabalho” (p. 37-8).

expropriação de riqueza produzida, nas formas de disciplina e de hierarquia do controle do capital sobre o trabalho⁵. A mutilação sofrida pelo trabalhador ao ser convertido em trabalhador parcial é consolidada na grande indústria, pois “certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho em geral na sociedade” (MARX, 1996, p. 477). Assim, a subsunção real do trabalhador ao capital opera-se com a consolidação dos processos produtivos do capitalismo possibilitados pela Revolução Industrial ao final do século XVIII, cuja violência apresentou-se como um instrumento de controle sobre a força de trabalho, em outras palavras, como uma potência econômica para a lógica de reprodução ampliada do capital.

Em seu curso, o capitalismo ao final do século XIX experimentou profundas transformações econômicas que incidiram diretamente no controle do capital sobre o trabalho. A consolidação dos monopólios acarretou novas propostas de gerenciamento da força de trabalho, através de uma violenta associação entre coerção e controle ideológico, buscando adaptar o trabalho às necessidades do capital.

Sobre a configuração da fase dos monopólios do sistema capitalista, Baran e Sweezy (1978) ressaltam que:

A unidade econômica típica na sociedade capitalista não é a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea para um mercado anônimo, mas a empresa em grande escala. A esta cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes dos seus investimentos (p. 15-16).

A consolidação dos monopólios é caracterizada pela produção realizada por grandes empresas em escala ampliada, resultado de processos de concentração e centralização de capital, que formam monopólios industriais no mesmo contexto em que se altera o papel dos bancos⁶. Esse processo de consolidação dos monopólios também promoveu novas propostas de gerenciamento da força de trabalho, mediante a associação entre coerção e controle ideológico para adequar o trabalhador às necessidades de produção capitalista, evidenciando novas formas de violência para moldar o trabalho às necessidades do capital com base na gerência científica, do que são expressões as ideias de Frederick Winslow Taylor.⁷ As propostas de Taylor dispunham de um caráter mais rígido, porquanto considerava “como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador

5 Segundo Souza, ocorre [...] a divisão social de trabalho entre trabalho manual e intelectual, concretizada tecnicamente na decomposição da atividade artesanal em ações particulares, que levaram à mutilação dos trabalhadores mediante uma forma violenta e degradante de trabalho. Ocorre uma perda progressiva das habilidades adquiridas anteriormente pelos trabalhadores e constitui-se a relação de subordinação do trabalho à disciplina e à hierarquia do controle capitalista. O fenômeno da violência adquire contorno diferenciado pela forma de exploração do trabalho excedente, pois é formalmente mascarada na relação contratual ‘livre’ da venda da força de trabalho. Essa sutil relação de trabalho expressa a primeira ação dissimulada de exploração pelo capitalista (2013, p. 224).

6 Cf. Netto e Braz (2008).

7 Taylor teve como foco os fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele (BRAVERMAN, 1981).

da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1981, p. 86).

A violência das formas rígidas de controle sobre o trabalho, presente na gerência científica proposta por Taylor, será empregada através da aplicação de seus métodos na experiência fordista. O sistema de Henry Ford, conhecido como fordismo, ampliou uma série de inovações tecnológicas e organizacionais em curso no início do século XX, a exemplo do taylorismo. Para Pinto (2010, p. 34), “[...] sua principal genialidade consistiu, sobretudo, em ter imaginado a possibilidade de inculcar nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados”.

Porém, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista representa uma “expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo” (ANTUNES, 2005, p. 31), o qual é evidência de uma crise estrutural do capital nos anos de 1970, em decorrência da incontornabilidade do sistema de metabolismo do capital, como ressalta Paniago (2012, p.139): “a incontornabilidade é inerente à própria lógica do sistema e foi o preço pago para a universalização do modo de controle sociometabólico do capital” .

A crise estrutural, segundo Mészáros (2011), traz uma novidade histórica expressa em quatro aspectos:

1. Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); 2. Seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); 3. Sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante* [...]. (p. 795-796, grifos do autor).

Assim, a crise estrutural dos anos 1970 teve dimensões tão fortes ao ponto de atingir intensamente a economia das principais potências mundiais, bem como desestruturar vários países periféricos, tornando-os mais dependentes dos países capitalistas avançados. Nesse contexto inicia-se um processo de reestruturação produtiva que adota um método flexível de produção e acumulação, associado a ideias fordistas.

A nova forma de organização da produção, baseada em métodos flexíveis, foi implantada gradativamente entre as décadas de 1950 a 1970, na fábrica Toyota, no Japão.⁸ O modelo toyotista busca a racionalização do processo de trabalho baseado na fábrica mínima; ao delegar mais de uma função a um só operário, tem-se como finalidade reduzir custos, com um efetivo mínimo. O objetivo não é diminuir a jornada de trabalho, mas sim

8 Este modelo de produção foi idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno, sendo originariamente denominado de toyotismo ou ohnismo. As empresas japonesas tinham de ser tão competitivas quanto as norte-americanas, sob pena de desaparecerem do mercado; ademais, o Japão buscou aplicar o método fordista, levando em consideração a particularidade do país: não o copiou, mas o adequou à realidade local, dando origem assim ao modelo de produção toyotista (GOUNET, 1999).

tornar o trabalhador polivalente e reduzir o número de funcionários. Agora, o que cinco operários faziam, um só faz, numa violenta intensificação da exploração do capital sobre o trabalho (GOUNET, 1999).

Os trabalhadores das médias e pequenas empresas possuem níveis salariais diferentes, assim como formas de contratação e qualificação diferentes dos demais. Além da violenta intensificação da exploração do trabalho, outras formas de violência presentes na relação capital e trabalho também se apresentam, como os vínculos precários e instáveis, que se dão através da subcontratação. No toyotismo há uma rede de subcontratação diferenciada, também denominada de terceirização, que fica a cargo das pequenas e médias empresas, as quais comportam todos os tipos de prestação de serviços (SOUZA, 2011).

3 I A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING: BREVES CONSIDERAÇÕES

Se os países do capitalismo central, vivenciavam o processo de reestruturação produtiva no contexto dos anos 70, no Brasil isso ocorreu a partir dos anos 1990. Esse fato se dá porque o capitalismo brasileiro tem um desenvolvimento hipertardio, ao longo do século XX, mediante um processo de acumulação industrial a partir do getulismo. De corte estatal e feição nacionalista, a industrialização brasileira, somente deslançou a partir da década de 1930, com significativo salto nos anos 50 no governo de Juscelino Kubitschek e posteriormente a partir do golpe de 1964, com a aceleração da industrialização e a internacionalização do Brasil. (ANTUNES, 2006).

No fim da ditadura militar e durante o período Sarney, o Brasil ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países centrais, mas já se faziam sentir os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho. A nossa singularidade começava a ser afetada pelos emergentes traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da anterior, inicialmente em alguns aspectos e, posteriormente, em muitos dos seus traços essenciais (ANTUNES, 2006, p.17)

Embora o processo de reestruturação produtiva estivesse ainda distante, nos anos 1980 já se observavam os primeiros impulsos desse processo, quando empresas começaram a adotar de modo restrito, “novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho”. (ANTUNES, 2006, p.17).

Porém, foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva do capital começou a se desenvolver no Brasil, “[...] por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho”. (ANTUNES, 2006, p.18, grifos do autor).

Na dinâmica da acumulação flexível instituída, Antunes e Druck (2014) afirmam que o processo de precarização social do trabalho⁹ torna-se centro das transformações produtivas do capitalismo em suas várias dimensões, a exemplo da terceirização.

[...] o crescimento e a difusão da terceirização a reafirmam como uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo, das condições e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis; ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões. (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 16).

Assim, a terceirização apresenta-se como uma forma de precarização que assume centralidade na estratégia patronal, já que suas diversas modalidades concretizam contratos, ou formas de compra e venda da força de trabalho, em que as relações sociais entre capital e trabalho são disfarçadas ou travestidas de relações interempresas/instituições, com contratos por tempo determinando, flexíveis, de acordo com os ritmos das empresas contratantes (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Nessa perspectiva, a tendência à terceirização, ganha significativo espaço nas empresas de prestação de serviços, a exemplo das Centrais de Telemarketing (ou Teleatividades), cujo crescimento se insere num período de mundialização do capital e corresponde a uma forte disposição de externalização da relação de serviços, expressa pelas empresas em todo o mundo ao longo dos anos 1980 e 1990 (BRAGA, 2009), embora as primeiras centrais datem dos anos 1960 como afirma Venco (2009):

As primeiras centrais surgiram, nos anos 1960, como simples escritórios de recebimento de reclamações, cujos trabalhadores possuíam limitada quantidade de informações para exercer sua atividade. Na década de 1990, apoiadas por uma tecnologia mais avançada, as Centrais de Teleatividades mudaram sua vocação para tornarem-se, para muitas empresas, verdadeiros núcleos de comunicações e de serviços de verificação de satisfação, de “fidelização” do cliente, de conquista de novos consumidores e de racionalização do fluxo telefônico. Atualmente, elas associam as antigas técnicas de distribuição de chamadas – mas, distribuindo-as a vários pontos geográficos – a robustos sistemas de informação e núcleos de comercialização, negociação e venda (VENCO, 2009, p. 154).

É então a partir dos anos 80 e 90 que esse setor cresce apoiado no incremento tecnológico de cunho informacional. Embora seja um setor que vem apresentando crescimento (VENCO, 2009), comparado a outros países como Estados Unidos, Alemanha,

9 Druck (2016) apresenta um conjunto de indicadores e dimensões da precarização social do trabalho. São eles: 1) as formas de mercantilização da força de trabalho (o mercado de trabalho); 2) os padrões de gestão e organização do trabalho; 3) as condições de (in) segurança e saúde notrabalho; 4) o isolamento e a perda de enraizamento e de vínculos resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação, afetando decisivamente a solidariedade de classe; 5) o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e por fim, 6) a ‘crise’ do direito do trabalho motivado pela ofensiva patronal, que questiona a sua tradição e existência, expressa hoje nos ataques à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (DRUCK, 2016, p. 17).

França e Reino Unido, o Brasil dispõe do menor número de Centrais de Telemarketing. Porém, as empresas no Brasil possuem o maior número de trabalhadores, em média, “1103 por corporação, contra 289 nos EUA e 172 na Alemanha, a qual tem índices próximos a 300, quando se considera especificamente as empresas terceirizadas” (VENCO, 2009, p.154).

Ainda que com tal disparidade dos números entre esses países, todos vivenciaram uma expansão desse setor. O Reino Unido, por exemplo, registrou um crescimento de 250% e a Alemanha de 100%, em dez e sete anos, respectivamente. Com isso, houve também a geração de empregos nesse segmento: trabalham nele 2,5% da população ocupada na Europa e 3% na dos EUA. No Brasil até 2007 contava-se com praticamente 2% da população economicamente ativa com escolaridade equivalente ao ensino superior incompleto (VENCO, 2009).

Antunes (2006) ressalta que a expansão das Centrais de Telemarketing amplia a oferta de empregos, porém predominantemente em condições de “jornadas parciais, de seis horas diárias, cujas atividades são marcadas pela acentuada intensificação dos ritmos e pelo aumento da exploração da força de trabalho.” (p. 24), submetidos ainda a violência das condições e do controle do trabalho, pois:

Para realizar essa jornada diária, os teleoperadores, sempre com seu *headset* (fone de ouvido), ficam quase todo o tempo de trabalho sentados, colados no visor do microcomputador e no teclado, sob rígida vigilância dos supervisores, que exigem sempre maior produtividade e controlam o tempo médio de atendimento dos trabalhadores. (ANTUNES, 2006, p.24).

Sob uma violenta condição de rigidez e controle do trabalho, esses trabalhadores têm seu trabalho regulado pela pressão do fluxo informacional, como também nos apresenta Braga (2009):

O trabalho do teleoperador é fundamentalmente regulado pela pressão do fluxo informacional, arruinado pela rotinização da comunicação e subordinado a um rígido *script* (roteiro), cujo objetivo central consiste em aumentar a eficácia comercial associada à redução do tempo de conexão, tendo em vista a multiplicação das chamadas por hora trabalhada. Assim, a autonomia do teleoperador é significativamente reduzida enquanto os supervisores escutam as comunicações para assegurar a obediência ao *script*. (p. 71).

Nesse sentido, em virtude de uma pressão posta pelo fluxo informacional, o trabalho nas Centrais de Telemarketing dispõe de uma regulação tecnológica centralizada no regime de mobilização da força de trabalho, que com uma base técnica permite que a empresa fixe os ritmos de produtividade por meio de procedimentos que degradam as condições de trabalho do teleoperador, por exemplo, com a intensificação dos ritmos e o aumento do controle pelos supervisores e coordenadores que contribui com o coroamento desse processo.

Do ponto de vista das características gerais do trabalho desenvolvido pelos

trabalhadores nas Centrais de Telemarketing, a exemplo dos operadores destacam-se:

a) as operações de teleatividades são realizadas 24 horas por dia; b) na medida em que essa disponibilidade encontra-se associada a condições difíceis de trabalho, temos como resultado uma forte intermitência; c) o trabalho submete-se agudamente ao fluxo informacional: ao final de uma chamada, sucede a seguinte, seja automaticamente (em intervalos de 0 a 20 segundos, dependendo do tipo de operação), seja manualmente, após um máximo de dois ou três sonidos. (BRAGA, 2009, p. 70).

Portanto, a organização e gestão do processo de trabalho nas Centrais de Telemarketing são realizadas mediante a coerção e controle do fluxo informacional, vista por exemplo, segundo Braga (2009) no trabalho realizado pelo supervisor que controla o trabalho de quinze ou vinte teleoperadores, cujo mesmo “explica-se pela necessidade de controlar ao máximo os trabalhadores, impedindo que relaxem, mas, sobretudo, que abandonem o fluxo informacional” (p. 71). Os objetivos são claros: “multiplicar as operações e diminuir seus custos por meio da redução do estatuto da comunicação à condição de pura instrumentalidade (ibidem).

4 | CONCLUSÃO

De acordo com alguns elementos apontados no decorrer desse trabalho, como já sinalizado não conclusos, o contexto constituído a partir da reestruturação produtiva dispôs para relação capital e trabalho a potencialização da violência.

As intensas transformações nas relações de produção e as profundas mudanças ocasionadas pelos novos aparatos microeletrônicos e informacionais, ocorre também a expansão da chamada “indústria de telemarketing”, as quais se expandem pelo mundo, num processo de terceirização próprio das novas configurações capitalista.

Assim, atuando na lógica de reprodução do capital a violência apresenta-se na relação capital e trabalho estabelecida nas Centrais de telemarketing, expressando-se nas condições de trabalho precarizadas, nas formas de controle e fiscalização a que é submetido o trabalhador durante o processo de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Boitempo. São Paulo, 2006.

_____; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. Boitempo. São Paulo, 2014.

BARAN, Paul A. ; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 3ª ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 59- 88..

DRUCK, Graça. A terceirização na Saúde Pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.14,supl.1,p.15-43, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução Bernardo Joffili. Boitempo, São Paulo, 1999.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Boitemp. São Paulo, 2011.

SOUZA, Reivan. Violência, controle e trabalho: relação inexorável ao desenvolvimento da produção da riqueza nas sociedades de classe? In: **O Social em Perspectiva**: Políticas, Trabalho, Serviço Social. Edufal, Maceió, 2013.

PANIAGO, M. Cristina Soares. **Mészáros e a incontornabilidade do capital**. Instituto Lukács. São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Sirlei M. Os Trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 113-135.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 2ª ed. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

VENCO, Selma. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 153-171.

CAPÍTULO 3

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/0063169959100038>

Catharina Cavalcanti de Melo

<http://lattes.cnpq.br/0497787875687704>

RESUMO: Neste artigo promove-se uma reflexão sobre as concepções e matrizes metodológicas utilizadas na Política de Assistência Social. As análises desenvolvidas basearam-se numa pesquisa qualitativa com assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social. Buscou-se levantar elementos dos valores que norteiam a profissão e elucidar itens relevantes em relação ao exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Conservadorismo; Política de Assistência Social; Exercício profissional.

ABSTRACT: In this article we promote a reflection on the conceptions and methodological matrices used in the Social Assistance Policy. The analyzes developed were based on a qualitative research with social workers working in the Social Assistance Policy. It was sought to raise elements of the values that guide the profession and to elucidate relevant items in relation to the professional exercise.

KEYWORDS: Social Service; Conservatism; Social Assistance Policy; Professional exercise.

INTRODUÇÃO

Para apreender as concepções e as matrizes metodológicas que norteiam a atuação das/os assistentes sociais trabalhadoras/es do espaço socio-ocupacional da Política de Assistência Social consideramos importante, inicialmente, refletir acerca da trajetória socio-histórica da profissão e de como se processaram as modificações no âmbito profissional, sobretudo em suas dimensões teórica, ideopolítica e organizativa.

O Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 30, num período de crescente industrialização, envolvido com os interesses da burguesia e possuindo grande interferência católica e de cunho conservador, atuando como mediador de classes e visando uma harmonia social através da execução de políticas sociais como estratégia de contenção da classe trabalhadora mais reivindicatória. Esse processo não ocorreu de forma linear nem natural, pelo contrário, para compreender o surgimento e a trajetória socio-histórica do Serviço Social no Brasil é necessário considerar alguns processos históricos complexos que contribuíram para impulsionar a profissão no país e que possuem compreensões divergentes até mesmo dentro da categoria profissional.

Primeiramente observou-se a necessidade de uma mudança estrutural na forma de intervenção do Estado perante os

processos econômicos por consequência da ascensão do capitalismo monopolista:

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir (em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51)

Outro elemento relevante foi a busca pela restauração da hegemonia ideológica da igreja católica, que procurava se reaproximar do Estado e da sociedade a fim de manter sua soberania, em declínio, fomentando uma maior adesão à Ação Social Católica, por meio do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como intuito disseminar a doutrinação da igreja, visando uma reforma social e moral, através das encíclicas papais “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931. Tais estratégias tratavam da questão social atrelada à ideologia moral do catolicismo. Para Iamamoto:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 1992, p.18).

Nesse sentido, a caridade tradicional passa a se desenvolver de forma mais sistematizada ganhando uma nova roupagem que, alinhada aos interesses do Estado e da Igreja, começa a oferecer cursos intensivos de formação social baseados na filantropia, porém, restrito apenas às mulheres de famílias tradicionais mais abastadas.

Diante desse panorama, o Serviço Social tradicional possuía uma perspectiva de caráter doutrinário mais do que científico, a prioridade era a adaptação do homem ao meio social, porém sob o viés individualista com a ausência de crítica e consciência de classe. Iamamoto ressalta que, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 1992, p. 21). Nesse período, a profissão caracterizava-se, mais do que nunca, por um caráter moralizador, conservador e assistencialista.

Durante as décadas de 40 e 50, além do desenvolvimento e ampliação de instituições assistenciais, houve também a legitimação e institucionalização do Serviço Social, enquanto categoria profissional assalariada. Contudo, a profissão não possuía uma identidade própria que respondesse às crescentes demandas sociais do país, sobretudo num contexto de

desenvolvimento industrial e econômico que conseqüentemente culminava no crescimento do proletariado urbano, acarretando também o aumento e complexificação das expressões da questão social, cabendo ao poder público a responsabilidade de promover soluções para essa problemática.

Posteriormente, a profissão absorve influências europeias e norte-americanas ao longo da sua evolução, desde a influência da doutrina de Thomás de Aquino – neotomismo - à influência psicológica e o tecnicismo da cultura do Serviço Social americano, que introduziu o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O comum dessas influências é que se constituíram, dialeticamente, subsídios para o desenvolvimento da profissão, contribuindo para seu avanço, mas, por outro lado, continuaram a impregnar a profissão do cariz conservador e positivista, tendo em vista que culpabilizavam o sujeito por sua condição, sem possuir uma visão macrossocial.

Nesse contexto, o fazer profissional baseado no tradicionalismo/conservadorismo começa a ser questionado, devido às suas incongruências e alcance de suas ações face às demandas sociais. Os estudos, aprofundamento e conhecimentos por meio da realização de cursos de pós-graduação e, sobretudo, a subversão advinda do aprimoramento intelectual impunha mudar os padrões teórico-metodológicos e técnico-operativos como estratégia de sobrevivência da própria profissão e das exigências sociais.

Ainda na década de 60, surge nos países da América Latina o Movimento de Reconceituação, que buscava reestruturar o Serviço Social sob um viés mais crítico, abandonando as influências europeias e norte-americanas e rompendo com o conservadorismo do Serviço Social tradicional. Havia também uma urgência em fazer com que a prática profissional das/os assistentes sociais fosse mais condizente com as demandas e a realidade social de cada país, através de métodos e técnicas mais próprios e específicos. Segundo Netto, esse movimento foi decisivo para a revisão crítica do Serviço Social no continente, “(...) é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” (1991, p. 146).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social configura-se como um marco na trajetória da categoria profissional pois possibilitou uma crítica à organização da produção capitalista, às ideias conservadoras, tendo como base o arcabouço teórico baseado na teoria marxista, passando a se reconhecer enquanto classe trabalhadora e atuar na defesa de seus direitos e reivindicações.

Em paralelo às mudanças que marcam a trajetória do Serviço Social, as ações da Assistência Social foram concebidas conforme às transformações da profissão, de acordo com o contexto histórico da década de 30 até 80, ou seja, de forma filantrópica e fragmentada, sem ainda uma compreensão de totalidade social, mas sob a ótica do assistencialismo e caridade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passaram a ser reconhecidas

como direito, inseridas no sistema de Seguridade Social do Brasil, definidas como dever do Estado e direito dos cidadãos, como postula Souza (2009):

A ultrapassagem da assistência pensada sobre a lógica da caridade para a lógica do direito tem como marco legal a Constituição Federal de 1988. A carta constitucional, no título VIII, que trata da ordem social, ao estabelecer, pela primeira vez no Brasil, o modelo de seguridade social ancorado no tripé saúde, assistência social e previdência social, dá um importante passo na construção da cidadania, visto que concebe a assistência social, assim como a saúde, como política não-contributiva universal. (SOUZA, 2009, p. 29).

No entanto, mesmo com os avanços em relação aos direitos sociais, houve também grandes limites para efetivação de um sistema de proteção de caráter universal. Particularmente, nos últimos anos, a garantia desses direitos vem sendo marcada por modificações de caráter neoliberal, com ações restritivas que resultam na focalização, privatização e descentralização, provocando um retrocesso no que tange os direitos sociais e a implementação das políticas públicas.

Essas diretrizes governamentais resgataram práticas profissionais que não condizem com os avanços obtidos pela profissão, consistindo em ações imediatistas, sem relacionar necessariamente as diversas expressões da questão social, como o fenômeno da pobreza, com o processo de acumulação do modo de produção capitalista. Juntamente a isso, as diversas concepções de caráter conservador retomam práticas assistencialistas e clientelistas que, atualmente, precarizam a profissão, determinando seu retorno às práticas tradicionais.

A partir desse elementos, a pesquisa visa contribuir para a reflexão acerca das implicações do avanço do conservadorismo na profissão de Serviço Social, em específico, na Política de Assistência e, conseqüentemente, contribuir para um melhor fazer profissional das/os assistentes sociais, sobretudo considerando a atual conjuntura política que está atrelada a concepções divergentes das que pautam o exercício profissional do Serviço Social baseado em seu Projeto Ético-Político.

Nesse sentido, acerca do contexto político, econômico e social contemporâneo, compreende-se que, com a ascensão do espectro político conservador, no âmbito nacional e global, o Brasil encontra-se submerso em uma crise política e econômica, de acirramento da luta de classes, numa conjuntura desfavorável à classe trabalhadora e que resulta no desmonte das políticas sociais. Sendo assim, faz-se necessário uma análise crítica a respeito dos desafios que essas problemáticas acarretam à realidade social do país, da mesma maneira que é significativo averiguar o posicionamento dos/as assistentes sociais em relação a essas questões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conservadorismo possui diversas perspectivas conceituais, contudo, é necessário

elucidar termos gerais do significado do termo. Koselleck (2012) afirma que, sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade. Tampouco não pode haver um espaço de unidade de ação política. Sendo assim, de forma geral, o conservadorismo é uma corrente de pensamento político e filosófico que visa a promoção e manutenção da estrutura social tradicional dos valores, práticas e instituições – família nuclear, dogmas religiosos cristãos, entre outros, que são antagônicos aos movimentos revolucionários e progressistas. Esse debate ganhou centralidade na contemporaneidade no Brasil, sobretudo no âmbito político, estreitamente ligado aos segmentos mais conservadores

No contexto brasileiro, a origem do conservadorismo na esfera política remete ao processo de independência do país, com a agenda liberal e conservadora adotada pelos “Luzias” e “Saquaremas” respectivamente, no cenário imperial. As duas vertentes partidárias, apesar de contrárias, possuíam alguns pontos em comum, especialmente voltados à manutenção da monarquia e da escravidão no país, influenciadas pela herança portuguesa e pelo catolicismo. É importante ressaltar que o Partido Conservador dos “Saquaremas”, que governou em contrapeso ao Partido Liberal dos “Luzias”, possuía uma perspectiva política alinhada às conceituações de Edmund Burke, filósofo irlandês considerado o pai do conservadorismo clássico.

Considerando que o influxo de tendências conservadoras e do conservadorismo adentra nos mais diversos setores sociais, econômicos e culturais é notória essa influência também no âmbito profissional. Sendo o Serviço Social uma profissão atrelada às instituições sociais, essas tendências repercutem consideravelmente durante toda trajetória histórica da profissão.

Mesmo que hoje a profissão busque desenvolver um caráter crítico, sociopolítico e interventivo, vinculado teórica e metodologicamente ao marxismo, o reacionarismo presente no país em confronto aos avanços progressistas impõe a agenda do capital e o modelo neoliberal, violando direitos sociais. Tal panorama de retrocessos torna-se terreno para uma mudança de perfil, ou por assim dizer, uma linhagem de profissionais que se assemelham ao Serviço Social da década de 30, de caráter disciplinador com práticas conservadoras, estritamente ligadas à igreja Católica e tendo como perspectiva a ótica da burguesia juntamente com o Estado, com influências higienistas e neotomistas.

Tendo em vista que o tradicionalismo se adapta às mudanças de acordo com os processos históricos, o conservadorismo não possui características universais fixas. Por exemplo, no período da Revolução Francesa, Edmund Burke (1982), considerado o pai do conservadorismo moderno, possuía ideais políticos calcados na tradição cristã, que estavam associados à manutenção dos princípios tradicionais e morais, em oposição à ideia de progresso guiado pela razão dos outros filósofos nesse período. Sua contrariedade diante das mudanças progressistas e radicais relacionava-se ao que considerava enormes perdas dos antigos costumes e regras de vida, nessas circunstâncias não iria existir algo que guiasse os indivíduos. O autor cita a Europa como exemplo de prosperidade antes da

Revolução Francesa e afirma que tal progresso seria decorrente dos costumes e opiniões tradicionais que tiveram uma ação benéfica naquela sociedade:

É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras de vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual porto nos dirigiu. A Europa, considerada em seu conjunto, estava sem dúvida em uma situação florescente quando a Revolução Francesa foi consumada. Quanto daquela prosperidade não se deveu ao espírito de nossos costumes e opiniões antigas não é fácil dizer; mas, como tais causas não podem ter sido indiferentes os seus efeitos, deve se presumir que, no todo, tiveram uma ação benfazeja (BURKE, 1982, p.102).

Fazendo um breve esboço do que seria o conservadorismo clássico surgido no período moderno, este se caracteriza como uma reação política e ideológica que vai contra os progressos oriundos do desenvolvimento e transformações provocadas pela modernidade. Tendo como ponto de partida que fundamenta historicamente esse cenário, a complexificação das contradições do sistema capitalista e o desenvolvimento das relações de produção acarretaram mudanças significativas nos diversos setores sociais, institucionais e culturais. Segundo Netto (2011), esse processo ocorreu através de transformações substantivas no percurso histórico, algumas de suas características iniciais permaneceram, outras foram impulsionadas e algumas revertidas, bem com surgiram características novas após sua gênese. No conservadorismo clássico, as reformas são tidas como modificações que estão estritas aos limites do tradicionalismo e funcionam como estratégias de precaução para evitar situações revolucionárias. Essas mudanças devem ser localizadas, específicas, transitórias e pontuais, ideia antagônica a tradição marxista.

Sob um ponto de vista mais amplo, a ação política dos conservadores tinha como princípio a defesa de determinadas características institucionais do Antigo Regime (NISBET, 1987), especialmente as que possuíam relação com o princípio de autoridade. É nesse contexto que estão situadas as postulações de Edmund Burke e outros pensadores do conservadorismo clássico. Nesse período histórico existia uma unidade do pensamento filosófico, político e econômico, pois a fragmentação dos saberes proveniente da academia ainda não tinha se completado. O Positivismo também contribuiu para impulsionar e modificar os ideais conservadores, pois os alinhou com a sociedade capitalista consolidada, no foco das disputas políticas dos conservadores, passando de antiburguesas para antiproletárias, no âmbito da Sociologia Clássica.

Fazendo uma breve análise histórica do Brasil é possível constatar que o conservadorismo está estritamente associado às bases históricas da construção de nossa sociedade pois sempre houve uma linha conservadora nos aspectos sociais, econômicos e políticos, pautada na doutrinação cristã, no favorecimento da burguesia, incorporando uma visão que favorece a hierarquia no âmbito social e de apoio a uma agenda liberal na economia.

A desigualdade é expressão de um conservadorismo desde o período escravocrata,

sendo o Brasil o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888. A desigualdade é um fator que ajuda a explicar o conservadorismo atual, o Brasil possui uma complexidade de interesses que se evidenciam na insatisfação das classes sociais mais altas que se sentem ameaçadas pela ascensão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais populares. Isso cria uma exacerbação dos ideais conservadores, com o endosso da burguesia a favor de lideranças autoritárias e conservadoras.

O avanço da política promovida pela extrema direita determina o distanciamento da classe trabalhadora de uma consciência política e dificulta a luta de classe. Além disso, a apropriação dos meios de comunicação em massa por parte da burguesia, que dissemina informações parciais e remodeladas aos seus interesses, contribui para construção de discursos adotados pela classe trabalhadora, mas que não a contemplam. Outro fator acentuado é o crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil que enfatizam ideias extremamente conservadoras, e estão estritamente ligadas à política no Brasil. Tendo em vista que grande parcela dos frequentadores dessas igrejas é da classe trabalhadora, torna-se o momento propício para a ascendência do conservadorismo no país.

Essas tendências se fortaleceram no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional em meados de 2014. A crise política, econômica e social criou um cenário perfeito para que a extrema direita conseguisse implementar cada vez mais sua agenda conservadora, junto a isso o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi o evento que impulsionou ainda mais esse giro político rumo à direita. Contudo, ao analisarmos com cautela o panorama político internacional, podemos observar que a crise no contexto brasileiro é parte de uma engrenagem global atrelada ao avanço do capitalismo maduro e de um reordenamento da direita. A extrema direita se organiza contra o Estado Democrático de Direito, renovando rapidamente seus quadros públicos que atuarão de acordo com a agenda conservadora. É possível observar que esse cenário repercute também dentro das categorias profissionais, através de privatizações, terceirizações, cortes de direitos sociais, reformas e muitas vezes a influência de rearranjos ideológicos, especialmente em categorias de caráter sociopolítico, como o Serviço Social. Sendo assim, se faz necessário problematizar como isso se expressa no trabalho das/os assistentes sociais, especialmente dentro da Política de Assistência Social.

A profissão de Serviço Social possui hoje um amplo acúmulo de estudos e conhecimentos sobre as determinações políticas, econômicas e culturais que lhe conferem substância, bem como a crítica ao conservadorismo, estabelecida desde seu processo de renovação. Todo esse arcabouço teórico contribui para uma demanda objetiva que é em defesa e consolidação da direção social do Projeto Ético-Político da profissão. Outro pressuposto importante é o patamar de problematização já acumulado pelo Serviço Social no Brasil acerca do conservadorismo. Essa defesa antagônica ao movimento histórico da burguesia demanda a explicitação e a crítica, teórica e política do conservadorismo, tanto

em suas expressões socio-históricas, quanto em suas características inseridas dentro do âmbito profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa adota como método de conhecimento o materialismo histórico-dialético concebido por Marx (NETTO, 2011), que tem como objetivo compreender a realidade a partir da visão de totalidade, como também suas implicações históricas. Em consonância com o método escolhido, a Política de Assistência Social será analisada visando compreender as contradições existentes, entendendo-a como resposta à luta da classe trabalhadora pela efetivação e garantia de direitos e como tem sido contraposta pela ofensiva neoliberal, que responsabiliza o indivíduo pela sua reprodução e prioriza o crescimento econômico em detrimento do social.

A metodologia pensada parte de uma pesquisa de natureza qualitativa, de modo exploratório, bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória objetiva maior familiaridade com o problema ao torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses (GIL, 2008). A partir disso, para a construção teórico-metodológica, serão realizadas leituras bibliográficas (livros, artigos e sites) e análise de documentos referentes ao tema proposto.

No sentido de gerar elementos para reflexão e proporcionar subsídios que constituem objetivos e análise desse estudo, vem sendo realizadas entrevistas estruturadas com as/os profissionais do espaço socio-ocupacional da profissão (15 assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social). Para a análise da informação coletada, selecionamos os seguintes eixos, a partir de sua correlação com a dinâmica do cotidiano profissional da/o assistente social: Eixo 1: Assistência Social como direito; Eixo 2: Normatização da Política (aparatos legais); Eixo 3: Financiamento e Pacto Federativo; Eixo 4: Proteção Social; Eixo 5: Métodos e técnicas (instrumentalidade); Eixo 6: Participação e controle social; Eixo 7: Gestão do trabalho dos(as) assistentes sociais; Eixo 8: Usuários da Política de Assistência Social.

RESULTADOS

Com relação aos resultados parciais, para uma melhor compreensão acerca das metodologias e tendências caracterizadas na Política de Assistência Social, sob a ótica dessas/es assistentes sociais, é possível avaliar que existe um perfil similar entre os profissionais, em geral, norteados pelo Código de Ética profissional, dentro dos parâmetros impostos pelas gestões do espaço de atuação profissional. Todavia, é possível observar que há resquícios do conservadorismo; conforme surgem as demandas, os profissionais são levados a reproduzir uma lógica gerencialista dentro da área de atuação, tornando-a imediatista, tecnocrática, burocrática e com poucos espaços para reflexão da prática.

Em suma, as/os entrevistadas/os compreendem que a profissão em seu processo de constituição se configurava como estratégia de controle social necessária para ampliação e consolidação do sistema capitalista. Posteriormente, a ruptura com o modelo tradicional possibilitou a reconfiguração da profissão e construção de um Projeto Ético-Político que apresenta novas formas de se contrapor ao capitalismo.

No que diz respeito às concepções metodológicas do trabalho profissional das/os assistentes sociais, como formas de enfrentamento aos paradigmas do modo de produção capitalista, as/os entrevistados compreendem que a profissão se posiciona contra os ditames do capital e à sua naturalização da coisificação das relações sociais e a exploração do homem pelo homem, a partir do tensionamento entre capital e trabalho, se colocando, com base num projeto profissional, contra hegemonia da sociabilidade burguesa. Contudo, salienta-se que a categoria profissional das/os assistentes sociais, por ser constituída por sujeitos que possuem condições objetivas e subjetivas heterogêneas no entorno das relações sociais dentro do sistema capitalista, podendo assumir posturas e direcionamentos profissionais divergentes, de acordo com cada opção ético-política. Sendo assim, é necessário enfatizar o preparo teórico-metodológico e ético-político pautado nas diretrizes da profissão, no fortalecimento do Projeto Ético-Político, considerando as implicações da defesa de direitos na perspectiva da emancipação nos espaços de intervenção profissional.

De acordo com as/os profissionais entrevistados foi possível perceber que possuem alinhamento com o Projeto Ético-Político da profissão, tendo como documento norteador o Código de Ética do Assistente Social, basilar do fazer profissional. O documento traz elementos e princípios fundamentais, como o reconhecimento e respeito à diversidade, a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia e da socialização dos bens produzidos, a busca pela universalidade de acesso aos direitos das classes trabalhadoras, bem como, a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, com um compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual (BRASIL, 2012). Contudo, a depender das demandas, exigências e dos trâmites que são postos no cotidiano profissional, as/os assistentes sociais encontram dificuldades em orientar o seu fazer profissional estritamente pelas diretrizes do ideário profissional. Sendo assim, é possível que ocorra ações imediatistas, orientados por uma lógica/rotina/modelo gerencialista, que não permite muitos espaços para a reflexão da prática profissional e do processo de trabalho.

As/os entrevistados expressaram um profundo incômodo acerca da como a Política de Assistência Social é considerada pelas esferas federal, estadual e municipal, indagando a relevância e a prioridade que se tem a respeito da sua efetivação, frisando a importância de Política de Assistência Social enquanto política de direito e dever estatal. Foram feitas críticas também a respeito de como os documentos norteadores da profissão, apesar de possuírem um vasto arcabouço crítico e teórico, não são respeitados em sua integralidade

na prática, especialmente por possuir impasses externos objetivos. Por exemplo, a escassez de concursos públicos, a flexibilização de contratos de trabalho, etc. Problemáticas estas que não são estritas a profissão de Serviço Social, mas um fator macrossocial que afeta diversas profissões, apesar do histórico de sucateamento da área e de como tem sido trabalhada a perspectiva de política de assistência enquanto direito, em especial na conjuntura de crise política, econômica e social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de continuidade da pesquisa, tendo em vista a sua complexidade e emergência diante do cenário político e social do país, propôs-se nesse artigo sumarizar e refletir sobre os dados já coletados, como o surgimento do Serviço Social no país e sua trajetória socio-histórica, compreender o processo de renovação crítica da profissão, abordar como o conservadorismo se insere na esfera política e social e como rebate no campo das políticas sociais atualmente.

Nesse sentido, com a finalidade de contribuir para o debate a partir de uma perspectiva crítica, é relevante realizar uma reflexão acerca da importância do alinhamento do fazer profissional do Serviço Social pautado nas diretrizes do Projeto Ético-Político e do ideário da profissão, para que as/os profissionais possam lutar pela defesa dos direitos sociais e pela problematização das diversas expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acessado em 22 mai. 2019.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora da UNB, 1982.

FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>; Acesso em: 26 nov. 2018.

NISBET, Robert. O Conservadorismo. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: Ilma Rezende; Ludmila Fontenele Cavalcante. (Org.). Serviço Social e Políticas Sociais. 3ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, v.1, p.83-99.

CAPÍTULO 4

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Jucileide Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<https://orcid.org/0000-0003-3890-6847>

Heleni Duarte Dantas de Avila

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia
<https://orcid.org/0000-0001-7916-3686>

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5501126559130643>

Celina dos Santos Almeida

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5304115349921645>

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5553633753254202>

Juliana dos Santos Carmo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8706685207394201>

Rodrigo Sales Queiroz

Universidade Federal da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/7218791868293555>

RESUMO: O artigo apresenta uma análise dos conselhos de assistência social e as conferências nacionais com base na legislação em vigor, documentos oficiais, publicações, artigos, teses e dissertações publicadas no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Levando em consideração que os Conselhos e Conferências de assistência social são lócus do controle democrático e participação social desde 1988 no Brasil, as principais conclusões da pesquisa, dão conta de que os acontecimentos políticos e o cenário social após 2016 criaram óbices para implementação da democracia participativa, e que medidas adotadas pelo governo federal em 2019 acerca dos conselhos de direitos contribuem para retrocessos do controle democrático e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Controle Democrático; Participação Social; Estado; Sociedade Civil.

DEMOCRATIC CONTROL AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN BRAZIL: THE CHALLENGES OF PARTICIPATORY DEMOCRACY IN THE CURRENT CONTEXT

ABSTRACT: The article presents an analysis of social assistance councils and national conferences based on the current legislation, official documents, publications, articles, theses and dissertations published in CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) thesis and dissertation database. whereas Social Assistance Councils and Conferences have been the locus of

democratic control and social participation since 1988 in Brazil, the main conclusions of the research realize that political events and the social scenario after 2016 created obstacles to the implementation of participatory democracy, and that measures adopted by the federal government in 2019 about rights councils contribute to setbacks in democratic control and social participation.

KEYWORDS: Social Assistance; Democratic Control; Social Participation; State; Civil society.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca do controle democrático e participativo no âmbito da política de assistência social no Brasil nos últimos anos (2010-2019). Analisou-se os conselhos de assistência social e as conferências nacionais com base na legislação em vigor, documentos oficiais, publicações, artigos, teses e dissertações publicadas no banco de teses e dissertações da Capes¹. Os conselhos e as conferências de assistência social são lócus importantes de materialização do controle democrático e da participação social no âmbito dessa política social criados pela Constituição Federal de 1988 no Brasil. As informações levantadas indicam as estratégias adotadas pelos conselhos de assistência social nesse percurso para o aperfeiçoamento do controle social e democrático e apontam os óbices ainda existentes para a consolidação da democracia participativa no cenário nacional.

O estudo aponta ainda os desafios na atuação dos conselhos de assistência social nas três esferas do governo no âmbito da política de assistência social e revelam que alguns acontecimentos políticos e o cenário social brasileiro após maio de 2016 criaram novos óbices no processo de implementação da democracia participativa criada com a Constituição de 1988 e cuja materialização exige a atuação efetiva dos conselhos de assistência social e a realização das conferências nacionais de assistência social com a participação da sociedade civil organizada.

Nesse cenário as medidas adotadas pelo governo federal em 2019 no âmbito dos conselhos de direitos (consultivos e deliberativos) contribuem para apontarmos retrocessos importantes na democracia participativa criada pela Constituição Federal de 1988, ou seja, o controle democrático e a participação social na política de assistência social estão enfrentando novos desafios e estão ameaçados de desaparecer nesse novo contexto social e político brasileiro.

2 | CONTROLE DEMOCRÁTICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A promulgação da Constituição de 1988 inaugurou uma nova fase com reestruturação e reorganização das políticas sociais. E a atuação de segmentos da sociedade civil

¹ Banco de teses e dissertações da CAPES. Acesso em 20 de maio de 2019, no levantamento geral sem filtros encontramos no catálogo 1146344 resultados para conselhos de assistência social. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

organizada nas arenas de lutas e negociação com o governo acerca dos interesses mais gerais da população foi imprescindível. O Estado brasileiro com o objetivo de responder essa pressão social fez reformas na educação, na seguridade social, no complexo sanitário e no seu sistema administrativo. Nessa estratégia podemos identificar, segundo Draibe (1989, p.159):

Os princípios da descentralização com a vertente da municipalização, a integração dos serviços locais e equipamentos sociais em nível local, a participação popular nos processos de decisão, implementação e controle das políticas sociais e a concepção alternativa de organizar e distribuir bens e serviços sociais.

Nesse contexto, como fruto das ações da sociedade civil em defesa da institucionalidade legal dos direitos sociais da população, foi criado o sistema de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) como marco legal imprescindível para a implantação do incipiente sistema de proteção social brasileiro.

Ante esse cenário, a disputa no plano da esfera pública fez-se necessário acionar outros sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar materialidade aos direitos estabelecidos na Constituição de 1998.

Essa importante tarefa foi assumida pelos movimentos sociais articulados com estudiosos da área e trabalhadores, que exigiram do poder governamental a criação de lócus para o exercício do controle social e democrático no processo de acompanhamento da gestão, financiamento e implementação das políticas sociais.

Coube a sociedade civil de forma coletiva e organizada e, em consonância com o movimento constituinte plural e democrático engendrar esforços para defender a materialização dos direitos sociais regulamentados pela Carta Magna de 1988 em prol do exercício da cidadania, aí reconhecido.

A pesquisa intitulada “Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS (2005)², cujo conteúdo foi apresentado na quinta edição da conferência nacional de assistência social em 2005, demonstrou que os conselhos municipais de assistência social foram criados entre 1995 e 1998 (76%). A criação desses conselhos dentre outras coisas cumpria o estabelecido no artigo 30 da LOAS, que exigia a criação de conselhos, fundos e planos de assistência social nos Estados, Distrito Federal e Municípios para o repasse dos recursos do recém criado Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

A exigência do cumprimento do CPF para recebimento dos recursos foi o impulso que faltava para a ampliação da criação dos conselhos municipais de assistência social e essa medida foi exitosa para o controle social e democrático no âmbito da política de assistência social.

E em 2012, a NOB SUAS/2012 confirma o estabelecido no art. 30 da LOAS exigindo

2. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Fotografia_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em 31 de maio de 2019.

como requisitos mínimos que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebam os recursos referentes ao financiamento federal, a existência do conselho de assistência social instituído e em funcionamento; o plano de assistência social elaborado e aprovado pelo conselho de assistência social; o fundo de assistência social criado em lei e implantado; acrescentando a alocação de recursos próprios no fundo de assistência social.

A gênese e o desenvolvimento dos conselhos de assistência social não podem ser compreendidas sem analisarmos as conferências de assistência social, já que elas materializam essa arena de disputa entre o Estado e a sociedade civil organizada em torno da implantação e da implementação da política de assistência social após a promulgação da LOAS em 1993.

A primeira edição de conferência nacional ocorreu em novembro de 1995 com a temática – Sistema descentralizado e participativo: financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social. As edições posteriores, conforme o quadro (Quadro 1) a seguir, trataram de temas relevantes para a implantação de serviços, programas e benefícios da assistência social bem como para o aprimoramento do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social em âmbito nacional.

Edição	Ano	Tema Central
I	1995	Sistema descentralizado e participativo; financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social
II	1997	O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência- Construindo a Inclusão - Universalizando Direitos
III	2001	Política de Assistência social: uma trajetória de avanços e desafios
IV	2003	Assistência como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania - LOAS 10 anos
V	2005	SUAS – PLANO 10: estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
VI	2007	Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
VII	2009	Participação e controle social no SUAS
VIII	2011	Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores
IX	2013	Gestão e Financiamento na efetivação do SUAS
X	2015	Consolidar o SUAS de vez rumo a 2016
XI	2017	Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS

Quadro 1 - Conferências Nacionais de Assistência Social no Brasil por temas e ano

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/i-conferencia-nacional>. Acessado em 12 de maio de 2019.

Em pesquisas realizados acerca das conferências nacionais ³Avritzer (2012) aponta a existência de três elementos presentes em processos de conferências de âmbito nacional.

Em primeiro lugar o padrão da participação social no Brasil democrático é relativamente homogêneo [...]. Em segundo lugar, vale a pena avaliar a questão dos elementos deliberativos das conferências nacionais [...]. As conferências nacionais têm fortes elementos deliberativos expressos pelo fato de a maior parte dos participantes afirmar que há um forte debate de ideias no qual a concepção dos representantes do governo não prevalece. Os dados apontam para algum elemento de efetividade, mas apontam também para fortes lacunas. Estas lacunas são provocadas pelo fato de ainda não haver uma forma de gestão que se articule claramente com as decisões das conferências nacionais. Assim, as áreas com maior tradição de participação e que têm conselhos bem estruturados têm sido capazes de dar consequência às decisões das conferências (p. 22-23).

Esses três elementos, segundo o autor, apontam a importância das conferências nacionais como canais de participação social e democrática e de diálogo entre sociedade civil organizada e poder público, mas ao mesmo tempo, indicam que as Conferências Nacionais não são suficientes para materialização das deliberações.

No caso das conferências nacionais de assistência social ao analisarmos os ANAIS, cadernos de deliberações, relatórios finais ou outros documentos publicados no site do CNAS⁴, acerca dos conteúdos debatidos nesses eventos democráticos de âmbito nacional identificamos o processo político e os sujeitos coletivos atuantes nessas arenas de disputas, destaca-se a seguir alguns processos históricos que interferiram no desenho institucional da política de assistência que temos no Brasil hoje.

O primeiro registro de atividades dessa natureza começa em 1993, com a realização de encontros regionais promovidos pelo Ministério do Bem-Estar Social, em todo o país para a discussão do Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal (4.100/1993), cujo conteúdo iria normatizar a Lei Orgânica da Assistência Social, essa mobilização nacional e as discussões suscitadas acerca desse Projeto de Lei, ficou denominado como Conferência Zero, segundo Sposati (2003, p.15-16), foi em meio a essas articulações e debates que foi formulado o texto básico da atual Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Segundo dados divulgados no site do CNAS, foram sistematizadas 233 (duzentas e trinta e três deliberações), dessa primeira conferência e dentre as primeiras deliberações estava o pedido de extinção do Programa Comunidade Solidária tendo em vista a criação do comando único da política de assistência social previsto na LOAS.

Ao analisarmos o processo histórico e os documentos produzidos (ANAIS,

3 AVRITZER, L. Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. *Texto para discussão 1739*, Ipea, Rio de Janeiro, 2012.

4 No site do CNAS encontra-se disponível documentos que descrevem e analisam os processos conferenciais desde a sua primeira edição BRAGA.R.(2016), com o documento Relatório Todas as Deliberações das Conferências Nacionais (1995-2015), bem como os ANAIS e deliberações de todas as edições das conferências nacionais. Disponível em <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais>. Acesso em 13 de maio de 2019.

Deliberações, resoluções, notas técnicas, etc.) nessas conferências nacionais de assistência social descobrimos que as conferências tiveram como objetivo principal definir as bases e diretrizes nacionais para que a política de assistência social componente do sistema de seguridade social brasileiro previsto na Constituição de 1988 (artigos 194, 203 e 204) fosse materializado em todo o território nacional como dever do Estado e direito de cidadania, conforme estabelecido no artigo 204:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - **participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.** (Constituição Federal Brasileira, 1988) (grifo nosso).

No entanto, mesmo com esse marco legal práticas assistencialistas ainda permeiam as ações da política pública de assistência social e reiteram práticas antigas, como caridade, filantropia, primeiro damismo, favor, residualidade, focalização, centralização, inviabilizando assim concretização das prerrogativas constitucionais.

Em parte creditamos esse quadro nacional da política de assistência social a influência dos elementos históricos que se perpetuam ao longo dos anos, como o padrão de desenvolvimento do Estado brasileiro e sua inserção de forma dependente no capitalismo internacional, as correlações de forças presentes, o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, bem como o processo histórico de constituição da política de assistência social no Brasil, acrescidas dos elementos políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciam e direcionam a (não) atuação do estado no sistema de proteção socioassistencial conforme estabelecido na Constituição de 1988 e na LOAS (1993).

E isso se manifesta de forma mais acintosa, como veremos a seguir, a partir das novas medidas adotadas pelo governo federal a partir de 2019.

3 | OS CONSELHOS DELIBERATIVOS E AS CONFERÊNCIAS DE ASSISTENCIA SOCIAL: CENÁRIO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Proficuas pesquisas⁵ revelam o caminho híbrido de conjugar o novo e o velho no âmbito da política de assistência social e nesse processo de enfrentamento de romper com as velhas práticas ainda persistente no desenho institucional da nova política de assistência social os conselhos de assistência social (nacional, estaduais, municipais e Distrito Federal) tiveram que assumir um protagonismo em cumprimento ao estabelecido na LOAS.

5 MESTRINER (2010); AVRITZER (2012); MOTA (2008); RAICHELIS (2000), etc.

E essa tarefa exigiu dos conselhos a conquista de espaços políticos e legitimidade para enfrentar os principais desafios em prol da materialização do controle social e democrático no âmbito da política de assistência social.

Estudos realizados por Cunha (2009) acerca de cinco conselhos municipais de assistência social de capitais da região sul e sudeste no período de 2003 a 2007, revelaram que:

[...] eles têm cumprido o requisito deliberativo de produzir decisões demonstrando se constituírem em “públicos fortes” na medida em que têm poder de decisão e efetivamente o utilizam para decidir acerca de aspectos os mais variados na política de assistência social, e de sua própria organização e funcionamento. Essas decisões impactam de algum modo o sistema em nível municipal, seja quando concede, ou nega o registro a uma organização social; aceita, ou rejeita, uma prestação de contas do gestor; e define critérios para repasse de recursos públicos para entidades. Muitas das decisões parecem ser consensuais, o que pode decorrer tanto do contexto normativo da área, que tem circunscrito argumentos e alternativas argumentativas, quanto do próprio desenho institucional [...] (p.124-125).

Segundo esta autora a complexidade do processo democrático brasileiro é um elemento que deve ser considerado nos estudos realizados acerca da atuação dos conselhos e de outros lócus que viabilizam a participação política e o controle democrático da agenda de prioridades definida para as políticas sociais pelos gestores governamentais no Brasil.

Ao ocupar esses espaços e exercer o controle social, via conselhos gestores deliberativos, a sociedade civil organizada passou a atuar na proposição de mudanças no campo da política de assistência social, materializando assim a democracia participativa e o controle democrático.

A atuação da sociedade civil e do Estado nesses espaços é permeada por vários processos sócio-políticos-culturais que acabam mediando e interferindo (de forma positiva e ou negativa) as tomadas de decisões e deliberações desses conselhos, além disso, a materialização dessas deliberações depende também da configuração da esfera pública e esfera privada no campo da assistência social no cenário contemporâneo (RAICHELIS, 1998). Em 01 de janeiro de 2019, o presidente eleito Jair Bolsonaro publicou medida provisória com a extinção⁶ do Consea (Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019). Por esse ato presidencial foi retirada a autonomia do Consea de convocar conferências nacionais com foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi alterada a composição do Consea e revogada a atribuição do conselho de acompanhar, articular e monitorar a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Esse ato, no seu primeiro dia de mandato provocou reações de protesto da sociedade civil organizada e demonstrou que o governo adotaria medidas dessa natureza

⁶ Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 -http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm

em outras instâncias de participação social e controle democrático criados no Brasil após a Constituição de 1988.

E isso não demorou a ser concretizado. Em 12 de abril de 2019, foi o Decreto 9.759/2019, que determinou que, a partir de 28 de junho de 2019, serão extintos todos os colegiados da administração pública federal. Ademais foi revogado o Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e cujo objetivo era fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Dentre os conselhos destaca-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), o dos Direitos do Idoso (CNDI), o de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o de Relações do Trabalho, o de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a da Biodiversidade (Conabio), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Instâncias imprescindíveis e cujas ações foram importantes para viabilizar a democratização e a participação social em nosso processo recente de república democrática brasileira, agora sob novas ameaças.

E no caso da política de assistência esse óbice se materializou com a não realização da edição da XII Conferência Nacional em 2019, cuja convocação foi feita pela Resolução nº.12, de 18 de abril de 2019 e depois com a Resolução nº 15 de 25 de abril de 2019 CNAS, foram revogadas todas as resoluções CNAS de nº 12, 13 e 14, de 18 de abril de 2019, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2019.

Essa revogação se deu para cumprir o Parecer nº 00201/2019/CONJUR- MC/CGU/AGU, datado de 21 de março de 2019, que apontou a necessidade de quórum qualificado para fins de votação de convocação do processo conferencial em caráter extraordinário; e em cumprimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em que estabelece que os Pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

O cenário exigiu da sociedade civil organizada respostas imediatas para se contrapor a essas medidas e, em 08 de maio de 2019 a sociedade civil com representação no CNAS e o CONGEMAS divulgaram uma nota⁷ pública de esclarecimento e posicionamento em defesa da realização da conferência nacional.

E divulgaram Informes 01/2019 e 02/2019, cujos conteúdos convocam a realização da conferência democrática com a definição do tema: Assistência Social: Direito do povo, com financiamento público e participação social. E com os eixos temáticos: Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado; Política Pública tem que ter financiamento público e a participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

Essa importante mobilização da sociedade civil conta com o apoio de alguns estados

⁷ https://docs.wixstatic.com/ugd/817492_6b2e9bf3ce1542bdab444cbde08bdcb6.pdf. Acesso em 29 de maio de 2019.

da federação e neles serão realizadas conferências estaduais e municipais de assistência social. Algumas inclusive já convocadas, como é caso da Bahia⁸.

Esse novo cenário apresentado após a posse do governo Bolsonaro revela que o histórico desafio enfrentado pela sociedade civil e suas instâncias de organização tornou-se ainda maior no cenário atual.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil e suas entidades organizativas após a redemocratização do país (anos 80) tentam conciliar a democracia representativa com a democracia direta/participativa, em um país cuja cultura política patrimonialista, familista, clientelista e centralista ainda se faz presente, em especial na área da política de assistência social e a realização das conferências nacionais bem como a atuação dos conselhos de direitos (consultivos e deliberativos) são estratégias importantes para a consolidação da democracia.

Os desafios para o exercício do controle social democrático e participativo são ainda maiores quando consideramos que as ações desenvolvidas no âmbito desses conselhos e as conferências provocam debates e correlações de forças em disputa demonstrando que o embate entre governo e sociedade civil organizada deve ocorrer sempre que estiver em risco o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Conferências Nacionais**: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para discussão, n. 1739).

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988.

COUTO, Berenice Rojas. O sistema único de assistência social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília (DF), 2009. p.205-218.

CUNHA, Eleonora. **Efetividade Deliberativa**: Estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997-2006). UFMG, 2009.

DRAIBE, Sonia. **A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais**: os conselhos nacionais de políticas setoriais. Campinas-SP: Neep/Unicamp, 1989.

MESTRINER, Maria Luiza. A intrincada relação histórica entre Assistência Social e Filantropia no Brasil. In: STUCHI, Carolina Garbas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosangela Dias (Org.). **Assistência Social e Filantropia**: novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo, 2010, p. 37-58.

⁸ Na Bahia a conferência estadual tem periodicidade bianual conforme legislação em vigor nesse Estado.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo. Cortez. 2008.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais - um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabeth et al (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**. São Paulo: Cortez, 2000.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Data de aceite: 01/03/2021

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

Universidade Federal Fluminense
Niterói – RJ

RESUMO: Este artigo versa sobre a política de assistência social no Brasil. Tem como fundamento a teoria social crítica e reflete sobre a relação entre acumulação do capital e questão social. Tem por objetivo analisar as principais determinações que mediaram a implementação das políticas sociais historicamente no Brasil, em especial os programas de transferência de renda enquanto estratégias de combate à pobreza nos anos de 1990 para apontar os desafios aos profissionais que atuam nas políticas sociais e que estão comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, tanto no que se refere à sua formação quanto ao seu exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Superpopulação relativa, política social, assistência social, programa bolsa família.

ASSISTANCE SOCIAL POLICY IN BRAZIL AND BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: CRITICAL POINTS

ABSTRACT: This article deals with social welfare policy in Brazil. It is based on critical social theory and reflects on the relationship between capital accumulation and social question. It aims to analyze the main determinations that mediated the implementation of social policies historically in Brazil, especially income transfer programs as

strategies to combat poverty in the 1990s to point out the challenges to professionals who work in social policies and who are committed to the interests of the working class, both as regards their training and their.

KEYWORDS: Overpopulation relative, social policy, social assistance, bolsa família program.

1 | INTRODUÇÃO

Temos observado na literatura brasileira, e em especial no Serviço Social, um conjunto de reflexões acerca dos atuais desdobramentos da política de assistência social e dos programas de transferência de renda enquanto estratégias de combate à pobreza. Embora se enfatize o Programa Bolsa Família enquanto o “carro-chefe” da intervenção no combate à pobreza no Brasil, este é caudatário de um conjunto de mudanças que passam a vigorar no país após o final dos anos de 1980, quando do aprofundamento das medidas neoliberais no país.

Portanto, nossa análise partirá dos pressupostos teórico-metodológicos fundamentados na teoria social crítica no sentido apreender o objeto na sua totalidade, ou seja, considerando o conjunto de determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que envolvem o surgimento e desenvolvimento da política de assistência social brasileira. O objetivo desse artigo é o de refletir acerca da consolidação da política de assistência social

no Brasil e os desdobramentos políticos e econômicos dos programas de transferência de renda para apontar os principais dilemas e desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade.

21 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA BREVE APROXIMAÇÃO A PARTIR DE SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS

2.1 Acumulação do capital e questão social

Embora os dados oficiais informem a redução da pobreza no Brasil, sabemos que o fenômeno do pauperismo esteve presente desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo e que seu aumento ou retrocesso dependem de um conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais na órbita do Estado a depender tanto de conjunturas históricas quanto da correlação de forças entre as classes sociais. A política de assistência social no Brasil, e em diferentes países, surge para atender as necessidades do segmento de trabalhadores mais pauperizados.

No entanto, o pauperismo é produto da dinâmica inerente do capital. Desde que o capitalismo se consolidou enquanto modo de produção, através da revolução industrial, da divisão social e técnica do trabalho e da generalização do trabalho assalariado, que a expansão das riquezas veio acompanhada pelo desemprego de uma parcela considerável dos trabalhadores.

Assim, a própria consolidação desta sociedade gerou mecanismos que expulsam os trabalhadores das fábricas criando o que Marx (1998) denominou de superpopulação relativa e/ou exército industrial de reserva. Esse contingente de desempregados representa um estoque de trabalhadores sempre disponíveis para as demandas do capital. No interior desse reservatório de força de trabalho se desenvolvem mecanismos que empurram os salários dos empregados para baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais intensidade e por mais tempo, criam uma grande massa humana pronta a ser convocada quando assim desejar o capital e condenam uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada.

Portanto, o desemprego na sociedade capitalista deve ser entendido não como produto exterior ou mero distúrbio involuntário do sistema de produção, mas antes, como produto histórico necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista.

Historicamente, segmentos da classe trabalhadora que tanto estavam inseridos nos processos produtivos e/ou vivenciavam situações de pobreza devido ao processo de urbanização e industrialização, passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho e de vida. É quando podemos afirmar tratar-se do surgimento da questão social. Desta forma, partimos do princípio de que há uma relação umbilical entre as dimensões da política e da economia, consideraremos que as políticas sociais emergem e só podem ser

compreendidas historicamente a partir da intervenção do Estado na questão social.

2.2 Particularidades históricas da política social brasileira

Autores de relevância intelectual no Brasil (CARVALHO, 2011; BEHRING & BOSCHETTI, 2011; COUTO et. al., 2010) desenvolvem reflexões acerca da consolidação dos direitos sociais no país. Destacaremos alguns elementos que expressam nossa formação sócio histórica e que influenciaram no desenvolvimento da legislação social.

De início, consideramos que o Brasil não vivenciou um modelo “clássico” de revolução burguesa, mas sim contou com o processo chamado por Mazzeo (1997) de “via prussiano-colonial”. Esse processo tratou, em essência, da institucionalidade do Estado nacional sem a participação das massas populares, com o exclusivo domínio da elite agrária, com uma matriz teórico-ideológica liberal de caráter conservador e reacionário. A transição para uma sociedade moderna se fez mudando a sua institucionalidade na aparência jurídica, mas mantendo os laços com o passado em termos de organização e práticas econômicas, políticas e culturais.

Tal contexto histórico fez com que ainda hoje esteja presente o forte interesse da burguesia agrária, mas também de um forte movimento popular junto ao campo além dos movimentos sociais urbanos. Decorrente deste processo, outro aspecto a ser considerado é o peso do escravismo que influenciou as relações entre as classes, formando historicamente, de forma deletéria para os trabalhadores, um caldo cultural baseado no trato pessoal de questões de ordem pública e o forte clientelismo e patrimonialismo na gestão do Estado (MAZZEO, 1997; BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Tais características vão marcar a relação entre o Estado e os trabalhadores. Ainda assim, temos que destacar que desde a proclamação da república em 1889 até 1930 algumas medidas de proteção social foram implementadas devido a pressões populares e internacionais: em 1891 foi regulado o trabalho de menores na capital federal, culminando na aprovação do Código de Menores em 1917; a garantia do direito de sindicalização a algumas categorias de trabalhadores, principalmente com o maior reconhecimento dos sindicatos na área rural que trabalhavam com café e por conta da mobilização dos trabalhadores imigrantes; a aprovação da Lei Eloy Chaves, que criou a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores como ferroviários e marítimos (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

A década de 1920 tratou-se de um período de forte efervescência política, com a criação em 1922 do Partido Comunista Brasileiro e com a realização neste mesmo ano da Semana de Arte Moderna. No âmbito da economia ocorreu a grave crise econômica mundial de 1929, fazendo com que houvesse um rearranjo político entre frações da burguesia no país (CARVALHO, 2011).

A partir de 1930 contamos com um intenso investimento do Estado na industrialização

do Brasil quando Getúlio Vargas assume a presidência. É quando podemos afirmar que se trata do surgimento da questão social no Brasil a partir do protagonismo da classe trabalhadora no cenário político, demandando do Estado e da burguesia um conjunto de respostas às mazelas sociais oriundas da acumulação de capital que estava se instituindo.

Portanto, de 1930 a 1964, foram implementadas uma série de medidas sociais. É quando se institui, de forma ampliada, as Caixas e os Institutos de Aposentadorias e Pensões, CAPs e IAPS, que se organizavam por ramo de categoria e asseguravam como benefícios o direito à aposentadoria e pensão, o acesso ao socorro médico e a compra de medicamentos a preços reduzidos, e eram mantidos através da contribuição de empregados e empregadores, sem contar com a participação do Estado (COUTO, 2006).

Mas tais medidas se destinavam somente aos trabalhadores vinculados ao setor formal e que contribuíam para essas instituições. A consequência disto é que um número significativo de trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, ficou à margem desse sistema, pois se situavam na informalidade, dependendo de assistência filantrópica. Em 1942 criou-se a Legião Brasileira da Assistência (LBA) que inicialmente tinha como propósito atender as famílias dos soldados que haviam se alistado na guerra, mas que passa também a assistir aqueles trabalhadores que não estavam vinculados ao emprego formal. Tratava-se de ações voluntárias, sem caráter técnico e/ou programático.

Os anos entre 1930 e 1945 foram importantes para a ampliação da legislação trabalhista, ainda que somente para os trabalhadores formais. Mas foi nesse período que: estabeleceu-se a jornada de trabalho de oito horas para comércio e indústria; regulamentou-se o trabalho feminino; foi criada a carteira de trabalho; criação de comissões e juntas de trabalho (início da justiça do trabalho); direito de férias; criação do salário mínimo e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (CARVALHO, 2011).

Esse quadro histórico vai contar com mudanças ao longo dos governos, mas ainda carregando o forte apelo populista, com medidas voltadas à industrialização do país e com a abertura ao capital internacional a partir dos anos de 1950-1960. No entanto, a partir de 1960 assume João Goulart como presidente e avança nas chamadas reformas de base: agrária, fiscal, bancária e educacional, buscando atender aos anseios das mobilizações do campo e da cidade.

O golpe militar de 1964, de certa forma, foi uma ação política que buscou conter as reformas que estavam em curso, pois poderia levar ao “perigo comunista”. O cerceamento dos direitos civis e políticos perduraram até a abertura democrática nos anos de 1980. Mas algumas medidas sociais foram adotadas nesse período, inclusive, para amenizar as contradições da ditadura. Em 1971 foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural) que efetivamente incluía os trabalhadores rurais na previdência, mas seus recursos vinham de um imposto sobre produtos rurais, pago pelos consumidores, e de um imposto sobre as folhas de pagamentos das empresas urbanas, não onerando a burguesia agrária (CARVALHO, 2011).

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que acabava com os CAPs e IAPs e unificava o sistema e centralizando sua gestão no poder público federal, com exceção do funcionalismo público, civil e militar. O governo acabou com a estabilidade no emprego, e para compensar, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que era pago pelos empresários e que tinha a função de seguro-desemprego. Criou-se o Banco Nacional da Habitação (BNH) cuja finalidade era facilitar a compra da casa própria aos trabalhadores de baixa renda.

Portanto, até os anos de 1970, os trabalhadores situados à margem dos sistemas de proteção social tinham que acessar aos serviços beneficentes das políticas de assistência e saúde nas denominadas Santas Casas de Misericórdia, que se caracterizavam pela filantropia e benemerência, sem assumir a condição de política pública. Enquanto que os trabalhadores formais acessavam as políticas sociais a partir do INPS. O governo somente investia em campanhas de vacinação em massa, mas ainda de forma bastante residual. Portanto, estabelecendo uma forte cisão entre os trabalhadores inseridos de forma formal na economia e aqueles situados na informalidade.

Os movimentos de oposição fizeram-se presente durante todo o período da ditadura militar, principalmente nos anos de 1980, com a forte atuação sindicatos, organizações civis e religiosas, movimentos sociais urbanos, associações de profissionais de classe média, artistas e intelectuais. Momento que contou com a criação do Partido dos Trabalhadores e de intensa mobilização sindical com os operários dos setores que haviam se expandido na economia com o “milagre” econômico, ou seja, metalúrgicos das automobilísticas e da siderurgia da região metropolitana de São Paulo (CARVALHO, 2011).

No processo de reabertura democrática esses movimentos contribuíram para a garantia de prerrogativas que atendessem aos interesses populares na Constituição Federal de 1988, chamada a “Constituição Cidadã”. Tais mobilizações apresentaram pautas políticas que atendiam a diferentes segmentos da sociedade, mas principalmente, evidenciavam as contradições da acumulação do capital e do pauperismo. Devida a essa correlação de forças, ampliou-se a Seguridade Social brasileira que passa a ser composta pelas políticas de saúde, assistência e previdência social, elevando-as a patamar de direito social. A primeira delas, de caráter universal e gratuita, onde todos os cidadãos brasileiros têm acesso. A segunda é para aqueles cidadãos que dela necessitar. Ambas não possuem caráter contributivo, somente a previdência social que concede benefícios e aposentadorias aqueles que contribuem via imposto previdenciário. Portanto, buscando romper com a cisão histórica entre os trabalhadores formais e o resto da população.

As políticas não-contributivas – a assistência social e saúde – foram regulamentadas através da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ambas as legislações inovaram quanto à participação popular, uma vez que preveem canais de controle social como as conferências municipais, estaduais e nacional, além dos referidos conselhos paritários entre sociedade civil e governo. No

entanto, tais espaços vêm sendo utilizados para manobras políticas de caráter privado e são alvos de constantes embates políticos que expressam diferentes projetos societários.

Apesar desses avanços democráticos com a Constituição Federal, já estava em vigor nos países latino americanos medidas de cunho neoliberal como “saídas” para a crise econômica dos anos de 1970-1980. O final dos anos de 1980, mas, principalmente, os anos de 1990, caracterizaram-se por um período marcado por privatizações de serviços e empresas públicas, desregulamentações financeiras e intensas medidas voltadas à reestruturação produtiva.

3 I NEOLIBERALISMO, PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como prevê o pacote neoliberal, o Estado deve conter gastos sociais. Por tais razões, mesmo após a elaboração da Constituição Federal de 1988 o Estado não priorizou o investimento do fundo público na implementação das políticas sociais nela preconizada. Resultado disso foi, por um lado, a acumulação e concentração do capital dos grandes empresários e, por outro, a crescente pauperização da grande massa da população.

Mas o Estado não pôde deixar de dar respostas às expressões da questão social. Fará isso numa perspectiva focalizadora que trabalha com a lógica da fragmentação das políticas, visando atender resultados de curto alcance e os critérios de acesso estão baseados quantitativamente na renda, além de distinguir por mérito e não por direito àqueles que terão acesso e/ou continuidade no acesso aos benefícios sociais.

A política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial e muito limitada, os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal [...] trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real dos pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital financeiro para garantir o pagamento das dívidas públicas [a juros exorbitantes...] (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 155-156).

São com essas características que serão implementadas na década de 1990 diferentes programas de caráter focalizado voltados ao combate à pobreza, como o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (1993) e o Programa Comunidade Solidária (1995). As políticas de saúde e previdência social também são impactadas pelas medidas neoliberais. O exemplo disto é o sucateamento dos serviços públicos de saúde devido ao baixo investimento público e a abertura para os planos privados. A área da previdência contará com uma série de medidas que ampliarão o tempo para a aposentadoria e de cálculos para a redução dos benefícios, além da ampliação de regras que favorecem os fundos privados de pensão, entre outras medidas. Fazendo com que se criasse agora uma cisão entre aqueles trabalhadores com condições de pagar por serviços privados

(planos de saúde e previdência privados) e aqueles trabalhadores pobres que acessam às precarizadas políticas sociais (MOTA, 2005).

No projeto de continuidade ao aprofundamento das medidas neoliberais, temos a partir dos anos 2000 um conjunto de intervenções sociais voltadas à implementação de programas de renda mínima, como o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola” (2001), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde – “Bolsa-Alimentação” e o Auxílio-Gás (2001).

A partir do governo Lula, em 2003, ocorreram inflexões na área social cuja principal delas foi a implantação de um programa de renda mínima que se inicia com um processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda mencionados anteriormente, agora passando a se denominar “Bolsa Família”. Segundo o portal do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o Programa Bolsa Família (PBF) tem se constituído como:

O principal programa de transferência direta de renda com condicionalidades do governo federal. Sua estrutura está fundamentada em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos na área da saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias, para que tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza. Entre os exemplos de programas complementares ao PBF incluem-se programas de geração de trabalho e renda, combate ao trabalho escravo, alfabetização de jovens e adultos e acesso à energia elétrica (MDS, 2008, p. 24).

Atualmente o PBF situa-se no âmbito da política de assistência social, por consistir em benefício de caráter não contributivo, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com a inauguração do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, o programa integra a rede de atenção básica da política de assistência social.

Com a criação do SUAS, observa-se que muito se avançou em termos de gestão administrativa e a construção de uma nova institucionalidade para política de assistência social no Brasil, ampliando os seus objetivos e estabelecendo uniformidade e unidade na prestação dos serviços. No entanto, como se insere no contexto das reformas neoliberais, alguns desafios precisam ser sinalizados conforme apontam os estudos de Couto et. al. (2010).

O primeiro elemento refere-se à necessidade de integração e articulação com as demais políticas sociais para o atendimento às reais necessidades da população. Outra questão é que a execução e a priorização da política de assistência social dependem de pactuações entre os gestores das esferas municipal, estadual e federal, colocando na ordem do dia um conjunto de interesses políticos que muitas vezes impedem a plena execução do SUAS.

A fragilidade do controle social de forma efetiva como preconiza a legislação

também se constitui em outro desafio, que se deve tanto à dificuldade de mobilização dos usuários desses serviços, quanto às manobras políticas que são realizadas para tomada de decisões. Em relação ao atendimento às demandas da população, este ainda se apresenta de forma rotineira e existem dificuldades na proposição e ampliação desses atendimentos. Um último elemento que pode ser aqui destacado refere-se ao “primeiro-damismo” quando ainda se faz presente o caráter patrimonialista da política social, principalmente nos municípios de pequeno porte, em que esposas de governantes dirigem a condução da política de assistência social, assumindo-a com forte cariz filantrópico e de benemerência, reproduzindo a lógica histórica de constituição da assistência no Brasil, o que dificulta a criação de uma cultura pública dos direitos sociais.

Os programas e projetos de enfrentamento à pobreza, que estão sob a execução da política de assistência social, são alvo de constantes embates teórico-políticos no cenário contemporâneo. Coexistindo diferentes concepções de pobreza e de enfrentamento da mesma, bem como a forma como esses programas impactam na reprodução econômica e ideológica da população. Nesse universo plural e democrático, nossa análise teórica e ídeo-política considera que o atual Programa Bolsa Família compõe um conjunto de ações já em curso que buscam aprofundar as medidas neoliberais, mas que agora assumem novas particularidades.

4 | PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Um dos argumentos mais recorrentes dos defensores do PBF refere-se ao seu caráter altamente redistributivo que promove a redução da desigualdade no país (CONSTANZI; FAGUNDES, 2010). No entanto, os dados mostram o contrário. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, o chamado Índice Gini, que varia de 0 a 1, piorou de 0,496 em 2012 para 0,498 em 2013. A respeito da renda média dos brasileiros, essa tem aumentado em 5,7%, passando para R\$ 1.681 por trabalhador, mas a média aumentou mais no topo da pirâmide (6,4%) do que na base (3,5%), não contribuindo para diminuir a desigualdade. Portanto, a forte desigualdade no país ainda continua presente uma vez que o contingente de 1% dos brasileiros mais ricos ainda ganha quase cem vezes mais que os 10% mais pobres.

Mas, se comparados aos programas implementados no Brasil nos anos de 1990, podemos perceber que um dos avanços com o PBF foi o aumento do benefício pago às famílias – apesar de contar com valores muito baixos se comparado com o valor do salário mínimo – além da capacidade de incorporação de um maior número de beneficiários que os programas anteriores. Em que pese esses aspectos “positivos” muitas famílias necessitam complementar sua renda e isso ocorre, na maioria dos casos, via trabalho informal e/ou precarizado. E ainda existem famílias em situação de pobreza absoluta que não conseguiram acessar ao programa.

A Cartilha do PBF indica como “portas de saída”: alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e microcrédito, acesso a serviços de saúde e educação (SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2008, p. 139). Podemos observar, então, que o PBF preconiza que as alternativas para superação da pobreza estão centradas no indivíduo e focados em programas e não em políticas estruturais. A saída da pobreza vai depender da aquisição, ou não, de novas capacidades individuais. Não entra aqui em questão as determinações econômicas, políticas e sociais que fundam as relações desiguais sob o modo de produção capitalista.

Portanto, o PBF expressa o caráter liberal-conservador já proposto para as reformas neoliberais das políticas sociais desde os anos de 1990, não rompendo com suas bases fundamentais das contradições de classe. Tal perspectiva, centra seus estudos nas categorias como “capital humano”, “empoderamento”, “capacidades”, entre outras, e não se propõe a uma análise crítica mediada na relação desses trabalhadores com as políticas macrossociais e econômicas.

A ideia de capital humano apoia-se no conceito de “capacidades”, relacionado ao conjunto de bens que pode dominar para a expansão da sua liberdade em favor da responsabilidade individual (STEIN, 2008). Ou seja, um “culto” ao individualismo e ao subjetivismo em detrimento da coletividade e das questões de classe, própria à ideologia liberal.

Na acepção liberal a ideia de justiça social está baseada em que todo o cidadão deve receber uma compensação para permitir que todas as pessoas disponham das mesmas possibilidades de escolha e das mesmas ocasiões no curso de suas vidas (EUZÉBY, 2004). No entanto, como vimos anteriormente no sistema capitalista isto é inviável, porque a desigualdade é inerente para a reprodução do sistema e que as possibilidades de escolhas estão determinadas por essa condição.

A partir dessa análise, podemos perceber que tanto a explicação para a pobreza quanto as respostas para o seu enfrentamento contidas no PBF não ultrapassam os níveis mais imediatos das demandas sociais, excluindo suas relações estruturais com o modelo de produção e apropriação da riqueza no capitalismo. Ao permanecer no nível da aparência, não se alteram as bases fundantes da desigualdade social e da reprodução da pobreza.

As implicações ídeo-políticas desse processo só ampliam as dificuldades dos trabalhadores na tomada de consciência de classe e na luta por garantia e ampliação dos direitos, à medida que fragmenta suas condições, colocando-os uns contra os outros na luta pelos benefícios sociais, e transforma a pobreza em problema de gestão de recursos públicos apenas, sendo necessário focalizá-los para que se torne mais eficiente.

As implicações ídeo-políticas desse processo só ampliam as dificuldades dos trabalhadores na tomada de consciência de classe e na luta por garantia e ampliação dos direitos, à medida que fragmenta suas condições, colocando-os uns contra os outros na luta pelos benefícios sociais, e transforma a pobreza em problema de gestão de recursos

públicos apenas, sendo necessário focalizá-los para que se torne mais eficiente.

5 | DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

É importante destacar que o assistente social, enquanto condição de trabalhador assalariado também sofre os impactos das medidas neoliberais, como na forma de contratação flexibilizada que muitas vezes ocorre por meio de contrato/projeto/assessoria tanto em instituições públicas quanto privadas. Além disso, vivencia a precarização do investimento nas políticas sociais, impactando na realidade cotidiana dos usuários e dos serviços e benefícios.

Por conta do aumento da pobreza, da institucionalização de novas questões contemporâneas e das formas de intervenção do Estado na questão social ocorre a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. Se, historicamente, o assistente social era visto apenas para a execução imediata das políticas sociais, atualmente o Serviço Social ampliou as dimensões da prática profissional que fez alargar o universo de possibilidades da intervenção. Se por um lado, conta com a potencialidade para a inovação profissional, por outro, emergem um conjunto de requisições ligadas às outras áreas do conhecimento que precisam ser acionadas. O exemplo disto está na necessidade de apropriação sobre orçamento público, gestão de políticas sociais, elaboração de projetos, avaliação e monitoramento de projetos, programas e serviços, entre outros.

No entanto, devemos ficar atentos: se não forem apreendidas essas novas demandas institucionais na sua construção histórica e a partir do conjunto de mediações que a constituem, bem como se não nos apropriarmos de conhecimentos de outras áreas de forma crítica, tenderemos a responder a essas novas necessidades de forma imediata e pragmática. O que comprometerá análises mais totalizantes e por consequência, ações políticas sem o compromisso com a mudança social. Nesse sentido, a prática profissional voltada à fornecer respostas imediatas e emergentes às demandas institucionais pode trazer a centralidade do debate para a dimensão técnico-operativa da profissão relegando a um segundo plano o rigor teórico-metodológico e o compromisso ético-político.

Nesse sentido, queremos afirmar a necessidade do questionamento do pragmatismo no Serviço Social (GUERRA, 2013). Uma vez que este possibilita a ampliação de teorias neoconservadoras, dificultando a qualificação do exercício profissional no que tange às reflexões num caráter crítico. Na contramão da postura pragmática, reforçarmos a dimensão política da profissão e a necessidade de aprofundamento da teoria social crítica. Assim, é fundamental avançar cotidianamente na busca de identificar, reforçar e propor: iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; processos de democratização das decisões; conquistas e possibilidades do exercício de direitos; mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação da consciência crítica da população usuária (MOTA, 2014).

Portanto, há a necessidade de reafirmar o rigor teórico-metodológico tanto na formação quando na fundamentação do exercício profissional para que possamos estabelecer uma unidade entre teoria e prática, sem cairmos no ecletismo teórico. Torna-se fundamental, então, recorrermos às teorias que conectam as intervenções do Estado com a crise do capital que impactam na reestruturação de novas demandas aos Assistentes Sociais para avançarmos na constituição de respostas estratégicas que venham, de fato, a contribuir com a implementação e aprofundamento do projeto ético-político profissional voltado à constituição de estratégias técnico-operativas que realizem o efetivo enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – um longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COSTANZI, R. & FAGUNDES, F. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. & MODESTO, L. In: IPEA, **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Vol. 01. Brasília: IPEA, 2010.

COUTO, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C; SILVA, M. O. & RAICHELIS, R. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

EUZÉBY, A. Proteção social, pilar da justiça social. In: SPOSATI, A. (Org.). **Proteção social e cidadania – inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-32.

FILGUEIRAS; L. & GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GUERRA, Yolanda. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, p. 39-49, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. v.1. 3 ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAZZEO, A. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS/ SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS. **Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 18 Jun. 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do Assistente Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out/dez.2014.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. O.; YASBEK, M. C. & GIOVANNI, G. **A política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

STEIN, R.H. **Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade**. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. & MIOTO, R. (Org.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO AMAZONAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Cristiane Andrade da Costa

Instituto de Saúde e Biotecnologia da
Universidade Federal do Amazonas
Coari - AM

<http://lattes.cnpq.br/8229549616834573>

Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Coari - AM

RESUMO: O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um direito individual, não contributivo, presente no âmbito da política de Assistência Social, pela qual é concedido um salário mínimo aos idosos com sessenta e cinco anos ou mais, assim como pessoas com deficiência de qualquer idade. O presente artigo tem por objetivo analisar a implantação do Programa BPC na Escola, no município de Coari-AM¹. O programa visa garantir o acesso e a permanência do beneficiado na escola, criando uma rede de proteção social com a participação das áreas da saúde, educação e assistência social. A metodologia utilizada foi através de revisão bibliográfica e pela coleta de dados dos questionários aplicados às famílias dos beneficiários do programa, no município. Através dos resultados obtidos foi possível

verificar que apenas 65,85% dos beneficiários do programa estão frequentando a escola, enquanto 15,85% nunca frequentaram a rede de ensino. Observou-se também que o tipo de deficiência prevalecente dentre os beneficiários no município de Coari, trata-se de deficiência física com 30,41% da amostra avaliada. Vale ressaltar que, a não continuidade do beneficiário em frequentar a escola é iniciativa própria dos pais ou familiares com 9,38%. Espera-se que as informações desse trabalho contribuam para a elaboração de estratégias de forma conjunta e articulada com as demais políticas públicas para o desenvolvimento de ações para a superação das barreiras que impedem a participação social plena dos usuários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais.

PALAVRAS - CHAVE: Acessibilidade, Inclusão social, Intersetorialidade, Assistência Social.

**BENEFIT OF CONTINUED PROVISION:
AN ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION
OF THE BPC PROGRAM AT SCHOOL IN
THE MUNICIPALITY OF COARI, IN THE
INTERIOR OF AMAZONAS**

ABSTRACT: The Continuous Benefit Benefit - BPC is an individual, non-contributory right, present within the scope of the Social Assistance policy, by which a minimum salary is granted to the elderly at the age of sixty-five or more, as well as persons with disabilities of any age. The purpose of this article is to analyze the

¹ Município brasileiro situado no interior amazonense, Coari pertence ao conjunto de 62 municípios do Estado do Amazonas, tem a população estimada em 84.272 pessoas (IBGE, 2018) e situa-se a 363 km da capital do estado Manaus; está localizado no Rio Solimões entre o Lago de Miamá e o Lago de Coari. O acesso ao município só é possível através dos modais hidroviário e aeroviário, assim, dificultando a integração do seu território às outras regiões do estado. Possui ainda uma área territorial de 57.921,64km² de todo território.

implementation of the BPC Program in the School, in the municipality of Coari-AM1. The program aims to guarantee access and permanence of the beneficiary in the school, creating a network of social protection with the participation of the areas of health, education and social assistance. The methodology used was through a bibliographical review, through the collection of data from the questionnaires applied to the families of the beneficiaries of the program, in the municipality. Through the results obtained, it was possible to verify that only 65.85% of the beneficiaries of the program are attending school, while 15.85% never attended the school network. It was also observed that the type of disability prevalent in the municipality of Coari is physical disability with 30.41% of the sample evaluated. It is worth noting that the non-continuity of the beneficiary attending school is the parent's or family's own initiative with 9.38%. It is hoped that the information of this work contributes to the elaboration of strategies in a joint way and articulated with the other public policies for the development of actions to overcome the barriers that prevent the full social participation of the users and their families in the social assistance services.

KEYWORDS: Accessibility, Social Inclusion, Intersectoriality, Social Assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um direito individual, não contributivo, presente no âmbito da política de Assistência Social. Foi instituído pelo artigo 203 da Constituição Federal Brasileira de 1988, sendo posteriormente regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e regulamentado pelo Decreto nº 1.744, de 08 de dezembro de 1995 e pela Lei nº 9.720, de 20 de novembro de 1998 e está em vigor desde 1º de janeiro de 1996. Compete à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua operacionalização.

O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MS/SDH nº 18 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência Beneficiárias de 0 a 18 anos de idade.

O Programa foi criado com o objetivo principal promover o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com deficiência do BPC, por meio das ações articuladas entre as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos, com gestão compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A pesquisa apresentada tem relevância social, pois é importante não só a conquista, mas a concretização desses direitos sociais. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a implantação do programa BPC na escola no município de Coari-AM, a fim de contribuir com a reflexão para a garantia, efetivação do direito à educação e à ampliação à proteção social dos beneficiários do BPC na Escola, por meio da inserção de crianças e adolescentes no ensino regular, numa perspectiva inclusiva.

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de

Coari-AM, através do levantamento de dados dos “questionários para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC” que foram aplicados aos beneficiários e suas famílias residentes na área urbana e rural do município, em seguida foram realizadas as tabulações e as análises dos dados coletados. O presente estudo consta com uma introdução, posteriormente uma revisão de literatura acerca do tema, descrição dos métodos de pesquisa, apresentação dos resultados e análises, e as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política de Assistência Social como Política Pública no Brasil

Para compreendermos a importância da Política de Assistência Social, é preciso refletir sobre o processo de sua reestruturação no Brasil enquanto política pública não contributiva e garantida pelo Estado em seus diferentes níveis, alicerçada de direitos, no qual traz inúmeros desafios. Como nos esclarece Oliveira (2005)

(...) por muito tempo a Assistência Social foi concebida como lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. Nessa lógica, a autora acrescenta que a assistência também esteve historicamente vinculada à religiosidade e consequentemente pressupunha a naturalização da pobreza.

Somente após a aprovação da Carta Magna de 1988, a Assistência passa a compor o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. No entanto, só em dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi aprovada, passando a regulamentá-la como política social pública e, com isso, gestar a possibilidade de superação do caráter emergencial e fragmentado das ações que marcam sua trajetória no Brasil:

Embora tenha composto o tripé constitucional da seguridade ao lado da saúde e da previdência social, a partir de 1988, a Assistência Social nunca se livrou absolutamente dos ranços conservadores de sua gênese, tais como o assistencialismo, o clientelismo, o primeiro damismo, seu uso como estratégia patrimonialista e o principal: sua materialização como medida de coesão social voltada à manutenção de poder político das “elites” associada a subalternização dos usuários de serviços e bens assistenciais (PAULA, 2013, p. 89).

É de grande relevância, relatar que a Política de Assistência Social vem apresentando dificuldades no que concerne a materialização de um serviço universal e de qualidade, como prevê a Constituição; existe uma lacuna mais conflitante quando se refere à concretização e realização da assistência no cotidiano dos cidadãos, de modo a construir a autonomia destes.

Ainda prevalece a necessidade do fortalecimento do sistema público de proteção

social no país e o rompimento efetivo com as concepções de clientelismo e práticas assistencialistas que ainda permeiam historicamente essa área. “Persiste ainda em torno da política de Assistência Social uma cultura moralista e autoritária que culpabiliza e responsabiliza o pobre por sua pobreza, isentando assim o Estado de sua incumbência” (YASBEK, 2004, p.11-29).

Embora a referida política possua caráter universal, destina-se aqueles que dela necessitam e, partindo desse pressuposto apreende-se que o usuário requer o aparato da assistência, quando na maioria das vezes não tem condições mínimas de subsistência ou se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Portanto a Assistência Social necessita, dessa forma, contribuir na criação de espaços para garantir a participação social e a inserção em outras políticas públicas, no sentido de potencializar a universalização desses direitos.

2.2 Programa de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social é um direito de cidadania instituído pela Constituição Federal de 1988 (CF88), garantido no âmbito da proteção social não contributiva da Seguridade Social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993; Leis nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e 12.470 de 31 de agosto de 2011, que alteram os dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214 de 2007 e 6.564 de 2008. É um benefício da Política de Assistência Social, coordenado pelo Ministério da Cidadania e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O BPC atualmente se insere na proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência (PCD) de qualquer idade, de acordo com a pesquisa foram identificados 945 idosos e 1.330 PCD, dentre esses 284 fazem parte do Programa BPC na escola, do município de Coari.

Conforme prerrogativa legal, o BPC deve ser revisado bianualmente de modo a verificar a situação de renda e/ou de deficiência dos beneficiários. O que possibilita, também, a verificação da amplitude do benefício, no que diz respeito ao seu alcance em relação ao público a que ele se destina.

2.3 Programa BPC na Escola

O BPC na Escola é um programa do Governo Federal, de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos que recebem o benefício de prestação continuada da Assistência Social - BPC, instituído por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH-PR nº 18 de 24 de

abril de 2007. No município de Coari, a adesão ao programa ocorreu em 2013, com sua efetivação acontecendo no final de 2018 e início de 2019, ou seja, seis (6) anos após a instituição da normativa legal do programa.

Os principais eixos de ação que estruturam o Programa são: identificação anual, entre os beneficiários do BPC com até 18 anos, daqueles que estão na escola e dos que estão fora da escola; identificação das principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realização de estudos e desenvolvimento de estratégias conjuntas para superação de barreiras; e realização do acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

O Programa ainda constitui uma estratégia que envolve a articulação de compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Um conjunto de normativas fundamenta o desenvolvimento de ações intersetoriais e interfederativa necessárias ao sucesso da estratégia pretendida. Entre elas, destacam-se:

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01, de 12 de março de 2008 – Estabelece os procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão dos entes estaduais, municipais e do Distrito Federal ao Programa BPC na Escola.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 409, de 29 de abril de 2009 – Institui o Grupo Gestor Interministerial no âmbito do Governo Federal para detalhar ações e definir estratégias operacionais, propor e realizar medidas para a implantação e monitoramento do Programa BPC na Escola.
- PORTARIA Nº - 160, de 25 de julho de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de aplicação do questionário para a identificação das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência que tenham perfil de participação no Programa BPC na Escola.

A gestão do programa BPC da escola foi instituída a partir de um arranjo compartilhado. O planejamento, a execução, o monitoramento e avaliação das ações devem ser realizados de forma intersetorial pelas áreas de assistência social, saúde, educação e direitos humanos, e sob a coordenação do Ministério da Cidadania e Ministério da Educação.

A adesão dos estados, municípios e do Distrito Federal ao Programa BPC na Escola, estabelece compromissos – no âmbito das suas competências –, quanto à efetivação de ações para a superação das barreiras de acesso e permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. Por suposto, as ações deste programa deverão ser incorporadas à agenda das políticas públicas de assistência social, saúde, educação e direitos humanos e às dinâmicas das unidades e dos serviços dessas políticas.

Vale relatar que, o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”- INEP realiza a: Identificação anual das pessoas

com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, com base no cruzamento dos dados do BPC e do Censo Escolar (pareamento); Disponibilização dos dados do pareamento aos órgãos envolvidos no Programa; Instituição e manutenção de banco de dados sobre as ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a inclusão das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC na escola.

O Sistema BPC na Escola permite o registo dos dados referentes à adesão ao programa, à constituição dos grupos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal; e às capacitações estaduais e municipais. Além disso, os mesmos podem imprimir a relação dos beneficiários que deverão ser visitados, e podem inserir no sistema os dados obtidos na entrevista, vale ressaltar que o (a) Coordenador (a) da Equipe Técnica deve ser preferencialmente um assistente social, este articula as ações intersetoriais a fim de favorecer a inclusão educacional e social dos beneficiários do programa.

Implica destacar que, entre as responsabilidades previstas, cabe à Política de Assistência Social a realização de acompanhamento aos beneficiários do BPC e de sua família, garantindo-lhes o acesso ao conjunto de ofertas desta política. No entanto, é a ação articulada desta e de outras políticas públicas no âmbito local que possibilitará o acesso e permanência na escola. A assistência social é responsável também pela coordenação – nos três níveis de governo – dos Grupos Gestores (Interministerial, Estadual e Local).

Ainda em relação à ênfase na aplicação dos questionários, vale dizer que esta é a única ação no escopo do programa pela qual são repassados recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal. Atualmente o Ministério da Cidadania repassa o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por questionário aplicado e inserido no Sistema BPC na Escola. Para as demais ações, sejam as intersetoriais (para superação de barreiras) ou setoriais (acompanhamento dos beneficiários) não há financiamento específico do Programa.

No município de Coari as realizações das atividades específicas de acompanhamento aos beneficiários do programa são programadas dentro do Plano anual de ação do BPC na Escola. Esse plano proporciona aos técnicos dos serviços socioassistenciais a visualização da situação vivenciada pelos beneficiários e suas famílias no que diz respeito às barreiras (obstáculos físicos, e acessibilidade, etc.). Permite, ainda, o registro do atendimento realizado pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Serviço de Atenção Integral às Famílias – PAIF ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

3 | DADOS COLETADOS, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Entre os beneficiários entrevistados, encontra-se uma maioria de pessoa com deficiência física e também deficiência mental/intelectual. É preciso levar em consideração

que foram aplicados 164 questionários entre os meses de dezembro/2018 a março/19. Destes, 123 na zona urbana e 41 na zona rural. Contudo, ainda assim é possível fazer inferências quanto aos beneficiários com esses tipos de deficiências. Na amostra pesquisada, foram encontrados 26,80% de beneficiários com Deficiência Mental/intelectual e 30,41% de Pessoa com Deficiência Física, conforme a tabela 1, abaixo. Destaca-se que no município houve ações e melhorias no transporte escolar para mais acessibilidade dos usuários, e no âmbito da saúde foram concedidas órtese e prótese para esses alunos com deficiência física, garantindo-lhes mais dignidade e melhorando a autoestima dos mesmos.

Deficiência	Quantidade	%
Baixa visão	9	4,64
Cegueira	4	2,06
Deficiência auditiva	8	4,12
Deficiência física	59	30,41
Deficiência Mental/intelectual	52	26,80
Deficiência Múltipla	13	6,70
Recebe o BPC em decorrência de doenças Crônicas/ degenerativas	18	9,28
Síndrome de down	10	5,15
Surdez	6	3,09
Surdo cegueira	3	1,55
Transtornos Globais do Desenvolvimento	12	6,19

Tabela 1- Tipo de deficiência do (a) beneficiário (a)

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Coari

Com relação ao acesso à escola, de acordo com a tabela 2, 65,85% frequentam atualmente, destes 24 são da zona rural e 87 da urbana. Também é importante relatar que o quantitativo da zona rural é menor devido à dificuldade de acesso no período da enchente e da vazante na região. Entende-se que assistência social no desenvolvimento de ações conjuntas com as áreas da saúde, educação e direitos humanos, alcança o objetivo que garante o direito à educação inclusiva, propiciando uma vida digna e com maior autonomia e respeito às pessoas com deficiência. Desde a criação do Programa BPC na Escola, ocorreu o crescimento do número de matrículas de estudantes com deficiência em escola comum do ensino regular (classe comum), em termos absolutos e relativos.

Acesso	Quantidade	%
Frequenta a escola atualmente	108	65,85
Já frequentou a escola e não frequenta atualmente	30	18,29
Nunca frequentou a escola	26	15,85

Tabela 2 - Acesso à Escola

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Coari

A pesquisa também buscou analisar as situações que contribuíram para o beneficiário ter deixado à escola. Na tabela 3, é possível perceber que a iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola representa 9,38%, possibilitando avaliar esta demanda como a principal barreira identificada nesta pesquisa para acesso dos beneficiários à escola, pois de acordo com alguns pais, eles não se sentem seguros em deixar seus filhos em uma sala de aula comum, além da falta de transporte adequado aos beneficiários, principalmente na zona rural. Na amostra pesquisada, com 34,38%, verificou-se que os entrevistados não identificaram nenhuma das opções anteriores que constavam no questionário como barreiras de acesso à escola, permitindo assim uma reflexão acerca da atualização ou regionalização do questionário do programa, pois a única versão é de 2011.

Motivo	Quantidade	%
Ausência de profissionais para auxílio na comunicação (intérprete de LIBRAS, guia intérprete para surdocegos, etc)	2	6,25
Inexistência de mobiliário adequado na escola	2	6,25
Iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola	3	9,38
Nenhuma das opções anteriores	11	34,38
Outras barreiras	9	28,12
Saúde debilitada	5	15,62

Tabela 3 – Situações que Contribuíram para o Beneficiário ter deixado a Escola

Fonte: Questionário BPC 2018/ Secretaria de Desenvolvimento Social de Coari

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implantação do Programa BPC na Escola revelou que a maioria dos beneficiários entrevistados, é de pessoa com deficiência física e deficiência mental/intelectual.

Em relação ao acesso à escola, na zona urbana, a maioria frequenta atualmente,

mas ainda é preciso um olhar atento aos beneficiários da zona rural. O que pode sinalizar para a importância do aumento do valor do benefício. Quanto às situações que contribuíram para o beneficiário ter deixado à escola, a principal barreira foi a iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o (a) beneficiário (a) da escola. Isso se deve também pela falta de transporte adequado para PCD, no município de Coari.

Os resultados sugerem que os gestores do programa no município de Coari, precisam dar especial atenção às ações intersetoriais entre as políticas públicas, sobretudo as relativas ao acesso aos direitos de saúde e educação. Além disso, é necessário o planejamento de estratégias de acompanhamento das famílias dos beneficiários, uma vez que sem esse apoio, o beneficiário não teria condições de frequentar à escola, sendo fundamental a atenção para a qualidade de vida do beneficiário de seus familiares.

REFERÊNCIAS

Brasil, Decreto n. 1.744 de 08 de dezembro de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e das outras providências. Brasil 1993.

Brasil, Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. (2007). **Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Brasil, Brasília, Distrito Federal.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.**

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei n. 8742, de 07.12.1993.**

_____. **Portaria n. 001, de 15 de junho de 2005.** Institui grupo de trabalho interministerial para proposição de novos parâmetros e procedimentos para a avaliação do nível de incapacidade para acesso ao BPC. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2005.

_____. **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 409, de 29 de abril de 2009** – Institui o Grupo Gestor Interministerial para definir estratégias operacionais, para a implantação e monitoramento do Programa BPC na Escola. Brasília, DF, 2009.

_____. **PORTARIA Nº - 160, de 25 de julho de 2012** – Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos com a finalidade de aplicação do questionário para a identificação das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2012.

COARI, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social 2019. **Manual de Aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do BPC/Brasília 2011.**

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Assistência Social: direito público e reclamável**. In: CRUZ, José Ferreira da Crus [et al]. 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília: MDS, 2013.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005.

YAZBEK, **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo V.77, p. 11-29, 2004.

Sites Consultados:

ANAKIN, S. **“Regras ABNT para trabalho acadêmico”**. 2019. Disponível em: <https://coursesempregos.com/regras-abnt-para-trabalho-academico-2019>. acesso em: 23 de maio 2019.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica – 2012**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2012. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp> Acesso em 10 de maio de 2019.

<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola>- Acesso em 23 de maio de 2019.

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 28/12/2020

Edinilza de Oliveira Toledo

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
<http://lattes.cnpq.br/6274520862855129>

Liliane Capilé Charbel Novais

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Cuiabá - MT
<http://lattes.cnpq.br/2662755913656148>

RESUMO: Este artigo é parte da pesquisa de mestrado que investigará o processo de judicialização do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Sendo um direito social previsto na CF/88 e na LOAS, não está sendo acessado por parcela da população e diante da negação do benefício pela via administrativa (benefícios indeferidos pelo INSS), a judicialização vem configurando-se como mecanismo de garantia de acesso aos que dele necessita. Justifica-se a necessidade de compreender a política de proteção social, o BPC, sobre seus critérios de elegibilidade aplicados. Indaga-se como o cidadão poderá recorrer para ter acesso aos seus direitos? Pode também faltar o conhecimento para chegar aos mecanismos que visam sua garantia?

PALAVRAS-CHAVE: BPC; Proteção Social; Judicialização.

JUDICIALIZATION OF THE CONTINUED INSTALLMENT BENEFIT

ABSTRACT: This article is part of the master's research that will investigate the process of judicialization of the Continuous Benefit Benefit - BPC. Being a social right provided for in CF / 88 and LOAS, it is not being accessed by part of the population and due to the denial of the benefit through administrative means (benefits denied by the INSS), judicialization has been configured as a mechanism to guarantee access to you need it. The need to understand the social protection policy, the BPC, is justified on its applied eligibility criteria. Do you wonder how the citizen can appeal to gain access to their rights? Could it also lack the knowledge to arrive at the mechanisms that aim to guarantee it?

KEYWORDS: BPC; Social Protection; Poverty; Judicialization.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 revigorou o Estado brasileiro que passou a assumir novas funções no campo das políticas sociais com a instituição do Sistema de Seguridade Social, formado pelo tripé das políticas de saúde, assistência social e previdência social. Este trabalho visa compreender como um direito social previsto dentro da política de assistência social passa a ser acessado por parcela de cidadãos/as somente após ser judicializado. Trata-se do Benefício de Prestação Continuada – BPC que está regulamentado pela Lei

Orgânica da Assistência Social n.º 8.742, de 7/12/1993 – LOAS, conforme art. 2º como o direito à renda de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) ou mais, que tenham renda familiar mensal per capita de até ¼ de salário mínimo e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Considerando o direito ao BPC temos como objetivo proposto, investigar a quantidade de benefícios concedidos através de ações judiciais no estado de Mato Grosso no período de 2016 à 2019, identificando as divergências entre o INSS, órgão responsável pela operacionalização do benefício, e a Justiça Federal, instância onde ocorre a judicialização.

Assim, o tema desta pesquisa, justifica-se pela necessidade de compreender a política de proteção social, mais especificamente o BPC, na atualidade. Considerando as divergências entre os órgãos, pelos procedimentos adotados, podem nos levar a refletir sobre os critérios de elegibilidade que geram contradições entre os órgãos. E se pensarmos em municípios que não possuem acesso à justiça, como o cidadão poderá recorrer para ter acesso aos seus direitos? Se considerarmos que o público desta política é caracterizado pela situação de extrema pobreza, que além da ausência de bens públicos, pode também faltar o conhecimento para chegar aos mecanismos que visam a garantia deles.

Compreender o movimento deste benefício, aproxima-nos do desenho da proteção social, da seguridade social e da política social. Desta forma, embasadas por Behring e Boschetti (2011, p. 43) afirmamos, que do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam.

Considerando a seguridade social como uma política social, pactuamos com a afirmação de Boschetti sobre as políticas sociais, são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres [...]. (BOSCHETTI, 2016, p.25)

Como modelos de estado e ideologias podem explicar e justificar as políticas sociais a partir dos interesses de classes. Buscamos entendimento em Pereira (2016) que contribui na análise sobre a proteção social no capitalismo. Para a autora “o termo proteção social encerra, em si, um artil ideológico, visto que falseia a sua realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positivo nas diferentes fases do capitalismo”. Pereira (2016, p.24)

Para Boschetti (2016, p.26) o que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas

sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, tais serviços são nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência social, educação, transporte, entre outros bens e serviços públicos. A autora acrescenta, tem como premissa o reconhecimento legal de direitos e a garantia de condições necessárias ao exercício do dever estatal para garanti-los.

Considerando o conceito de Estado apresentado por Engels (1984, p.190) como um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, segundo o autor é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. O autor afirma que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consomem a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

As autoras Gomes e Pereira (2005, p. 361) afirmam que diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. As autoras ainda complementam “o Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Gomes e Pereira (2005, p. 362). Isso nos leva a refletir a ausência do estado pode gerar maior responsabilidade à família.

Considerando as transformações econômicas e sociais ocorridas em escala mundial, conforme Mito (2018) nas últimas décadas do século XX, interferiram nos rumos da Constituição Federal de 88, que assegura direitos sociais. “Na conjuntura dos anos de 1990 e 2000, foi-se configurando com maior intensidade o desenvolvimento da política social marcada por processos de focalização e privatização”. Mito (2018, p. 12). Para a autora, paralelo a estes processos se desenvolvem também os de judicialização que por um lado representam um caminho para a garantia dos direitos sociais de cidadania [...] Mito (2018, p. 13).

Neste contexto, Silva e Araújo (2020, p. 19048) também apresentam a gravidade da situação

[...] que tende a se agravar tendo em vista que o Brasil se encontra, desde 2016, em retrocesso decorrente da instalação de um golpe institucional que deu início ao governo Temer, cuja expressão mais cruel é o avanço ostensivo de contrarreformas neoliberais configuradas na retirada de direitos sociais conquistados através da luta e organização da classe trabalhadora, acarretando no desmonte progressivo do Sistema de Proteção Social construído no país. (SILVA E ARAÚJO, 2020, p. 19048)

Para Mito, na política de assistência social, a literatura demonstra que a busca pela

efetivação de direitos via judicialização ocorre, especialmente, em relação ao BPC. Desta forma, entendemos que os estudos sobre a judicialização estão concentrados sobre os processos que buscam a efetivação de direitos sociais. Miotto (2018, p. 16).

Outra autora que contribui para compreensão do movimento da política social é Pereira (2011) que apreende ela como produto da relação dialeticamente contraditória “entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania”. Para a autora, jamais a política social poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. “Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contraditórios de acordo com a correlação de forças prevaletentes”. É por isso que torna a política social dialeticamente contraditória. Ela conclui, é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. Pereira (2011, p. 166).

Pereira ressalta que apesar da ampliação da proteção social, especialmente via políticas públicas estatais, nos convida a refletir sobre o que Mandel (1982) chama atenção para a “ilusão do Estado Social”. Pereira (2016, p. 25) vale-se do autor para explicar a aparente “consciência social adquirida pelo aparelho governamental no capitalismo, em sua fase monopolista, mascara a sua real finalidade, qual seja: a autopreservação e a reprodução expansiva deste sistema”. A autora afirma que durante a crise capitalista estrutural o Estado perdeu seu protagonismo para exploração do mercado. (PEREIRA, 2016, p. 27).

No capitalismo o choque de interesses contrários entre destinatários e sujeitos da proteção social se tornou mais sofisticado e ideologicamente ardiloso. Pereira (2016, p.337). A autora afirma que é evidente a incompatibilidade do capitalismo com a emancipação e o bem-estar humanos, com a democracia e com uma proteção social plena e libertária.

Para autora a proteção social “onde quer que tenha sido empregada, sempre foi alvo de interesses discordantes entre os seus estudiosos, executores e destinatários”. Pereira (2016, p. 337). Portanto justifica-se abrir um leque de entendimentos acerca da proteção social.

2 | OBJETIVOS

A proposta da nossa pesquisa tem como objetivo geral apresentar o panorama da judicialização do BPC em Mato Grosso no período compreendido entre 2016 a 2019. A partir do panorama proposto, temos como objetivos específicos: compreender o processo de judicialização no estado capitalista; descrever as motivações de indeferimento apresentadas pelo INSS (administrativamente) e as principais motivações de deferimento da Justiça Federal de Mato Grosso (judicialmente); identificar quem são os demandantes

deste serviço; conhecer o caminho que os demandantes percorrem para acessar o benefício (administrativamente e judicialmente).

3 | METODOLOGIA

Sobre essa temática partimos para uma revisão de literatura em livros, jornais, revistas, periódicos e legislações. A pesquisa começou com uma fase exploratória embasada no método dialético, compreendido a partir de Miotto e Lima (2007, p.39) *como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado*. Escolhemos esse método por levar o pesquisador a trabalhar sempre com a contradição e o conflito, buscando fazer o movimento histórico, a relação da totalidade com a unidade. Assim, buscamos os dados e informações *a priori* nos sites e documentos abertos para consulta pública em órgãos como o INSS, DATAPREV, Conselho Nacional de Justiça e Portal da Transparência, levantamos os números e dados sobre os processos e decisões judiciais e administrativas do benefício.

E para compreensão destes dados numéricos fizemos a pesquisa qualitativa conforme apontada por Minayo (2012) como aquela que trabalha com universo de significados, de motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Ou seja, buscaremos compreender a partir da abordagem dialética proposta por Minayo pensando na *relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos*. Assim, buscaremos compreender o movimento do BPC a partir da conjuntura histórica, econômica, política e social ao qual está inserido dentro do sistema de proteção social.

Para a autora

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2012, p.21).

Também, elencaremos as motivações dos órgãos INSS e Justiça Federal sobre o processo de judicialização, a fim de apresentar os avanços e retrocessos do caminho e trajetória do direito social através das legislações e órgãos operadores.

O material coletado está disponível no sítio do Portal da Transparência do Governo Federal e também solicitado através de e-mails aos órgãos INSS, Justiça Federal de Mato Grosso e Controladoria Geral da União – CGU, com a finalidade de identificar números e dados sobre os processos e decisões judiciais e administrativas de solicitação do benefício como processos deferidos e indeferidos, buscando a partir destes dados, apresentar o perfil dos demandantes e o tipo de demanda por ano no período de 2016 à 2019.

Assim, o procedimento de análise dos dados e informações pautaram-se pela perspectiva dialética na qual foram problematizados dentro do contexto histórico, político, econômico e social, trazendo os aspectos contraditórios e uma visão da totalidade. Assim,

buscaremos compreender a partir da abordagem dialética proposta por Minayo

propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. (MINAYO, 2012, p.24).

A autora ainda acrescenta que *é preciso considerar que o fenômeno ou o processo social tem que ser compreendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos*. Ou seja, a realidade está sempre em movimento, porém é precisaremos compreendê-la dentro do período que propormos de análise aos processos a sua correlação de forças dentro do modelo de Estado e perspectiva de proteção social que este estado oferece a quem dela necessitar. Buscaremos compreender o movimento do nosso objeto BPC a partir da conjuntura econômica, política e social ao qual está inserido.

A autora também pontua que a pesquisa qualitativa *aprofunda-se no mundo das significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas*.

Assim, os dados quantitativos da pesquisa, com o levantamento dos números de processos e decisões judiciais não vão se opor a análise qualitativa que faremos com os dados. Uma vez que Minayo (2012, p. 21) pontua que na pesquisa social os dados quantitativos e qualitativos se complementam, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Para tanto dividimos esse trabalho em três seções na primeira apresentaremos o Estado enquanto espaço contraditório no campo das políticas sociais na sociedade capitalista contemporânea, na segunda seção abordaremos o BPC e seu processo de judicialização e na seção terceira aprofundaremos na judicialização do BPC em Mato Grosso.

4 | RESULTADO ESPERADOS

Considerando que a pesquisa encontra-se em andamento, apresentamos uma amostra do período a ser investigado, sobre o BPC (Deficientes e Idosos) nos dados abertos da DATAPREV¹ sobre os processos de 2019, identificamos:

Dos 4012 processos indeferidos em Janeiro de 2019 no INSS/MT, temos como motivos para o indeferimentos:

- 406 processos de Amparo Social Pessoa com deficiência indeferidos, com os seguintes despachos: Não Enquadramento Art 20 §3 Lei 8742/93; Não Atende ao Critério de Deficiência para Acesso ao BPC-LOAS; Não Cumprimento de

¹ Vinculada ao Ministério da Economia é responsável pela gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, especialmente a do INSS.

Exigências; Falta Período de Inscrição ou Atualização dos Dados do CadÚnico; Não Comparecimento Avaliação Social; Não Comparecimento para Realizar Exame Médico Pericial; Desistência Administrativa (INSS); Recebimento de Outro Benefício; Existência de Vínculo em Aberto para O Titular; Óbito Titular Antes Avaliação da Incapacidade p/ Vida Independente e p/Trabalho; Desistência Escrita do Titular.

- 132 processo de Amparo Social ao Idoso, com os seguintes despachos: Desistência Administrativa (INSS); Falta Período de Inscrição ou Atualização dos Dados do CadÚnico; Não Cumprimento de Exigências; Não Enquadramento Art 20 §3 Lei 8742/93; Recebimento de Outro Benefício.

Agora considerando os dados dos processos concedidos pelo INSS em janeiro de 2019, mesma fonte, temos as seguintes informações:

Dos 4376 benefícios concedidos em Janeiro de 2019 no estado de Mato Grosso, temos:

- 139 processos são de Amparo a Pessoa com Deficiência, destes 53 processos apresentam o despacho – concessão decorrente de ação judicial. Ou seja, 38,12% dos processos de concessão de beneficiários BPC a pessoa com deficiência conseguiu seus direitos após judicializar o processo.
- 117 processos são de Amparo ao Idoso, destes 11 com despacho – concessão decorrente de ação judicial. Ou seja, 9,40% dos processos de concessão de benefício BPC ao idoso conseguiram seus direitos após judicializar o processo.

Considerando os dados gerais do Boletim Estatístico da Previdência Social² - Vol. 25 Nº 04 (2020) disponível no portal da Previdência Social, fazendo uma análise superficial, temos a evolução das Concessões e Indeferimentos de Benefícios de 2006 - 2020. Identificamos 9.391.559 total de processos entre os concedidos e indeferidos, destes aproximadamente 44,73% processos indeferidos. Sem fazer distinção do tipo de benefício podemos dizer que trata-se de um percentual expressivo de processos negados.

Ainda que esta pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, compreendemos que a judicialização no âmbito da Assistência Social, se configurou após a consolidação da CF/88, a partir da definição de um Sistema de Seguridade Social, que por sua vez, não tem usuário bem definido, já que a legislação define como todo aquele que dela necessitar. Neste caso, abre-se um leque de público para cada programa ou serviço que define os critérios de elegibilidade.

Diante do atual cenário brasileiro, onde o capitalismo está em constante crise, deparamo-nos com um Estado que vem se apresentando forte para o mercado e mínimo para a classe trabalhadora.

Contudo, em tempos neoliberais (a partir da década de 80), a transferência da proteção social do Estado para o mercado, vem sendo cada vez mais materializada, 2 O Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS é uma publicação mensal da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

os direitos sociais estão sendo privatizados. É no mercado que estamos encontrando aposentadoria, educação, saúde, segurança, etc, ou seja, transformando os benefícios/direitos em novos produtos para o mercado. Como afirmava Marx que a riqueza é socialmente produzida, mas é apropriada e acumulada privativamente, pela minoria que detêm os meios de produção.

Pactuamos com a afirmação de Pereira que “as políticas sociais de corte neoliberal são paliativas, emergenciais, dualizadas e insuficientes, já que atendem aos interesses de rentabilidade econômica em detrimento das necessidades humanas básicas”, ou seja, ela explica que a “proteção social requerida pelos que não tiveram sucesso na obtenção de bens e serviços pelos seus próprios méritos deverá ser mínima, controlada institucionalmente e sem conotação de direito”. Para que não possa competir com a remuneração obtida pelo do trabalho. Pereira e Siqueira (2010, p. 227).

Assim, o BPC configura-se como o mínimo. E este mínimo não é alcançado, precisando ser judicializado para garantir seu acesso a um público que não está inserido no mercado de trabalho e luta por sua sobrevivência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social como afirmaram Couto, Raichellis, Silva e Yazbek (2017, p 61-2) teve configurações por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, configurando-se como um padrão arcaico de relações, enraizada na cultura política brasileira. Para as autoras, a assistência social de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, posicionando-a como renegada, secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. Esteve sempre subordinada aos interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de intervir no perfil de desigualdade e pobreza.

Diante do exposto, firmamos sobre a importância da nossa atuação profissional diante dos usuários das políticas sociais. Que sejamos mais “conscientes” sobre o cenário de desresponsabilização do Estado e do setor público diante das expressões da “questão social”. Com política social de redução da pobreza que de fato seja articulada com outras políticas sociais de emprego, saúde, educação e previdência. O que vemos são legislações que impõem diretamente à família total responsabilidade sobre o/a idosos/as e PCD, com ações e programas voltados para superação da pobreza, porém, com foco emergencial, seletiva, focalizada e assistencialista, lembrando que esse modelo de estado, como já pronunciamos anteriormente, não será capaz de superar a desigualdade social, porque esta faz parte deste sistema.

Temos neste cenário de desigualdades sociais atravessadas por desigualdades econômicas, políticas e culturais são as tomadas de decisões, sejam elas políticas e econômicas pautadas pelo ideário neoliberal. Daí a importância de propor políticas públicas com compromisso de reduzir a pobreza, e não de apresentar números e taxas veladas para

atendimento das metas estabelecidas por organismos internacionais.

As políticas públicas devem oportunizar e promover junto ao/a usuário/a e suas famílias a compreensão da razão de estarem naquela condição de pobreza, apontando e construindo estratégias que possam ir além da assistência, sendo esta compreendida como um direito e não um favor.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5. Ed. rev. e atual. – São Paulo : Cortez, 2017.

DATAPREV. **Benefícios concedidos**. Disponível em: <http://dadosabertos.dataprev.gov.br/dataset/beneficios-concedidos>. Acesso em: 04/02/2020.

DATAPREV. **Benefícios indeferidos**. Disponível em: <http://dadosabertos.dataprev.gov.br/dataset/beneficios-indeferidos>. Acesso em: 04/02/2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Revista Ciência e Saúde coletiva, n. 10. V. 2, 2005, p. 357-363.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx** ; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, Regina C.T.; PRÁ, Keli R. D.; WIESE, Michelly L. **Política Social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco**. SER Social, Brasília, V. 20, n. 42, p. 11-29 – jan.-jun./2018.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas e questões**. 3 ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara e SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, Ivanete (orgs). **Capitalismo em Crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA. Enaire de Maria Sousa da e Maria do Socorro Sousa de Araújo. **Perfil socioeconômico dos usuários do serviço de transplante renal do HUUFMA**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 6, n.4, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8725/7482>>. Acesso em: 24 set. 2020.

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Data de aceite: 01/03/2021

Leiliane Martinz de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/9737986449950048>

Márcia Cristina Barros de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/7618541093835022>

Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

<http://lattes.cnpq.br/4623501646618343>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apontar as estratégias de execução da Política de Assistência Social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, que integra a rede de Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) de Fortaleza, composta atualmente por vinte e sete CRAS, entre outros equipamentos da rede de Proteção Social Especial e equipamentos ligados aos Direitos Humanos. Na introdução, traçaremos um breve percurso da Assistência Social no Brasil, prosseguindo com as peculiaridades no município de Fortaleza. No segundo momento, apresentaremos o CRAS e suas mudanças de território, destacando como especificidade a ausência de prédio público para a execução de suas atividades, o que impactará diretamente no desenvolvimento do trabalho dos profissionais. Os relatos vão se construir a partir da experiência profissional das autoras.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social;

Experiência Profissional; CRAS.

ABSTRACT: The objective of this article is to outline strategies for implementing social assistance policy in a Reference Center for Social Assistance in Fortaleza, which integrates the Basic Social Protection network within the scope of the Single Social Assistance System of the Secretariat of Human Rights and Social Development (SDHDS) of Fortaleza, currently composed of twenty-seven CRAS, among other equipment of the Special Social Protection network and equipment related to Human Rights. In the introduction we will trace a brief course of assistance in Brazil, continuing with the peculiarities in the city of Fortaleza. In the second moment we will present the CRAS and its changes of territory, highlighting as specificity the absence of public building for the execution of its activities, which will directly impact the development of the professionals' work. The reports will build on the professional experience of the authors.

KEYWORDS: Social Assistance; Professional experience; CRAS.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira carrega consigo as marcas de seu processo histórico de colonização europeia com características autoritárias e patriarcais, assim como as marcas do desenvolvimento do capitalismo e suas forças produtivas, refletidas na pobreza e nas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, presentes na sua população.

Com o advento da industrialização brasileira a partir da década de 1930, com efeito se deu a formação da classe proletária no país, bem como a sua organização política e sindical associada aos processos de reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. Nesse contexto, surgiram estratégias de enfrentamento das várias refrações da questão social emergentes na sociedade. As primeiras iniciativas foram ações ligadas à filantropia, promovidas pela Igreja Católica. Posteriormente, o Estado protagonizou o enfrentamento com a mediação de legislações sociais e as primeiras ações de Políticas Públicas, fruto de lutas dos movimentos sociais, interferindo nas constituições que acolhessem as reivindicações da sociedade.

A Política de Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social como política não contributiva, ao lado da saúde, política universal não contributiva, e da Previdência Social, política contributiva a partir da Constituição de 1988. A Seguridade Social trata de garantir direitos sociais e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a essas três políticas, sendo a assistência social política pública de proteção social de direito do cidadão e dever do Estado. Pauta-se pela universalidade da cobertura e do atendimento, tendo direito a ela quem dela necessitar.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Fruto de um amplo processo de debates, conflitos, impasses e conquistas de organizações da sociedade civil nacionais, envolvidas com a Política de Assistência Social, e órgãos de categoria dos assistentes sociais, resultou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, compreendendo que a assistência social num estado democrático de direito é uma política pública que está estruturada por princípios que a norteiam.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no artigo 4:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação

assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão. Nesta perspectiva a igualdade de direitos é um princípio norteador. (BRASIL, 1993).

Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que passa a incorporar também funções de vigilância social e de defesa dos direitos sócio assistenciais. A partir de 2005, a PNAS caminha com o processo de construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em julho de 2005 pelo CNAS, que deve evitar o agravamento das situações de vulnerabilidade e também garantir que os cidadãos tenham locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados.

Conforme cita Sposati (2009):

A inclusão da Assistência na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro por tratar esse campo como conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pela qual a função da família e da sociedade antecedia a do Estado. Terceiro por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. (SPOSATI, 2009, p. 14).

Como unidade de Proteção Social Básica do SUAS surgem os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que se diferenciaram pela exclusividade da oferta do trabalho social com famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)¹ tem dois eixos de atuação do SUAS: a matricialidade sociofamiliar² e a territorialização³.

Dentro desse contexto nacional, os primeiros CRAS no município de Fortaleza foram implantados no ano de 2004. Em 2007, com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), através da Lei Complementar nº 0039, de 10 de julho de 2007, o município obteve uma grande conquista, redefinindo a Assistência Social e rompendo um pouco com

1 Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

2 Refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (**Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS)

3 Refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como seu enfrentamento.

a filantropia e benemerência das origens históricas. Com base no documento elaborado pela SEMAS em 2009, intitulado “Proposta teórico-metodológica para a territorialização da Proteção Social Básica de Fortaleza”, foram desenvolvidas propostas de implantação de novos CRAS, assim como modificações na organização do território, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade social, de acordo com Albuquerque (2012). De 2006 a 2012, teve-se uma expansão dos equipamentos da assistência social, chegando à ampliação de 8 para 24 CRAS no município.

Posteriormente, ocorreu a extinção da SEMAS, em 2014, passando a ser Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). A partir de 2018, outra mudança aconteceu, constituindo-se, assim, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), formada por 27 CRAS, 6 Centros de Referência Especializados (CREAS), 2 Abrigos, 2 Centros para população de rua, 4 Acolhimentos Institucionais, 1 Casa de passagem para homens e uma Pousada Social, todos ligados a Coordenadoria de Assistência Social. Ligadas aos Direitos Humanos, há as coordenadorias: da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência, da igualdade racial, da diversidade sexual e os Centros de Cidadania de Direitos Humanos e o Disque Direitos Humanos ambos com a função de fazer articulações em nível macro, propondo projetos de intervenção em todas as políticas citadas.

Partindo para o relato da experiência vivida, exploraremos neste artigo o CRAS em questão fundado em 2004, chamado inicialmente pelo bairro onde se instalou, referenciando inicialmente somente três bairros. No ano de 2018, será possível observar que, devido a mudança de sua localização e do aumento de sua demanda, o CRAS passa a referenciar oito bairros, mudando inclusive de nome para o bairro onde está localizado atualmente.

As autoras buscam estratégias para a execução e a consolidação da Política de Assistência Social em todo o território referenciado. Algumas dessas estratégias, citadas neste artigo, trabalham a promoção e autonomia dos indivíduos por meio do protagonismo que se conquista com informação e acesso aos direitos sociais.

O CRAS E SUAS MUDANÇAS DE TERRITÓRIO

O CRAS abordado, fundado em 2004, se constituirá como uma das unidades de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social de Fortaleza, tendo inicialmente como sede de funcionamento um prédio cedido pelo Governo do Estado do Ceará, onde funcionava um antigo Centro Social Urbano (CSU)⁴, referenciando três bairros de Fortaleza até 2009 e tendo como nome social o nome de um desses bairros referenciados. Em decorrência de problemas com a infraestrutura do prédio nesse mesmo ano, ocorreu a

4 O Centro Social Urbano (CSU) é um equipamento público, criado em 1975 pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU), com a finalidade de promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer.

primeira mudança da sede para um prédio alugado. Com a mudança da sede, houve a ampliação da área referenciada, e o CRAS passou a atender a outros seis bairros além dos três iniciais. Em novembro de 2013, ocorreu a segunda mudança, o CRAS passou a funcionar onde anteriormente funcionava um Centro Comunitário do Idoso⁵, prédio novamente cedido pelo Governo do Estado do Ceará. Isso impactou novamente na área referenciada que passou a abranger os oito bairros, entre eles alguns do início de sua implantação. Nesse prédio, permaneceu por três anos, realizando as atividades e atendimentos até agosto de 2016.

Ainda em agosto de 2016, devido à falta de manutenção do prédio, o CRAS precisou novamente mudar de endereço, pois o prédio cedido pelo Governo do Estado encontrava-se em péssimas condições estruturais, com paredes danificadas pela maresia e segundo arquitetos com possíveis riscos de desabamento. Não havendo sede própria, o CRAS passa a funcionar compartilhando espaço com uma associação do território, que cedeu algumas salas para atendimentos individuais e coletivos até que o prédio fosse reformado. Permaneceu nessa associação até fevereiro de 2017 e continuou referenciando os então oito bairros.

A reforma do prédio cedido não se concretizou por vários motivos, entre eles a burocracia de quem seria responsável por tal reforma, e este foi entregue novamente para o Estado. O CRAS, então, mudou-se para outro prédio cedido pelo Estado, visto que, não poderia permanecer compartilhando espaço com a associação. Em março de 2017, passou a ocupar um prédio onde havia funcionado um projeto do Governo do Estado que foi extinto.

Nesse espaço, permaneceu somente por cinco meses. O prédio possuía boa estrutura física e estava em bom estado de conservação, no entanto, localizava-se no final do território de abrangência do CRAS e era de difícil acesso, dificultando que os usuários dos demais bairros vizinhos acessassem os serviços. Além disso, esse imóvel localizava-se em uma área de grandes conflitos ocasionados pela violência urbana, dificultando o acesso de profissionais e usuários ao equipamento. Soma-se a isso o fato de que o imóvel não possuía disponibilidade de rede telefônica e internet, dificultando o trabalho dos profissionais no atendimento ao usuário. Após a saída desse espaço físico, o CRAS passou ainda por dois outros locais até que, em janeiro de 2018, finalizou-se em um processo de locação de uma casa onde permanece funcionando até os dias de hoje, não mudando seus bairros referenciados.

O referido CRAS referencia aproximadamente 300 famílias em acompanhamento PAIF, de acordo com os dados de junho de 2019 do Registro Mensal de Atendimentos (RMA)⁶, tendo em sua equipe técnica um coordenador, uma assistente social, uma

5 Equipamento que antecede aos CRAS, os Centros de Convivência dos Idosos surgiram na década de 1970 com a alternativa de promover participação social e caridade aos indivíduos com mais de 60 anos, com condições de convivência grupal, podendo ser ou não acompanhado de algum cuidador.

6 O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é uma importante ferramenta que contribui para a qualificação das infor-

pedagoga, uma psicóloga, um educador social, além de profissionais de nível médio.

Além do PAIF, também são ofertados, entre outros, os seguintes serviços: Orientação/ encaminhamento e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁷; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁸, composto por 75 participantes, na maioria idosos; e o Cadastro Único⁹, para Programas Sociais do Governo Federal. O CRAS funciona cinco dias da semana de 8h às 17h, totalizando uma demanda de aproximadamente oitocentas pessoas ao mês, com atendimento por ordem de chegada, sem necessidade de marcação prévia.

DESAFIOS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NO CRAS

Para iniciar esta discussão, pode-se citar o primeiro desafio diante do contexto apresentado anteriormente: o território referenciado pelo CRAS. Não por ser mais importante, mas apenas para organização das ideias, a dimensão territorial composta por oito grandes bairros de Fortaleza, após as várias mudanças, deixa evidente os grandes desafios que a equipe de profissionais tem para atender as demandas iminentes de todos esses bairros, que têm um índice de desenvolvimento humano abaixo de 1 (um), de acordo com dados coletados do documento titulado “Diagnósticos Socioterritoriais dos CRAS de Fortaleza”. Também há nesse documento um total de 18.328 famílias referenciadas, com base no ano de 2016, por isso não se pode considerar um dado atualizado, podendo esse número ser bem maior, levando em consideração a vulnerabilidade social da população desses bairros. Esses dados estão bem aquém do desejado e orientado pelos instrumentais da política, pois um CRAS de metrópole deveria referenciar somente até 5.000 famílias.

Além desse aspecto, há ainda as diversas mudanças de sede, tendo em vista a ausência de prédio próprio, que impactam de forma negativa no reconhecimento dessa população enquanto usuária dos serviços ofertados e nos vínculos dos profissionais com as famílias atendidas, dificultando a continuidade das ações junto a esses territórios

No ápice da incerteza de onde o equipamento de fato se fixaria, observávamos todo o desafio das famílias em acessar os serviços, alguns temporariamente interrompidos, pela falta de condições mínimas de execução e o desafio da equipe em atender às famílias de referência. Os episódios recorrentes impactavam diretamente em todas as ações e mações no âmbito do SUAS, uma vez que serve para contabilizar os atendimentos realizados e o perfil da população usuária e os serviços mais demandados nos CRAS, CREAS e Centro POP. A resolução CIT n. 04, de 24 de maio de 2011 e alterado pela Resolução nº 20/2013 instituiu parâmetros nacionais para o registro dessas informações e definiu o conjunto de dados que devem ser coletados, organizados e armazenados pelas referidas unidades em todo o território nacional.

7 Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

8 Serviço ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, que realiza atividades em grupo, para idosos, crianças e adolescentes. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

9 É um banco de informações sobre as famílias de baixa renda, abrangendo procedimentos, tecnologias e sistemas eletrônicos que permitem os processos de cadastramento e perfis de acesso aos diversos benefícios do governo.

serviços.

Prosseguindo, trazemos a discussão das condições de trabalho e os vínculos empregatícios, considerando um grande desafio a ser enfrentado pela assistência. As contratações dos profissionais de nível superior se dão por meio de contratos de seleção pública temporários, com vigência de um ano, podendo ser prorrogado por mais um, caso a gestão e o profissional tenham interesse, sendo ao final dessa prorrogação desligado automaticamente de suas atividades. Salientamos que as coordenações também possuem um vínculo profissional temporário, pois são nomeados ou exonerados de acordo com escolhas da gestão, não se constituindo como funcionários públicos efetivos. A questão é abordada pela autora Raichelis (2011) através desta citação:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada. (RAICHELES, 2011 p. 41).

A alta frequência da rotatividade profissional nesses espaços gera um paradoxo: como se explica que uma categoria que visa fortalecer vínculos em sua atuação, onde o seu foco é desenvolver ações de trabalho concretas, continuadas e permanentes com famílias, possa vivenciar relações de trabalho tão fragilizadas? O vínculo frágil não lhe apresenta nenhuma garantia de permanência e por consequência a descontinuidade das suas ações.

Dessa forma, o principal serviço ofertado pelo CRAS, o PAIF, que deveria ter ações de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, não produz os resultados planejados.

Outro ponto salutar diz respeito às formas de coletas de dados de atendimento e registros de serviços ofertados pelo CRAS, que são ainda feitos de forma manual, pois não existe um programa informatizado de coletas desses dados. Muitos serviços contam com o registro de informações em documentos manuais, os quais podem ser perdidos ou danificados quando armazenados por muito tempo. A coordenação é responsável pela consolidação desses dados através de dois relatórios: o RMA, citado anteriormente, e o Relatório Quantitativo Mensal (RQM)¹⁰, consolidados de dados estatísticos de controle do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do município respectivamente. Para o

10 O Relatório Quantitativo Mensal (RQM) é uma importante ferramenta que contribui para a qualificação das informações no âmbito da vigilância socioassistencial do município, contendo informações coletadas, organizadas e armazenadas pelos referidos CRAS do município.

acompanhamento das famílias do PAIF, a equipe disponibiliza até o momento do Prontuário SUAS caderno manual, embora alguns CRAS de Fortaleza já utilizem o Prontuário SUAS eletrônico. A ferramenta é de grande importância para os registros de intervenções junto às famílias, no entanto, a grande demanda e fluxo de atendimentos, além da necessidade da coleta de outros dados, também manual, prejudica o preenchimento do prontuário na sua íntegra.

Poderíamos elencar outros pontos nesse conjunto de desafios e dificuldades para atuar nessa política, mas entendemos que a partir dos citados anteriormente já se consegue perceber a dimensão desafiadora do fazer profissional.

AS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Superar significa transpor aquilo que nos desafia a fim de encontrar soluções para o que nos parece quase impossível. Assim, é preciso compreender que no cotidiano, além de adversidades, há também possibilidades, sendo um espaço de criatividade, de resistência e de construção de perspectivas. Desse modo, o desafio é pensar o cotidiano não só como o passar dos dias, mas como um espaço contraditório e complexo, onde se constrói e reconstrói o trabalho.

Nesse sentido, buscamos possibilidades de enfrentamento de todos os desafios citados anteriormente, fortalecendo a Política de Assistência Social e potencializando a atuação profissional enquanto assistentes sociais comprometidas com essa política. De acordo com Faleiros (2014), o cotidiano nos incita a um compromisso ético político, com vistas a buscar romper com o processo de alienação comum ao contexto capitalista em que se inserem as nossas ações profissionais.

O compromisso ético do cotidiano é uma dimensão crucial da ação profissional para superar as alienações de si mesmo em relação ao contexto capitalístico das instituições. As instituições sociais nas quais assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais exercem suas atividades, postulam como valores a produtividade, a exequibilidade, o controle pelo alto, a eficiência na redução de tempo e custo [...]. (FALEIROS, 2014, p. 719).

No contexto de diversas mudanças de território, buscamos a armazenagem mais correta possível para a preservação das informações relevantes dos registros de atividades e atendimentos, relatórios, planilhas de dados e prontuários SUAS, estes guardados em caixas de papelão com identificação do material e o material digital salvos em *pen drive*.

Após o equipamento se fixar no bairro onde está hoje, a equipe iniciou reuniões sistemáticas de planejamentos para organizarem a prestação de serviço, levando em consideração que os territórios referenciados permaneceram os mesmos, mas que era necessária uma busca ativa das famílias acompanhadas, assim como a divulgação no novo endereço do CRAS para usuários e para a rede socioassistencial e políticas intersetoriais

como um todo. Tais reuniões foram importantes para traçar quais atividades teriam prioridade dentro da escala de serviços ofertados no CRAS. Iniciamos pela busca ativa de usuários por meio de visitas domiciliares e por telefone, em especial com os participantes do SCFV para idosos, que já estavam sem encontros há quase dois anos. Paralelamente junto as ações sociais de cadastro único no território, nas escolas, nos postos de saúde e em várias associações, distribuímos informativos com o endereço novo do CRAS. Também houve divulgação em um jornal de circulação do bairro, além da divulgação dos próprios usuários que buscavam o serviço de forma espontânea.

As visitas institucionais à rede referenciada pelo CRAS também fizeram o diferencial para o retorno das ações junto à comunidade, pois, não havendo espaço suficiente para atividades coletivas no novo endereço, a equipe buscou parcerias com escolas, associações, igrejas e os diversos equipamentos do território para a realização de encontros. Isso configurou importantes articulações com a rede socioassistencial e as políticas intersetoriais do território, por meio das quais se conseguiu espaço físico para a realização do SCFV, grupo PAIF, além da aproximação e fortalecimento de laços com a rede de apoio.

No que se refere a rotatividade dos profissionais, a estratégia de superação de tal questão deveria se dar através da efetivação por meio de concurso público, no entanto, não existe previsão para realização de concurso para a área no município de Fortaleza. Apesar do fato, a equipe trabalha com a responsabilidade e o compromisso ético e realiza os registros necessários para que profissionais novatos que se insiram nessa política e deem continuidade ao processo de acompanhamento das famílias. Embora alguns registros sejam manuais, existem arquivos digitados que são salvos em e-mail institucional.

Acreditando na importância da formação continuada e que os serviços prestados precisam estar articulados entre si para a melhor implicação dos resultados junto a comunidades, elaborou-se uma proposta de capacitação para todos os funcionários lotados no CRAS. Após aprovação da secretaria, a capacitação foi executada em três dias com os seguintes temas: “Trabalhando o que é direito: os direitos sociais e a Seguridade Social”, “A Política de Assistência Social e os serviços ofertados no CRAS” e “Meu fazer profissional (NOBSUAS/RH), trabalho interdisciplinar”. Com o objetivo de fortalecer a execução dos serviços prestados no CRAS e visando a excelência no atendimento ao usuário pela política, buscou-se proporcionar também um momento atrativo e de troca de conhecimentos entre os profissionais, realizando nos encontros apresentações em equipe, dinâmicas de grupo, construção de painéis a partir do olhar dos próprios profissionais e exposições dialogadas.

Concluindo essa capacitação, foi feita uma avaliação com os participantes com o objetivo de colher um *feedback* dos pontos positivos, negativos, sugestões e críticas para aprimoramento de momentos posteriores, tendo como resultado muitos elogios e os relatos da importância daquele momento para a equipe.

As estratégias não se encerram por aí, considerando que os desafios se renovam

cotidianamente e que, a cada novo desafio, novas estratégias devem ser buscadas. Mesmo velhos desafios necessitam de alternativas para seu enfrentamento. Entendemos que o principal movimento para identificação dos desafios e suas estratégias é a reflexão do nosso cotidiano.

De acordo com Yolanda Guerra (2014):

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentais existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (GUERRA, 2014).

A busca pelo afastamento da mera repetição das ações e da rotina sem a criticidade necessária para superação do superficial e a partir disso conseguir realizar nossas ações na lógica da garantia dos direitos sociais e consolidação do projeto ético-político da profissão.

Carvalho (2000, p. 56) afirma que é:

[...] preciso pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direção social de nossa prática. Não só porque trabalhamos especialmente na mediação dominados/dominantes, mas também porque parece que a leitura da realidade complexa que vivemos hoje e o *avenir* são tarefas difíceis, assim como a escolha dos processos e das estratégias de ação. (CARVALHO, 2000, p.56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, buscamos destacar as principais estratégias para a superação dos desafios na execução da Política de Assistência Social, considerando claro que a Assistência Social em Fortaleza ainda tem muito a percorrer para se tornar de fato uma política de Estado, efetivando os princípios e diretrizes do SUAS na sua integralidade.

Foi possível perceber o quanto é necessário a articulação com a rede socioassistencial e as políticas intersetoriais, pois a integração destas é fundamental para que a garantia de direitos se efetive em uma perspectiva intersetorial, na qual se deve buscar estratégias para aprimorar a informação para a população, visando o acompanhamento real e eficaz e buscando superar as situações de risco sociais.

Nessa perspectiva, a igualdade de direitos é um princípio norteador da assistência, uma vez que ela busca atender a quem dela necessitar justamente para sobrepor a equidade como meio de equiparar o acesso aos bens e serviços, de modo que todos

possam participar dos direitos e garantias assegurados persistindo pela busca da justiça, onde cada pessoa possa ser tratada conforme a sua peculiaridade.

Diariamente a questão social se apresenta de forma muito marcante, não somente para usuários que vivenciam suas refrações em diversos aspectos, mas o profissional também padece dessa questão: ele sente de modo direto que o objeto de sua intervenção manifestase na dimensão da desigualdade, de modo que ele também enfrenta questões subjetivas e conflitantes em sua atuação profissional. Dessa forma, usuários e profissionais se submetem ao legado trazido pelo modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Assistência social em Fortaleza: Uma Política de direito em construção.** Fortaleza: UECE, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de novembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília, 7 nov. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2ª ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF.** 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília, novembro de 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente. de Paula. O serviço social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RAICHELES, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária.** Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDHDS. **Diagnósticos socioterritoriais dos CRAS de Fortaleza.** Fortaleza, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, 2009.

CAPÍTULO 9

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Eliane Christine Santos de Campos

Universidade Estadual de Londrina
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8635601659813834>

Ana Claudia Vieira Martins

Universidade Estadual de Londrina
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8996407869101628>

Silvio Redon

Universidade Estadual de Londrina
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6090968561798512>

Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

Universidade Estadual de Londrina
<http://lattes.cnpq.br/0388666823033950>

Pesquisa apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2019)

RESUMO: Os municípios brasileiros têm se deparado com a intensificação das relações federativas. Em razão de compromissos firmados através de pactos e adesões a programas e projetos, uma diversidade de ações passaram a ser organizadas e desenvolvidas pela via de sistemas. Dentre eles destacamos a gestão dos sistemas de saúde, assistência social, educação, entre outros. Estas formas de incorporação das políticas federais têm se respaldado nas interrelações governamentais, nas demandas

locais, nos incentivos agregados aos programas federais e nas condições materiais para a efetivação das políticas que incluem a disponibilidade de estrutura física, de pessoal e financeira. Partindo desta nova configuração, a proposta deste artigo é apresentar resultados da pesquisa realizada em municípios localizados no norte do Paraná, cujo objetivo é demonstrar os impactos da complexificação da gestão das políticas no trabalho do assistente social. A metodologia se baseia na abordagem qualitativa, na pesquisa documental e de campo. Nesta fase recorreremos aos documentos que sistematizam informações dos territórios que orientam a gestão das políticas de saúde e assistência social em diferentes municípios da Associação dos Municípios do Médio-Paranapanema – AMEPAR. **PALAVRAS-CHAVE:** Assistente Social; Trabalho; Gestão.

THE SUAS AND SUS IN THE AMEPAR REGION AND THE MANAGERIAL DEMANDS FOR THE WORK OF THE SOCIAL WORKER

ABSTRACT: The Brazilian municipalities have been in the process of intensifying federative relations. Due to commitments made through pacts and adaptations to programs and projects, a diversity of actions began to be organized and developed through systems. Among them we highlight the management of health systems, social assistance, education, among others. These forms of incorporation of federal policies have been supported by government interrelations, local demands, incentives added to federal programs and material conditions for

the implementation of policies that include the availability of physical, personnel and financial structure. Brazilian municipalities have been in the process of intensifying federative relations. Due to commitments made through pacts and adaptations to programs and projects, a diversity of actions began to be organized and developed through systems. Among them we highlight the management of health systems, social assistance, education, among others. These forms of incorporation of federal policies have been supported by government interrelations, local demands, incentives added to federal programs and material conditions for the implementation of policies that include the availability of physical, personnel and financial structure. Starting from this new configuration, the purpose of this article is to present results of the research carried out in municipalities located in the north of Paraná, whose objective is to demonstrate the impacts of the complexification of policy management in the work of the social worker. The methodology is based on the qualitative approach, documentary and field research. In this phase we use the documents that systematize information from the territories that guide the management of health and social assistance policies in different municipalities of the Association of Municipalities of The Middle-Parapanema - AMEPAR.

KEYWORDS: Social Worker; Job; Management.

1 | INTRODUÇÃO

Os municípios têm se deparado com a intensificação das relações federativas, particularmente nos últimos vinte anos. Em razão de compromissos firmados através de pactos e adesões aos programas e projetos construídos pelo governo federal, várias ações, organizadas pela via de sistemas, passaram a ser operacionalizadas pelos municípios. Dentre elas podemos destacar a gestão dos sistemas municipais de saúde, assistência social, educação, entre outros. Esta forma de organizar as políticas públicas, imposta aos níveis de gestão (estadual e municipal), acompanha outros fatores intervenientes tais como a ampliação de necessidades sociais a serem atendidas pelo governo municipal, incentivos agregados aos programas federais condicionando os demais níveis de governos a assumirem novas responsabilidades e nas condições materiais para a efetivação das políticas que incluem a disponibilidade de estrutura física, de pessoal e financeira. Este contexto é determinante quando nos reportamos ao cotidiano dos trabalhadores das políticas públicas.

Partindo desta configuração, este artigo apresenta os dados documentais da pesquisa intitulada “A centralidade da gestão no trabalho do assistente social: um estudo a partir de demandas profissionais apresentadas por órgãos gestores de políticas sociais públicas¹”, cujo objetivo é demonstrar a centralidade que a gestão passa a ter no exercício profissional do assistente social a partir de demandas profissionais colocadas quando este é requisitado para gerir ou assessorar a gestão de políticas sociais operacionalizadas por diferentes municípios brasileiros. A metodologia se baseou na abordagem qualitativa, na pesquisa documental e de campo. Como fonte de coleta de dados, foram utilizadas

¹ Esta pesquisa contou com recursos proveniente do Edital Universal 2016-CNPQ.

fontes primárias e secundárias. A fase que resultou nesta produção, recorreremos as fontes secundárias: documentos que orientam a gestão das políticas de saúde e assistência social em diferentes municípios da Associação dos Municípios do Médio-Parapanema – Amepar. Num segundo momento foi trabalhado com as fontes primária: profissionais/assistentes sociais lotados nos órgãos gestores de tais políticas dos municípios selecionados.

A Amepar é uma das 18 associações intermunicipais existentes no estado do Paraná. Criada em 1973, atualmente é constituída por vinte e dois municípios. As Associações Intermunicipais paranaenses formam grupos de municípios com participação de atores públicos que procuram o aparato da organização de grupos de cooperação, articulação de parcerias entre os municípios das regiões próximas, na busca de qualidade nos serviços prestados e na resolução conjunta, de problemas orçamentários. São organizações importantes no planejamento estratégico para o desenvolvimento regional e local. Atua diretamente na tomada de decisão e exerce papel de articuladora política.

Como já explicitado, essa fase da pesquisa contou com informações, pertinentes às realidades dos municípios, de diferentes bancos de dados disponíveis na internet. Esses dados foram sistematizados em temáticas centrais que direcionam (ou deveriam direcionar) o planejamento das ações dos governantes: dados demográficos, índices que avaliam as condições socioeconômicas da região (IDH/GINI); rede de serviços e recursos financeiros disponíveis. Os resultados demonstram que a complexidade das exigências colocadas aos órgãos gestores das políticas sociais dos municípios, reverbera no trabalho do assistente social localizado nos serviços públicos, exigindo o domínio de conhecimento especializados em gestão.

21 A GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Para Campos (2015), desafios são colocados cotidianamente para os trabalhadores sociais envolvidos com a gestão das políticas sociais. A implantação dos processos de descentralização de serviços públicos, preconizada na Constituição Federal de 1988, veio acompanhada de recomendações técnicas e burocráticas que exigem soluções qualificadas por parte desses trabalhadores.

O Serviço Social não ficou, assim, imune a esse processo. Com a descentralização da gestão das políticas sociais para estados e municípios, os assistentes sociais passaram a ser requisitados para trabalhar na formulação, gestão, implementação, execução e avaliação de políticas sociais. O exercício profissional ampliou seu espaço de atuação nas esferas governamentais, e esta ampliação, nas palavras de Yamamoto (2005), Cardoso et al. (1997), e Guerra (2001), produz impactos significativos nas demandas colocadas aos profissionais, nos espaços ocupacionais, redefinindo os objetos de intervenção e atribuindo novas funções à profissão. Conseqüentemente, surgem critérios diferentes para a aquisição

de novas formas de legitimidade.

Dessa maneira, para Campos (2015), a gestão das políticas sociais incorpora novas formas e novas possibilidades, requisitando conhecimentos e saberes relacionados a gestão, quando se apresentam como mediações no trabalho dos assistentes sociais.

Complementar a esse debate, o documento da ABESS/CEDEPSS (1997), quando reflete sobre as demandas profissionais, enfatiza a ambivalência que demarca este campo, a partir das mudanças contemporâneas do mundo do trabalho, das ações do Estado e organização das classes. O documento indica que a aproximação a esta questão exige, portanto, uma agenda de estudos e investigações sobre as requisições profissionais, a partir dos anos 1990. Estas questões adquirem centralidade, pois, ao falar de demandas, pressupõe-se um dado recorte de necessidades sociais e de padrões de intervenção.

Acreditamos, assim, ser necessário investigar se as inflexões contemporâneas no terreno das demandas profissionais relacionam-se, de forma mais significativa, a possíveis mudanças na forma de construção e reconhecimento das necessidades sociais na sociedade brasileira e/ou a alterações nos mecanismos públicos e privados de intervenção sobre estas necessidades, tais como a forma de implementar políticas sociais públicas.

As demandas postas ao Serviço Social caminham na interseção de projetos, práticas e discursos políticos distintos e que, por esta condição, conferem um grau significativo de ambivalência à dinâmica do trabalho profissional. Dessa forma, estudar com mais profundidade as demandas emergentes, tendo como foco a gestão, suas expressões e configurações, contribuirá para qualificar o debate que envolve o trabalho do assistente social.

3 | AS RESPONSABILIDADES DOS ENTES FEDERADOS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Diferentes aspectos da organização dos Estados nacionais, particularmente no final do século XX, para Arosa (2013), são determinados pela globalização da economia capitalista, reestruturação na produção e no trabalho, relações e acordos internacionais, dentre outros fatores.

Segundo a autora, a configuração do Estado brasileiro - uma República Federativa, assegura a autonomia político-administrativa a cada ente federado segundo as funções e competências definidas na Carta Constitucional de 1988. O modelo de federação implementado no Brasil tem na descentralização um fator determinante em sua organização político administrativa garantindo uma certa autonomia e uma distribuição de poder político entre os entes federativos. *É a autonomia que confere aos entes federativos poderes de se auto constituírem, autogovernarem, auto legislarem e auto administrarem dentro dos parâmetros constitucionais.* (AROSA, 2013, p. 37)

Na atual federação brasileira, o processo de implantação das políticas públicas em nível central e local tem sua efetividade firmada também nas interrelações governamentais onde a interdependência e a autonomia das subunidades nacionais são aspectos fundamentais. As estratégias de centralização, descentralização, autonomia e responsabilização têm sido utilizadas pelos governos conforme os arranjos políticos, administrativos e financeiros, reportando-se a uma contínua disputa por espaço de governabilidade. A necessária negociação e repactuação do poder têm sido cada vez mais complexificadas pelas características particulares da diversidade regional e desigualdade social brasileiras. (AROSA, 2013, p. 38)

Desta forma, os municípios vêm assumindo mais responsabilidades na provisão de bens e serviços públicos, ainda que de forma seletiva e na medida de suas possibilidades técnicas e financeiras. Contudo algumas gestões, neste contexto, têm-se destacado mais que outras.

Os entes federados estudados são municípios que, anteriormente à homologação da Constituição de 1988, já haviam percorrido um processo de municipalização, organizando-se territorial e politicamente. No entanto, com a delimitação constitucional das competências de todos os entes subnacionais, e em especial das novas competências municipais, se depararam com novas atribuições e relações de colaboração. Relativo às políticas de saúde e assistência social, as competências privativas, comuns e concorrentes trouxeram novas demandas aos gestores que anteriormente não lhes eram legalmente requeridas.

Os serviços públicos de saúde e assistência social estão inseridos nos direitos sociais dos cidadãos os quais o Estado tem dever de assegurar e garantir a partir da oferta de serviços, respeitando as responsabilidades e competências de cada ente. Estes entes (União, Estados, Municípios e Distrito Federal, no Estado federativo brasileiro, são competentes para instituir, regulamentar e controlar os serviços sociais conforme atribuições contidas nas normativas pertinentes a cada política.

Considerando especificamente a delegação de competências locais relativas à saúde e assistência social, as Leis Orgânicas (Lei Orgânica da Saúde- LOS e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), fixam que os Municípios devam se incumbir de:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

(...)

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

(...)

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

(...)

Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico; e

e) de saúde do trabalhador;

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;

XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação. (Lei 8080/90, LOS)

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

(...)

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) (...)

(...)

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social.

(...)

Art. 15. Compete aos Municípios:

I – destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

II – efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços assistências de que trata o art. 23 desta lei.

Art. 16. As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

(...)

IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

(Lei, 8.742/93, LOAS)

Segundo Magalhaes Junior (2001) a transferência progressiva de responsabilidades e funções para o nível municipal encontrou, na grande maioria das vezes, o gestor municipal completamente despreparado para essas tarefas, incluindo-se nesta situação até as grandes capitais. Historicamente, o município encarregava-se de funções periféricas dentro do sistema público de atendimento às necessidades da população. Restava sempre para aos poucos e precários órgãos gestores (secretarias, departamentos, unidades, setores) e para o setor privado contratado a execução da assistência no restante da rede nas cidades de maior porte.

Nessa conjuntura, para o autor, não havia motivos para que as prefeituras municipais se estruturassem para responder às demandas e necessidades da população, do ponto de vista tanto quantitativo quanto qualitativo. Também por esta razão, e mesmo nas cidades maiores, todas as questões relacionadas à infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de ações relacionadas as políticas sociais de responsabilidade municipal eram afeitas aos outros setores da administração do município. Como regra geral, as prefeituras continuam apresentando pequena capacidade gerencial e operacional. Esta é a situação encontrada nos municípios, quando são chamados a assumir a gerência de unidades e serviços de saúde e assistências social.

4 | A GESTÃO DO SUS E SUAS NOS MUNICÍPIOS DA AMEPAR: UM PANORAMA DAS DEMANDAS GERENCIAIS

As Associações Intermunicipais foram criadas no Estado do Paraná na década de 1970, formam grupos de municípios com participação de atores públicos que procuram o aparato da organização de grupos de cooperação, articulação de parcerias entre os municípios das regiões próximas, na busca de qualidade nos serviços prestados e na resolução, conjunta, de problemas orçamentários.

Em todo o Estado do Paraná, dessas 18 (dezoito) Associações Municipais existentes, por meio de pactos formais, formam grupos de cooperação, nos quais, cada participante desse grupo de cooperação contribui com as suas especialidades, criando vantagens competitivas e diferenciadas na prestação de serviços para a população.

Sigla	Nome da Associação	População (hab)	Municípios sede
AMLIPA	Associação dos Municípios do Litoral	265.392	Paranaguá
ASSOMECC	Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba	3.148.842	Curitiba
AMSULEP	Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná	74.994	Lapa
AMCG	Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais	701.856	Ponta Grossa
AMUNORPI	Associação dos Municípios do Norte Pioneiro	352.615	Santo Antônio da Platina
AMUNOP	Associação dos Municípios do Norte do Paraná	214.340	Cornélio Procopio
AMEPAR	Associação dos Municípios do Médio Paranapanema	965.159	Londrina
AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí	323.523	Apucarana
AMUSEP	Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense	733.404	Maringá
AMUNPAR	Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná	260.544	Paranavaí
AMERIOS	Associação dos Municípios da Região de Entre Rios	407.525	Umuarama
COMCAM	Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão	318.282	Campo Mourão
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná	1.219.558	Cascavel
AMSULPAR	Associação dos Municípios do Sul Paranaense	165.299	União da Vitória
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná	587.496	Francisco Beltrão
AMCESPAR	Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná	209.754	Irati

CATUQUIRIGUAÇU	Associação dos Municípios do Médio Centro Oeste do Paraná	181.928	Laranjeiras do Sul
AMOCENTRO	Associação dos Municípios do Centro do Paraná	314.015	Pitanga

Tabela 1 – Associação dos Municípios do Paraná. Junho de 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do AMP. IBGE 2010.

As Associações desenvolvem atividades voltadas para fortalecer as esferas administrativas, econômicas e sociais dos municípios associados, a fim de promover a cooperação e autonomia financeira dos municípios. Com um aparato administrativo bem constituído podem promover apoio na prestação de serviços jurídicos, contábil, de consultoria de gestão tributária, entre outros. E esse aparato administrativo pode auxiliar os governos subnacionais com efetividade nas implementações das políticas públicas locais e, com isso, os municípios associados a elas podem de formas coletivas priorizar as ações e desenvolver metas para resolverem conjuntamente os problemas demandados pela população. (CAMPOS et al, 2019b)

4.1 A Associação dos Municípios do Médio-Paranapanema -Amepar ²

A Amepar, a terceira maior região do Estado, nasceu em 1973 para representar 23 municípios da região norte do Paraná. O movimento que culminou na formação da entidade foi resultado do trabalho dos prefeitos de então, que compreenderam a importância de unir forças para tratar dos interesses comuns a todos os municípios. Já então era forte a semente do reconhecimento do municipalismo enquanto sistema capaz de trazer crescimento e desenvolvimento sustentável.

Atualmente a Amepar conta com 22 municípios associados, sendo eles: Alvorada do Sul, Araongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

² Informações histórica da Amepar foram retiradas do site: <https://www.amepar.org.br>. Data do acesso 08/05/2018.

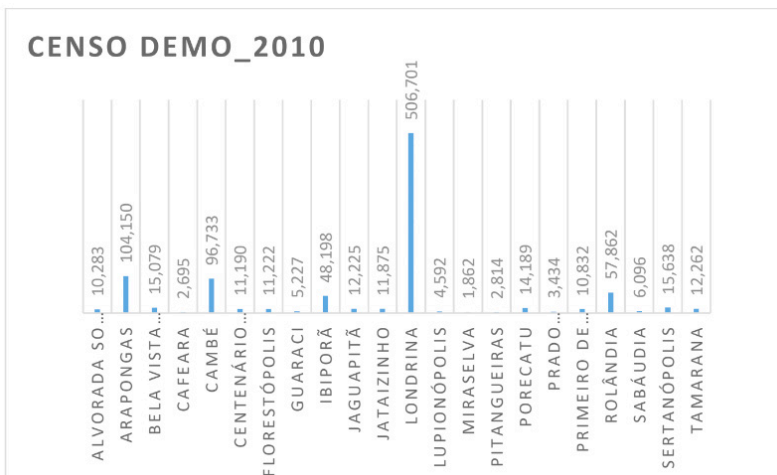


Gráfico1: Caracterização demográfica dos municípios da AMEPAR

Fonte: Elaborados pelos autores com dados do IBGE- Censo/2010.

No Brasil, segundo Souza (2004), a definição de município não faz distinção entre a diversidade dos 5.570 municípios existentes, entretanto as diferenças são marcantes entre eles. Assim, para a autora, a definição oficial de município torna-se uma ferramenta meramente administrativa, que independe da incorporação de variáveis importantes, principalmente o tamanho da localidade. Tal uniformidade, para Souza, significa que as regras aplicadas aos governos locais são invariáveis e independem da complexidade das tarefas a eles atribuídas.

Na região da Amepar em relação a política de Assistência Social a divisão está assim definida: Pequeno Porte ³, o que corresponde a 77% do total, um de Pequeno Porte ⁴, dois municípios de Médio⁵ e dois municípios de grande porte⁶, esse recorte se relaciona com a realidade nacional que tem a maioria de município de pequeno porte 1 em todo o território nacional.

Com essas diferenças e uma concentração significativa de municípios com população até 20.000 hab., diferentemente do que muitos analistas apontam, para Souza (2004), a descentralização no Brasil está longe de ser abrangente.

Na verdade, esta (a descentralização) vem se concentrando em dois campos: no aumento dos recursos financeiros para os municípios garantidos pela Constituição de 1988 e no aumento progressivo das transferências federais, para a implementação de alguns programas sociais universais. Assim, embora a descentralização tenha sido um dos objetivos dos constituintes de

3 pequenos I: com população até 20 mil habitantes.

4 pequenos II: com população entre 20.001 e 50 mil habitantes.

5 médios: com população entre 50.001 e 100 mil habitantes.

6 grandes: com população entre 100.001 e 900.000 habitantes.

1988, estudos apontam que a descentralização serviu para a consolidação da implementação de políticas sociais e não para o aumento da capacidade de decidir sobre onde e como investir os recursos. (SOUZA, 2004, p.8)

Para Souza (2004), os governos locais estão de fato substituindo o governo federal em algumas funções, contudo ainda existem um conjunto de responsabilidades se encontram *em uma espécie de vazio governamental*. A autora ressalta que esta realidade está respaldada em dois aspectos centrais: a política federal de ajuste fiscal pautada em interesses econômicos; a complexidade do modelo da política a ser municipalizada não contemplou incentivos capazes de estimular a adesão dos municípios.

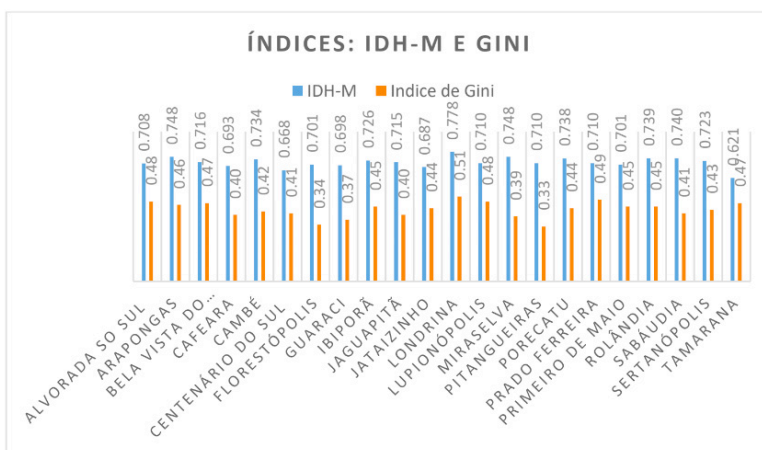


Gráfico 2: Perfil das condições econômicas e sociais.

Fonte: Elaborados pelos autores com dados do IBGE (2010).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini são fontes de informações importantes para os gestores e técnicos demonstrando as realidades de seus municípios. Os índices são guias na definição de políticas públicas e investimentos. Cabe a eles, portanto, não somente definir a atual conjuntura econômico-social de uma região, mas também considerar os esforços envolvidos na busca de melhores resultados. Essa tentativa de quantificação se tornou amplamente aceita no cenário internacional, ainda que acompanhado de muitas críticas, particularmente em relação as falhas metodológicas e a subjetividade.

Diante das significativas diferenças das condições socioeconômicas dos municípios brasileiros, o termo vulnerabilidade foi introjetado nos estudos da gestão das policias publicas no Brasil. Assim, a leitura da vulnerabilidade, promovida pela políticas de saúde e assistência social, converge na preocupação com as carências das populações que estão susceptíveis a riscos potenciais tais como a pobreza, violência, desigualdade social.

Neste sentido é necessário estudo sobre a disposição de recursos que indivíduos ou grupos sociais movimentam para acessar as estruturas para evitar e diminuir a vulnerabilidade.

O mapeamento da distribuição dos equipamentos de saúde e assistência social na área (tabela 2) em questão traz a relação dos serviços existentes. Quando consultados os mapas e endereços dos equipamentos, os dados revelaram uma concentração dos equipamentos comunitários nas regiões centrais e nas áreas residenciais de maior renda. Nas áreas periféricas onde se registram maiores níveis de vulnerabilidade social encontram-se poucos e mal distribuídos os equipamentos. Conclui-se que os padrões de localização e distribuição dos equipamentos comunitários operam no sentido do aumento da vulnerabilidade da população periférica, na medida em que se dificulta o acesso a tais estruturas de oportunidade.

Equipamen ⁷	ASSISTÊNCIA SOCIAL			SAÚDE							
	CRAS ⁸	CREAS ⁹	CenPop ¹⁰	UBS	Hosp. Púb./ Cred.	Hosp. Psiq.	Cons. de Rua	ESF	Nasf 1;2;3	UPA	Caps 1;2;I;AD
Total	41	12	3	139	23	3	1	184	23	10	13

Tabela 2 – Equipamentos existentes relacionados as Políticas de Saúde e Assistência Social – Maio de 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do MDS -Rede Suas.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html> Acesso em 15/05/2018

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do SESP -Plano Diretor de Regionalização 2015 http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/PDR_Compilado_Final_correcao_em_08_07_2016.pdf Acesso em 10/06/2018

Segundo informações contidas no Censo SUAS 2014¹¹, o Sistema Único de Assistência Social regula, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual. Tais serviços, programas e benefícios prestados pelo SUAS são executados e providos por equipamentos da assistência social, que são pessoas jurídicas de direito público, estão sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e podem funcionar em articulação com iniciativas da sociedade civil.

Tais equipamentos são organizados sob a lógica das ações desenvolvidas, as quais se encontram divididas em níveis de complexidade (Proteção Social Básica e Proteção

⁷ Total de habitantes AMEPAR - 965.159 - (Censo 2010)

⁸ 78% cofinanciados.

⁹ 58% cofinanciados.

¹⁰ 100% cofinanciado.

¹¹ https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/Censo2014/equipamentos.html. Data de Acesso, 09/06/18.

Social Especial), tendo o território como referência e a centralidade na família. Conforme orientações da PNAS e da NOB/SUAS, a Proteção Social Básica (PSB) dedica-se à prevenção de situação de risco social e atua por meio de ações integradoras familiares e comunitárias e de desenvolvimento de potencialidades.

Quanto aos equipamentos públicos, a Proteção Social Básica é prestada pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), enquanto a Proteção Social Especial, de acordo com o nível de complexidade, é ofertada pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), pelos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), e pelas Unidades de Acolhimento.

Em relação a gestão da política de saúde, o Pacto pela Saúde¹² instituiu três pactos: Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão. Esse Pacto apresentou mudanças significativas para a execução do SUS, dentre as quais podemos destacar a Regionalização solidária e cooperativa como eixo estruturante do processo de Descentralização.

A Regionalização é uma das diretrizes para a gestão do SUS. O Plano Diretor Regionalizado (PDR), nesse contexto, é considerado um dos principais instrumentos de planejamento da Regionalização.

Segundo do PDR (2011), o Paraná tem 22 regiões de saúde e 04 macrorregiões. Todas as regiões de saúde contam com serviços de atenção primária, urgência e emergência e atenção psicossocial. Porém, as regiões de saúde têm níveis de complexidade diferente. Em todas as regiões de saúde os serviços de atenção primária são de responsabilidade dos municípios.

Todas as regiões de saúde têm uma referência hospitalar regional e têm referências ambulatoriais para a realização de consultas especializadas e exames. Na maioria das regiões existe ambulatório de especialidades gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da região. Quando uma região de saúde não tem o serviço ou não tem suficiência do serviço, sempre que possível é definida a referência da macrorregião. No caso da AMEPAR, Londrina é o município sede da 17ª região de saúde, sendo responsável por grande parte do atendimento da média e alta complexidade.

12 Pacto pela Saúde instituído pela Portaria 399/2006.

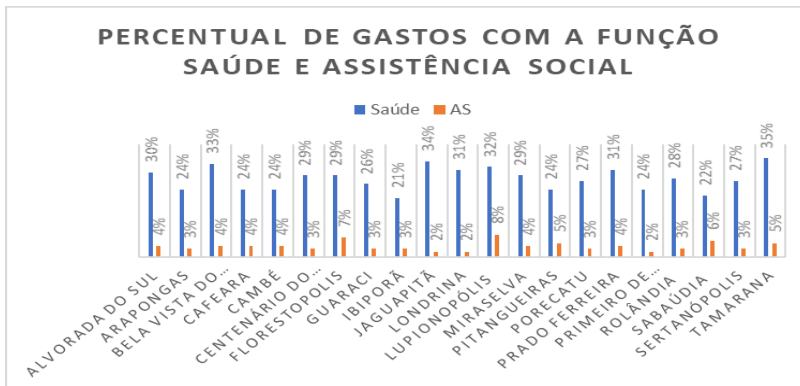


Gráfico 3: Financiamento Público

Fonte: Elaborados pelos autores com dados do MP Paraná/Gempar.

No caso da organização do SUS e SUAS¹³, a legislação prevê funções concorrentes e ações articuladas dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), em estreita coerência com o modelo federativo estabelecido. O processo de implementação do SUS e SUAS tem, no seu financiamento, um reconhecido ponto crítico, por causa das implicações diretas sobre a magnitude e a qualidade dos serviços prestados à população usuária. Não apenas as enormes restrições financeiras têm sido apontadas como limitadoras, mas também as diversas dimensões do modelo de financiamento: as bases de arrecadação dos recursos que compõem as fontes de receita, a oportunidade de vinculação destas fontes, os mecanismos de transferência de recursos entre os níveis do sistema (federal, estadual e municipal), as formas de regulação e remuneração dos procedimentos quanto nos reportamos ao SUS (MENDES, 1996 apud MAGALHAES JUNIOR 2001).

O modelo de financiamento definido pela legislação, bem como o efetivamente implantado, segundo Magalhaes Junior, tem desencadeado constantes conflitos e embates nos campos técnico e político entre atores situados nos três níveis de governo. A interrupção do fluxo de recursos financeiros para o custeio dos serviços, a descentralizado dos sistemas (SUS e SUAS) estabelecido pela Constituição Federal de 1988, aliado às dificuldades da aplicação das normativas que orientam os critérios de distribuição de recursos, bem como as mudanças conjunturais determinam a configuração de um espaço de negociação e repactuação dos critérios de distribuição dos recursos arrecadados pelo nível central.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa Federação, onde os municípios são profundamente desiguais quanto a seu porte populacional, riqueza, cultura, economia, desenvolvimento social, exige-se a

13 100% dos municípios possuem planos, fundos, conselhos nas políticas analisadas.

integração de todos os entes para conformar uma rede assentada em uma solidariedade para o atendimento às diferentes necessidades relacionadas às políticas sociais, particularmente à saúde e assistência social.

Nessa configuração, a gestão das políticas definidas a partir de redes de serviços, respeita a lógica territorial. A preferência por essa lógica é mais condizente com o modelo tridimensional de nossa Federação e com a descentralização das ações propostas na Constituição de 1988. Entretanto essa organização imprime a necessidade de qualificar a rede que não pode ser um mero agrupamento de municípios, mas composto por elementos essenciais que caracterizem uma região.

Na região da Amepar, em relação a gestão da política de saúde, os municípios vêm respeitando e cumprindo as determinações legais, embora em alguns aspectos precariamente, atendendo de forma regionalizada, na busca de suprir as necessidades dos diferentes municípios. Já a política de assistência social, nessa região, ainda não conseguiu articular ações que possam envolver as particularidades dos municípios. O conhecimento profundo da população usuária do SUAS, é o elemento básico que torna possível romper com a gestão baseada na oferta, característica dos sistemas fragmentados, e instituir a gestão com base nas necessidades da população, elemento essencial das regionalização.

Embora não seja possível, em função dos limites deste texto, apresentar todos os dados coletados da região estudada, podemos inferir que as políticas de saúde e assistência social implantadas na região precisam ser aperfeiçoadas.

Para Campos et al (2019a) os desafios impostos à gestão das políticas públicas reverberam no trabalho dos assistentes sociais inseridos nessas políticas, considerando três aspectos centrais ressaltados por Raichelis (2009, apud Campos et al, 2019a): na necessidade da articulação entre as ações desenvolvidas e a reflexão teórica crítica, numa conjuntura de intenso avanço do pensamento conservador; na luta pela defesa do caráter universalizante da Seguridade Social brasileira e a primazia do Estado na sua condução; combatendo o reducionismo do modelo de política social focalista voltada aos mais pobres, a despolitização da política, trazendo de volta ao debate o ideário da universalização dos direitos.

Esses desafios, segundo os autores, exigem uma formação acadêmica consistente e um profundo conhecimento das competências profissionais, particularmente, as relacionadas as funções da gestão. Há uma forte tendência, nos espaços ocupacionais vinculados a gestão, na utilização de normativas como a principal referência a ser seguida pelo assistente social. Entretanto, a inserção nos processos de trabalho envolvendo estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser definidas pelo próprio profissional, e não pelo órgão gestor, pelas legislações ou outros profissionais envolvidos. (CAMPOS et al, 2019a)

Portanto para Campos et al (2019a), diante de um contexto desafiador para os assistentes sociais envolvidos diretamente com a gestão de políticas sociais públicas,

a busca por universalização de direitos depende de amplo investimento estatal e o (re) conhecimento da gestão e seus processos nos diferentes níveis de governo, considerando seus limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: Cadernos ABESS: Formação Profissional: trajetórias e desafios, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

AROSA, D. V. da S. Sistemas Municipais de ensino: limites e possibilidades em sua articulação com as políticas nacionais de avaliação educacional. Tese (doutorado), UFJF, Faculdade de Educação. 2013. Acessado em 29 de setembro de 2019, <http://www.ufjf.br/ppge/files/2013/07/TESE-DEIZE-AROSA-para-PPGE.pdf>.

BRASIL, LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

CAMPOS, E.C.S de . A centralidade da Gestão no exercício profissional do Assistente Social: um estudo a partir de demandas profissionais. In: Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social, Maceió, 2013. p 1-13. Anais eletrônico. Acessado em 29 de setembro de 2019. <https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/a-centralidade-da-gestc3a3o-no-exerc3adcio-profissional-do-assistente-social.pdf> .

CAMPOS, E.C.S. de. et al. Desafios na gestão de políticas sociais em municípios de pequeno porte: breves considerações sobre os municípios da região da AMEPAR. In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social. Londrina, 2019a. Anais eletrônico. P. 1-15. Acessado em 20 de fevereiro 2020. <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231858-36029-2019-04-06.pdf>

_____. A Gestão do Suas na região da Amepar: aproximações necessárias. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, 2019b. Anais eletrônico. P. 1-12. Acessado em 21 de fevereiro de 2020.

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1340_13405cc9eadf72656.pdf

CARDOSO, I. C da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS: Formação Profissional: trajetórias e desafios**. n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

COFI/CFESS. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília, 2002.

GUERRA, I. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

MAGALHÃES JUNIOR, H. M. Administração na área de saúde: uma perspectiva para gestores municipais. **Gestão Municipal de Saúde**: textos básicos. Rio de Janeiro : Brasil. Ministério da Saúde, 2001.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PARANÁ, SESP, Plano Diretor de Regionalização, 2011.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS, 2009.

SOUZA, C. Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2) 2004.

CAPÍTULO 10

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Karen Coutinho da Silva

Faculdade Governador Ozanam Coelho
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/0954152870353280>

Luciana Macedo Duarte

Universidade Federal Fluminense
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/3400921945701142>

Thaís da Silva Zeca Bastos

Universidade Veiga de Almeida
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6002622546130579>

RESUMO: Este artigo tem como tema central o trabalho do assistente social no Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, executada no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). A escolha do objeto de estudo ocorre em função de inserção profissional neste equipamento da política de Assistência Social. No referencial teórico pretendeu apresentar o trabalho do assistente social e sua intrínseca relação com a questão social; um percurso histórico da política de atendimento aos adolescentes; e por fim a medida socioeducativa em meio aberto e o trabalho do assistente social neste serviço, a fim de compreender os desafios que se colocam aos profissionais para

a materialização do projeto ético-político, no cotidiano do seu exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Questão Social; Medida Socioeducativa; Serviço Social.

SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE IN THE OPEN ENVIRONMENT AND THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT

ABSTRACT: This article has as its central theme the work of the social worker in the Social Protection Service to adolescents in compliance with the socioeducative measure of Assisted Freedom and Community Service Delivery, carried out at the Specialized Center for Social Assistance (CREAS). The choice of the object of study is based on professional insertion in this equipment of the Social Assistance policy. In the theoretical framework, he intended to present the work of the social worker and his intrinsic relation with the social question; a historical track record of adolescent care policy; and finally the socio-educational measure in open environment and the work of the social work of the social worker in this service, in order to perceive the challenges that are posed to professionals for the materialization of the ethical-political project, in the daily routine of their professional practice.

KEYWORDS: Work; Social issues; Socioeducational Measure; Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir o trabalho do assistente social no atendimento aos adolescentes em cumprimento

de medida socioeducativa em meio aberto, no âmbito da Proteção Especial de Média Complexidade, apreendendo a dinâmica do trabalho do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, em seus limites e possibilidades.

A escolha do objeto de estudo ocorre em função de inserção profissional como assistente social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), especificamente no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Ao estudar o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional percebeu-se que, para apreender as determinações postas fazia-se necessário retomar o percurso histórico da profissão compreendendo a sua relação com o conservadorismo e opção histórica da categoria por essa ruptura. No entanto, o lastro conservador ainda entoa nas práticas profissionais, mesmo quando tentamos materializar a nossa proposta crítico-interventiva e ético-política nas rotinas institucionais.

Nesse sentido, o estudo busca uma aproximação à realidade de trabalho dos assistentes sociais inseridos no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e pretende contribuir para a análise crítico-reflexiva do trabalho realizado pelos mesmos frente à garantia dos direitos de proteção integral dos adolescentes.

2 | O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

Para apreender o trabalho do Serviço Social é necessária a compreensão sob qual perspectiva entende-se o surgimento da profissão e como situa-se a sua posição no mundo do trabalho.

A partir da análise de Montaño (2009), existem duas perspectivas de análises do surgimento da profissão de Serviço Social. Uma perspectiva endogenista que entende o surgimento da mesma como a profissionalização das anteriores formas de ajuda e de filantropia, como se o surgimento da profissão dependesse somente de uma vontade singular dos filantropos de se profissionalizar. É uma segunda perspectiva, a histórico-crítica, que considera que a profissão surgiu da demanda histórica do capital para reprodução da força de trabalho e manutenção da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que o Estado requisita esses profissionais para a execução de políticas sociais.

As análises sobre a profissão que se seguem estão de acordo com a segunda perspectiva abordada por Montaño (2009), entendendo o surgimento da profissão como produto dos projetos político-econômicos. Graneman (1999,p.161) acrescenta ainda que o serviço social não se autodetermina, o que significa dizer que o surgimento da profissão está ligado a uma série de determinações históricas. É nesse período histórico que o Estado redefine suas funções regulando a “questão social” e requisitando um profissional que execute políticas sociais com espaço de assalariamento a fim de garantir a acumulação do capital e controlar o movimento operário que estava em ascensão nos marcos do

capitalismo monopolista.

A principal diferença da profissão de serviço social para os filantropos ou das damas de caridade é a condição de trabalhador assalariado, portanto o assistente social distingue-se por se constituir um profissional inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho. Dessa forma, quando requisitado pelo Estado, o profissional rompe com práticas de filantropia ou de trabalho voluntário passando a se caracterizar como um trabalhador assalariado que tem a sua prática polarizada por interesses antagônicos: de um lado, os interesses da acumulação capitalista, e de outro, os interesses da população usuária dos seus serviços, a classe trabalhadora.

Conforme Iamamoto (2007) embora a história da profissão tenha ocorrido na relação com o movimento católico, a legitimidade profissional está intimamente articulada à demanda das instituições assistenciais que se expandiam na década de 1940. Ainda segundo a autora:

Nesse processo, o Estado tem de incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos sociais daí decorrentes, através de uma legislação social e sindical neste período (IAMAMOTO, 2007, p. 31).

Dessa forma, o Serviço Social se torna uma profissão fundamental para o funcionamento da política social do Estado e também do setor privado. É importante salientar que o serviço social está inserido em processos de trabalho, que segundo Marx (1980), qualquer processo de trabalho possui seus elementos constitutivos. O Serviço Social também possui o seu.

Segundo Iamamoto (2008) o trabalho do assistente social é o próprio exercício profissional, tendo como objeto de trabalho as expressões da “questão social” e os meios de trabalho constituem o conjunto técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político da profissão. Mas infelizmente não possui todos os meios de trabalho, como situa a referida autora:

O assistente social afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada com organismos empregadores, estatais ou privados. Sendo os assistentes sociais proprietários de sua força de trabalho qualificada, não dispõe, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhe são oferecidos pelas entidades empregadoras (IAMAMOTO, 2008, p. 96).

Podemos pensar o Serviço Social como participante do processo de trabalho como mediador da relação Homem/Natureza, ainda que não intervenha de forma direta nessa relação. Contribui assim para a extração de mais-valia e para a reprodução da vida material e espiritual do trabalhador.

Segundo Yasbek (2009, p.128) para fazer a análise do serviço social é preciso

compreendê-lo inserido na dinâmica das relações de classe e, como tal, sua prática é polarizada pelos interesses antagônicos. Nas palavras da autora o serviço social “participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho”.

Diante disso, a construção da profissão se dá em um determinado contexto histórico, onde o capital demanda essa força de trabalho, ao passo que a categoria profissional faz uma escolha decisiva em seu movimento de renovação profissional, pelo compromisso com a luta pelos direitos da classe trabalhadora, não permitindo que seu exercício profissional ocorra sem essa polarização.

A prática profissional do assistente social vai ser polarizada por interesses antagônicos, mesmo com a relativa autonomia que possuem. Esta relativa autonomia irá aparecer de modo diferenciado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde o profissional está inserido. (IAMAMOTO, 2009)

As transformações societárias no mundo do trabalho e na própria “questão social”, além das mudanças nas formas de intervenção por parte do Estado nas refrações da mesma faz modificar os processos de trabalho nos quais se insere o profissional de serviço social.

Sobre a “questão social” é necessário fazer algumas considerações dada à centralidade no debate do trabalho do assistente social. Desde o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e de Renovação do Serviço Social brasileiro em meados da década de 1960, a questão social tem ocupado os debates no meio profissional, que vem conceituando-a como aspecto central na formação do assistente social por sua potência interventiva na “questão social” e nas suas diversas expressões que chegam ao profissional como demandas nos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem.

Existem diversas análises sobre a “questão social” na cena contemporânea. Portanto, é necessário esclarecer sobre qual óptica entende-se a chamada “questão social”. Para isso utilizaremos as análises dos autores José Paulo Netto e Marilda Villela lamamoto, ambos situados nos marcos da tradição teórico-política marxista.

Netto (2001) indica que a expressão “questão social” tem história recente, surge em meados do século XIX tentando expressar o fenômeno do pauperismo iniciado após o avanço da industrialização. Com o desenvolvimento do movimento industrializador não se situa mais a pobreza ligada à escassez. Segundo o autor trata-se de uma época diferenciada em que a pobreza vem crescendo na mesma proporção da capacidade da sociedade capitalista de constituir riqueza.

O reconhecimento do pauperismo como questão social se inicia devido ao movimento de luta da classe trabalhadora, que constituía a população pobre. Não se conformando com a sua situação de extrema pobreza e iniciando vários movimentos operários por melhores condições de vida e de trabalho, formou uma força e um movimento contrário ao poder e ao

crescimento hegemônico da classe burguesa (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001).

É ponto comum entre Netto e Iamamoto de que a “questão social” tem sua gênese na contradição entre capital e trabalho, pela própria peculiaridade da sociedade burguesa que tem sua acumulação fundamentada na exploração do trabalho e no que tange ao surgimento de uma nova “questão social”. Segundo Netto, a cada novo período de crescimento da sociedade capitalista, a “questão social” apresenta expressões diferenciadas, evidenciando o aprofundamento cada vez maior da exploração da classe trabalhadora.

Já Iamamoto (2001) considera que a “velha questão social” se transforma, tomando apenas nova aparência. De acordo com a autora são novas delimitações históricas da questão social que vem se complexificando ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista ao mesmo tempo em que se aprofundam suas disparidades econômicas, culturais e sociais.

Diante do exposto neste trabalho, que corrobora com o trazido por Iamamoto, pois, a “questão social” tem sua gênese na contradição entre capital e trabalho, refutação esta estrutural do capitalismo, assume indiscutivelmente novas roupagens com a complexificação e expansão do capital e, dessa forma, exigindo do Estado a legitimação da sua existência e a necessidades de elaborar e executar as políticas sociais como resposta a esta.

3 | POLÍTICA SETORIAL DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES

Apreender a dinâmica do trabalho do assistente social no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), executado no CREAS, em seus limites e possibilidades é também trazer à tona o debate acerca do usuário deste serviço: o adolescente em conflito com a lei. Dessa forma, não há como deslocar o debate de como vem se construindo o fazer profissional na política de Assistência Social alinhado ao disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE sem dimensionar como se constituiu o atendimento ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa ao longo da história.

Na discussão sobre a diminuição da idade penal ou nos crimes de repercussão nacional em que adolescentes estão envolvidos, parcela significativa da sociedade civil afirma como “solução” para os problemas com adolescentes em conflito com a lei pesadas penas privativas de liberdade alegando-se a ineficácia das medidas socioeducativas nos casos de cometimento de atos infracionais.

Tais debates retomam a temática dos adolescentes em conflito com a lei, entretanto, atualmente trata-se de um movimento ao revés. Afirmamos como um movimento contrário, pois se na década de 1980, movimentos sociais e sociedade civil lutavam por uma política de proteção integral e contra a perspectiva de “situação irregular” expressa no Código de Menores, culminando na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), atualmente vemos uma deslocação dos discursos com intensos questionamentos sobre a eficácia do mesmo e forte posicionamento a favor do aprisionamento dos adolescentes.

Dessa forma, o histórico do tratamento à questão nos mostra que a todos os momentos em que o Estado se oferecia a tratar da infância pobre ou abandonada encontrada marginalizada de modo efetivo, suas ações possuíam caráter de “internação”, ou seja, afastamento do convívio social-comunitário e familiar, hoje considerado pelo ECA como último recurso (BAZÍLIO, 2008, p. 42).

Silva e Silva (2009, p.129) indicam que o atendimento a crianças e adolescentes no Brasil sempre esteve marcado por três traços importantes: “o caráter classista que estabelece uma programática voltada para as crianças e adolescentes das classes subalternizadas; o recurso frequente da institucionalização para estabelecer o controle da pobreza, e o uso da repressão e do controle em detrimento da proteção.”

As Igrejas e Instituições filantrópicas eram encarregadas pelo Estado a prestar assistência a essas crianças. No entanto, conforme apontam Couto e Melo (1998, p. 28), ao longo da história essas mesmas Instituições que deveriam protegê-las se manifestaram como aparelhos de profunda segregação, violência e negligência, como se as crianças e adolescentes pudessem ser castigados ou corrigidos pelas condições sociais em que se encontravam. As questões referentes à infância pobre só se tornam uma preocupação pública, e então merecedora de maior intervenção, quando o Estado faz uma articulação entre o econômico, o político e o social.

A criação do Código de Menores e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) simbolizou a legitimação das questões relativas à infância caracterizando-a como questão social. No entanto, as expressões da “questão social” apresentadas pela problemática da infância continuaram praticamente as mesmas apesar de toda uma adaptação aos modelos científicos e a assistência psicopedagógica aos adolescentes caracterizados como “carentes” ou “delinquentes” que eram propostos na época (CARVALHO, 2000, p. 186).

A partir das críticas da sociedade civil sobre as horríveis condições físicas das instituições que, ao invés de destruir a marginalização acabavam por reproduzir ainda mais, o SAM foi extinto e seu espaço ocupado pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Segundo Silva (2005) embora todos os movimentos de luta na década da promulgação do Código de Menores, de 1979, num contexto nacional e internacional exigindo a proteção de crianças e adolescentes, o “novo” código não correspondia aos interesses da sociedade civil e não tinha representação dos interesses das crianças e adolescentes que continuavam confinados nas instituições. De modo geral, a FUNABEM acabou por persistir nos mesmos erros do antigo SAM pois com o número enorme de crianças que eram culpabilizadas pelo fato de serem pobres, as instituições incharam.

Denúncias de maus tratos e corrupção também ocorreram e em meados da década de 80, com a pressão dos movimentos sociais que se encontravam em plena ebulição,

ocorreu o verdadeiro desmonte da FUNABEM e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a primeira legislação a reconhecê-los como cidadãos de direitos em nosso país (COUTO & MELO, 1998).

Como aponta Silva (2005):

O ECA nasceu em resposta ao esgotamento histórico-jurídico e social do Código de menores de 1979. Nesse sentido, o Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da 'falência mundial' do direito e da justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguravam frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital (SILVA, 2005, p. 36).

O Estatuto da Criança e do Adolescente renova os métodos de intervenção em relação à infância no Brasil, as práticas de maus tratos e castigos substituem-se por respeito ao desenvolvimento dos mesmos. Assegura-se com o ECA de que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, proteção integral que oportunize o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

No que pese aos avanços contidos no ECA, ele por si só não apresenta a resposta completa aos problemas da infância no Brasil, até porque mesmo com todos os avanços que a legislação nos proporcionou reconhecendo crianças e adolescentes como sujeito de direitos, há ainda hoje um distanciamento da legislação a sua efetivação como mecanismo de garantia desses direitos. As características dos modelos de assistência a crianças e adolescentes antecessores ao ECA continuam latentes em instituições responsáveis pelo acompanhamento de medidas socioeducativas.

Os problemas se acentuam ainda mais com a profunda ofensiva neoliberal iniciada a partir da década de 90 e com o aumento da violência nessas últimas décadas, mídia e opinião pública passam a ser manipulados num eminente processo consolidado ideologicamente de criminalização da pobreza.

Ademais, o ECA é a expressão e afirmação da luta dos movimentos sociais justamente contra a criminalização da pobreza, tornando possível aos jovens em conflito com a lei uma alternativa de ação socioeducativa.

Os métodos de atendimento estabelecidos pelo ECA ao adolescente, ao distinguir as medidas protetivas das medidas socioeducativas diferente da legislação anterior que estabelecia a doutrina da "situação irregular". Conforme o Art. 106 do ECA: "nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente." Portanto, aos adolescentes que cometem atos infracionais são aplicadas as medidas socioeducativas com as devidas garantias processuais.

O ECA estabelece seis tipos de medidas socioeducativas:

1) A advertência que consistirá em uma repreensão verbal que será transformada

em um termo e assinada;

2) A obrigação de reparação do dano nos casos de deteriorações patrimoniais;

3) A prestação de serviços à comunidade que se resume a realização de atividades gratuitas em instituições por período que não ultrapasse seis meses;

4) A liberdade assistida sob a responsabilidade de uma equipe para orientação na medida socioeducativa com o objetivo de fazer o acompanhamento do adolescente permanecendo o mesmo sob o cuidado de sua família;

5) A semiliberdade que pode ser determinada desde o início do cumprimento da medida socioeducativa ou como progressão para o meio aberto, estando o adolescente em uma unidade de Atendimento com saídas autorizadas para escolarização, profissionalização e convívio familiar;

6) Internação provisória por um período máximo de 45 dias enquanto ocorre a averiguação do processo; e a internação em estabelecimento educacional que deve ser aplicada somente nos casos de atos infracionais cometidos mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reincidência ou por descumprimento de uma medida imposta anteriormente.

Com o objetivo de regular e normatizar o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil foi construído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) com o intuito de dar concretude política de proteção integral expressa no ECA.

O SINASE se constitui então, como uma política pública de implantação do atendimento das medidas socioeducativas ligada a todas as outras políticas públicas existentes. Sua normativa envolve desde a apuração do ato infracional até a execução das medidas socioeducativas, estabelecendo as funções de cada órgão federativo, estimula a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e também dá relevância às dimensões pedagógicas da medida socioeducativa em detrimento do caráter punitivo.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) também irá contribuir para a proteção integral dos adolescentes, pois regulamenta a política de assistência social com vistas à provisão dos mínimos sociais e garantia das necessidades básicas, estabelecendo como um de seus objetivos a proteção à infância e à adolescência, em um sistema descentralizado e participativo organizado nos três níveis de gestão.

Em sua alteração em 2011, institui legalmente a Proteção Social Básica e a Especial e suas respectivas unidades públicas estatais, CRAS e CREAS, para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, de caráter continuado. A Resolução 109/2009 do CNAS estabelece o CREAS como a unidade estatal que oferta o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, a fim de proporcionar um atendimento descentralizado e integrado ao acompanhamento familiar.

4 | MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), tem como objetivos o acompanhamento social durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto e inserção em outros serviços e programas da rede socioassistencial ou das políticas setoriais; a necessidade criar meios para a construção e reconstrução dos projetos de vida que rompam com a prática de ato infracional; o estabelecimento de contratos e normas com o adolescente; contribuir para a construção de autoconfiança e autonomia; possibilitar acessos e oportunidades para ampliação do universo informacional e o desenvolvimento de habilidades e competências; e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Além disso, o Serviço deve ser executado no CREAS e o atendimento ao adolescente deve contemplar a sua responsabilização e a sua proteção social, sendo ofertado de forma integrada a outros serviços do SUAS. A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto possibilita ao adolescente em conflito com a lei um atendimento em condições de dignidade e segurança de convívio familiar e comunitário.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) institui os assistentes sociais como parte das categorias profissionais que compõem obrigatoriamente as equipes de referência em todos os níveis de proteção social.

Para fazer uma análise crítica da prática profissional dos assistentes sociais que atuam no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto utilizamos as rotinas institucionais e metodologia de atendimento adotada no cotidiano profissional, dentre elas: a acolhida do adolescente e de sua família; o acompanhamento do adolescente através de atendimentos individuais e/ou atividades grupais; encaminhamentos para a Rede, especialmente para matrícula escolar, cursos profissionalizantes e serviços de saúde; elaboração de relatórios; etc.

Portanto, uma das principais demandas que se colocam para ao Serviço Social neste espaço sócio ocupacional é a realização de orientações e de informações para os adolescentes e seus familiares a respeito do cumprimento da medida socioeducativa.

Examinando atentamente essa questão foi observado que desde que os assistentes sociais foram requisitados para trabalharem nos equipamentos assistenciais, sua atuação está voltada para o atendimento das necessidades dos usuários e com uma atuação socioeducativa direcionada para as classes populares (YASBEK, 2009).

Segundo Miotto (2009, p. 502-503), as ações socioeducativas se constroem através de dois pilares principais: a socialização de informações e o processo reflexivo. A autora entende a socialização de informações como fator principal para o acesso aos direitos, fazendo com que a ação socioeducativa possibilite a real constituição da autonomia dos

sujeitos. Já o processo reflexivo se tornará o caminho para a construção de respostas para as necessidades sociais dos sujeitos, “ele tem como objetivo a formação da consciência crítica”.

Sabemos que o acompanhamento aos adolescentes em conflito com a lei, pauta-se nas ações socioeducativas, de forma a contribuir para um processo educativo destes usuários e possibilitar o acesso aos seus direitos. No entanto, é necessária cautela na execução diária desta perspectiva emancipatória, para que não contribua com o processo de violação de direitos através das ações socioeducativas e pautarem em uma atuação disciplinadora.

Além desta demanda principal existe um acúmulo de respostas imediatas pertinentes ao acompanhamento desses adolescentes na Instituição, que perpassam demandas dos adolescentes, de seus familiares, da Rede de Atendimento, do Judiciário, além de questões administrativas. Pontes (2000, p.45) afirma que “a demanda institucional aparece na imediaticidade como um fim em si mesmo, despida de mediações que lhe deem sentido mais totalizante”.

Soma-se a isso o fato de que apenas 32,4% das equipes de atendimento são exclusivas para o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto executado no CREAS, conforme aponta o CENSO SUAS 2018. Na maior parte dos municípios do Brasil, as equipes do CREAS se dividem entre todos os serviços executados no equipamento, o que acaba por sobrecarregar o profissional e se constituir como fator que dificulta ainda mais um atendimento qualificado. Outro dado importante demonstrado é que em 2018 somente 57,1% dos profissionais que atuam nos CREAS em todo o território nacional tem algum tipo de capacitação sobre o Sistema Socioeducativo. Por outro lado, percebemos então uma cobrança velada para que o profissional resolva a vida do adolescente e pouco investimento em capacitação profissional sobre o tema, numa perspectiva individualista da questão, desconsiderando a subjetividade e as relações sociais vividas pelo mesmo e por sua família.

Na ausência de um projeto de intervenção do serviço social na Instituição, os assistentes sociais balizam as suas ações a partir dos pressupostos da medida socioeducativa preconizados no ECA, no SINASE, na LOAS, nas normativas e resoluções da política de assistência social e na organização do trabalho elaborada pelos próprios profissionais que compõem a equipe técnica.

Sobre a utilização do projeto institucional como sendo projeto de intervenção do serviço social, Couto (2009, p.654) afirma que é preciso romper com o projeto institucional. Na verdade, o projeto institucional deve ser contemplado no “arsenal de conhecimento” que o assistente social se utilizará para construir o seu projeto.

Para a construção deste projeto, ainda segundo a autora, é necessário que o assistente social apreenda o perfil dos usuários dos seus serviços identificando as expressões da questão social que necessitam intervenção profissional buscando romper

com o senso comum e com “tudo o que os aniquila e os subjuga” (COUTO, 2009, p.655).

Podemos perceber que na ausência de um projeto de intervenção específico do serviço social o trabalho acaba sendo organizado de forma a responder as demandas que chegam aos assistentes sociais em seu cotidiano profissional. Além disso, visto que os mecanismos de avaliação são intrínsecos ao projeto de trabalho, portanto, se inexistente um projeto, conseqüentemente não existirá a avaliação.

Mesmo após mais de 25 anos de promulgação do ECA, o exercício profissional ainda se encontra tensionado pelas práticas punitivas e, as afirmações de direitos trabalhados ainda no campo individual. Por isso, um dos maiores limites encontrados pelos profissionais no acompanhamento da medida socioeducativa ainda é a dificuldade de inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho, visto que os mesmos possuem nível de escolaridade inferior ao exigidos nos programas oferecidos pelo Estado e iniciativa privada.

Ainda que tenhamos conhecimento de que colocar cada adolescente em posição de empregado (ou não) seria insuficiente para retirá-lo da sua condição de pobreza e que considerar a inserção no mercado trabalho dessa forma seria uma negação da sociedade de classes e das relações sociais. Mas, de certa forma, é evidente que projetos e programas dessa magnitude podem sim auxiliar na construção de parcerias e inserção de adolescentes no mercado de trabalho, apesar de não se constituírem como suficientes para mudança da realidade em que vivem, em extrema situação de pobreza e ausência de acesso a direitos (estes mesmos negados muito antes do cometimento de atos infracionais).

Paralelo a isso, a oferta lucrativa do tráfico em detrimento dos programas governamentais, conforme o CENSO SUAS 2016, 25% dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Brasil estão relacionados ao envolvimento no tráfico de drogas.

Wacquant (2007, p. 115), confirma dizendo tratar-se da opção mais lucrativa “na esteira do recuo duplo do mercado de trabalho e do Estado de bem-estar.”

Para que o profissional defenda os direitos dos adolescentes é necessário que ele tenha condições objetivas e subjetivas para a realização do seu trabalho. Assim, ocupar espaços decisórios da política de atendimento aos adolescentes a fim de quebrar paradigmas se torna um desafio aos profissionais que se encontram azafamados nas rotinas institucionais.

Reafirma-se, dessa forma, o projeto ético-político profissional em detrimento do atual contexto histórico de extrema ofensiva neoliberal onde as conseqüências da política macroeconômica do capital atingem os modos de vida e de trabalho da classe trabalhadora e, os assistentes sociais fazendo parte dessa classe, também sentem os intensos rebatimentos do capital em seu exercício profissional determinando a precarização das relações de trabalho. Portanto, necessita-se hoje reafirmar a luta da categoria profissional, seu direcionamento ético e político perante esta sociedade para além das bases

organizativas da profissão, mas avançando para a materialização do projeto profissional no cotidiano do exercício dos assistentes sociais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um tempo em que direitos e conquistas obtidas por meio das lutas dos movimentos sociais e movimentos dos trabalhadores sofreram um grande retrocesso. A Carta Magna de 1988 não foi suficiente para garantir a sua efetivação e a onda neoliberal que sobreveio no bojo da década de 1990, se aprofundando até os dias de hoje, rebateu consubstancialmente nas formas de vida e de trabalho de toda a classe trabalhadora.

A realidade não fica distante para os assistentes sociais, pois como parte da classe trabalhadora, são duplamente atingidos por essa nova forma de acumulação capitalista. Primeiramente porque, após um período de lutas e conquistas de direitos, sentem-se atados em seu exercício profissional em meio à desresponsabilização do Estado pela garantia dos direitos e dos serviços sociais e ao corte de investimentos públicos. Ao invés disso, responsabilizam-se as empresas privadas e as organizações não lucrativas para prestarem assistência aos pobres. Por outro lado, crescem-se as demandas pois as necessidades da população aumentam ainda mais frente a sua não inserção no mercado de trabalho, precisando cada vez mais dos serviços sociais que deveriam ser garantidos como direitos pelo Estado.

O trabalho do assistente social tem suas peculiaridades, mas é como qualquer trabalhador, ou seja, vende sua força de trabalho por um salário. Esse estatuto de assalariamento é que vai polarizar ainda mais a prática dos assistentes sociais, já que são contratados por instituições públicas ou privadas para exercerem determinadas atribuições. Entretanto, o assistente social fez uma escolha histórica pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, em sua ruptura com o conservadorismo. A relativa autonomia tem que aparecer no dia-a-dia do exercício profissional, nos diferentes espaços ocupacionais, pois estão inseridos na dinâmica das relações sociais e, portanto, servindo a interesses antagônicos.

É nesse contexto que se situa a atuação do assistente social no Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto, no CREAS. Como limites podemos perceber a precarização do trabalho dos assistentes sociais expressa na dupla jornada, nos contratos temporários e na sobrecarga de trabalho com a composição de equipes em número muitas vezes inferior ao mínimo exigido nas normativas.

Outros limites: a falta de investimento em capacitação; as demandas imediatistas; a falta de recursos humanos; corte nos gastos públicos; falta de acesso a políticas e programas e a própria lógica capitalista que criminaliza cada vez mais os pobres. Mas podemos pensar em possibilidades para o trabalho, pensar na construção delas. A pesquisa é um ótimo

instrumento para possibilitar mudanças e ainda otimizar a qualidade do atendimento. Mas trata-se de ir além do atendimento institucional para possibilitar mudanças na formulação de políticas através da própria pesquisa. Para propor caminhos aos usuários os assistentes sociais precisam conhecê-los, em sua forma de vida e de trabalho.

A abertura de campo de estágio possibilita a reflexão dos dilemas profissionais vividos na Instituição no âmbito acadêmico, contribuindo assim para a formação profissional, construção de conhecimento e reflexão do exercício profissional.

Mas é imprescindível ter como horizonte o projeto ético-político profissional. A materialização do projeto é a maior possibilidade de trabalho que os assistentes sociais poderiam ter. A possibilidade maior aos assistentes sociais é não se remeterem apenas às exigências administrativas e/ou burocráticas, “subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2008, p.219).

O assistente social trabalha cotidianamente com circunstâncias peculiares vividas pelos sujeitos e suas famílias, por isso é provocado a desvendar a vida dos sujeitos em seus atendimentos. Para tanto, é necessário que o profissional seja dotado de capacidade teórico-metodológica, técnico-crítica e ético-política.

Os desafios são tão numerosos quanto os limites que se colocam como fatores dificultadores da prática profissional, mas podem ser superados na medida em que os assistentes sociais se inquietam em ampliar e consolidar a cidadania assegurando para isso a universalidade do acesso a bens e serviços sociais, tendo o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

REFERÊNCIAS

BAZÍLIO, Luís Cavalieri. **Avaliando a implantação do Estatuto da criança e do Adolescente.** In *Infância, educação e direitos humanos.* Orgs. Luís Cavalieri Bazílio e Sônia Kramer. 3a Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Estatuto da Criança e do Adolescente está em risco? Os conselhos tutelares e as medidas socioeducativas.** In *Infância, educação e direitos humanos.* Orgs. Luís Cavalieri Bazílio e Sônia Kramer. 3a Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei No 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União 16.7.1990 e retificado no DOU de 27.9.1990.

_____. **Lei No 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.**

_____. **Resolução No 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** CNAS, 2009.

_____. **Resolução No 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Básica Operacional de Recursos Humanos do Sistema único da assistência Social.** CNAS, 2006.

_____. **Lei No 12594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.**

_____. **Censo SUAS 2018: Resultados Nacionais.** Ministério da Cidadania: Brasília: 2019.

_____. **Censo SUAS 2016: Resultados Nacionais.** Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2017.

CARVALHO, Denise Boitempo Birche de. **Políticas sociais setoriais e por segmento: criança e do adolescente. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais.** Módulo 3: Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED-2000, p.183-202.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social I. programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais.** Módulo 2: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED-2000, p. 154 – 166.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico.** 9o Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 22o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A questão social no capitalismo.** In Revista Temporalis N° 03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. **O serviço social na cena contemporânea.** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx;** tradução de Reginaldo Sant’Anan. 25o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTAÑO, Carlos E. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2o Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da ‘questão social’.** In Revista Temporalis No03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABPSS, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais.**

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de menores: descontinuidades e continuidades.** In **Serviço Social e Sociedade**. No 83 Ano XXVI Especial 2005.

SILVA, Jane Santos. DA SILVA, Márcia Nogueira. **Adolescentes em conflito com a lei no Brasil: Direitos (DES) Humanos?.** In **direitos Humanos e questão social na América Latina**. Org. Silene de Moraes Freire. 1o Ed. Editora Gramma.2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In **serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** Tradução de Sérgio Lamarão. 3o Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CAPÍTULO 11

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Marcia Liliane Barboza Kurz

Onix Desenvolvimento Humano
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS
Tapera/RS
<http://lattes.cnpq.br/7539862787256171>
<https://orcid.org/0000-0002-1389-2250>

Marisa Iignes Orsolin Morgan

Onix Desenvolvimento Humano
Universidade de Passo Fundo – UPF/RS
Campos Borges/RS
<http://lattes.cnpq.br/6414615431038433>

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões sobre o trabalho realizado por equipe interdisciplinar no SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em um grupo de idosas do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de um município de Pequeno Porte I, diante da realidade trazida pela pandemia do Covid-19. A fim de continuar com a oferta do Grupo de Convivência, os profissionais reinventaram formas de atendimento as usuárias, através de atividades remotas, domiciliares, elaboradas em equipe interdisciplinar e respeitando as possibilidades e limitações das idosas.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo de Convivência. Interdisciplinaridade. Pandemia COVID-19.

¹ Considera-se idoso, pessoa com idade a partir de 60 anos, conforme OMS – Organização Mundial da Saúde, para os países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

BASIC SOCIAL PROTECTION FOR THE ELDERLY IN PANDEMIC TIMES COVID 19: EXPERIENCE OF A CRAS

ABSTRACT: This article presents reflections on the work carried out by an interdisciplinary team at SCFV - Service of Coexistence and Strengthening of Bonds in a group of elderly women from CRAS - Reference Center for Social Assistance in a municipality of Small Size I, given the reality brought by the Covid-19 pandemic. In order to continue with the offer of the Living Group, the professionals reinvented ways of providing care to users, through remote, home-based activities, developed in an interdisciplinary team and respecting the possibilities and limitations of the elderly.

KEYWORDS: Coexistence Group. Interdisciplinarity. Covid-19 Pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural, inevitável e pessoal para qualquer ser humano enquanto evolução da vida, acarretando mudanças fisiológicas, biológicas, psicossociais, culturais, políticas e econômicas. Diante do aumento da expectativa de vida e no que se refere ao atendimento dos idosos¹, a fim de proporcionar espaço de convívio e de socialização, realiza-se os grupos de convivência, que representa um espaço de convívio entre as pessoas da mesma faixa etária que além de fortalecer a participação dos idosos

em programas, garantindo o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Os grupos de convivência são espaços de inclusão social do idoso² promovendo sua participação, através das diversas atividades desenvolvidas, refletindo sobre o processo de envelhecimento, a qualidade de vida e a valorização da própria vida.

Este tipo de iniciativa se justifica pelo crescimento da população idosa, segundo estimativas, em 2050 haverá um idoso em cada cinco brasileiros, o que nos mostra a necessidade de políticas públicas para garantir um envelhecimento ativo. “Nesse contexto, os grupos de convivência de idosos vão de encontro à promoção do envelhecimento ativo, com o objetivo de preservar as capacidades e o potencial de desenvolvimento do indivíduo idoso” (OMS).

Os Grupos de Convivência para Idosos tem por objetivos oferecer garantia de convívio ao idoso com oportunidades e ações para o enftretamento das condições de vida; promover o fortalecimento de laços de pertencimento e construção de projetos pessoais e sociais; proporcionar a socialização ou ressocialização através de atividades sociais, físicas, culturais, recreativas e intelectuais aos idosos e incentivar a inclusão social do idoso evitando o isolamento social.

21 O ASSISTENTE SOCIAL E A GARANTIA DE PROTEÇÃO SOCIAL A PESSOA IDOSA

Segundo dados do IBGE (2019), no país as pessoas com 60 anos ou mais correspondem a 9,7% da população e a expectativa de vida do brasileiro é de 71,9 anos. Vários fatores contribuíram no aumento da expectativa de vida: redução das taxas de mortalidade e natalidade, avanços na medicina, serviços de saneamento básico, prática de exercícios físicos, alteração dos hábitos alimentares e de higiene e acesso aos serviços de saúde e prevenção de doenças.

Com a população idosa crescendo proporcionalmente 8 vezes mais que os jovens e 2 vezes mais que a população total (IBGE, 2019). Torna-se necessário que os governos, organizações internacionais e a sociedade civil implementem políticas, programas e mecanismos de inserção do sujeito idoso nesse processo, garantindo sua qualidade de vida e cidadania.

A Constituição Federal de 1988 procurou assegurar os direitos e deveres fundamentais e todos os seres humanos, destacando o princípio da dignidade humana em seu Art. 1º, inciso III. Explicitou a proteção social aos idosos como dever do Estado e direito do cidadão, conforme Art. 203.

Em 1994, surgiu a Lei Nº 8.842, fruto de um processo histórico de luta pelo reconhecimento dos direitos como dignidade e cidadania da população idosa. Constituída de seis capítulos e vinte e dois artigos, tem por objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva

² Usa-se a expressão idoso partindo do que esta na legislação, sem discriminação de gênero.

na sociedade”.

Sancionado em 2003 o Estatuto do Idoso amplia os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos, sendo que dois princípios merecem destaque: o princípio da proteção integral e o princípio da absoluta prioridade do idoso.

Nesse sentido, o exercício profissional do assistente social tem por objetivos assegurar os direitos sociais da pessoa idosa; garantir a acessibilidade da pessoa que envelhece; incentivar a participação do idoso; evitar o isolamento social e exclusão do idoso.

O reconhecimento legal da Assistência Social configurada como direito social e dever político do Estado acontece a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Desta forma, foi na década de 1990 que a noção de Seguridade Social, formada pelo tripé Previdência, Saúde e Assistência Social, se institucionalizou tendo como pressuposto a universalidade de cobertura no campo da proteção social, entendida como o conjunto de seguranças que cobrem, reduzem e/ou previnem riscos e vulnerabilidades sociais (PNAS,2004).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado através da Política de Assistência Social em 2004, organizou as ações na área de forma descentralizada, participativa e democrática, numa estrutura integrada nacionalmente e, ao mesmo tempo, captando as diferenças regionais e locais, reforçando o enfoque no território enquanto espaço de vida.

O SUAS não é um programa, mas uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública (...) é uma forma pactuada que se refere o processo de gestão da assistência social, antes de iniciativa isolada de cada ente federativo, a uma compreensão política unificada dos três entes federativos, quanto ao seu conteúdo (serviços e benefícios) que competem a um órgão público afiançar ao cidadão (SPOSATI, 2005, p.111).

Destaca-se que a proteção social de assistência Social se ocupa das fragilidades, contingenciais, vulnerabilidades, vitimizações e riscos que o cidadão e/ou cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrências econômicas, política, imposições sociais e de ofensas a dignidade humana (PNAS,2004,p.33), vislumbrando, a proteção social, produzir aquisições sócio educativas, sociais e materiais ao cidadão e seus familiares visando suprir necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; o seu protagonismo; autonomia e desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social.

Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 34).

A proteção social da assistência social opera no sentido de garantir seguranças de convívio, acolhida e sobrevivência, prevenir e evitar riscos sociais para grupos vulneráveis, tanto do ponto de vista material como relacional, por isso os grupos de convivência para pessoas idosas torna-se um serviço com o objetivo de segurança de convívio com outras pessoas na mesma condição, seja pela idade, seja por vulnerabilidades sociais, fortalecendo vínculos familiares e vinculo sociais necessários ao exercício da cidadania.

A fim de materializar os serviços da Rede de Proteção Social Básica os municípios necessitam dispor de um espaço específico, denominado de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com equipe mínima de técnicos como assistente social e psicólogo, facilitadores de oficinas, coordenador de CRAS e demais profissionais necessários a sua manutenção, que serão na área de abrangência do CRAS as executoras diretas dos serviços de proteção social básica (PNAS, 2004, p.35).

As ações dessa modalidade de atenção, que visa à garantia da vida, prevenção da incidência de situações de risco pessoal e social, prevê a proteção da família, maternidade, infância, adolescência e envelhecimento, sendo assim realizam-se visitas domiciliares pelos técnicos de referência do CRAS, oficinas de geração de renda, palestras educativas, eventos e grupos de convivência.

3 | GRUPO DE CONVIVÊNCIA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL

A implantação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social no município possibilitou a descentralização das ações, priorizando a área mais vulnerabilizada do município, onde a população que mais necessita dos serviços da Assistência Social pode acessá-los, ou seja os idosos, gerando maior impacto na proteção social das famílias.

As formas de acesso ao CRAS são através da busca ativa das famílias pelos profissionais do CRAS (assistente social, psicólogo, coordenador CRAS), demanda espontânea ou encaminhamento realizado pela rede socioassistencial e serviços das demais políticas públicas.

Atende-se semanalmente em grupo 90 idosas com idade a partir de 60 anos, reunindo-se no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, pela parte da tarde, sob a coordenação de profissionais e facilitador de oficinas. O grupo é aberto e contínuo, ação oferecida pela Rede de Proteção Social Básica do município a quem desejar participar. A fim de garantir uma maior participação e acesso das idosas, disponibiliza-se transporte.

O serviço de atenção a idosas tem como ações garantir um espaço onde possam expressar suas dúvidas e conflitos, construindo soluções para os seus problemas cotidianos; realizar passeios e comemorações diversas; facilitar a expressão da afetividade e da comunicação entre as participantes, visando a socialização; apoiar e incentivar a convivência social do idoso, a nível familiar e comunitário, promovendo sua inclusão social e proporcionar atividades diversificadas envolvendo os profissionais das diversas áreas do

saber do município.

Considera-se que qualquer pessoa idosa pode participar do Grupo de Convivência, que tradicionalmente é feminino, o que não podemos deixar de ressaltar a feminização do envelhecimento, sendo as mulheres a maioria nessa etapa da vida. Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, o número de idosos cresceu 18%, ultrapassando 30 milhões em 2017, correspondendo a um crescimento de 18% desse grupo etário, sendo as mulheres a maioria 56%. (IBGE,2018).

Em relação a questão da feminização do envelhecimento, as mulheres possuem uma longevidade maior em relação aos homens por alguns fatores, tais como '[...] inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool; postura diferente em relação a saúde/doença; relação diferente com os serviços de saúde' (BERZINS, 2003, p.29), ou seja, as mulheres procuram mais os médicos, realizam exames, se cuidam enquanto que os homens apresentam uma certa resistência. Nos tempos de nossos avós, em relação ao trabalho, dos homens foram mais forçados, expostos ao sol, enquanto que para as mulheres o trabalho era mais manuais e de cuidados com a casa.

É bem maior o número de mulheres idosas e este índice aumenta mais nas últimas faixas etárias da vida. Ou seja, quanto mais alta a faixa etária, maior será a proporção de mulheres. As desigualdades por sexo promovidas pelas condições estruturais e socioeconômicas em muitas situações alteram inclusive as condições de saúde, renda e a dinâmica familiar e tem forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social. Viver mais não é sinônimo de viver melhor. As mulheres acumulam no decorrer da vida desvantagens (violência, discriminação, salários inferiores aos homens, dupla jornada, etc.) e as mulheres têm mais probabilidade de serem mais pobres do que os homens e dependerem mais de recursos externos (BERZINS, 2003, p. 28).

Busca-se, na medida em que se aumenta a consciência social dos direitos individuais e coletivos, sociais, políticos e civis, principalmente dos idosos, despertar para a questão da cidadania, do respeito ao ser humano que envelhece, não lhe atribuindo termos pejorativos como “estorvo”, “gasto para a sociedade”, mas a construção social do envelhecimento humano como algo inerente e inevitável a todo ser humano, velhice como uma fase biológica da vida.

A velhice é uma etapa da vida e talvez seja a etapa mais longa da vida. Viver muito e bem é um direito de todo ser humano. Na verdade, todos querem viver mais, mas ninguém quer ser velho. A longevidade sempre foi uma aspiração da humanidade, porém quando alcançada passa a ser uma questão social. As pessoas querem viver muito, mas não querem envelhecer e não desejam morrer. Por que tanta resistência ao envelhecimento? Provavelmente, porque esse tempo de vida esteja repleto de mitos e preconceitos (ALVES, 2006, p.53).

Assim, considerar a pessoa idosa como merecedor de promoção social, não

apenas buscar uma melhora circunstancial da condição de vida de pessoas em processo de envelhecimento, mas sim o crescimento de toda a sociedade em busca da efetiva qualidade de vida, em consonância com o desenvolvimento científico e tecnológico, tendo a consciência de que a cidadania é um processo permanente, construído coletivamente.

Estimular os idosos a estudar e compreender o processo de envelhecimento, interpretando a velhice como mais uma fase da vida a ser vivida e gerar um comportamento participativo e ativo, com expectativa de vida mais elevada e assegurada através de políticas públicas.

A vida longa é um prêmio. A velhice pode ser um tempo de intenso desenvolvimento social e espiritual. Quem envelhece não deseja que sua vida sofra uma contração, pois, apesar das perdas, das dificuldades e dos problemas, o idoso quer viver: mesmo sendo velho, apesar de ser velho e porque pode contar com a ajuda de sua experiência para viver mais plenamente, como direito e prêmio por ter lutado sempre (ALVES, 2006, p. 53).

Merece destaque a importância do trabalho interdisciplinar nos grupos de convivência, a fim de serem abordados assuntos específicos em relação ao envelhecimento humano, buscando informar as participantes, prática profissional que vem sendo construída a fim de dar respostas às demandas sociais, problemas transversais, principalmente em relação ao envelhecimento humano, sendo necessária à construção de conhecimentos para a compreensão do todo, sem fragmentar os idosos, individualizá-los.

Através da interdisciplinaridade, podem-se realizar grupos/atividades de prevenção à saúde, a qualidade de vida, a acessibilidade do idoso no município, mobilizar os conselheiros municipais em prol da garantia/fiscalização da implantação da política nacional para o idoso, envolvendo os idosos nas discussões, construções e aperfeiçoamento das políticas municipais.

4 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE UM CRAS

O caráter “preventivo” da proteção social básica, tem como objetivo principal prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento das potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, orientação, encaminhamentos, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada.

Diante da pandemia do Covid-19, desde março de 2020 os grupos estão suspensos, após determinação do Ministério da Saúde sobre as medidas de distanciamento social, mas a fim de garantir e manter o vínculo com as idosas, a equipe técnica do CRAS readaptou-se para a elaboração de atividades remotas, levando até as residências das 90 idosas, “Kits”

de higiene contra o Covid-19, artesanatos como bordado e crochê, kits lanches alusivos à datas comemorativas, kits orientações e materiais educativos sobre alimentação e cuidados com a saúde mental.

Neste sentido, foram planejados os “kits”, alusivos à datas como Dia das Mães, Dia da Vovó, Agosto Lilás, Setembro Farroupilha, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Natal, encerrando as atividades do ano. Cada kit contava com orientações e produtos como linhas, agulhas e panos para artesanato, sementes de flores e temperos, erva-mate, jogos e atividades, respeitando o interesse e limitações de cada idosa.

A entrega dos kits seguem protocolos de cuidado e higienização, bem como os técnicos que realizam as visitas, respeitando a distância mínima entre o idoso e o profissional. Elabora-se material informativo escrito para ser entregue junto com os kits. Os materiais produzidos em artesanato, as usuárias podem doar para alguém ou utilizar, a intenção é que realizem um trabalho manual de entretenimento e habilidade cognitiva e motora.

Durante as visitas, realiza-se uma conversa a fim de colher informações sobre a situação e condições de vida da pessoa idosa, da família, da organização familiar, dos cuidados que mantém, questões de saúde física e mental, medicação, alimentação e demais demandas.

Para idosos com situação econômica comprometida em função do Covid-19 pelo desemprego dos filhos e até mesmo deles, ou por necessitarem auxiliar familiares com recursos financeiros ou no cuidado com os netos e bisnetos, distribui-se uma cesta básica, adquirida com recurso recebido do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, através do projeto “Envelhecer: valorizar, respeitar e cuidar!”, fiscalizado e acompanhado pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando que a maioria das idosas não sabem ler nem escrever, ou não dispõem de aparelho celular com tais recursos ou aplicativos, realiza-se programa na rádio local, com orientação de diversos profissionais, sobre os cuidados com alimentação, saúde mental, física, intelectual, social, com mensagens motivacionais e músicas.

Diante da nova situação imposta pela pandemia, os profissionais do CRAS (Assistente Social, Psicólogo, Pedagoga, professor de informática, oficina de artesanato) em parceria com os profissionais da saúde (fonoaudiólogo, nutricionista, fisioterapeuta e educador físico), se reinventaram através do trabalho interdisciplinar, considerando os diferentes campos do saber, reorganizando os serviços e as ações, visando a promoção, independência e autonomia da pessoa idosa, fortalecendo e disponibilizando a rede de suporte social.

A parceria com os profissionais da saúde, através da interdisciplinaridade no cuidado com a pessoa idosa, possibilitou o compartilhamento de saberes, experiências, sugestões e percepções no desenvolvimento de ações de suporte social as idosas, prevenindo e minimizando os efeitos do distanciamento social, tornando este período mais ameno.

(ARAUJO, 2007).

Além disso, realiza-se orientações sobre alimentação saudável, prática de atividades físicas no domicílio, cultivo e cuidado com hortas, jardins e pomar, momento de descontração assistindo filmes e programas de televisão informativos, ouvindo rádio, músicas, auxílio na criação e acesso as redes sociais, instalação e ligações para familiares através de aplicativos específicos.

Por ser os idosos o grupo mais suscetível as complicações do Covid-19, realizou-se “Curso para Cuidador de Idosos em tempos de pandemia Covid-19”, oferecido pelo CRAS, para cuidadores formais e informais, domiciliar ou institucional, através de aulas noturna on-line com profissionais das diversas áreas, afim de qualificar, informar e orientar o cuidador de pessoa idosa sobre o processo de envelhecimento, atenção em saúde, alimentação, medicação, considerando o grau de dependência do idoso, bem como cuidados de higiene contra o Covid-19.

O olhar, o pensamento e o planejamento da família e da sociedade precisam incluir o cuidador não só como executor das ações planejadas, mas como sujeito principal na promoção e qualidade do cuidado. A visibilidade do papel do cuidador se faz urgente e necessária, por estar na “linha de frente anônima” no cuidado à pessoa idosa durante a pandemia (BATELLO et al, 2020, p. 22)

As recomendações de distanciamento social, alterou a rotina dos idosos, de seus familiares e cuidadores, que precisaram se reorganizar para atender suas demandas, pois idosos mais dependentes e seus cuidadores permanecem restritos no domicilio, sem receber visitas de amigos e demais familiares.

Destaca-se também os idosos institucionalizados que estão sem receber visitas de familiares, sem poder sair nos finais de semana, o que gera sentimentos de solidão, abandono e tristeza, onde o cuidador acaba sendo o elo entre a família e o idoso, promovendo de alguma forma o contato entre ambos, fazendo uso das tecnologias para enviar mensagens de áudio ou escritas, e-mails, fazer chamadas de vídeo ou enviar recados.

Diante deste contexto, de cuidar e ser cuidado, realizou-se uma live sobre “O autocuidado do cuidador em tempos de pandemia Covid-19”, com Terapeuta Ocupacional, considerando a relevância de olhar para a saúde física e mental do cuidador, pois sendo cuidado, cuidará bem.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da estratégia da continuidade do atendimento de forma remota, mantém-se o vínculo e contato com as participantes do grupo, viabilizando o reencontro, garantindo sua participação e inserção no retorno das atividades presenciais, assim que possível.

Merece destacar que ao realizar a proteção social básica de assistência social através do grupo de convivência ao idoso, é oferecer espaço de convívio, garantindo a

acessibilidade, promovendo o autoconhecimento quanto à condição de vida e a relação com a família e a comunidade, favorecendo e promovendo o envelhecimento ativo, evitando o isolamento e asilamento da pessoa idosa a partir da interação entre os indivíduos.

Considera-se que com o aumento da população idosa, estas não acabam por demandar exclusivamente serviços de saúde, mas de outras políticas, como assistência social, exigindo ações interdisciplinares na elaboração e execução de políticas públicas.

Com isso, destaca-se o grande desafio para os assistentes sociais perante a população que envelhece na garantia dos direitos sociais da população usuária, na garantia de acesso do idoso a esses direitos, com igualdade, pois estando inserido numa sociedade capitalista, desigual, apesar do predomínio dos discursos de igualdades, mas que não se concretizam, os idosos pelos anos que tem, passam a ser considerados um “peso”, ao invés de serem vistos como pessoa e ser social.

Garantir o atendimento dessa parcela da população não é luxo, mas uma necessidade fundamentada em direitos constituídos. As políticas e programas devem ser baseados nos direitos, necessidades, preferências e habilidades das pessoas mais velhas, considerando que em cada município, região, Estado, tem-se demandas específicas que precisam ser consideradas.

Cabe ao serviço social lutar pela garantia dos direitos dos idosos, juntamente com outros profissionais através da interdisciplinaridade e do pluralismo, buscar uma nova ordem societária, em que todos tenham assegurados seus direitos à vida. Mobilizar os idosos na busca de sua cidadania, incentivando a participação e o respeito à diversidade, em prol da emancipação dos sujeitos.

Além dos princípios fundamentais, o Código de Ética do Assistente Social preconiza a necessidade de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo assistente social, por isso faz-se necessário o contínuo aprimoramento intelectual. A busca constante de conhecimento do profissional permeia a qualidade dos serviços prestados, considerando-se que a sociedade e os indivíduos não são estáticos, mas estão em constante movimento, de forma dialética.

Considerando a relevância da convivência em grupo para o ser humano, o grupo de convivência para idosos existe a um bom tempo, sendo que alguns idosos expressam que procuraram o grupo por estarem “sentindo-se sozinhos em casa”, outras “porque aprendo coisas novas, sobre saúde, doenças, cuidados que devo ter pra não cair”, para se entreter, conversar, para ter uma atividade.

O grupo de convivência traz um sentido de pertencimento, de fazer parte de algo, enquanto espaço de inclusão social dos idosos, em busca de um envelhecimento ativo e participativo, que evite o isolamento social. Deve-se manter a autonomia e a independência do idoso, com qualidade de vida. E como garantir isso diante do contexto da pandemia Covid-19?

A responsabilidade em garantir aos idosos um envelhecimento com qualidade de vida

e respeito a seus direitos é de todos. Envelhecimento não pode ser sinônimo de doença, de impossibilidades, mas uma fase própria da vida humana, inerente a todo ser humano, processo universal, inserido no ciclo biológico natural de todo ser humano, contextualizado culturalmente e socialmente, prevalecendo a igualdade e a justiça social, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceitos, inclusive pela idade.

Envelhecer é uma conquista, componente do curso pleno de vida dos indivíduos. Envelhecer com qualidade é um privilégio, que envolve mudanças em vários setores da sociedade e, de modo abrangente, em concepções generalizadas sobre saúde, educação, justiça e direitos sociais. O trabalho conjunto de todas as instituições envolvidas carece de determinação política e de uma melhor discussão das competências necessárias aos diversos profissionais nas várias instâncias. Somente a presença de normas e leis não garantem sua adequação e execução (MOTTA, AGUIAR, 2007, p. 370).

Realizar a proteção social básica de assistência social, diante do contexto da pandemia do Covid-19 tornou-se um desafio, onde a equipe técnica do CRAS precisou reinventar formas de atendimento, através de visitas domiciliares, com protocolos de sanitização e higiene dos materiais, montar kits com mensagens, atividades e produtos que leve informação e orientação, bem como programas na rádio local, contatos telefônicos e whatsapp, tornando o isolamento social um período passageiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Paulo. A religião e os idosos. In: FALEIROS, Vicente de Paula; LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (orgs.). **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Editora Universa, 2006.

ARAUJO, Marize Barros de Souza; ROCHA, Paulo de Medeiros. **Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.455-464, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de Janeiro 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200022>.

BARBOSA, Andréa Souza; ANDRADE, Gabriella Carrilho Lins de; PEREIRA, Cintya Oliveira; FALCÃO, Ika Veras. **A interdisciplinaridade vivenciada em um grupo de idosos de uma unidade de Saúde da Família do Recife**. Revista APS. V.19. N° 2. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15414> Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

BATELLO, Guiomar Virginia Vilela Assunção de Toledo; GUIMARÃES, Maria Sortênia Alves; PEREIRA, Izabel Antônio de Carvalho; BANDEIRA, Monica; NUNES, Daniella Pires Nunes. **Cuidadores de idosos em situação de pandemia: reflexões sobre o cuidar e ser cuidado**. Enfermagem Gerontológica no cuidado ao idoso em tempos da Covid-19. Volume 2. Brasília, DF : ABen/DCEG, 2020.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. **Envelhecimento Populacional: uma conquista a ser celebrada**. Revista Serviço Social e Sociedade. Especial – Velhice e Envelhecimento, n 75, Ano XXIV, Sao Paulo: Cortez, 2003, p. 19-34.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social. 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. **Política Nacional de Saúde** (1999). Brasília: 1999.

_____. **Lei nº 8.842/94** institui a Política Nacional do Idoso. 1994.

_____. **Lei nº 11.517/00** institui a Política Estadual do Idoso. Estado do Rio Grande do Sul. 2000.

_____. Ministério da Saúde. **Anuário estatístico de saúde no Brasil 2001**. Brasília: Ministério da Saúde. 2002. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude/aplicacoes/anuario2001/index.cfm>. Acesso em 14 de setembro de 2008.

_____. **Estatuto do Idoso** (2003). Brasil: 2003.

_____. **Política Nacional do Idoso** (1994). Brasília: 2004.

COSTA, Ruthe Corrêa. **A terceira idade hoje sob a ótica do Serviço Social**. Frederico Westphalen, 2005.

ERMINDA, J. G. **Processo de Envelhecimento**. In: Costa, M. A. M., et al (orgs.) **O idoso: problemas e realidades**. Coimbra, PT: Formasau, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula; REBOUÇAS, Mônica. **Gestão Social por sujeito/idade na velhice**. IN: FALEIROS, Vicente de Paula; LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (Orgs.). **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília: Universa, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população Brasileira. Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas, n 27, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em www.ibge.gov.br, Acesso em 22 de janeiro de 2021.

MOTTA, Luciana Branco da; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. **Novas Competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional Brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade**. *Ciência e Saúde Coletiva*, março-abril, ano/vol. 12, número 002. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva. pp. 363-372.

KIST, Rosane Bernardete Brochier. **O Processo de trabalho do Assistente Social e a garantia de direitos ao idoso a partir da abordagem grupal**. 2008, 151 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social, 2008.

SOUSA, Ana Maria Viola de. **Tutela Jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar**. São Paulo: Editora Alínea, 2004.

Organização Mundial da Saúde. Disponível em <http://www.paho.org/bra>, acesso em 23 de janeiro de 2021.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 11/12/2020

Karen Coutinho Pereira

Faculdade Governador Ozanam Coelho
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/0954152870353280>

Thaís da Silva Zeca Bastos

Universidade Veiga de Almeida
São Pedro da Aldeia – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6002622546130579>

RESUMO: O presente artigo visa contribuir para a análise do trabalho do Serviço Social em tempos de emergência social de pandemia global causado pelo vírus respiratório COVID-19, estabelecendo a correspondência do vivenciado em município do interior do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos. Trazendo a realidade do cotidiano trabalhado e os impactos observados através das demandas encontradas nos equipamentos da política pública de assistência social, da proteção social básica, os Centros de Referência da Assistência Social. Buscou-se através do aparato teórico e legais a análise da prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Serviço Social; COVID-19; CRAS.

SOCIAL ASSISTANCE IN THE PANDEMIC OF COVID-19: THE CHALLENGES FOR THE WORK OF SOCIAL ASSISTANT IN BASIC PROTECTION

ABSTRACT: This article aims to contribute to the analysis of the work of Social Work in times of social emergency of a global pandemic caused by the respiratory virus COVID-19, establishing the correspondence of what was experienced in a city in the interior of the State of Rio de Janeiro, in the Lagos Region. Bringing the reality of the daily work and the impacts observed through the demands found in the equipment of the public policy of social assistance, of basic social protection, the Social Assistance Reference Centers. Through the theoretical and legal apparatus, the analysis of professional practice was sought.

KEYWORDS: Pandemic; Social service; COVID-19; CRAS.

1 | INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus que se alastrou pelos continentes. O primeiro caso oficial aconteceu na cidade de Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019. Segundo as Organizações das Nações Unidas, o vírus é transmitido por meio de gotículas de espirro, tosse ou ao exalar, por toque nos olhos, boca e nariz. Por esta característica, que facilita a promulgação do vírus, o contágio se dá rapidamente, assim como sua difusão. Em um período, onde

estamos cada vez mais conectados, seja por aeroportos ou por traslados de mercadorias, facilmente o que foi controlado na China, se espalhou para outros continentes, tomando todo o Mundo.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil, aconteceu em fevereiro de 2020, por um homem, 61 anos, paulistano, que havia retornado da Itália. Desde então, oito meses depois, o Brasil registra mais de cinco Milhões de casos, no estado do Rio de Janeiro mais de Duzentos Mil casos, números contabilizados pelas Organizações das Nações Unidas, rejeitando as subnotificações respiratórias. Hoje o Brasil está na terceira posição dos países com mais casos do coronavírus, atrás apenas de Estados Unidos e Índia.

Desde o início da pandemia, a política pública federal se deu através de um negacionismo da doença e das medidas que deveriam ser tomadas para se evitar o contágio em massa. Desprezando o isolamento social, as diretrizes da OMS, negando a população políticas públicas efetivas, priorizando a economia, indo na contramão dos países que tiveram um impacto maior anteriormente.

No Estado do Rio de Janeiro, a negligência seguiu o mesmo panorama, assim como as cidades do interior, onde a política de resposta a emergência social de pandemia global se deu principalmente através das distribuições de benefício eventual de cestas básicas.

Os Centros de Referência da Assistência Social, equipamento da proteção social básica, auxiliou nas inscrições da população usuária do auxílio emergencial de 600,00 disponibilizados pelo Governo Federal, além do aumento exponencial da procura pelo benefício eventual da cesta básica, do aprofundamento das desigualdades, do encarecimento dos produtos básicos alimentares, o aumento do contingente de desempregados e subempregados, lidando diariamente com essas demandas reais da população usuária.

Abordaremos a temática trazendo uma discussão introdutória sobre a política de Assistência Social no contexto da pandemia do COVID-19, destacando os aspectos centrais a que tivemos - e ainda temos - contato no exercício profissional para execução da política e atendimento das necessidades da população usuária. Entretanto ressaltamos que não temos pretensão de encerrar aqui esta análise, mas apenas de apontar alguns elementos para iniciar o debate e reflexão da categoria.

Sendo assim, este artigo irá discorrer sobre três eixos de análise principais: os marcos legais da política de assistência social e sua constituição enquanto política de seguridade social; a relação dessa política social com o Serviço Social; e o trabalho realizado desde o início da pandemia, trazendo à tona alguns desafios identificados no que se refere ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade social neste contexto.

Pretende-se então desta forma, expressar o papel do trabalho do Serviço Social, na condição de garantidor de direitos, em um contexto social de pandemia, inserido no interior do Estado, estando na ponta dos serviços prestados.

21 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM CONTEXTO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A política de Assistência Social foi reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição de 1988, sendo incluída no tripé de Seguridade Social junto às políticas de Saúde e de Previdência Social. Antes disso, era praticada apenas através da filantropia, caridade e/ou benesses, mantendo sempre um caráter assistencialista e conservador. A nova Constituição inaugura esta política como não-contributiva, de responsabilidade estatal, devendo ser ofertada a quem dela necessitar.

Apesar de regulamentada somente em 1993 com a promulgação da sua Lei Orgânica (LOAS), esta política tem se constituído enquanto fruto de lutas dos movimentos sociais. Dessa forma, a constituição se deu firmada nas diretrizes da descentralização, participação da população e primazia da responsabilidade do Estado. Em 2011 passou a integrar no escopo da lei o Sistema Único de Assistência Social bem como seu avanço no que tange às suas responsabilidades, competências, definição de padrões de atendimento, tipos de proteção social e equipamentos públicos de assistência social, além de trazer importantes avanços no que se refere à gestão de recursos e competências dos municípios, estados e União.

Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p.190) apontam dois aspectos que merecem ser destacados na constituição do SUAS:

A possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação da proposta.

A Assistência Social, desde a origem do Serviço Social, se constituiu como espaço de atuação dos assistentes sociais, muitas vezes até se confundindo com a identidade profissional. No entanto, se faz necessário enfatizar a distinção entre a profissão de nível superior, regulamentada através de lei e orientada por um Código de Ética e a Política de Assistência Social.

A identidade da profissão não é estática e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho. A política de Assistência Social, por sua vez, comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2011).

Apesar da importância da distinção entre a política social e a profissão, ocupamos um lugar determinante na gestão e na execução da assistência social, o que acaba refletindo na própria Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB RH-SUAS) com a instituição dos assistentes sociais como parte das categorias profissionais que compõem obrigatoriamente as equipes de referência em todos os níveis de proteção social.

A Constituição Federal de 1988, no que tange contexto de calamidade pública, estabelece que em tais momentos o Estado, pode ocupar de forma temporária ou permanente bens e serviços públicos, assim como, a abertura de créditos extraordinários. Instituído assim, uma forma de articulação de medidas propositivas nesses momentos supracitados.

Na LOAS, os benefícios eventuais preconizam os momentos de calamidade pública, que devem ser ofertados de modo suplementar e provisório. Estabelecido na tipificação dos serviços socioassistenciais, o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, é um serviço que promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais. Com caráter intersetorial, devendo ser realizado de forma articulada e com a participação de outros órgãos públicos.

Normalmente, momentos de calamidades públicas ocorrem de forma abrupta, entretanto, em algumas situações é possível prevê-las e realizar as intervenções necessárias como previsto nas legislações, para que assim, as respostas sejam mais contundentes. No entanto, no Brasil, tais momentos só reforçam o desastre de um Estado mínimo.

Acerca deste, Dutra (2020) ressalta:

Seu enfrentamento envolve tornar visível a ausência de infraestrutura mínima para a efetivação de procedimentos básicos necessários à contenção da proliferação do vírus em uma parcela significativa da população; a existência de um número elevado de habitações precárias, nas quais se amontoam famílias inteiras até, em seu aspecto extremo, a total ausência de um lugar para morar. Acrescenta-se, ainda, a luta diária pela sobrevivência. Em tempos em que a informalidade atinge 41,1% dos trabalhadores, de acordo com dados do IBGE (LOSCHI, 2020), o questionamento sobre a viabilidade das saídas individuais, indicadas como principal recurso para a proteção em tempos de pandemia, apresenta-se como elemento central. Em conjunto, tais medidas acabam por reforçar a desigualdade social, tendo em vista que não atingem o conjunto da população, e mantém o distanciamento social como privilégio de poucos, deixando muitas pessoas em um dilema entre a proteção, de cunho individual, e a sobrevivência.

Pensar a ação profissional para além da imediatividade do cotidiano é ainda mais importante quanto em outros momentos pois são nesses cenários de barbárie que o obscurantismo e a ineficácia das políticas adotadas pelo Estado burguês vêm à tona.

Por mais limitadas que sejam as condições materiais para se viver a vida

e fazer história, ao ser humano sempre cabe escolha entre alternativas que são construídas mediante ações, limitadas a contextos históricos, mas que materializam valores e rumos diferentes para a humanidade. Queremos chamar a atenção para o fato de que o exercício profissional individual de cada profissional dá materialidade a valores éticos e coloca a sociedade em movimento. Isto porque cada ação individual determina a totalidade das relações, e estas influenciam as ações individuais (LACERDA, 2014).

A partir desse pressuposto, o fazer profissional diante do estado de calamidade pública, no exercício da atuação do serviço social nesse contexto, é de extrema complexidade. Ainda que com a falta do Estado, da dificuldade da articulação com outras políticas, da burocracia da coisa pública, do aprofundamento das desigualdades sociais, das variadas e novas expressões da “questão social”, o fazer profissional deve acontecer em consonância com os princípios do código de ética, buscando a defesa intransigível dos direitos sociais, a emancipação, a liberdade, a equidade e a justiça social.

Quanto a intervenção profissional, Barroco apud Iamamoto (2010) ressalta que:

Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; Pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos (IAMAMOTO, 1982, p. 96).

O próprio Código de Ética do assistente social (1993) trata como um dever dos profissionais a atuação em “programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.”

31 DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A pandemia tem impactado de diferentes formas a vida da população usuária, assim como o cotidiano dos trabalhadores do SUAS sob as características de um país subdesenvolvido, explorado pelo capital imperialista, que no cenário atual, acentuam cada vez mais a desigualdade e a exploração dos trabalhadores. Tais questões além de exponenciar as demandas trazidas pelos usuários da política de assistência social trazendo à tona as condições em que vive a maior parte da população pobre do país também revela a centralidade que a Assistência Social vem tomando na Seguridade Social uma vez que quando acirradas as crises do capital vemos essa política suprimindo as necessidades daqueles excluídos do trabalho formal. Conforme aponta Sitovsky (2010, p. 156) nessas circunstâncias a assistência social tem incidência sobre “os miseráveis, desempregados, desqualificados para o trabalho, os trabalhadores precarizados, além dos tradicionalmente considerados inaptos para as tarefas laborais.”

Com a pandemia do Covid -19 e as medidas de isolamento tomadas logo quando decretado situação de calamidade pública ficaram evidentes todas essas questões, tão

naturalizadas cotidianamente pela sociedade. Conforme apontam Dutra e Siqueira (2020, p.290) “a pandemia no Brasil expõe as inúmeras expressões da “questão social”, entre elas o acesso ou não ao trabalho, a moradia, ao saneamento (água e esgoto), aos serviços públicos de saúde, de assistência social, de educação.”

Sendo assim, alguns desafios foram postos às gestões municipais do SUAS, e, conseqüentemente aos seus trabalhadores uma vez que através de decreto presidencial a política de assistência social foi determinada como serviço essencial à população, ao mesmo tempo em que a forma mais eficaz de conter a disseminação do vírus é o isolamento social.

De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais são três os serviços executados pela Proteção Social Básica ofertados no CRAS: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos; e, principalmente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) pois ocupa a “espinha dorsal” do trabalho social com famílias, devendo manter articulação com os demais serviços executados.

Considerando a Nota técnica lançada pela gestão SUAS do estado do Rio de Janeiro em 17 de março, com recomendações e sugestões para que os municípios tomassem medidas para contenção da disseminação do vírus na execução dos serviços da assistência, dentre as quais destacamos: suspensão das atividades coletivas executadas com o intuito de evitar a aglomeração de pessoas bem como as Visitas técnicas de Acompanhamento Familiar no âmbito do PAIF, Visitas Técnicas relacionadas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família.

No âmbito municipal também verificamos a contraditória subalternidade da política de assistência social, muitas vezes deixada de lado nos gabinetes de crise construídos nas gestões de municípios de médio e pequeno porte para a construção de estratégias de enfrentamento ao COVID e atendimento da população, o que acaba evidenciando a dificuldade de um trabalho intersetorial como um dos instrumentos para a implementação de uma política pública de seguridade social.

Pesquisa recente realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) faz uma análise sobre os impactos do Coronavírus na vida dos profissionais que atuam na execução da política de assistência social, trazendo a percepção dos mesmos sobre os impactos da pandemia em seu trabalho. Esta pesquisa traz dados importantes para análise, revelando que: 90,66% dos trabalhadores que responderam o questionário tem medo do coronavírus; 61,50% não se sentem preparados para lidar com esta crise; apenas 38,50% acredita ter recebido equipamentos de proteção individual (EPI) sendo que 36,67% dos respondentes acreditam que a qualidade dos equipamentos recebidos é entre Excelente e Boa; já em relação a treinamento e formação para lidar com a pandemia apenas 12,98% afirmou ter participado de treinamento ou que recebeu algum tipo de direcionamento sobre como deveria atuar.

Tais dados demonstram que, embora os profissionais - entre estes os assistentes sociais - sejam chamados a atuar neste momento de calamidade pública, somos tomados pelo medo, que somados às precárias condições de trabalho já vivenciadas no cotidiano e exacerbada neste contexto. Com ou sem medo não temos chance de recuar, o que pretendemos abordar aqui são os desafios que se colocam e as estratégias construídas.

Sendo assim, não podemos analisar a profissão de serviço social descolada do contexto histórico de extrema ofensiva neoliberal e neoconservadora atual onde as consequências da política macroeconômica do capital atingem os modos de vida e de trabalho da classe trabalhadora, e, como parte da classe trabalhadora os assistentes sociais também sofrem com os intensos rebatimentos do capital em seu exercício profissional determinando a precarização das relações de trabalho.

A realização do trabalho no início da pandemia do coronavírus, é marcada pelo grande aumento da demanda, principalmente com requisição de benefício eventual por insegurança alimentar num momento em que não havia ainda garantia de nenhum auxílio ou transferência de renda aos desempregados, autônomos ou informais. Dessa forma, como atender a população em vulnerabilidade? Como realizar o atendimento e o acompanhamento das famílias garantindo a segurança dos trabalhadores?

A estratégia inicial adotada foi direcionada prioritariamente ao atendimento dos usuários através do atendimento particularizado e acompanhamento das famílias do PAIF de forma remota, através de contato telefônico e utilização das redes sociais para orientação das famílias e atendimento das suas necessidades. Quando não foi possível fazer o atendimento à distância as famílias recorriam ao atendimento presencial para resposta às suas demandas.

Outro ponto importante foi o constante contato através de grupo nas redes sociais com os idosos que participavam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para que não se agravasse o isolamento social vivenciado por muitos deles. Através desse canal fomos capazes de orientá-los a respeito das medidas de prevenção ao vírus, acesso a benefícios, encaminhamento para serviços de saúde e de saúde mental, dentre outros.

Quanto ao benefício de cesta básica, a grande demanda por acesso ao benefício eventual acaba agravando a situação já vivenciada na assistência social no que se refere ao insuficiente número de cestas básicas ofertados à população fora da pandemia e agravado ainda mais neste contexto, ocasionando longas filas de espera pelo mesmo e a necessidade de constante avaliação socioeconômica das famílias realizada principalmente pelos assistentes sociais que atuam nos CRAS.

Com escassos recursos e investimentos, a gestão municipal teve que se reorganizar para a compra de um número muito maior de cestas básicas e todo processo licitatório na gestão pública tem morosidade, não atendendo à imediatividade e urgência das respostas às necessidades das famílias que requisitaram o benefício eventual cesta básica.

Outra questão relevante se refere à forma com que as equipes deveriam fazer

as entregas destes benefícios evitando aglomeração de usuários, o trânsito e o fluxo de pessoas nos transportes públicos de forma a não expor os usuários e nem os trabalhadores ao contágio pelo vírus. Sendo assim, o meio adotado pela gestão municipal para realizar as entregas das cestas básicas foi através das visitas domiciliares mesmo diante da insegurança dos profissionais diante dos riscos de disseminação da doença.

Outro benefício ofertado neste momento, foi o Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, como forma de resposta às demandas sociais aguçadas pela pandemia, após as medidas de isolamento e distanciamento social adotadas, culminando assim em necessidades profundas e respostas rápidas. Dessa forma, a implementação do benefício se deu de maneira turbulenta, vista a grande necessidade da população e a falta de preparo do Governo e Caixa Econômica Federal (CEF) para a implementação de um serviço tão complexo de renda para a população.

O público alvo do auxílio emergencial foram os usuários da política de assistência social, beneficiados pelo Programa Bolsa Família e os inscritos no Cadastro Único (CADÚNICO), e os trabalhadores informais, e pequenos e microempreendedores (MEI).

A partir da sua implementação, os beneficiários do Bolsa Família, e famílias inscritas no CadÚnico foram os primeiros a receberem a quantia referente ao auxílio, no seu primeiro momento, mil e duzentos reais para famílias onde havia mães chefes de família e seiscentos reais para os demais. Podendo acumular até dois benefícios em uma só família. Sendo assim, uma família composta por uma mãe chefe de família poderia acumular em até mil e oitocentos reais, teto máximo para uma família beneficiária do auxílio emergencial.

Neste contexto, observamos que famílias usuárias da política de assistência social, acompanhadas sistematicamente pelo PAIF e beneficiárias do Programa Bolsa Família, que antes da pandemia vivenciavam a insegurança alimentar e por isso requisitavam mensalmente benefício eventual de cesta básica, com o recebimento do auxílio emergencial conseguiram manter a sua subsistência, o que acaba evidenciando a necessidade de uma renda mensal básica para as famílias pobres. Tais famílias voltam a engrossar as filas para acesso ao benefício eventual cesta básica no momento em que é reduzido o valor do auxílio emergencial para um auxílio residual complementar ao benefício do programa Bolsa Família, que pode chegar até trezentos reais.

Contrário a este cenário, em vários momentos constatamos a dificuldade do acesso ao auxílio emergencial para usuários não inscritos no CadÚnico, seja no contingente de indivíduos em filas que dobravam quarteirões ou nas políticas de proteção social para auxílio na realização de cadastro, para entendimento das informações que muitas vezes divergentes dos critérios estabelecidos, calendário de recebimento - até hoje difíceis de serem entendidos, com várias parcelas e vários grupos de recebimento -, e dificuldades com o aplicativo.

Na implementação e execução do auxílio emergencial os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não tiveram nenhum tipo de diálogo facilitado com

a gestão do serviço no âmbito federal, o que acabou dificultando o atendimento pois não conseguimos garantir informações precisas e assim orientar de forma correta os usuários que não tiveram o deferimento do benefício. No cotidiano do trabalho somos surpreendidos com diferentes informes do Ministério da Cidadania tentando responder essas lacunas. Diante das dificuldades dos usuários, os profissionais se veem até o momento tentando “decifrar” os motivos de indeferimento de benefícios.

Além disso, o acesso do usuário para contestação é bastante complicado, com uma grande burocracia envolvida no processo que deve ser feito por meio da Defensoria Pública da União, e através de atendimento remoto nos municípios em que inexistente o órgão. O acesso é tão difícil de ser realizado, que o que aparenta é que, de fato, esta seja a ideia. Ou seja, supõe-se que o objetivo de toda essa dificuldade é de que os usuários não consigam acessar o próprio benefício.

Conforme lembram as pesquisadoras Dutra e Siqueira apesar do crescente uso de smartphones e acesso à internet:

O Brasil ainda não superou o analfabetismo, uma das principais evidências da desigualdade social. Estes fatores dificultam significativamente o uso de aplicativos e de outros canais apresentados como ferramentas de cadastro para acesso aos programas, configurando-se como parte da política do (não) direito exercida pelo Estado, a qual precisa ser denunciada em todas as instâncias, na busca por alternativas que permitam o acesso amplo e irrestrito da população aos seus direitos. (DUTRA & SIQUEIRA, 2020, p.296).

Anteriormente à pandemia já enfrentávamos uma grande sobrecarga de trabalho no que se refere ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial previsto na LOAS e que é concedido ao idoso acima de sessenta e cinco anos de idade ou pessoa com deficiência. Ocupando principal demanda nos atendimentos nos CRAS desde a exigência de inscrição no CadÚnico e, ainda maior, com a implantação do INSS Digital pois na dificuldade de acesso por internet ou central de atendimento por telefone os usuários têm recorrido constantemente ao atendimento técnico no equipamento para orientações, requisição do benefício e acompanhamento da solicitação.

Com o déficit de trabalhadores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e o grande contingente de solicitações - anteriores a pandemia -, que permaneceram por meses em filas, com os benefícios em análise, ocorreram mudanças no período de pandemia. A Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, alterou os parâmetros para a elegibilidade ao benefício considerando-se pessoa incapaz cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/2 do salário-mínimo e a promulgação da antecipação no valor de seiscentos reais para os usuários que aguardavam análise do benefício. Caso o mesmo seja deferido após o retorno do atendimento das agências do INSS e realização das avaliações sociais e, principalmente das perícias médicas os usuários terão o desconto desses valores. Já nas situações de indeferimento não será possível a devolução dos valores recebidos.

Logo, as equipes dos CRAS, compostas principalmente por assistentes sociais, desempenham papel importante na orientação e auxílio das famílias para garantia do direito à renda dos usuários, na satisfação das suas necessidades imediatas e na articulação e encaminhamento para outras políticas públicas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como proposta desvelar o cotidiano profissional do assistente social inserido na política de assistência social, trazendo os desafios para o trabalho realizado na proteção básica frente à pandemia do COVID-19, no interior do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos. Assim sendo, compartilharemos considerações sobre o tema.

Portanto, este trabalho retrata a sistematização da experiência profissional em cenário atípico, tornando imprescindível a elaboração do mesmo. Buscou-se debruçarmos nos parâmetros teóricos na busca pela defesa do Estado democrático de direito, da autonomia profissional, em consonância com o código de ética profissional, mesmo em uma atuação sem, em muitos momentos, obtermos onde nos pautar quanto a execução dos serviços, ainda, contudo, procurando escapar de um trabalho assistencialista e pontual, limitando os serviços apenas às necessidades aparentes devido ao contexto.

A resposta a COVID-19 em todo o território nacional, visto os números, a forma de organização dos serviços, os dados coletados até o momento, reforçam a premissa de que as políticas adotadas frente a pandemia não foram eficazes. O reflexo é concreto na vida dos usuários, evidenciado nas famílias que não eram atendidas pela assistência social e passaram a buscar atendimento e a satisfação das suas necessidades, principalmente no que se refere ao benefício eventual cesta básica e orientações sobre o auxílio emergencial.

Muitos desafios estão postos para a atuação profissional, dentre eles destacamos: a precarização do trabalho agravada por estarmos imersos nesta pandemia lidando diretamente com as necessidades da população usuária que deveriam ser supridas imediatamente; a execução do trabalho sem os devidos equipamentos de proteção individual (EPI) para atuarmos de forma segura; a ausência de recursos e investimentos necessários à execução da política de assistência social; a falta de planejamento e de preparo para atuar neste contexto de calamidade pública que fazem com que os atendimentos não sejam planejados e remodelados conforme tentativa/erro e de acordo com as demandas apresentadas e recursos disponíveis no momento.

Mas precisamos ir além de quantificar os desafios e definir estratégias de luta, de resistência e de atendimento de qualidade à população usuária. Se aprendermos com esta experiência que ainda está em curso, teremos a chance de transformar todo o conhecimento que assistentes sociais possuem sobre a realidade social das famílias que atendemos e dos territórios em que vivem em construção de políticas públicas que realmente atendam

às suas necessidades.

É imprescindível o fortalecimento da Seguridade Social enquanto modelo de proteção social, e não a realidade que lidamos hoje com três políticas que pouco se articulam e respondem às necessidades dos seus usuários. Nem mesmo numa crise de saúde pública como esta conseguimos articulação com os serviços de saúde para auxílio no controle e orientação das famílias contaminadas ou na prevenção da contaminação pelo vírus nos diferentes territórios.

No cotidiano profissional, a luta por melhores condições de trabalho tem se atrelado à luta por uma política de assistência social de qualidade, suprindo as necessidades daqueles que a acessam. Salientamos assim a importância dos profissionais de serviço social retomarem seu espaço nos trabalhos de base, na construção e/ou no fortalecimento de fóruns de usuários da política de assistência social para defesa da política enquanto direito. Outro ponto é a articulação com os movimentos sociais presentes nos territórios de abrangência dos CRAS, para que a defesa desta política ultrapasse os muros da atuação profissional e represente, acima de tudo, os interesses da população usuária.

No que tange à busca por melhores condições de trabalho é essencial a união dos trabalhadores do SUAS, ocupando espaços no controle social e na arena política dos municípios para que a política de assistência social transponha o lugar do favor e do assistencialismo historicamente atribuído.

A materialização do projeto ético-político é a maior possibilidade de trabalho que os assistentes sociais podem ter. É preciso definir os próprios objetivos da atuação profissional na política de assistência, necessitamos de projetos e ações de pesquisa e de intervenção para além dos objetivos da política.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: Fundamentos ontológicos**, 8ª ed, São Paulo. Editora Cortez, 2010.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 13.982, 02 de abril de 2020**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil. 1998**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em 09/11/2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 / Norma Operacional Básica - NOB-SUAS**. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 09/11/2020.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8662/93. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em 09/11/2020.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Atribuições privativas do assistente social: em questão**. 1ª ed, 2012.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas**. Serv. Soc. Soc. no.117 São Paulo Jan./Mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100003> Acesso em: 12/11/2020.

LOTTA, Gabriela; MAGRI, Giordano; LIMA, Débora Dossiatti de; LIMA-SILVA, Fernanda; Corrêa, Marcela; Beck, Amanda. **A pandemia de covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil**. FGV/NEB. Jun, 2020.

MOTA, Ana Elizabeth (ORG), Maranhão e Sitcovsky. **O mito da assistência social: Ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2010.

VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Celso Maran de (ORG). **COVID-19: Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: UFSCAR/CPOI, 2020.

CAPÍTULO 13

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Fabiane Ribeiro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Chapecó-SC
<http://lattes.cnpq.br/7220748396697305>

Hilton de Souza Zeferino

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Chapecó-SC
<http://lattes.cnpq.br/6516657214045914>

RESUMO: Este estudo busca refletir sobre os dilemas da Proteção Social Brasileira instituída na Constituição Federal de 1988 através da Seguridade Social. Constrói-se a análise, a partir das trajetórias das políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, consideradas como o tripé da Seguridade Social. O objetivo desse trabalho é analisar as expressões da desproteção social durante a pandemia da covid-19, no Brasil e no Município de Chapecó-SC, situando os novos desafios para a política de Assistência Social. Demonstra-se que a Seguridade Social apesar dos seus avanços ainda não foi implementada conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Busca-

se realizar uma análise sobre as desproteções sociais que afetam as pessoas mais vulneráveis em momento de pandemia, analisando dados referentes ao desemprego e investimentos do Governo Federal com benefícios assistenciais. Nesse contexto a Política de Assistência Social ganha relevância na tentativa de mitigar a possibilidade do surgimento de uma nova pandemia, “a pandemia da pobreza”. Os desafios postos são muitos e mediante as necessidades dos seus usuários, as equipes tentam evitar a todo custo as aglomerações, já que essa é a principal via de proliferação do novo Coronavírus, bem como buscam promover visitas/atendimentos domiciliares e busca ativa, quando necessário, tentando garantir dessa forma a proteção dos sujeitos que possam ter algum direito violado. A presente pesquisa foi do tipo documental baseada na análise de dados do IBGE Cidades, Portal da Transparência do Tesouro Nacional e do Ministério da Cidadania, e também pesquisa bibliográfica sobre as produções mais atuais acerca do tema.

PALAVRAS – CHAVE: Seguridade Social, Covid-19, Assistência Social.

THE SOCIAL DEPROTECTION IN MOMENTS OF CRISIS AND NEW CHALLENGES FOR SOCIAL ASSISTANCE POLICY: THE COVID-19 PANDEMIC IN THE MUNICIPALITY OF CHAPECÓ-SC

ABSTRACT: This study seeks to reflect on the dilemmas of Brazilian Social Protection instituted in the Federal Constitution of 1988 through Social Security. The analysis is constructed from the trajectories of the Health, Social Security and

Social Assistance policies, considered as the tripod of Social Security. The objective of this work is to analyze the expressions of social deprotection during the covid-19 pandemic in Brazil and in the municipality of Chapecó-SC, situating the new challenges for the Social Assistance policy. It shows that Social Security, despite its advances, has not yet been implemented as foreseen in the Federal Constitution of 1988. An attempt is made to carry out an analysis of the social deprotections that affect the most vulnerable people in times of pandemic, analyzing data on unemployment and Federal Government investments with assistance benefits. In this context, the Social Assistance Policy gains relevance in an attempt to mitigate the possibility of the emergence of a new pandemic, “the poverty pandemic”. The challenges posed are many and according to the needs of its users, the teams try to avoid agglomerations at all costs, since this is the main route of proliferation of the new Coronavirus, as well as seeking to promote visits and home care and active search, when necessary, trying to guarantee in this way the protection of the subjects that may have some violated right. This research was of the documentary type based on data analysis from IBGE C cities, Transparency Portal of the National Treasury and the Ministry of Citizenship, and also bibliographic research on the most current productions on the subject.

KEYWORDS: Social Security, Covid-19, Assistance Social.

METODOLOGIA

Como todo trabalho científico de pesquisa, há necessidade de amparar o mesmo sobre o método que será utilizado e que será o norteador ao longo do processo de estudo sobre determinado tema e/ou fenômeno.

A pesquisa foi baseada na análise de documentos que segundo Bravo são todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias e opiniões. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem (BRAVO, 1991).

A Pesquisa documental foi baseada na análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Portal da Transparência do Tesouro Nacional e do Ministério da Cidadania visando analisar dados referentes aos investimentos do governo federal em benefícios como auxílio emergencial no Brasil e Município de Chapecó-SC.

A Pesquisa será bibliográfica que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido nossa análise será baseada em artigos científicos, manuais de orientações técnicas e consultas a textos acadêmicos disponibilizados na internet. Com isso se pretende obter os subsídios necessários ao desenvolvimento dos temas referentes a esse trabalho

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 inaugurou a concepção de seguridade social como um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à

Previdência e à Assistência Social” (BRASIL, 2020, art. 194). Entretanto a Seguridade Social, tal como inscrita na Constituição de 1988, não foi ainda, de fato, implementada. Apesar de ter um caráter inovador a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência social) (BOSCHETTI, 2006, p.08).

Mesmo reconhecendo as conquistas da Constituição no campo da seguridade social é impossível deixar de sinalizar seus limites. Esses se agravam em momentos de crise como da pandemia da Covid-19, a qual tornou visíveis situações que antes eram invisíveis, como as desigualdades sociais, o grande número de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade, risco social e na informalidade. Nesse sentido torna-se de extrema urgência a instituição de um sistema de proteção social que acolha as principais demandas da população em momentos de crise.

Um sistema de proteção social que possibilite que as pessoas mais vulneráveis consigam de fato fazer o isolamento, que tenham acesso a renda e a outros serviços essenciais para a sua subsistência. Nesse contexto os serviços/benefícios de transferência de renda são extremamente importantes para diminuir as sequelas sociais trazidas pela Covid-19, mas, outras ações precisam ser feitas como a criação de novos serviços e benefícios que atendam às necessidades da população, de acordo com a atuação situação.

Também é necessário o trabalho de vigilância socioassistencial, buscando identificar onde estão as pessoas que mais precisam de atendimento, visando realizar o trabalho preventivo e protetivos das pessoas em situação de risco.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) inaugurou a concepção de seguridade social. Esta é entendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social” (BRASIL, 2020, art. 194). A inclusão da previdência, da saúde e da assistência como integrantes da Seguridade Social introduziu a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, antes restrita apenas aos beneficiários da Previdência Social (MONNERAT; SOUZA, 2011, p.42).

A incorporação da noção de seguridade no Brasil implicou em um redimensionamento significativo das três políticas que a integram. No caso da saúde, o reconhecimento de que “a saúde é direito de todos e um dever do Estado” (BRASIL, 2020, art. 196). Na assistência social, é preciso reconhecer que, pela primeira vez, adquiriu o estatuto de política pública, entendida como área de intervenção do Estado, o que abriu possibilidades de rompimento com o legado assistencialista. E na Previdência Social, na qual se mantém a lógica contributiva verificou-se o afrouxamento do vínculo contributivo, legitimando programas de

transferência de renda do porte da aposentadoria rural (MONNERAT; SOUZA, 2011, p.42). Entretanto a Seguridade Social, tal como inscrita na Constituição de 1988, não foi ainda, de fato, implementada.

Apesar de ter um caráter inovador a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) (BOSCHETTI, 2006, p.08). Além disso as diretrizes constitucionais como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração (C.F, artigo 194), não foram totalmente materializadas de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado. (BOSCHETTI, 2006, p. 08 e 09).

Mesmo reconhecendo os avanços da seguridade social é impossível deixar de sinalizar seus limites. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de baixos salários e desigualdades sociais agudas. A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar. O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos como o Bolsa Família, não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão acabam muitas vezes excluindo e não incluindo a população. (BOSCHETTI, 2006, p.11).

São em momentos de crise que as falhas no sistema de proteção social ficam mais acentuadas e essa situação ficou nítida com a pandemia da Covid-19. O mês de dezembro do ano de 2019 foi anunciador de uma infecção até então inexistente em seres humanos, caracterizada como uma enfermidade respiratória aguda provocada pelo coronavírus, foi identificada pela primeira vez em Wuhan na China. Com o alastramento do número de casos em vários países, um mês depois do primeiro caso, foi deflagrada a situação de surto da doença (SILVA; FILHO, 2020, p. 139).

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 como uma pandemia e alertou para os múltiplos impactos entre eles a instabilidade social e econômica dos povos. No Brasil o isolamento social, organizado pelo poder público, em razão da Covid-19 foi decretado na maioria das capitais e municípios em meados do mês de março. Devido às medidas protetivas para evitar a proliferação do vírus o comércio de rua não pode funcionar, a construção civil que emprega diversas pessoas como diaristas (pessoas que recebem pelo dia de trabalho) precisou pausar suas atividades, empregadas domésticas foram dispensadas de seus locais de trabalho. Famílias que viviam da produção e venda de lanches como os “Food truck” carros de comida, também não conseguiram trabalhar e outras situações.

Nesse sentido se considerarmos que grande parte desses trabalhadores vivem na informalidade e não contribuem com a Previdência Social, podemos dizer que esses trabalhadores viram-se desprotegidos, pois segundo BOSCHETTI “é um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à seguridade social” (BOSCHETTI, 2006).

A pandemia da covid-19 tornou visíveis situações que antes eram invisíveis, como as desigualdades sociais, o grande número de pessoas que vivem na informalidade e a importância de um sistema de proteção social que de fato proteja as pessoas em momentos de crise. Um sistema de proteção social que possibilite que as pessoas mais vulneráveis consigam fazer o isolamento, ficar em casa, com a garantia de ter acesso a alimentação, renda para pagar despesas essenciais (aluguel, água, luz, gás), acessar o sistema de saúde em momentos de necessidades e ter a certeza de que poderá retornar ao trabalho, quando tudo se normalizar.

Toda essa situação é extremamente preocupante e tem se agravado nos últimos meses, isso pode ser observado no levantamento divulgado pelo IBGE no dia 17 de julho de 2020, onde mostrou que entre 03 de maio e 27 de julho de 2020 a taxa de desemprego diante da pandemia aumentou 26% no Brasil. Nesse contexto é necessário pensar em um sistema de Seguridade Social que garanta renda para trabalhadores ou pessoas que perderam seu trabalho e sua fonte de renda.

No atual contexto, também torna-se fundamental a instituição de medidas que apoiem e incentivem financeiramente o empregador, para que os empregos sejam preservados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) recomenda que as respostas devem se concentrar em dois objetivos imediatos: medidas de proteção à saúde e apoio econômico, visando a preservação de empregos e renda, tanto pelo lado da oferta quanto da demanda (COSTANZI, 2020, p. 23).

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Trazendo essa análise para o Município de Chapecó situado no Estado de Santa Catarina, considerado um importante centro industrial, financeiro e educacional, um grande exportador de produtos alimentícios industrializados com a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2019) em 220,367 mil pessoas. Ao observar os dados do mesmo instituto, tendo como referência o ano de 2018 identificamos que 41.8%, ou seja, (90.593) mil pessoas são consideradas ocupadas no município, que desenvolvem alguma atividade laboral (IBGE 2018). Se analisarmos esse número de pessoas ocupadas considerando que a grande maioria desenvolve uma atividade formal e são contribuinte da Previdência Social, podemos dizer que segundo BOSCHETTI são

protegidas pela Seguridade Social.

Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho. Assim, se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho e possuem duas características centrais. Primeiro são condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, só têm acesso aqueles que contribuem mensalmente. Segundo, o valor dos benefícios é proporcional à contribuição efetuada. Essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios somente aos contribuintes e seus familiares (BOSCHETTI, 2006, p.04).

Mas por outro lado se os 59% da população que não é consideradas ocupadas segundo o IBGE(2018), vivem na informalidade, podemos entender que devido a algumas medidas protetivas de isolamento, essas pessoas podem vir a depender do auxílio do Estado, através de políticas públicas para suprir suas necessidade básicas. Segundo Lucena Filho (2008, p1.) as políticas públicas “se caracterizam como um conjunto de ações implementadas nas esferas do governo (federal, estadual ou municipal) em conjunto ou não com a sociedade civil, visando demandas específicas da sociedade”.

No que diz respeito às atuações governamentais destinadas aos que necessitam de intervenções JACCUD (2009) afirma que a “partir da publicação da Carta Cidadã de 1988 proliferaram propostas, programas e políticas públicas de Proteção Social no Brasil, com as mais variadas naturezas e escopos” (JACCUD, 2009 apud SILVA; FILHO, 2020, p.14).

Entre as políticas acima citadas podemos destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que é fruto da Carta Magna de 1988. Tendo sido aprovada apenas em 2004. A PNAS tem como um dos seus objetivos incluir os invisíveis, proteger os que estão em vulnerabilidade social, prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios (PNAS, 2004).

A Política Pública de Assistência Social (PNAS) busca efetivar-se de forma a levar em consideração as desigualdades sócio territoriais, visando o seu enfrentamento, a garantir os mínimos sociais, bem como universalizar os direitos sociais (PNAS, 2004). Um dos principais objetos de trabalho da Assistência Social são as desproteções sociais e frente a essa condição como fazer isolamento social, se as pessoas não tem condições de fazer esse isolamento?. A pandemia está tirando da invisibilidade a precarização da vida de uma parcela da população. Mostrando o quanto é indigna as condições de vida das pessoas em situação de rua ou vivendo em situações precárias (SPOSATI, 2017).

COSTANZI(2020) realizou um levantamento a nível mundial para identificar se os países estavam realizando ações assistenciais para atender as pessoas mais vulneráveis nesse momento de pandemia. O seu levantamento apontou a existência de pelo menos 418 programas na área de Assistência e/ou Seguro Social e mercado de trabalho, em

pelo menos 106 países. A maior parte das medidas estava na área da Assistência Social, destacando-se os programas de transferência de renda. As iniciativas decorrem tanto de alterações em programas já existentes como também da criação de novas iniciativas.

No Brasil para conseguir atender as necessidades da população e enfrentar a pandemia o Governo Federal instituiu em abril de 2020 o benefício de Auxílio Emergencial, vinculado a Política Pública de Assistência Social. Segundo informações do site do Ministério da Cidadania o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$ 600 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. É um benefício destinado as pessoas que fazem parte do cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI), os contribuintes individuais do INSS, autônomos e trabalhadores informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do Bolsa Família).

Analisando a atualização dos dados do portal da transparência do Tesouro Nacional em 11 de julho de 2020 foi possível observar que até o momento o governo federal investiu 120 bilhões com o pagamento do auxílio emergencial e 12.2 bilhões no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública. Se analisarmos esses número podemos compreender que o covid-19 escancarou as desigualdades sociais existentes no país, pois, a principal fonte de investimento do governo federal foi na redistribuição de renda, mostrando o grande número de pessoas que passou a depender do Estado para conseguir suprir suas necessidades básicas, nesse momento de pandemia. No Município de Chapecó 32.260 mil pessoas receberam o auxílio emergencial entre os meses de Janeiro a junho de 2020 (Portal da transparência do Tesouro Nacional 2020).

Considerando o número de beneficiários do auxílio emergencial, cabe aqui pontuar que muitas dessas pessoas, antes da pandemia, tinham suas rendas superiores a R\$: 600,00 reais mensais e agora se vem obrigadas a viver e sobreviver com esse valor. Também cabe salientar que muitas dessas pessoas podem fazer parte de uma família numerosa com vários integrantes, com 3 ou 4 filhos. E somente com esse valor não é possível suprir necessidades básicas como alimentação, gastos com água, luz, aluguel entre outros.

NOVAS DEMANDAS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE A PANDEMIA DA COVID-19

No atual cenário da Covid-19 fica perceptível o papel da Assistência Social, que ganha relevância na tentativa de mitigar a possibilidade, em nosso país, do surgimento de uma nova pandemia, a pandemia da pobreza. Assim, novos desafios se apresentam à Assistência Social como política pública de Proteção Social (SILVA; FILHO, 2020, p. 142 apud PAIVA, et al, 2020).

Sobre as dificuldades postas à operacionalização da PNAS (2004), em tempos de pandemia, mesmo havendo evoluções na cobertura da Proteção Social, muito precisa ser feito. “Os altos índices de desproteção, a carência de serviços sociais e a necessidade de ampliação da qualidade dos serviços existentes, demonstram a necessidade urgente e inadiável de se adequar a arquitetura instituída por esse novo contexto social” (SILVA; FILHO, 2020, p. 142).

Paiva et al (2020) afirma que a ampliação da transferência de renda pode contribuir para amenizar as sequelas trazidas pela Covid-19, mas outras medidas precisam ser tomadas como a concessão de novos benefícios eventuais visando garantir os mínimos sociais e, além disso, torna-se urgente a reorganização das formas de acompanhamentos das famílias:

A ampliação da transferência de renda como uma das vias que poderão dirimir as sequelas sociais trazidas pela COVID-19, mas fica evidente que outras ações como a concessão de outros benefícios eventuais e novas formas de acompanhamento familiar e fortalecimento de vínculos devem acontecer para a garantia do mínimo social, proposta pela PNAS (2004) (SILVA; FILHO 2020, p. 143 apud PAIVA et al (2020).

Os desafios postos à Assistência Social são muitos e mediante as necessidades dos seus usuários, as equipes tentam evitar a todo custo as aglomerações, já que essa é a principal via de proliferação do novo Coronavírus, bem como, buscam promover visitas/atendimentos domiciliares e busca ativa, quando necessário, limitam os atendimentos presenciais às situação de crise, tentando garantir dessa forma a proteção dos sujeitos que possam ter algum direito violado e o acolhimento às pessoas em situação de rua (SILVA e FILHO, 2020, p. 143). O teletrabalho, teleatendimento, teleacompanhamento, a rediscussão sobre a concessão de novos benefícios eventuais, o manejo de aglomerações e a reestruturação dos desenhos organizacionais de ações intersetoriais podem proporcionar vias de efetivação da PNAS (2004) em época de pandemia.

Esse é o momento para buscarmos a ampliação da proteção social daqueles que não tem nenhuma condição de se proteger, ainda mais em períodos de isolamento. É necessário a interlocução com outros atores como saúde e educação para que se possa melhorar e ampliar a proteção. Desenvolver programas de gestão e atuação continuada não de interesse pontual dos governantes (SPOSATI, 2017).

No atual contexto os benefícios eventuais, como a cesta de alimentos são muito importantes, mas junto com ele deve ser entregue uma porção de dignidade. Nesse momento torna-se fundamental que os profissionais conheçam as famílias, os territórios o público beneficiários, identificando quantos dias dura esse auxílio alimentação para a família beneficiada, que outras necessidades existem. É necessário construir com o usuários alternativas de superação das dificuldades (SPOSATI, 2017).

Cabe a Assistência Social conseguir construir e identificar com as demais políticas

públicas quem são essas famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social e não conseguem fazer o isolamento social. A Assistência Social precisa ter claro o grau e a presença das desproteções sociais existentes, onde estão, como se caracterizam e buscar construir alternativas para transformar essa desproteção em proteção social. Nesse sentido torna-se de extrema importância a vigilância socioassistencial.

Para a PNAS/2004 realizar atividades de vigilância social diz respeito a produzir e sistematizar informações, indicadores e índices sobre as situações de vulnerabilidade e riscos que incidem nos territórios, bem como as situações em que há violação de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar a importância desse momento e os enormes desafios que uma pandemia proporciona na área social. Diversos fatores vão influenciar na vida da população em virtude da Covid-19, mas sabemos também que são as populações mais vulneráveis que terão as maiores consequências.

Toda essa mudança causada pela pandemia da Covid-19 nos faz analisar que modelo de Seguridade Social temos e a importância de um sistema que proteja as pessoas em momentos de crise. Uma seguridade social ampliada que além de garantir os direitos derivados do trabalho, como seguro desemprego, aposentadorias, pensões, também possibilite o acesso aos benefícios assistenciais sem muitas condicionalidades e critérios, com o intuito de atender as necessidades básicas da população.

Possivelmente este momento deixará marcas, mas cabe ao tripé da Seguridade Social (assistência social, saúde e previdência social) e demais políticas públicas criar estratégias para que a população mais afetada tenha seu sofrimento minimizado. Cabe também as políticas de Assistência Social que busca incessantemente minimizar as desigualdades sociais e promover o bem-estar social, repensar seus serviços, programas e benefícios em tempos de crise como a pandemia da Covid-19.

Certamente, a atual crise deixará marcas e exigirá esforços múltiplos em diversas áreas para superar a pandemia, evitar o colapso do sistema de saúde e salvar vidas. Além disso, exigirá um grande sistema de proteção social para garantir emprego e renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 17 de julho de 2020.

_____. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1: **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social, 2012b. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2017.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: Conquistas e limites à sua efetivação**. 2006. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Respostas da Seguridade Social à Crise da Pandemia de Coronavírus/COVID-19**, abril de 2020. Disponível em file:///C:/Users/user/Desktop/MESTRADO%20EM%20POLITICAS%20SOCIAIS/Seguran%C3%A7a%20Publica/SEGURIDADE%20SOCIAL%20E%20REALIDADE%20REGIONAL/Artigos%20Usados%20no%20trabalho%20final/bif475-20-31.pdf. Acessado em 18/07/2020.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed – São Paulo: Atlas, 2002

IBGE Cidades – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 10 de julho de 2020

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios -Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Unesco. 2009.

LUCENA FILHO, E.L. **Reflexões sobre o psicólogo no CRAS: A possibilidade do Si Perceber**. In: RedePsi. Rev. Disponível em: <https://www.redepsi.com.br/2008/06/26/reflex-es-sobre-o-psic-logo-no-cras-a-possibilidade-do-si-perceber/> Acesso em: 16/06/2020.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100005>

PAIVA, L.H. et al. (2020). **Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à Covid-19**. In: Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9826/1/NT_59_Disoc_Evitando%20a%20pandemia%20da%20pobreza.pdf. Acesso em: 15/07/2020

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL-PNAS 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acessado em 10 de julho de 2020.

SILVA, Isis Lima da; FILHO, Everaldo Lauritzen Lucena. **Saúde Mental e Assistência Social: Desafios Durante a Covid – 19**. Revista Psicologia & Saberes ISSN 2316-1124 v. 9, n. 19, 2020. Disponível em <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1263>. Acesso em: 16/07/2020

SCHOTT, Daniela Fernanda. DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. **Caracterização da Proteção Social Básica do SUAS na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43065-43084, jul. 2020 Disponível em file:///C:/Users/user/Desktop/MESTRADO%20EM%20POLITICAS%20SOCIAIS/Seguran%C3%A7a%20Publica/SEGURIDADE%20SOCIAL%20E%20REALIDADE%20REGIONAL/Artigos%20Usados%20no%20trabalho%20final/Artigo%20Dani.pdf. Acesso em 18/07/2020.

SPOSATI, Aldaíza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2018/Mai). [Citado em 15/07/2020]. **Está disponível em:** <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/descaminhos-da-seguridade-social-e-desprotecao-social-no-brasil/16790?id=16790>

SPOSATI, Aldaíza. **A proteção e desproteção social Brasileira**, transmitida ao vivo no dia 22 de abril de 2020, evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5jdmaL_eq_M. Acessado em 02 de julho de 2020.

CAPÍTULO 14

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Gisele de Freitas Carvalho

Universidade Pitágoras Unopar
Petrópolis (RJ)

<http://lattes.cnpq.br/9060367216957784>

Marcelo Ricardo Prata

Universidade Pitágoras Unopar
Petrópolis (RJ)

Universidade Federal Fluminense (UFF)
<http://lattes.cnpq.br/3711068330472713>

RESUMO: O presente artigo consiste em apresentar a temática População em Situação de Rua, população essa que tem seus direitos violados, que passa por diversos tipos de preconceito, discriminação, insegurança e várias outras agravantes. Passam por essas situações pelo fato de estar nas ruas, serem “moradores de rua”. Conforme a pesquisa buscou-se mostrar a evolução e avanços a partir da Política Nacional da População em Situação de Rua e os benefícios que eles passaram a ter desde então. Esta pesquisa trata também do trabalho do Assistente Social através das Políticas Públicas, para assim conhecer seus instrumentos e técnicas de intervenção junto a essa população.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Questão Social; Políticas Públicas; Assistência Social.

POPULATION IN STREET SITUATION: STILL INVISIBLE CITIZENS AND THE CHALLENGES OF SOCIAL SERVICE TO GUARANTEE RIGHTS

ABSTRACT: This article presents the theme of Homeless Population, whose population has their rights violated, which goes through various types of prejudice, discrimination, insecurity and various other aggravating factors. They go through these situations because they are on the streets, being “homeless”. According to the research, we sought to show the evolution and advances from the National Policy of Homeless People and the benefits that they have had since then. This research also deals with the work of the Social Worker through Public Policies, in order to know his instruments and intervention techniques with this population.

KEYWORDS: Population in Street Situation: Still invisible citizens and the challenges of social service to guarantee rights.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo o estudo, através de pesquisas bibliográficas sobre o surgimento e a questão social da população em situação de rua, que se encontra em qualquer lugar do mundo. Discute-se a questão da população em situação de rua, e o trabalho do Serviço Social junto a esses indivíduos se faz de extrema importância e urgência, pois é uma parcela da população que ainda não tem seus direitos garantidos; e

o Serviço Social é que vem lutando cotidianamente para que, pelo menos o mínimo dos direitos humanos fundamentais seja garantido a essas pessoas.

Esta pesquisa foi feita a partir de autores que pesquisaram na França e no Brasil. Uma comparação que Giorgetti nos faz: “em relação à população de rua, não se notam muitas diferenças entre os dois países: trata-se de indivíduos sem uma habitação e que satisfazem tal necessidade seja procurando uma instituição social, seja se apropriando e transformando o espaço público em moradia” (2012).

Vieira, Bezerra e Rosa definem muito bem três situações que levam essa população a viver nas ruas:

- “As pessoas que ficam na rua”: representam o reflexo de uma situação circunstancial que decorre da precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. (Vieira, Bezerra e Rosa, 1994).
- “As pessoas que estão na rua”: são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. (Vieira, Bezerra e Rosa, 1994).
- “As pessoas que são da rua”: são aqueles que já estão há um considerável tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência. (Vieira, Bezerra e Rosa, 1994).

Como nos diz Silva, a pobreza é imanente à ordem capitalista e só será eliminada com a superação dessa estrutura social. A pobreza extrema definida pela não-propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza produzida socialmente é uma das condições caracterizadoras da população em situação de rua (Silva, 2009).

Segundo Castel, não é possível expressar melhor a maneira como os operários redefinem a questão social a partir de suas próprias necessidades. A única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores, é o direito ao trabalho (Castel, 2015).

De acordo com todos os autores pesquisados, deparamo-nos com uma realidade; as pessoas que hoje se encontram na rua, a maioria acaba estando nessa situação por falta de oportunidades de trabalho e, com o passar do tempo, acomodam-se nessa situação. Falar de pobreza significa entender que ela é expressão direta das relações vigentes na sociedade do capital, onde riqueza e miséria convivem legitimando as desigualdades

(Silva, 2014).

O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. (Iamamoto, 1998). Foi a partir da Constituição Federal que a Assistência Social firmou-se como Política Pública.

Contextualização histórica e Caracterização do Fenômeno assumem diferenças em relação às características gerais das pessoas que o vivenciam, embora estejam intrinsecamente interligadas e ambas constituam a substância das propriedades que dão significado do fenômeno (Silva, 2009).

Embora a população em situação de rua seja considerada uma população de extrema pobreza, não quer dizer que essas pessoas que estão nas ruas atualmente sempre foram pobres. Desde muito tempo existiam necessitados, indigentes, inaptos, carentes e até mesmo indesejáveis de todos os tipos. De agora em diante, vai ser preciso contar com indivíduos que ocupam, na sociedade, a posição de supranumerários: não têm nenhum lugar determinado na estrutura social, nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada (Castel, 2015).

Camila Giorgetti pesquisou em São Paulo e Paris, para sua tese de doutorado, sobre “moradores de rua” ou população em situação de rua. Essa pesquisa nos mostra que, embora os lugares sejam aqui ou em outro país, as características dessa população são as mesmas, independente do local.

Em relação à população de rua, não se notam muitas diferenças entre os dois países: trata-se de indivíduos sem uma habitação e que satisfazem tal necessidade seja procurando uma instituição social, seja se apropriando e transformando o espaço público em moradia (Giorgetti, 2012). Como cita a autora (Silva, 2009), o fenômeno população em situação de rua, como todo fenômeno, abriga um conjunto de indagações. O esforço para defini-lo propiciou a identificação de seis aspectos considerados.

Dessa forma, entendemos que foram vários os fatores que terão levado essas pessoas a essa situação de usar a rua como moradia e sobrevivência.

Há, acerca disso, seis aspectos destacados por Silva (2009): desses aspectos, trabalharemos apenas dois: o primeiro aspecto são suas múltiplas determinações, que se dão pelo reconhecimento da multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua, os fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados à história de vida de cada indivíduo (rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem etc.) e, ainda, em fatos da natureza ou desastres de massas, terremotos, inundações, etc. (Silva, 2009). O segundo aspecto característico é a distinção do fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, o terceiro é a sua localização nos grandes centros

urbanos, o quarto é o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno, o quinto são as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta e o último aspecto é a tendência à naturalização do fenômeno. (Silva, 2009).

São muitos os aspectos e fatores que acabam levando o indivíduo a essa situação, ainda assim a maioria é pela perda de vínculos familiares, de acordo com a vida que ele próprio escolheu ou que, por alguma fatalidade, chegou a esse ponto. Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo, conforme dito anteriormente (Silva, 2009). Conforme as autoras Silva, existem outros aspectos, esses são os mais comuns, mas todos eles estão elencados sob a forma de estruturação da sociedade capitalista.

Silva faz o seguinte comentário: “A maioria dos autores descreve as pessoas em situação de rua como pessoas de origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional” (Silva, 2009).

Conforme o parágrafo único do Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009,

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.¹

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (Castel, 2015).

A População em Situação de Rua faz parte de um contexto histórico desde muito tempo como nos relata Castel. Embora a maioria dos autores pesquisados veja o início dessa população ao final do século XVIII, Castel nos mostra o seu início a partir da Idade Média no século V. No apogeu da Idade Média cristã, desenvolveu-se um outro tipo de miséria. A das pessoas que vivem com dificuldade, os “pequenos”, o *populo minuto* que sobrevive nos limites da indigência (Castel, 2015).

Ainda segundo Castel, A partir dos séculos XII e XIII, o social-assistencial assumiu,

¹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

no Ocidente cristão, uma configuração já complexa em que podem ser lidos os principais traços de uma política de assistência “moderna”: classificação e seleção dos beneficiários dos socorros, esforços para organizá-los de um modo racional sobre uma base territorial, pluralismo das instâncias responsáveis, eclesiásticas e laicas, “privadas” e “públicas”, centrais e locais. A emergência dessa época, de duas categorias de população, a dos pobres envergonhados e a dos mendigos válidos, indica que tais sociedades já conhecem fenômenos de desclassificação social (mobilidade descendente) e de subemprego (trabalhadores válidos entregues à mendicância) (Castel, 2015).

A autora Maria Lucia Lopes da Silva trata essa população como fenômeno população em situação de rua. Ela considera o fato dessa população ser uma síntese de múltiplas determinações, sendo este fenômeno um caráter processual e transitório. Como ela nos demonstra, essa população se encontrou nessa situação no século XVIII pelo fato de que a Europa tinha o objetivo de estabelecer novamente a economia e, dessa forma, a população que vivia no campo teve suas terras e pertences roubados por métodos violentos e, assim, suas terras tornaram-se propriedades particulares, transformadas em indústrias modernas (Silva, 2009). Muitos deles acabaram tornando-se ladrões, vagabundos, mendigos e a maioria passou por isso devido a sua atual circunstância de vida.

Castel nos fala: análises precisas estabelecem que, por volta de 1300, nas regiões mais ricas da Europa oriental, tanto no campo como na cidade, já existem grupos que vivem em situação de precariedade permanente, enquanto o crescimento geral parece prosseguir (Castel, 2015).

Foi o início do fenômeno (População em Situação de Rua) que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental, no último quartel do século XVIII: o pauperismo. Essa situação, ainda no final do século XV e todo o século XVI, fez surgir nos países da Europa uma legislação rígida contra a vadiagem (Silva, 2009). Portanto, o fenômeno população em situação de rua surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista (Silva, 2009).

Todos os autores pesquisados consideram que a população em situação de rua teve um aumento significativo a partir da produção capitalista mundial; embora os lugares de pesquisas sejam completamente diferentes, as causas se dão no mesmo contexto.

Desde o final do século passado, o trabalho está no centro das profundas transformações provocadas pelo capitalismo. Os trabalhadores tiveram sua resistência política fragilizada e têm sido afligidos por inseguranças diante do aprofundamento do desemprego, da precarização do trabalho e da onda regressiva referente aos direitos derivados e dependentes do trabalho. Essa insegurança generalizada parece tomada pelo capitalismo como um princípio de organização do trabalho na contemporaneidade (Silva, 2009).

Uma questão operária inédita surge, assim, quando do enfraquecimento da

sociedade feudal. Não é incongruente falar de proletários antes do desenvolvimento do capitalismo. São Tomás de Aquino já os evoca: “Os mercenários que alugam seu trabalho são pobres, pois esperam de sua lida seu pão cotidiano” (Castel, 2015). Não temos estudos com precisão que comprovem o aparecimento da População em situação de Rua no Brasil.

Silva nos diz: no Brasil, não se tem conhecimento de estudos sobre a origem e o resgate histórico do fenômeno, o que não permite comparações entre os períodos anteriores à década de 1990. Entretanto, a realização dos primeiros estudos entende que a população em situação de rua é uma das expressões da questão social desencadeada pelo modo de produção capitalista e, assim, aumentando os problemas sociais, o pauperismo surge na Europa a partir da metade do século XIV.

Distinta é a situação na metade do século XIV, porque é produzida pela desregulamentação da organização do trabalho. Nesse sentido, evoca as circunstâncias do início do século XIX no momento em que, pela primeira vez, a questão social aparece explicitamente sob a forma da questão do pauperismo (Castel, 2015).

A “questão Social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura (Castel, 2015). Para Castel, embora o termo questão social já existisse antes, ele passa a ser usado após a Revolução Industrial.

Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos de 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo (Castel, 2015).

Silva descreve um aspecto da população em situação de rua sendo “uma expressão radical da questão social na contemporaneidade” (Silva, 2009). A População em Situação de Rua “constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade”. (Silva, 2009).

Como nos diz Iamamoto, uma parte da sociedade tem acesso a cultura, ciência etc. e, de outro lado, há distância entre concentração/acumulação de capital; dessa forma, temos um maior crescimento do pauperismo em vários países (Iamamoto, 1998).

Dessa forma, compreendemos a grande pobreza e vulnerabilidade; essas pessoas passaram a vivenciar a consequência da crescente acumulação de Capital que integra a expressão da questão social. Conforme cresce a acumulação de capital cresce o desemprego, os salários são baixos e não suficientes para manter o básico e a moradia; o indivíduo sendo afetado dessa forma acaba passando por uma situação de pobreza extrema.

A autora Camila Giorgetti fez sua pesquisa em São Paulo e Paris sobre as condições

dessa população sobre como esse problema se constituiu como uma questão social. Os fatores relacionados a esse contexto histórico nos mostram o seguinte: a situação familiar das pessoas de rua é marcada por rupturas de todo tipo, que os levam ao isolamento social. Alguns são ex-presidiários e enfrentam dificuldades para se inserir novamente na sociedade. Verifica-se também, entre essa população, um grande número de usuários de álcool e de drogas (Giorgetti, 2010).

O primeiro termo, marginalidade, remete-nos ao período da História do Ocidente no qual ocorreu a Revolução Industrial. Em sua fase incipiente, ela promoveu o aparecimento da pobreza em grande escala, submetendo populações inteiras ao trabalho desregulamentado, insano (Giorgetti, 2010).

Vale ressaltar que a População em Situação de Rua, em geral, possui características muito semelhantes, independente do lugar onde vivem. Conforme Silva nos descreve, existem condições ou características comuns que permitem identificá-las como um grupo populacional diferenciado. Nessa perspectiva, destacamos três condições que precisam ser consideradas, articuladas entre si: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (Silva, 2009).

Mas não nos concerne diretamente aqui, visto que “a questão social” se apresenta a partir dos desfiliaados, dos que se desprenderam e não dos que se integraram (Castel, 2015). Segundo Georgetti (2010), nesse sentido, nota-se que a pobreza tem um importante papel na homogeneização de certos contextos em escala mundial, tornando possíveis as comparações internacionais, sendo ela observável em países do Primeiro Mundo, onde as questões sociais pareciam elucidadas, ao menos para a grande maioria da população.

Sobre o fenômeno no curso dos anos 1990 e a ampliação das iniciativas de enfrentamento da problemática em algumas cidades brasileiras, são reveladores da dimensão alcançada pelo fenômeno, neste período recente da história do país, coincidente com as mudanças provocadas pelo capitalismo, em escala mundial, a partir da segunda metade do decênio de 1970, manifestas no Brasil, mais especificamente, na segunda metade da década de 1990 (Silva, 2009).

Através dos tempos, essas pessoas receberam muitas denominações, em geral, de caráter pejorativo e degradante. Citamos algumas: mendigos, pedintes, vagabundos, etc. Esses e outros vocábulos pejorativos nada têm a ver com as pessoas que aí se encontram, nem com os direitos que possuem como cidadãos nem com a crueldade do sistema que as empurrou para essa situação, nem com a ausência de políticas públicas que o Estado tem, como obrigação, de oferecer a todos os cidadãos.

(www.mprj.mp.br/documents/20184/25421/cartilha_tutela_populacao_situacao_ rua_para_grafica_2.pdf).

O termo sem-teto é muito específico e diz respeito, tanto em Paris como em São

Paulo, ao movimento organizado de luta por moradia (Giorgetti, 2012). O Brasil é um país marcado pela desigualdade e por uma cultura do privilégio e do favor, que predomina sobre consciência dos direitos (Albuquerque, 2006).

A maioria dessas pessoas não pertence ao mesmo grupo familiar, mas tem em comum a vulnerabilidade social; pessoas essas que, por alguma adversidade que os atingiu, viram-se nessa condição, passando a morar nas ruas.

CONCLUSÃO

Analisar o fenômeno da população em situação de rua surgiu durante a realização do Estágio obrigatório; o fato de se estar junto à realidade dessas pessoas, que são excluídas da Sociedade, acaba despertando a curiosidade e o interesse de conhecer mais a fundo os seus direitos; trata-se de pessoas com vínculos familiares rompidos e que, de fato, na maioria das vezes, não se reconhecem mais como cidadãos.

O trabalho apresentado procurou abordar temas relevantes através dos autores pesquisados fazendo um resgate histórico sobre a população em situação de rua.

No início deste trabalho, mostramos que vivemos em uma sociedade capitalista globalizada, dessa forma estando intrínseca a questão da pobreza e da desigualdade social. Mesmo tratando de comparações das sociedades europeia e brasileira, através de levantamento bibliográfico, conseguimos fazer um resgate histórico e pudemos perceber que a questão social não muda, infelizmente só piorou com o passar dos anos.

Foi através da Constituição Federal em 1988 que as políticas sociais ganharam seu espaço, e, como Assistentes Sociais, devemos ser articuladores das políticas sociais para a População em Situação de Rua, que na maioria das vezes, é composta por pessoas que são discriminadas, passam por constrangimento e preconceito dos mais diversos.

Essas pessoas estão fragilizadas e com vínculos familiares rompidos, e, mesmo com todos os direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Estado, que tem o dever e obrigação de executá-los, ainda assim o alcance é restrito e insuficiente. Sem falar nos problemas de saúde, a falta de acesso ao tratamento básico.

Abordamos no decorrer do trabalho o processo da questão social, a evolução, segurança, preconceito e saúde, leis, a ética e respeito; afinal, é de pessoas que estamos falando.

O Serviço Social caminhou junto com as conquistas a essa População, através de Encontros e Movimentos para garantia de direitos. O Serviço Social precisa se unir aos movimentos sociais com o objetivo da defesa das conquistas alcançadas e lutar para que as políticas públicas alcançadas para a População em situação de Rua possam ser efetivadas em suas intervenções, dessa forma, reduzindo o aumento da Questão Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social** – Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão – Conselho Federal de Serviço Social – 2012 – Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf – Acesso em: 28/07/2018

BRASIL. Decreto Federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm - Acesso em: 17/07/2018

BRASIL. **Lei 11.258**, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Portal da Legislação**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm - Acesso: 28/07/2018

BRASIL. **Lei nº 1.028**, de 1º de julho de 2005 – Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. **Portal da Legislação**. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html – Acesso: 10/07/2018

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm - Acesso: 18/07/2018

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência social e dá outras Providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm - Acesso: 13/07/2018

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – **SAÚDE MENTAL NO SUS – OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL**, Brasília – DF, 2004. Disponível em: www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_SUS.pdf - Acesso em: 16/06/2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**/ Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica- Brasília: Ministério da Saúde, 2012. - Disponível em: (189.28.128.100/dab/docs/publicações/geral/manual_cuidado_populacao-rua.pdf) Acesso em: 13/06/2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012. Aprova a **NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf Acesso em: 12/07/2018

BRASIL. **Portaria nº 843**, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o cofinanciamento Federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras Providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: mds.gov.br/aceso-a.../portaria-no-843-de-28-de-dezembro-de-2010-parte-1 Acesso em : 18/07/2018

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS – **TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS** – Reimpressão 2014 – Brasília, DF – 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso: 12/07/2018

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Vol. 3, Brasília, DF, 2011. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf – Acesso em: 03/07/2018

BRASIL. **Lei n.8742**, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** [recurso eletrônico]: Lei n°. 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1564/lei_organica_loas_3ed.pdf Acesso em: 21/06/2018

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, **Rua: Aprendendo a contar:** Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua – Brasília, DF MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf Acesso em: 09/07/2018

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**; tradução de Iraci D. Poletti. 12 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis**/Luiz Antonio Miguel Ferreira. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** / Camila Georgetti – 2. Reimpr. São Paulo: Fapesp, Educ, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional** / Marilda Villela Iamamoto. – 26 ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada NATALINO, Marco Antonio Carvalho Natalino, **Estimativa da População em situação de Rua no Brasil** – 2016. Acesso em: 09/07/2018

RIO DE JANEIRO, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Apoio Operacional das Promotorias e Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania – **A TUTELA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA** - Cartilha de Orientação: Disponível em: www.mprj.mp.br/documents/20184/25421/cartilha_tutela_populacao_situacao_rua_para_grafica_2.pdf - Acesso em: 09/07/2018

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de Rua no Brasil** / Maria Lucia Lopes da Silva. – São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**/ Marta Borba Silva. – São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa Vieira; Bezerra, Eneida Maria Ramos Bezerra; Rosa, Cleisa Moreno Maffei (Orgs.). **População de Rua: quem é? Como vive? Como é vista?** – São Paulo: Hucitec, 1994, p. 93-95.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social** / Maria Carmelita Yazbek. – 9. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Cortez, 2016.

CAPÍTULO 15

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

CAPS Paulo Marcos Costa

São Gonçalo/RJ

<http://lattes.cnpq.br/4100574942750301>

Renata Fernandes de Oliveira

IPUB/UFRJ

Rio de Janeiro/RJ

<http://lattes.cnpq.br/931820477767763>

RESUMO: O presente manuscrito tem o objetivo de analisar o atual desinteresse por parte do Estado às populações periféricas e como este desinteresse é capaz de impactar na saúde dos indivíduos. Articularemos a relação da pobreza e atual desmonte das políticas sociais com o aumento de casos de depressão e ansiedade no Brasil, que têm se apresentado como os transtornos de maior prevalência nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Populações Periféricas. Políticas Sociais. Mistanásia. Saúde Mental. SUAS.

MENTAL HEALTH, SOCIAL VULNERABILITY AND CITIZENSHIP IN BRAZIL: FROM THE RIGHT TO LIFE TO MYSTANASIA

ABSTRACT: The present manuscript has the objective of analyzing the current disinterest on

the part of the State to the peripheral populations and how this disinterest may impact on the individuals' health. We will articulate the relation of poverty and current dismantling of social policies with the increasing cases of depression and anxiety in Brazil, which have been presented as the most prevalent disorders in recent years.

KEYWORDS: Peripheral Populations. Social Politics. Mystanasia. Mental Health. SUAS.

1 | A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988

No Brasil, a desigualdade social começou a ter atenção dos setores públicos somente a partir da década de 1930, na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, que reconheceu diversos direitos da classe trabalhadora (Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAPS, carteira de trabalho e salário mínimo). Neste período, aqueles que estavam desempregados permaneciam desprotegidos sem emprego ou lei que os amparasse, precisando recorrer à caridade de instituições religiosas e filantrópicas como única forma de garantir o mínimo para a sua subsistência e de seus familiares.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, foi criada uma nova Constituição Federal que melhor pudesse condizer com os novos tempos de democracia vividos no país. No que tange ao campo da Assistência Social, a Constituição traz uma inovação, recriando-a não mais como “benemerência aos incapazes”,

mas como direito de todo e qualquer cidadão que dela necessitar, além de caracterizá-la como dever do Estado, compondo o tripé da Seguridade Social (junto com a Previdência Social e a Saúde).

Com o reconhecimento da Assistência Social como política pública e direito do cidadão, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93), que trouxe princípios e diretrizes norteadores dessa política para todo o país. Dentre as novidades trazidas por esta nova lei estava a descentralização político-administrativa da Assistência Social, implicando a responsabilidade e participação de todas as esferas de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) em sua promoção.

Outro marco na LOAS foi a participação popular, isto é, a população é reconhecida como sujeito de direitos e potencialidades, capazes de dizer qual a sua realidade e autênticas necessidades. A partir de então, a população usuária passa a ser ouvida na construção da política de maneira participativa.

No entanto, conforme veremos a seguir, a Assistência Social continuou a “refletir os resquícios da velha assistência e seu conflito com as formas de organização do trabalho, obstaculizando o difícil caminho de realização de igualdade e justiça social pretendido pela Constituição Federal.” (CARVALHO, 2008, p. 41).

1.1 O que são os mínimos sociais?

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 1º, aponta como seu fundamento a dignidade da pessoa humana. A partir da Carta Magna, o Estado deve aprovisionar para seus cidadãos, com vistas a que todos vivam de maneira digna sem distinções de nenhuma espécie; os cidadãos devem ser protegidos em sua dignidade inviolável desde o início até o fim da vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 25, aponta os seguintes aspectos a respeito de condições dignas de existência:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar sua saúde, o seu bem-estar e o de sua família, especialmente para a sua alimentação, vestuário, moradia, assistência médica, e para os serviços sociais necessários, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A Declaração, que traz como foco a garantia dos direitos humanos, aponta necessidades comuns de sobrevivência de toda e qualquer pessoa, independentemente da cultura, região ou época em que se vive, assim como apontam Doyal e Gough (apud BARBOSA, 2003) em seus estudos acerca do que seriam “mínimos existenciais”. Segundo os autores, estas necessidades mínimas comuns seriam

Alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de

saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento família, na gestação e no parto. (DOYAL; GOUGH, apud BARBOSA, 2003, p. 61).

Apesar de diversos autores apontarem como necessárias para uma existência digna a contemplação de todas as esferas do ser humano (seja ela saúde, educação, segurança, etc.) e mostrarem os mínimos existenciais como algo muito mais complexo do que podemos enxergar à primeira vista, no Brasil, de acordo com Barbosa (2003), a mentalidade de mínimos sociais está atrelada ao Salário Mínimo, desde a sua instituição por Getúlio Vargas em 1940.

À época foi estabelecida uma comissão de estudos que pesquisava o valor da cesta básica, a chamada ração essencial, e quais seriam os gastos aplicados para este fim nos diversos recantos do país. Estabeleceu-se, assim, um teto de gastos para os trabalhadores, de maneira que poderiam ser submetidos à remuneração mínima. Segundo a autora, nem pouco (para que os trabalhadores não perdessem suas forças para continuarem produzindo), nem muito (para que não se reproduzissem em altos níveis).

No entanto, o valor do salário mínimo, atualmente, não representa o mesmo que era a ele atrelado em sua instituição na década de 1940. Isto porque, com o passar do tempo, o aumento da inflação e, conseqüentemente, do custo de vida, tornou-se desvalorizado e insignificante para cobrir as despesas da população. Apesar disso, não foram realizados novos estudos acerca dos gastos para os suprimentos de necessidades básicas e o reajuste do salário mínimo foi se tornando cada vez mais reduzido.

Para Pereira, (2006, p. 26) são distintos os termos mínimo e básico:

Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem conotação de *menor, menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo *fundamental, principal, primordial* que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta.

A imprecisão das leis brasileiras a este respeito, no entanto, abre margem para diversas interpretações, tornando cada vez mais a Assistência Social uma política minimalista que, segundo Barbosa (2003), se contenta em prover o mínimo da sobrevivência, do respeito e da valoração humana. Cada vez mais a ideia de dignidade e valoração humanas têm sido deixadas de lado, trocando o necessário para a sobrevivência pelo mínimo existencial, o que torna cada vez mais precárias as formas de subsistência do povo, de maneira que subsistir e não perecer torna-se, para a classe trabalhadora, uma luta diária.

Vimos, portanto, que estamos diante de um padrão mínimo para a dignidade humana, em que a luta pela sobrevivência se torna o único imperativo para milhares de famílias. A dificuldade em obter o pão de cada dia distância qualquer possibilidade de

almejar a condição de cidadão. *A vida para estes torna-se mínima.* (BARBOSA, 2003, p. 59).

2 | MÍNIMOS SOCIAIS PARA QUEM?

A dignidade é algo que precisa ser promovido e continuado e, uma vez que o indivíduo está inserido na sociedade, alcançá-la por si só não é possível. Conforme constatamos anteriormente, cabe ao Estado a tarefa de governar de modo a cumprir as leis e tornar acessível ao cidadão a dignidade necessária à proteção de sua vida, mas as relações de poder e interesses de mercado fazem com que argumentos acerca de incapacidade econômica impeçam maior investimento nas camadas populares, levando-as à morte ou ao adoecimento precoce por falta de condições mínimas de existência, o que pode ser caracterizado com o conceito de eutanásia social¹.

Nesta ótica, aqueles que não se encaixam na ordem social devem ser os excluídos da sociedade, pois não vale a pena investir naqueles que são considerados culturalmente inferiores, degenerados, anormais, desencaixados, o que caracteriza o fazer viver e o deixar morrer, ou, conforme Agamben (2002), a dinâmica de uma ordem soberana que é capaz de matar, sem cometer homicídio. Para Bauman (2007), os pobres seriam estes excluídos da sociedade. Segundo o autor, eles se tornam uma espécie de ônus, já que não podem consumir e nem pagar pelos serviços que a eles e destinam. Não tendo, desta forma, o que esperar deles em troca, eles automaticamente tornam-se inúteis e indesejáveis, podendo, por isso, ser deixados de lado sem dificuldades.

Pensando nisso, Ricci (2017, p. 50-51) traz à tona o conceito de mistanásia:

A mistanásia é geralmente a morte do pobre, resultado de uma vida precária e com pouca ou nenhuma qualidade. É uma morte indireta, causada por abandono, omissão ou negligência social e também pessoal. (...) Uma solução “diabólica” e mais sutil para a questão do pobre que, na lógica neoliberal de mercado, são inúteis e estorvos, pois não consomem e ainda são destinatários de recursos públicos.

Segundo Carvalho (2008, p. 38), ainda é possível observar um hiato entre as políticas de trabalho e assistência social. Segundo a autora, “a ausência de um deles [trabalho] joga os indivíduos para o outro [assistência social], ainda que não possam ou não tenham direito à prestação”.

A relação entre trabalho e Assistência Social se torna excludente, uma vez que para acessar a assistência não pode estar inserido no mercado de trabalho, e vice-versa, o que acentua os níveis de pobreza e desigualdade. Nas previsões acerca da Assistência Social contidas na Constituição Federal de 1988 não vem mencionado o amparo às pessoas capazes ou inseridas no mercado, mas que não tenham acesso aos mínimos sociais através de um salário digno que seja compatível com suas necessidades e de suas famílias.

¹ “Refere-se, particularmente, ao risco permanente de morte antecipada e prematura nas camadas pobres da população por falta de condições mínimas de vida e de inadequado atendimento sanitário.” (RICCI, 2017, p. 44).

Desta forma, a Assistência Social continuou a ser política de provimento de mínimos sociais para prover a subsistência dos indivíduos. Longe de desempenhar o seu papel de garantir meios de existência digna ao cidadão e sua família, torna-se cada vez mais uma forma de fazer viver e deixar morrer as populações periféricas, pois dá a falsa impressão de que estão sendo vistas e as mantém inerte a qualquer reivindicação, através da naturalização promovida pela biopolítica.

2.1 A falta de investimentos que torna a assistência social brasileira uma política de (des)proteção social

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), em seu artigo 1º, traz o termo mínimos sociais, destacando a política de Assistência Social como garantidora de necessidades básicas da população sem, no entanto, pontuar o que seriam estas necessidades básicas, ou, ao menos, o que seriam os mínimos sociais que supostamente seriam supridos por esta política, abrindo precedente para que até mesmo entre os trabalhadores do SUAS a mentalidade de mínimo existencial que está posta na sociedade se sobreponha ao direito da garantia do necessário para a sobrevivência do trabalhador.

Não se pode desconsiderar os avanços obtidos a partir da década de 1980, no que tange ao direito à Assistência Social, nem tampouco o novo viés de direito trazido pela LOAS. Todavia, observamos que apesar destes avanços, pouco foi investido na área. Em seus estudos a respeito do Plano Plurianual (PPA) do governo Lula, no período de 2004-2007, Behring afirma que

O que se constata, é que no geral, apesar de algumas inovações, não existe um *salto de qualidade* em termos do aporte de recursos para a seguridade social, no PPA, mantendo-se a já sinalizada restrição fiscal e considerando impactos inflacionários e de aumento da população, bem como o aumento efetivo das vítimas do ajuste fiscal. Nesse sentido, a maior probabilidade é a de frustração das expectativas de mudança no campo da seguridade social e a permanência das tendências focalizantes e seletivas do período anterior. (BEHRING, 2010, p. 154).

A falta de investimentos no setor da Seguridade Social (e aqui destacamos a Assistência Social, foco do nosso estudo) termina por comportar políticas restritivas, na qual somente pessoas em extrema pobreza podem ter acesso de maneira mínima aos serviços².

Além disso, a Assistência Social não oferece proteção a nível de transferência de renda às camadas populares fora do nível de pobreza/extrema pobreza para que estas não venham a se enquadrar na mesma situação de restrições de direitos e acessos a bens e serviços que aquelas, caracterizando, assim, a Assistência Social brasileira, uma “política de pobres, para os pobres”, conforme aponta Behring (2010, p. 154).

² O valor *per capita* da variável recebida através do programa Bolsa Família é de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), destinados a famílias com renda até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) *per capita*.

3 I CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E MORTE/ADOECIMENTO EVITÁVEIS

Em meio à crise política e socioeconômica vivenciada nos últimos anos no Brasil, têm sido realizados cortes de gastos em série nos setores públicos responsáveis por assistir à população em suas necessidades de sobrevivência digna, trazendo ainda mais brasileiros de volta para a linha da miséria e indigência:

Gestores públicos e deputados debateram nesta quarta-feira (25), em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, estratégias para reverter os cortes orçamentários da Assistência Social para o exercício de 2018. O encontro foi promovido por três comissões: Legislação Participativa; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Seguridade Social e Família. Segundo a deputada Flávia Moraes (PDT-GO), uma das autoras do pedido de audiência, dos R\$ 900 milhões que estavam previstos, só constam R\$ 78 milhões para o setor. Na opinião da parlamentar, o corte compromete o avanço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e retoma o modelo do assistencialismo, onde prevalecia a distribuição de cestas básicas doadas à comunidade. (GAMA, 2017, s.p.).

Segundo Chioro, que chefiou a pasta [da saúde] entre 2014 e 2015, os cortes [na saúde] girariam em torno de R\$ 44 bilhões a R\$ 65 bilhões a menos para o SUS a partir do próximo ano [2017]. [Assim], não é possível manter programas básicos, como a atenção básica, vacinas, sangue, medicamentos, controle de doenças, SAMU, Santas Casas, UTI, diz. (SOUZA, 2016, s.p.).

Em 15 de dezembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95/16, que limita os gastos públicos em diversas esferas de atendimento à população por 20 anos, ou seja, até 2036. Dentre as medidas tomadas nesta emenda estão as vedações à realização de concursos públicos, exceto para as reposições de vacâncias; alteração de estrutura de carreiras que impliquem aumento de despesas; criação de cargos, empregos ou funções que impliquem aumento em despesas, dentre outros tópicos.

Verifica-se que além de diminuir postos de emprego e possíveis remunerações mais satisfatórias dos cargos públicos concursados, o governo realiza cortes nos setores de acesso aos direitos básicos para a sobrevivência da população pauperizada e desempregada.

Sem emprego, sem possibilidade de se reinserir no mercado devido ao corte de investimentos no setor, sem acesso a direitos básicos de sobrevivência digna também devido ao corte de gastos e aumento da taxa inflacionária e sem possibilidade de trazer sustento para si, ainda sob a ótica disciplinar do trabalho profundamente enraizada na sociedade biopolitizada, onde o próprio cidadão se culpabiliza pela situação em que vive sem enxergar a dimensão macro da realidade, mas somente a si e o que considera suas derrotas, iniciando o processo de subjetivação da questão social que leva o indivíduo a transtornos ansiosos e depressivos, como se fosse o responsável por não encontrar para si e sua família as almejadas condições dignas de existência.

A este respeito, Dan Chisholm (2017), especialista da OMS para assuntos de Saúde

Mental, em entrevista ao site *Estadão*, citou como um dos fatores responsáveis para casos de depressão no Brasil medidas socioeconômicas, como pobreza e desemprego, desigualdade e recessão. Não coincidentemente, o Brasil é o país com maior número de transtornos de ansiedade e depressão entre seus cidadãos. Em 2013, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade, e a depressão afeta 5,8% da população, o que significa a maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo e a quinta maior taxa de depressão.

Confirmando esta afirmativa, temos atendido, no âmbito da Proteção Social Básica, diversas pessoas com indícios de transtornos de ansiedade e depressão, alegando como principal motivo sua questão financeira, o desemprego e a falta de serviços básicos de manutenção da saúde, acesso a lazer e cultura, conforme veremos a seguir.

3.1 Como isso se dá na sociedade brasileira? Casos reais

1) Idoso. 60 anos.

Chega ao CRAS exaltado, com a respiração agitada, e se senta na cadeira de atendimento para realizar o Cadastro Único dos Programas Sociais, a fim de acessar o Programa Bolsa-Família. *“É pouco, mas é uma ajuda. Eu não tenho nada”*, afirma. Durante as perguntas a respeito de sua realidade socioeconômica, o idoso fica ainda mais exaltado e explica o motivo: *“É que eu fico nervoso de pensar na minha situação. Não tenho nada. Sou responsável pela minha família. Minha esposa nunca trabalhou e eu sempre fui o responsável pelas despesas da casa. Sempre fui responsável por ela. Agora estou com problemas de saúde e não posso fazer ‘bicos’ e, como nunca contribuí com a Previdência, não tenho nenhum auxílio. Não temos nada em casa. Dependendo de ajuda de cesta básica da igreja. Eu não sei mais o que fazer. Nunca passei por isso! Já estou tomando calmante. O doutor do posto de saúde que me acompanha há algum tempo me receitou. Mas estou muito nervoso, estressado. Isto não sai da minha cabeça. Não sei mais o que fazer”*, repete.

O idoso reconheceu a necessidade de acompanhamento psicológico e foi encaminhado para tal. Além disso, comprometeu-se a ir a um médico especializado para verificar a necessidade de mudança de medicamentos.

2) Jovem, 28 anos.

A jovem solicitou inclusão no Cadastro Único dos Programas Sociais para ter acesso ao Número de Identificação Social (NIS) para isenção em taxas de concurso público e retirada da Identidade Jovem.

Durante a entrevista contou que sua situação de pobreza e subsistência sempre existiu. Na infância, seus pais a entregaram para outros parentes para que ela tivesse *“melhores condições de vida”*, já que eles eram vendedores ambulantes e viviam devendo contas de aluguel, luz, água, inclusive com eventuais cortes destes serviços em casa por falta de pagamento.

Sua família reuniu-se novamente apenas 10 anos depois, ainda com dificuldade

financeira, mas com um pouco mais de recursos que possibilitaram o aluguel de uma nova moradia. A jovem conta que sempre estudou e foi incentivada a estudar “*para ter um bom emprego e ajudar a família*”. De certa forma, sempre houve essa “*pressão*” por parte dos familiares e ela sentia o peso desta responsabilidade. Sempre estudou em colégio público, exceto na faculdade, quando conseguiu uma bolsa de estudos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) em uma instituição pouco conhecida, mas era a única oportunidade de realizar o seu sonho de cursar o ensino superior.

Ao se formar, a jovem se deparou com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e, apesar de ter cursado nível superior, não teve o sucesso com que sonhava, ou então era incentivada a aceitar “*um emprego que me desse estabilidade financeira*” (sic). Todos os empregos que conseguia ou não eram na sua área ou eram vínculos informais de trabalho, extremamente precários, com salários abaixo do valor de mercado.

Deparando-se com esta situação, a jovem relata: “*perdi a esperança de um futuro melhor e passei dia e noite a ver somente a minha derrota, tentando me conformar com uma vida de mínimo para a sobrevivência, esquecida pela sociedade*” (sic).

A partir de então, a jovem começou a ter incontidas crises de choro e foi diagnosticada com depressão e crise de ansiedade, sendo o tratamento inicial baseado em calmantes a cada duas horas (a jovem relatou que acordava de madrugada, de duas em duas horas, para tomar a medicação), além de antidepressivos, remédios para dormir e para sintomas que sentia no corpo, como dor nas articulações, cabeça etc. Além do tratamento medicamentoso, a jovem permaneceu em acompanhamento terapêutico. Contou que um ano após os primeiros sintomas, permanece ainda com o tratamento a base de antidepressivos e está se desligando dos demais medicamentos.

Além dos casos que escolhemos para ilustrar este artigo, no último ano atendemos, no âmbito da Proteção Social Básica, inúmeros outros casos de pessoas expressando elevados níveis de estresse por conta da ausência de renda e de recursos para a própria subsistência e de sua família.

4 | CONCLUSÕES

Apesar de a valorização da vida de cada cidadão ser o fundamento da legislação brasileira, o que temos visto é que a lógica neoliberal de mercado tem atropelado os direitos da população em vista do alcance de maiores lucros e busca desenfreada por maiores níveis de concentração de renda. Enquanto isso, uma parcela significativa da população sofre com as consequências desta lógica perversa que tira a liberdade de sobrevivência, ou seja, não dá ao indivíduo plenas condições de desenvolvimento e autonomia e troca pela necessidade de subsistência.

Através do biopoder, esta lógica vai pouco a pouco sendo sedimentada na população de forma a naturalizar as desigualdades e desvalorizar a vida, cada vez mais fazendo com

que a própria população se habitue a ver estatísticas e trate cada vida que se perde como números que pertencem a outras realidades.

Esquece-se que cada vida humana é única, portanto, não é algo que possa ser repetido e por isso, uma vez desperdiçada, para aquele ser humano que morre de fome, por falta de segurança pública ou de atendimento de saúde não há mais oportunidade, não há mais direito ou liberdade e poderia ser diferente se houvesse maior atenção às suas necessidades, que são tão humanas como a de qualquer outro cidadão.

Entendemos que quando um ser humano morre por falta de investimentos e má distribuição de renda, não morre apenas uma estatística. Morre um ser e sua singularidade, deixando um buraco e um lugar que nunca será preenchido na rede comunitária. Se visitarmos sua rede, descobriremos muitos outros que, como ele, está fadado ao mesmo destino e, apesar de muitos papéis terem sido preenchidos com uma lista de direitos e liberdades pretensamente assegurados, nunca se tornaram realidade em suas vidas.

Neste manuscrito colocamos os dados estatísticos em segundo plano, de maneira a aproximar a realidade das famílias brasileiras, para trazer visibilidade aos bastidores de suas vidas, seus sofrimentos e a forma como a população periférica tem vivenciado e assistido ao cenário de cortes de investimentos e as consequências que estes cortes têm gerado concretamente em suas vidas: Quantas outras famílias precisarão se separar por falta de condições mínimas para existir? Quantos outros trabalhadores precisarão passar por transtorno depressivo ou até mesmo morrer por culpabilização própria de uma situação que está para além da esfera subjetiva? Até quando assistiremos mortes mistanásicas na sociedade brasileira?

Enquanto profissionais de direitos humanos, temos a responsabilidade de olhar de maneira crítica a realidade que está posta e buscar alternativas de atuação a fim de assegurar que os nossos usuários saibam conhecer e reivindicar seus próprios direitos e necessidades, bem como trabalhar para que cada vez mais na sociedade brasileira sejam construídas novas possibilidades de existência, pautadas na defesa de direitos e justiça social, ampliando a cidadania e aprofundando cada vez mais a democracia.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, M. H. T. Um certo olhar sobre o desemprego na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. *Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 218-236.

BARBOSA, N. B. C. *Mínimos Sociais: Provisão para uma vida Mínima? A garantia do atendimento das necessidades básicas na política da assistência social e o benefício de prestação continuada: possibilidades e limites*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.

BAUMAN, Z. Welfare assediado. Sono forse io il custode di mio fratello? In: BAUMAN, Z. Homo consumens: Lo siamo inquieto dei consumatori e la miseria degli esclusi. Trento: Erickson, 2007. p. 85-86.

BEHRING, E. R. O Plano Plurianual do governo Lula: Um Brasil de todos? In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2010. p. 139-157.

BOSCHETTI, I. Assistência Social no Brasil: Um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª. ed. Brasília: UnB, 2003.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: Senado Federal, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Seção 1, p. 2.

CARVALHO, G. F. A assistência Social no Brasil: Da caridade ao Direito. 58f. Monografia (Bacharelato em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro. 2008.

CHADE, J.; PALHARES, I. Brasil tem maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo, diz OMS. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23/02/2017. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms,70001677247>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FONSECA, M. A. "Fazer viver e deixar morrer": as sociedades modernas e a tipologia de seus poderes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, out. 2000. p. 171-193.

GAMA, L. Para especialistas, cortes orçamentários comprometem Sistema Único de Assistência Social. Câmara dos Deputados, 25/10/2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/547189-PARA-ESPECIALISTAS,-CORTES-ORCAMENTARIOS-COMPROMETEM-SISTEMA-UNICO-DE-ASSISTENCIA-SOCIAL.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LÍRIO, S. O teto de gastos vai ferir de morte o SUS. Carta Capital, ago. 03/08/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/962/o-teto-de-gastos-vai-ferir-de-morte-o-sus>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MATOS, R. K. D. S.; VIEIRA, L. L. F. Fazer viver e deixar morrer: A velhice na era do biopoder. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34 n. 1, mar. 2014. p. 196-213.

PEREIRA, P. A. P. Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. P. Cidadania e (in)justiça social: Embates teóricos e possibilidades políticas atuais. In: CASTRO, A. T. B.; FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. D. M. Serviço Social, política social e trabalho: Desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2010. p. 98-116.

RICCI, L. A. L. A morte social: Mistanásia e Bioética. São Paulo: Paulus, 2017.

CAPÍTULO 16

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 27/11/2020

Gisleane Silva de Araújo

Centro SUVAG do Rio Grande do Norte
Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/9865505819834010>

<https://orcid.org/0000-0001-8346-5791>

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo identificar a intervenção da (o) assistente social com trabalhos grupais com ênfase em famílias de crianças e adolescentes que estão em tratamento de reabilitação da audição e da fala. Para tanto, foram utilizadas como base de análise o trabalho realizado pela assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte. Com embasamento nas informações sobre os encontros grupais, bem como, a intervenção da assistente social em cada encontro, constatou-se que é fundamental apreender o trabalho de grupo e as ações grupais através de atividades socioeducativas que articulem um conjunto de informações e uma prática reflexiva dos sujeitos envolvidos no processo, ampliando a capacidade de autonomia e de crítica, possibilitando a transformação social e novas configurações de sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Exercício profissional. Intervenção grupal. Grupo de Apoio aos Pais.

GROUP WORK IN SOCIAL SERVICE: A PROFESSIONAL EXPERIENCE IN THE PARENTS SUPPORT GROUP (PSG) AT THE SUVAG CENTER IN RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT: This work aims to identify the intervention of the social worker with group works with emphasis on families of children and adolescents who are under treatment for hearing and speech rehabilitation. For that, the work performed by the social worker in the Parents Support Group (PSG) at the SUVAG Center in Rio Grande do Norte was used as the basis for analysis. Based on information about group meetings, as well as the intervention of the social worker in each meeting, it was found that it is essential to apprehend group work and group actions through socio-educational activities that articulate a set of information and a reflective practice of the subjects involved in the process, expanding the capacity for autonomy and criticism, enabling social transformation and new configurations of sociability.

KEYWORDS: Social Service. Professional practice. Group intervention. Parents Support Group.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da experiência profissional da autora como assistente social no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte.

Por se tratar de um Centro que atua no diagnóstico e (ha) reabilitação da audição e da

fala, a atuação dos profissionais do Centro ocorre por meio de intervenções diferenciadas, como realização de exames auditivos, protetização auditiva, terapia da audição e da fala, curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para usuários/familiares, entrevistas de acolhida/atendimento, acompanhamento individual, atendimentos grupais, entre outras formas de ação.

Essas intervenções estão em consonância com a Política Nacional de Proteção a Saúde de 2006, a qual objetiva promover a qualidade de vida reduzindo a “vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais”. (PNPS, 2010, p. 17)

Estão em conformidade, também, com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, a qual determina que as ações nos equipamentos da Assistência Social devem priorizar a matricialidade familiar como centro das atividades. Estabelece, ainda, “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.41).

A perspectiva do atendimento grupal por meio do grupo multifamiliar foi realizada inicialmente pela Professora Doutora Joseli Soares Brazorotto do curso de fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2014. Na época, o grupo era denominado “Você faz a Diferença” e constituía-se de um pequeno número de familiares, os quais recebiam apoio de fonoaudiólogas que estavam realizando uma especialização em audiologia. Além destes, a psicóloga e a assistente social do Centro foram convidadas a dar um suporte no GVFD.

A experiência com esse grupo foi considerada exitosa no que tange à otimização do trabalho com as famílias das crianças e adolescentes, os quais estavam em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, e, na compreensão da importância do apoio familiar nos resultados terapêuticos dos (ha) reabilitados. No entanto, ao ser finalizada a especialização o GVFD foi encerrado e passou a ser denominado Grupo de Apoio aos Pais (GAP) sendo estendido aos demais familiares dos usuários em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala.

Devido a isso, e, a ampliação dos atendidos, montou-se uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do Centro. Sendo estes, uma fonoaudióloga, uma psicóloga e uma assistente social, para que fosse abordado além dos aspectos fonoaudiológicos, os psicológicos e os sociais.

A metodologia utilizada no presente trabalho compreende a pesquisa bibliográfica por meio da análise de produções acadêmicas na área do Serviço Social e em áreas que discutem o tema abordado. Destacando, assim, as especificidades a respeito do trabalho com grupos no Serviço Social. Essa etapa diz respeito, também, à pesquisa de campo através da experiência profissional na intervenção grupal.

Diante disso, esse trabalho se estrutura da seguinte forma: inicialmente se discute sobre a categoria grupo e a intervenção grupal como espaço de convivência para a troca de experiências entre famílias que apresentam demandas em comum. Logo em seguida, aborda-se o contexto de realização do GAP, as ações realizadas e seus respectivos objetivos. E, por fim, a intervenção grupal no exercício profissional do Assistente Social numa perspectiva crítica, situando o trabalho com grupos como uma estratégia de socialização de informações e de reflexões que corroborem com o processo de autonomia das famílias, além da construção de um pensamento crítico em defesa dos direitos e de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 | DISCUSSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 as Políticas Públicas tiveram um grande avanço constitucional. Os programas e legislações de âmbito nacional, todos criados a partir da década de 1990, reiteraram a proposta de avanço, principalmente na preconização da Política Pública como um direito social (SILVA; DESSEN, 2016). Com isso, a pessoa com deficiência passou a ter também seus direitos individuais e sociais assegurados.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, a expressão “pessoas deficientes” segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, “refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, p. 1, 1975).

Já a deficiência auditiva, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 3.298/99 é a: “II - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ (BRASIL, p.2, 1999).

No entanto, mesmo com os direitos assegurados por lei, a pessoa com deficiência ainda tem dificuldade de acesso aos serviços, pois o que é preconizado por lei diverge da realidade vivida por ela e seus familiares, os quais têm seus direitos vetados pela inconformidade do sistema, ocasionando uma dificuldade na assistência necessária (SILVA; DESSEN 2016).

A pessoa com deficiência demanda Políticas Públicas que promovam suas competências, identifiquem seus avanços, estimule sua capacidade e desenvolvimento. Isto é, um conjunto de serviços capazes de oferecer suporte que auxilie no gerenciamento de suas vidas.

Diante desse contexto, a utilização de programas de atendimentos grupais pode ser uma ferramenta essencial para orientar o deficiente e suas famílias “[...] no que se refere às tarefas de desenvolvimento do curso de vida, quanto para apoiá-los, fortalecê-los e encorajá-los na busca de soluções para seus problemas” (SILVA; DESSEN, p. 68, 2016).

No que diz respeito aos procedimentos de caráter grupal podemos verificar em

Trindade (1999, p.288) que:

Os procedimentos de caráter grupal são aqueles que envolvem o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados pelos assistentes sociais, geralmente tomando como critério a existência de situações comuns, que implicam necessidades comuns. Os grupos assumem características bem diferenciadas e o seu desenvolvimento faz parte de um esforço profissional voltado à ampliação das possibilidades de compreensão e reflexão dos usuários, através da convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes.

Ainda sobre grupo, Eiras (2006) afirma que os grupos ou trabalhos grupais são decorrência de um fluxo da realidade social no qual é fundamental, para sua compreensão, não só a análise das suas relações internas, mas também a análise das lutas de classe.

Já a autora Lane (2012, p.78) aborda a categoria grupos na sociedade capitalista evidenciando que, a partir desta, é viável apreender as cânones que atuam sobre o sujeito, além das ações que os homens projetam na realidade tendo a compreensão de que “toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam”.

No tocante à problemática supracitada, observa-se que os autores apresentam expressões diferentes ao abordar o termo grupo, mas dialogam no sentido de que a ação do trabalho grupal parte das necessidades individuais de sujeitos que possuem algum elo semelhante. E, que esses estão inseridos em uma sociedade capitalista, sendo importante a realização de um trabalho grupal (organização/ações) numa perspectiva histórica que considere sua inserção em tal sociedade.

Cabe destacar que, independente da expressão utilizada e dos “recursos educativos para a interação com o grupo, o planejamento das ações, definindo o caminho educativo com os sujeitos do grupo, é fundamental para o processo interventivo do/a assistente social” (SILVEIRA, p.20, 2016).

De acordo com Batista (2000, p.13), o planejamento é parte singular da ação profissional, “na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social [...]”

É necessário também delimitar o número de participantes, o tempo de duração das atividades, a quantidade dos encontros, a clareza nos temas a serem trabalhados, definir os materiais a serem utilizados, além do relatório com registro das atividades desenvolvidas com dados quantitativos e qualitativos (EIRAS, 2013).

Portanto, o trabalho com grupos exige uma percepção individual e coletiva, para além do debate imediato ou emergente. “Trata-se de conhecer a realidade de cada indivíduo e da trajetória de formação do grupo. Tendo o propósito de subsidiar o/a assistente social em busca de proposições as quais serão à base do diálogo com o grupo” (SILVEIRA, p.20, 2016).

3 I METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Contexto de realização do grupo de apoio aos pais – GAP

O Grupo de Apoio aos Pais (GAP) é desenvolvido com as famílias que acompanham parentes (crianças ou adolescentes) que estão em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala no Centro SUVAG do Rio Grande do Norte. Ele se reúne duas vezes por semana no turno matutino e vespertino, com duração de 45 minutos cada encontro. O grupo ocorre durante os meses de março a novembro, desde o ano de 2015. Os temas dos encontros são planejados semestralmente, e, semanalmente um profissional fica responsável por subsidiar um tema correspondente a sua área de atuação.

Participam do grupo vinte e quatro pessoas, sendo doze pela manhã (todas mulheres) e doze à tarde (dez mulheres e dois homens). A renda dos participantes varia de rendimentos de benefícios de transferência de renda ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. A escolaridade varia de nenhuma a Ensino Superior Completo e a faixa etária é entre 30 anos e 50 anos.

Compõem a equipe de execução do grupo uma assistente social, uma psicóloga e uma fonoaudióloga.

3.1.1 Resultados

Na tabela abaixo estão descritas as atividades executadas e/ou organizadas pela assistente social juntamente com o grupo, seguindo a descrição de cada encontro no decorrer do período de março a meados de maio do ano em curso. As ações foram realizadas de forma equivalente no GAP matutino e vespertino.

ETAPAS		1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO	6º ENCONTRO	7º ENCONTRO
APRESENTAÇÃO	PROFISSIONAIS	Boas-vindas e apresentação do GAP aos novos participantes	Foi explicado sobre os pontos do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi informado o resultado da análise dos resultados do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi realizada a exposição "Não queremos flores, queremos respeito" em alusão ao dia Internacional da Mulher	Foi discutida por uma assistente social convidada a Política Pública de Assistência Social	Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado	Foi abordado sobre 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes)
	FAMILIAS							
DESENVOLVIMENTO		Dinâmica da "teia de aranha"	Aplicação do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse dos participantes	A exposição foi composta por vinte quadros produzidos com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as mulheres	Realizou-se um resgate histórico da Política Pública de Assistência Social a partir da CF de 88 até os dias atuais	A discussão foi realizada a partir da CF de 88	Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP

<p>CONSIDERAÇÕES FINAIS</p>	<p>Foi observado o círculo formado; pontuado a demanda em comum entre as famílias; e a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, e a rede de serviços.</p>	<p>Foi informado que as profissionais executoras iriam avaliar os questionários com as necessidades das famílias</p>	<p>Foi pontuado o pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes</p>	<p>Foi abordado o empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher</p>	<p>Foi ressaltada a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social</p>	<p>Foi discutido as conquistas na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais; o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva</p>	<p>Foi debatido sobre combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes</p>
------------------------------------	--	--	---	---	--	---	---

1 QUADRO - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO GAP 2019.1

FONTE: GRUPO DE APOIO AOS PAIS – (GAP)

1. **Primeiro Encontro:** Foi realizado um momento de boas-vindas e explicado aos novos participantes do que se tratava o GAP. Logo em seguida foi aplicada a dinâmica da “teia de aranha”. O objetivo era que ao pegar o barbante cada participante se apresentasse, falasse quem estava acompanhando no tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, como foi à descoberta da perda auditiva e há quanto tempo estava no Centro. Ao final, foi solicitado que os participantes pontuassem o que estavam observando no círculo formado, foi abordado o ponto em comum entre eles, e, pontuado a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, bem como a rede de serviços como um todo.

2. **Segundo Encontro:** Foi aplicado com a colaboração da fonoaudióloga e da psicóloga o Inventário das Necessidades Familiares (adaptação cultural - português brasileiro). O INF consiste em um questionário de auto-resposta, composto por itens que avaliam as necessidades de informações (audição e perda auditiva, comunicação; desenvolvimento da linguagem; serviços e recursos educacionais; suporte familiar, social e psicológico; serviço comunitário e cuidados; custeios/manutenção do tratamento e próteses auditivas) das famílias. Cada item é cotado segundo duas subescalas: “sim”, para quando sentir necessidade que seja trabalhado ou precisar de informações sobre o tópico. E, “não”, para quando não sentir necessidade que seja trabalhado ou não precisar de informações sobre o tópico.

3. **Terceiro Encontro:** Foi realizada, em um momento anterior, a análise dos resultados do INF pelas profissionais executoras, e, no terceiro encontro foi discutido com os participantes os itens de maior e menor pontuação. Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse, o que não impossibilitava a discussão dos demais itens. Foi pactuado, também, como seria a ordem dos temas, a execução e o formato das ações. É importante pontuar que, nesse encontro, o objetivo foi despertar o sentimento de pertencimento das famílias como

parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes.

4. **Quarto Encontro:** Em alusão ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher) foi realizada a exposição “Não queremos flores, queremos respeito”. A exposição foi composta por vinte quadros confeccionados com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as mulheres. O intuito foi abordar sobre empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher. Cabe destacar, que no GAP existem mulheres que não são alfabetizadas, no entanto, as que são, auxiliaram na leitura dos quadros não sendo necessário o apoio das profissionais executoras. Esse momento foi de bastante emoção, pois expressou dentre outros sentimentos, a união e a afetividade entre as famílias do grupo.

5. **Quinto Encontro:** Foi discutida por uma assistente social convidada a Política Pública de Assistência Social. A profissional realizou um resgate histórico da referida Política a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Tal momento teve como objetivo ressaltar a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social.

6. **Sexto Encontro:** Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado. A discussão foi realizada a partir da Constituição Federal de 1988 e teve como foco as conquistas oriundas do processo constitucional na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como, o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências desses na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva.

7. **Sétimo Encontro:** Em alusão ao 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes) foi realizado o último encontro do mês sob a coordenação da assistente social. Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP e este relato teve como objetivo fortalecer o combate a esse tipo de crime, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes.

2.1.1.1 A intervenção grupal no exercício profissional da (o) Assistente Social

É oportuno iniciar ressaltando que o exercício profissional não se restringe as respostas instrumentais. A instrumentalidade no exercício profissional de acordo com Guerra (p.1, 2007) “refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica) mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”.

“[...] Diante do avanço da questão social, fruto das relações sociais contraditórias, de exploração e de dominação, ampliam-se as demandas para o Serviço Social”. Como forma de responder paliativamente a essas demandas, o “Serviço Social brasileiro adota o trabalho com grupos já em vigência, nos países da Europa e da América do Norte [...]”

(SILVEIRA, p. 10, 2016). Assim, a metodologia de intervenção grupal torna-se uma das ferramentas de instrumento técnico-operativo do Serviço Social brasileiro.

Cabe salientar que, do ponto de vista do pensamento crítico e tendo como referencial a teoria de Marx e a tradição marxista, pode-se entender o Serviço Social e sua intervenção profissional “como trabalho e o cotidiano de sua intervenção profissional como processo de trabalho” (GRANEMANN, 1999, p. 155).

Dessa forma, o exercício profissional da (o) assistente social configura um modelo de intervenção inclusa nas práticas sociais presentes na sociedade, sendo também uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do trabalho no sistema capitalista, o que torna o assistente social um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário (BATISTA, 2014).

Sendo assim, o exercício profissional é um processo inconclusivo, construído e reconstruído cotidianamente o qual responde às demandas que lhe são apresentadas segundo a conjuntura sócio-histórica (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

Por conseguinte, o exercício profissional da (o) assistente social está posto no âmbito da reprodução das relações sociais, no modo como o indivíduo apraz suas necessidades, proporcionando alterações na forma como os sujeitos vivem a realidade e o seu dia a dia (SARMENTO, 2014).

Ainda nessa perspectiva, Sarmento (2014, p. 180) apreende a intervenção do Serviço Social pela

[...] ação no cotidiano de vida dos trabalhadores e não trabalhadores, pela interferência nos modos de pensar, agir, sentir e fazer das pessoas e instituições, induzindo as posições e comportamentos teleologicamente desejados, visando à transformação do homem, de suas relações sociais e do curso dos acontecimentos.

Além de tudo isso, a prática do Serviço Social é assinalada por inúmeras dimensões que segundo Guerra (2013) possui as suas particularidades, mas que vinculadas incluem a intervenção do assistente social, sendo homogênea, mesmo na diversidade. Por conseguinte, o Serviço Social dispõe de “dimensões constitutivas tais como a dimensão interventiva, a investigativa e a formativa marcadas pela competência teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018, p. 79).

Cabe destacar que a relação da (o) assistente social com o trabalho com grupos vem transcorrendo a história do Serviço Social no Brasil, como descreve Moreira (2013, p. 11):

O trabalho com grupos é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o Serviço Social brasileiro experimentou - em especial com o Movimento de Reconceitualização - este instrumento permanece ocupando um importante lugar no arsenal técnico-operativo de seus profissionais [...]

Diante de tal realidade, o trabalho grupal no Serviço Social também passou por um processo de resignação. “Deixou de ser um “método” que colocava uma espécie de especialização, tornando o/a “assistente social de grupo”, passando a ser mais um importante instrumento no processo de intervenção profissional” (SILVEIRA, p.12, 2016).

Na década de 1990, o Serviço Social com grupos passou a ser parte constituinte da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão da (o) assistente social e dá outras providências, com o texto subsequente:

Artigo 4º Constituem competências do Assistente Social:

[...] III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...]

Assim, no mundo contemporâneo, o Serviço Social é convocado para “contribuir no enfrentamento da questão social, preparando-se para tanto. Os novos rumos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (dentre estes o trabalho com grupos) sintetizam o alinhamento da profissão com a realidade social” [...] (SILVEIRA, p.12, 2016).

A respeito desta vertente, lamamoto (1998, p. 49) assinala que:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional a nado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Destarte, o/a assistente social nivelasse as demandas postas pela realidade social agregando-se com os sujeitos (indivíduos e grupos) com os quais interage profissionalmente. (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

O que realmente é significativo ao pensar a respeito do Serviço Social com grupos é “valorizar o encontro do grupo como espaço educativo, onde os indivíduos passem a ter a oportunidade de novas experiências e novas relações em sociedade. É um espaço que envolve a resignificação dos valores e a percepção de mundo” (SILVEIRA, p.16, 2016).

Assim sendo, o trabalho social é direcionado à possibilitar que os sujeitos se identifiquem como tal, reconheçam sua identidade social e valores, construindo experiências hodiernas e refletindo sobre as vivências (SILVEIRA, 2016).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho organizou um conjunto de informações embasadas no conhecimento empírico e na intervenção profissional da assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) de crianças e adolescentes em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala no Centro SUVAG do RN, considerado como foco a importância do Serviço Social de grupo.

A intervenção do Serviço Social é marcada por diferentes abordagens, como as observadas na experiência aqui relatada, a qual combina abordagens interventivas, investigativas e formativas, que se complementam no processo de intervenção profissional da (o) assistente social.

O trabalho com grupos pode ser utilizado pela (o) profissional de Serviço Social como um instrumento de socialização de experiência e informações na luta por direitos, inclusive, com famílias que estão acompanhando parentes em tratamentos de (ha) reabilitação da audição e da fala.

As práticas grupais garantem a dialeticidade necessária à construção de conhecimento comum e útil, unindo os sujeitos através das demandas em comum.

A atuação da (o) assistente social em grupos traz a consciência de direitos e deveres e reavivam noções de cidadania e comunidade através de ações socioeducativas, levando os sujeitos imersos no tratamento de seus familiares a repensarem seu cotidiano de modo crítico, o que em grande medida retoma o protagonismo da família no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos de solidariedade entre essas unidades familiares.

Nessa perspectiva, o GAP vem apresentando como resultado das intervenções, o desenvolvimento do pensamento crítico, uma visão de cidadania com relação aos direitos e deveres, autonomia das famílias envolvidas, envolvimento das famílias participantes para com o tratamento das crianças e adolescentes em (ha) reabilitação da audição e da fala, crescimento por meio da cooperação e do apoio mútuo, e maiores informações sobre projetos, programas e serviços, especialmente voltados para a pessoa com deficiência auditiva.

Contudo, há um amplo campo de pesquisa para o aperfeiçoamento do uso de grupos no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala. Sugere-se, desse modo, que mais profissionais atuem no sentido de mensurar quantitativamente e qualitativamente as interações grupais.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação construção do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014.v. I.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo, Veras, 2000.

BONFIM, Giverson Gonçalves; TEIXEIRA, Juvanira Mendes; ALBIERO, Cleci Elisa. O Trabalho com Grupo no Serviço Social: contribuições para a intervenção profissional. **Caderno Humanidade em Perspectiva**, v.2, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/642>>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, Norma operacionaisbásica-NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso: em 02maio 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção a Saúde-PNPS/2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 7. Ed. 3ª. Disponível em:<http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso: em 02 maio 2019.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social brasileiro. In: Eduardo Mourão Vasconcelos. (Org.). **Abordagens Psicossociais: perspectivas para o Serviço Social**. São Paulo: Hucitec, 2009. v. III.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico – operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A Dimensão técnico – operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte, 2007.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: CFESS/CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço social e política social**. Módulo 02: reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 02maio 2019.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Debate contemporâneo sobre a Intervenção Profissional. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral. **Serviço Social: questão social e direitos humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. V. I.

SILVA, Simone Cerqueira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Programas de educação familiar para famílias de crianças com deficiência: uma proposta promissora. **Contextos Clínicos**, 11(1):59-71, janeiro-abril 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v11n1/v11n1a06.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho Social em grupos**. UnisulVirtual, Palhoça. 2016. Disponível em: <https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho_social_com_grupos.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando o significado do instrumental técnico- operativo na prática profissional do Serviço Social**. 1999.347 f. Tese (Doutorado em Serviço social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.1999.

CAPÍTULO 17

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Ana Margarida Barbosa Santos

Ministério Público do Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/5702017087110337>

Maria Betânia Silva Magalhães

Tribunal de Justiça do Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/7932134522317977>

RESUMO: Reflexão sobre a operacionalização integrada e articulada de espaço destinado ao atendimento inicial de adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. O Centro Integrado de Justiça Juvenil - CIJJUV, localizado em São Luís/MA atende a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como também traz prerrogativa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, com a integração de um Núcleo de Justiça Restaurativa. Buscando otimizar e qualificar o atendimento ofertado, foi instalado o Núcleo Intersetorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto para acolher o adolescente e sua família no cumprimento de medidas em meio aberto imposta e agilizar as providências necessários nas áreas da assistência social, educação e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Integrado, justiça juvenil, ato infracional.

THE INTEGRATED JUVENILE JUSTICE CENTER AS A PRIVILEGED SPACE FOR OPERATING ECA

ABSTRACT: Reflection on the integrated and articulated operationalization of space destined to the initial care of adolescents who are responsible for the infraction. The Integrated Center for Juvenile Justice - CIJJUV, located in São Luís / MA meets the determination of the Child and Adolescent Statute, as well as the prerogative of the National System of Socio-Educational Assistance, with the integration of a Restorative Justice Center. In order to optimize and qualify the service offered, the Intersectorial Center for Socio-Educational Assistance in an Open Environment was installed to welcome the adolescent and his family in compliance with measures imposed in the open environment and streamline the necessary measures in the areas of social assistance, education and health.

KEYWORDS: Integrated Center, juvenile justice, offense.

A política de atendimento ao adolescente tem por fundamento duas situações distintas, uma delas quando ele está em situação de risco social e pessoal, sem a prática de ato infracional, e a outra quando ele já o praticou. A primeira enseja ações de promoção dos seus direitos, e de proteção contra riscos, e a segunda configura-se na garantia e supressão de direitos, como o de ir e vir, muitos deles em decorrência da aplicação e do cumprimento de medidas socioeducativas.

A apuração do ato infracional tem previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, documento que aponta todos os passos a serem percorridos no procedimento socioeducativo, desde a averiguação do ato, até a aplicação da medida socioeducativa mais adequada, devendo tudo ser realizado em conformidade com as diretrizes da política de atendimento, segundo a qual, deve ser disponibilizado ao atendimento inicial, espaço para a integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, afim de que o atendimento inicial a esse adolescente seja célere.

Essa integração está assegurada no artigo 88, inciso V, do ECA, e, no caso do Maranhão, também prevista na Resolução N° 05/98 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, que orienta quanto a instalação de um Centro Integrado de atendimento ao adolescente.

Inicialmente o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator, foi instalado em bairro no centro da capital, São Luís, um espaço congregando todos os órgãos, que de acordo com a determinação estatutária deveria estar em um mesmo local para agilizar o atendimento ao adolescente. Faziam parte deste Centro Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), Núcleo de Atendimento Inicial, setor pertencente a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, 2ª Promotoria da Infância e da Juventude, 2ª Vara da Infância e Juventude e Defensoria Pública do Estado – DPE.

O referido Centro Integrado funcionou naquele local por mais de 15 anos, entretanto em razão de falta de manutenção adequada do espaço físico, da ampliação e reestruturação dos órgãos que o compunham, como também da nova dinâmica imposta ao Sistema Socioeducativo, sobretudo com o advento da Lei do SINASE (Lei 12.594/2012) os órgãos foram paulatinamente sendo retirados do local, restando, em 2016 somente DAI e Promotorias, que naquele ano já somavam 03 Promotorias de Justiça Especializadas.

Embora em curso o processo de deslocamento dos órgãos do Centro Integrado, havia um movimento dos seus membros, gestores e técnicos no sentido de fazer gestão para reestruturação de que um novo espaço.

Em abril de 2017 foi inaugurada a nova sede do Centro Integrado, já com uma nova denominação. A Lei Ordinária Estadual nº 10.579, de 10 de abril de 2017, cria o Centro Integrado de Justiça Juvenil - CIJJUV, composto pela Delegacia de Atendimento ao Adolescente Infrator (DAI), Núcleo de Atendimento Inicial da Fundação da Criança e do Adolescente (NAI-FUNAC), 39ª, 40ª e 43ª Promotorias de Justiça Especializadas, 2ª Vara da Infância e Juventude e Defensoria Pública do Estado – DPE e o Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR). De acordo com seu regimento interno, o CIJJUV destina-se exclusivamente, ao atendimento de adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional e, possui equipe interinstitucional, que atua de forma harmônica e respeitando a autonomia das atribuições de cada órgão que o compõe.

Considerando uma conquista do Socioeducação no Maranhão, o presente estudo

se constitui um esforço de apresentar os resultados alcançados após a implantação do CIJJUV, com base nos relatórios anuais de 2017 e de 2018 e dados parciais de 2019. Sendo também o objetivo documentar essa trajetória e contribuir para a qualificação dos serviços ofertados.

Ao longo de mais de dois anos foram distribuídos 3.815 procedimentos judiciais, 3.767 audiências realizadas, 86 inspeções judiciais e 78 inspeções ministeriais, 1.335 procedimentos com representação do MP, 480 audiências de apresentação no MP, 418 fragrantas analisados e 2.481 atendimentos a adolescentes e suas famílias pela DPE, 3.441 atendimentos e audiências na DAI, 1.072 adolescentes atendidos no NAI-FUNAC.

Destaca-se também a presença do NJR, cujo objetivo é ofertar práticas restaurativas em qualquer fase do processo socioeducativo, não apenas como alternativa para resolução de conflitos, mas também como possibilidade de lançar um novo olhar para a condição da vítima, conforme prevê o artigo 35 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Foi observado que no segundo ano de funcionamento houve um aumento de mais de 50% dos casos atendidos, passando de 22 para 43 em 2018, com o registro de 18 situações exitosas. Esse aumento demonstra adesão dos órgãos que compõem o CIJJUV, uma vez que não apenas o judiciário tem a prerrogativa de enviar casos, mas também os demais órgãos que o compõe.

Além disso, contabiliza-se como avanços, aspectos que vão desde a localização estratégica no centro da cidade, facilitando o acesso dos adolescentes, suas famílias e população em geral, a retomada da integração dos órgãos, o que garante celeridade no atendimento, instauração e conclusão dos procedimentos, até a implantação de audiências preliminares, que também reduziu o tempo entre apreciação dos casos e a adoção da providência mais adequada.

Recentemente como mais uma conquista do atendimento socioeducativo, foi a instalação do Núcleo Intersetorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, disciplinado pela Resolução nº 001/2019-CIJJUV, de 20/09/2019, cujo objetivo é o acolhimento de adolescente e seus familiares para cumprimento de medidas em meio aberto para agilizar o atendimento necessário nas áreas da assistência social, educação e saúde.

São inúmeros e complexos os fatores que concorrem para o envolvimento de adolescentes em atos infracionais, exigindo que o atendimento inicial do Sistema Socioeducativo seja ofertado de forma articulada, célere e integrada para responder de forma efetiva às demandas que a situação impõe.

REFERÊNCIAS

Sociedadeção: Marcos Legais e parâmetros para a gestão do sistema socioeducativo / Governo do Estado do Maranhão: Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular; Fundação da Criança e do Adolescente – São Luís – SEDHPP-FUNAC, 2018.

KSLOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família Brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994.

KONZEN, Afonso Armando. Pertinência socioeducativa: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 140 p.

MARCONI, MARINA DE Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo; Editora Atlas, 5ª Ed.: 2003.

SARAIVA, João Batista. Compêndio de Direito penal juvenil: adolescente e ato infracional. 4ª.ed. rev. Atual. Incluindo Projeto do SINASE e Lei 12.10/2009 – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. 296 p.

TEXEIRA, Gabriela Amato Cruz. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente e os instrumentos internacionais de proteção da infância: em busca de sua complementariedade. *in* <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/viewFile/347/340> > Acesso 02/07/2020.

CAPÍTULO 18

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/0857604023311350>

Carina Felix Bezerra

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3034709258349821>

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5615185091948538>

Maria Gabrielle Chaves Silva

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5462229232771583>

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/5759333270088565>

Maria de Medeiros Martins

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7414575900203779>

Marcelle Queiroz de Almeida

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7252824228983491>

Ingrid Raissa Guerra Lins

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/2108871866440010>

Eryenne Lorrayne Sayanne Silva do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/1503796894912268>

Paloma Lima dos Santos

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9525492055795883>

Rafaela Leandro Pereira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7335615300053865>

Artigo originalmente publicado nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS 2019.

RESUMO: A violência contra mulheres é uma problemática que vem sendo fortemente discutida nas últimas décadas. No Brasil, a partir da promulgação da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), esta problemática vem obtendo respostas institucionalizadas para seu enfrentamento. O presente artigo pretende analisar o impacto da promulgação desta lei na garantia de proteção às mulheres em situação de violência e se houve (ou não) uma redução no índice de violência contra mulheres no país. Para isso, foi realizada

pesquisa documental e bibliográfica, tendo como principal fonte Mapas e Atlas da violência, que apontam um retrato da violência no país.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulheres; Patriarcado; Lei Maria da Penha; Feminicídio.

VIOLENCE AND MARIA DA PENHA LAW: THE PERMANENCE OF THE PAIN

ABSTRACT: Violence against women is a problem that has been strongly discussed in recent decades. In Brazil, since the enactment of Law 11.340/06 (Maria da Penha Law), this problem has been getting institutionalized responses to its confrontation. This article intends to analyze the impact of the enactment of this law in guaranteeing protection for women in situations of violence and if there was (or not) a reduction in the rate of violence against women in the country. For this, documentary and bibliographic research was carried out, having as main source Maps and Atlas of violence, which point to a portrait of violence in the country.

KEYWORDS: Violence against women; Patriarchy; Maria da Penha Law; Femicide.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da violência contra mulheres (VCM) vem ganhando grande visibilidade nos últimos anos. Ainda que essa não seja uma problemática presente apenas no contexto brasileiro, se analisados os dados internacionais, o Brasil aparece como um dos países com a maior taxa de feminicídio¹ do mundo². Além disso, a relevância do estudo também se fortalece considerando a conjuntura atual de aprofundamento do conservadorismo, que reedita aspectos excludentes baseados em padrões de gênero, raça e classe. Estas informações evidenciam a amplitude da problemática no país e apontam uma tendência de crescimento dos registros deste tipo de violência³.

A VCM, de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) — conhecida como Convenção de Belém do Pará — é entendida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º). Ainda que a morte violenta de homens tenha expressividade em números (ATLAS, 2018; 2019) é imprescindível analisar o contexto que diferencia o entorno da morte de homens e de mulheres. Esta diferenciação, que será apresentada a seguir, torna-se evidente quando analisados quem são os agentes que praticam a violência e o ambiente em que esta ocorre.

Pouco a pouco, a politização desta problemática vem contribuindo para o afastamento da ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e abrindo caminho,

1 A tipificação do crime “feminicídio” passa a ser considerada a partir da promulgação da lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Esta lei prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol de crimes hediondos.

2 De acordo com o Mapa da Violência (2012) o Brasil ocupava, entre os 84 países pesquisados, o 7º lugar em homicídio de mulheres. O Mapa da Violência (2015) mostra o Brasil, em comparação a 83 países, ocupando a 5ª posição.

3 É importante apontar que o aumento dos registros pertinentes às políticas públicas ainda pode não refletir a realidade, já que um aspecto fortemente presente nos registros é a subnotificação dos casos.

cada vez mais efetivo, para a compreensão de que “o pessoal é político”. Esse movimento que transgride a compreensão social das expectativas de gênero, construídas a partir da estrutura patriarcal da sociedade brasileira, ocorre mais fortemente na contemporaneidade. Deste modo, no Brasil, como em diversas partes do mundo, vem sendo percorrido um trajeto significativo⁴ na construção de uma nova compreensão sobre o tema e criação de serviços que tenham como objetivo a prevenção e o combate a este tipo de violência.

Nesta seara, dentre as leis direcionadas à proteção da mulher em situação de violência, a considerada mais sofisticada foi promulgada apenas em 2006: a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). Esta lei, promulgada em um contexto de reconhecimento internacional da problemática da VCM, representa um grande passo para o rompimento da arcaica compreensão dos papéis de gênero. Contudo, estudos recentes (CAMPOS, 2017) apontam para a necessidade de um olhar atento às potencialidades mas também aos limites desta lei no enfrentamento à VCM.

Tendo como ponto de partida os avanços normativos conquistados a partir de 2006, em especial a LMP, pretendemos neste estudo analisar o comportamento dos índices referentes ao registro de violências tipificadas na LMP. Esta análise tem como objetivo refletir sobre impacto da LMP na garantia de proteção à mulheres em situação de violência e se ela vem contribuindo (ou não) para o enfrentamento da VCM.

Para isto serão analisados: Mapa da Violência (2012) — Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil; Mapa da Violência (2015): Homicídio de Mulheres no Brasil; Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil (2018); Atlas da Violência (2018; 2019).

2 | A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL E OS MARCOS LEGAIS

A VCM é uma violação total dos direitos humanos, já que afeta as vítimas no sentido físico, emocional e subjetivo, tornando-se um ato eficiente de coerção das mulheres, independentemente de quem é o agressor e de onde a violência é praticada. Ou seja, a mulher está exposta a violência a todo momento, não estando as situações de violência necessariamente ligadas ao ambiente doméstico — mesmo que esse seja um lugar de grande ocorrência de violência, praticada, principalmente, por cônjuges, ex-cônjuges, pais ou irmãos. A máquina do patriarcado⁵ (SAFFIOTI, 2004, p. 101-102), opera com tanta precisão que é capaz até mesmo, de se reproduzir a partir de mulheres,

Como bem mostra Zhang Yimou, no filme *Lanternas vermelhas*, nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a *máquina do patriarcado*,

4 É importante considerar o trajeto percorrido e as conquistas nesse campo. No entanto, é necessário observar que apenas a emancipação política ainda não nos possibilitou superar os tipos de violência a que continuamos expostas a cada dia.

5 O termo patriarcado “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)” (DELPHY, 2009). Ou seja, dentro da lógica patriarcal, o poder está nas mãos dos pais, dos homens. Esta é uma categoria de extrema importância para compreender a situação da mulher na sociedade, no entanto, não será aprofundado no presente estudo devido ao tamanho reduzido do mesmo.

levando à força a terceira esposa, pela transgressão cometida contra a ordem patriarcal de gênero.

[...] Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres.

[...] Durante toda a película, não se vê o rosto deste homem, revelando este fato que Zhang Yimou captou corretamente esta estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder.

A dinâmica de controle e medo exercida sobre as mulheres se expressa em diversos tipos de violência – que serão caracterizados mais a frente – utilizados como forma de controle sobre a vida e os corpos das mulheres. E, para dar conta dessa dimensão, é necessário que estejamos atentas para a totalidade dessa problemática, tendo o cuidado de não fragmentar as análises de uma violência interpessoal ou estrutural (CISNE; SANTOS, 2018), já que ambas as situações se desenrolam tendo o patriarcado como sistema que as produz.

A nível mundial, diversos tratados internacionais contribuíram para a visibilidade desta problemática. Um deles foi a CEDAW (1979), mais conhecida como Convenção da Mulher. A CEDAW, foi baseada na Carta das Nações Unidas⁶ e na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁷ e foi o primeiro Tratado Internacional que dispunha sobre os Direitos Humanos das Mulheres, dividindo-se em duas frentes: promoção do direito das mulheres na busca pela igualdade entre os sexos; e repressão das discriminações contra as mulheres nos Estado-parte.

O Brasil passou a ser um Estado-parte em 1984, por meio do Decreto nº 89.460. No entanto, as iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, desde então, vem caminhando a passos lentos no que diz respeito a superação da desigualdade de gênero. Nesse percurso, foram promulgadas leis como: Lei nº 10.224/01⁸; Lei nº 10.778/03⁹; e Lei nº 10.886/04¹⁰. Mesmo com reconhecida importância, essas leis ainda não abordavam a VCM a partir de sua complexidade, atualmente reconhecida.

Em 2006, a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) “foi promulgada num ambiente internacional de reconhecimento de que as violências vividas pelas mulheres em seus lares e em suas relações de intimidade eram violação de Direitos Humanos, portanto diziam respeito aos Estados” (SILVEIRA; NARDI, 2013, p. 100).

Anteriormente a Lei Maria da Penha¹¹ não havia a prisão do agressor. Na verdade

6 Assinada em 1945, estabelece direitos iguais para homens e mulheres.

7 Assinada em 1948, afirma que todos os direitos e liberdades devem ser aplicados de forma igualitária entre homens e mulheres, sem distinção.

8 Que dispunha sobre o crime de assédio sexual e define-o como: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” e estabelecendo como pena, detenção de 1 a 2 anos (BRASIL, 2001).

9 “Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados” (BRASIL, 2003).

10 A lei cria um novo tipo de crime, denominado “violência doméstica” (BRASIL, 2004).

11 Esta Lei leva o nome de Maria da Penha, uma biofarmacêutica que foi vítima de diversas agressões, inclusive três

existiam penas alternativas, como prestação de serviço comunitário ou pagamento de cestas básicas, o que acabava por “banalizar” a questão da violência contra mulheres e não contribuir diretamente para que a problemática fosse superada.

A LMP estabelece cinco tipos de violência, sendo eles: moral, física, psicológica, patrimonial e sexual. Entre os tipos de violência, também pode ser apontada a violência obstétrica que está diretamente vinculada à concepção da mulher como coisa e não como ser humano. Segundo Colette Guillaumin, a partir do que ela define como “relações de sexagem”¹², a violência praticada contra a mulher é uma forma de prolongamento da escravidão e servidão, já que as mulheres são apropriadas — no que diz respeito à totalidade de sua vida — e resumidas ao sexo.

[...] esse tipo de violência atravessa as paredes de hospitais e maternidades. Ela pode ocorrer no seio da família ou em qualquer espaço público. Uma das manifestações comuns desse tipo de violência é a cobrança da amamentação, ainda que a mulher esteja com seios feridos, pois, na concepção patriarcal de maternidade, cabe à mãe, qualquer sacrifício em nome das(os) suas(seus) filhas(os). Da mesma forma, é considerada violência obstétrica quando a mulher é impedida de amamentar ou mesmo quando se dificulta o aleitamento materno (CISNE; SANTOS, 2018, p. 73).

A LMP também prevê mecanismos para prevenção à violência, para prestação de assistência às vítimas, para a criação de políticas públicas e punição mais rigorosa para os agressores, se propondo a ser um dispositivo “para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras providências” (CZAPSKI, 2012, p. 324). Dispõe também sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, configurando como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação que cause lesão, sofrimento, seja ele físico, sexual ou mental, dano moral ou morte baseada no gênero (BRASIL, 2006).

Além das leis supracitadas, podem ser apresentadas também a Lei nº 12.015/09, que dispõe sobre crimes contra a dignidade sexual: a partir desta lei, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor passam a também considerados crime de estupro; o decreto nº 7.393 que dispõe sobre a implantação de uma central de atendimento 24hrs para que as mulheres recebam orientações e denunciem situações de violência; a Lei do Feminicídio, nº 13.104/15, adicionando o homicídio de mulheres no rol de crimes hediondos.

No entanto, mesmo com o passar dos anos e com as leis promulgadas, essa realidade segue sem grandes modificações. Da mesma forma, também não há grandes alterações no que tange a punição dada aos agressores, que muitas vezes, são tratados tentativas de homicídio por parte de seu companheiro, sendo que uma das tentativas a deixou parálitica, quando este, enquanto ela dormia, efetuou contra ela disparos de arma de fogo. Maria da Penha foi vítima de agressão por seis anos. O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a República federativa do Brasil foi responsabilizada por negligência e omissão em relação à violência doméstica, resultando também em uma recomendação para que o Brasil efetuassem uma profunda reforma legislativa no sentido de promover um combate efetivo à violência doméstica praticada contra a mulher.

12 Colette Guillaumin (1978) cria o termo ‘sexage’ em analogia aos termos ‘servage’ e ‘esclavage’, que significam respectivamente servidão e escravidão, para designar o estado de *coisa* – que na ordem patriarcal se aplica às mulheres – como aconteciam nas relações de servidão e escravidão.

como pessoas que possuem algum tipo de transtorno mental quando, na verdade, são homens perfeitamente inseridos em uma sociedade que os ensina, desde cedo, a enxergar as mulheres a partir da ótica da inferioridade, como será exposto no ponto a seguir considerando os dados da VCM no país.

3 I CARACTERIZAÇÃO DA VCM NO BRASIL

Com o objetivo de dar alguma dimensão do quão banalizada é essa questão¹³ foi realizada uma pesquisa documental de dados antigos e recentes referentes ao quantitativo de agressões físicas, estupros e feminicídios praticados no país, a partir de Mapas da Violência (2012 e 2015), Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil (2018) e Atlas da Violência (2018 e 2019).

O Mapa da Violência (2012) apresenta um dado muito importante no que tange ao entendimento do cenário brasileiro da VCM ao longo do período que abrange desde a década de 1980 até o ano 2010. Neste período — 30 anos — são registrados 92 mil homicídios de mulheres no país, onde a taxa, neste período, cresceu 230%, quase quadruplicando o número de mulheres vítimas de feminicídio no país.

Nota-se nos dados apresentados pelo Mapa da Violência (2012), que com a promulgação da lei Maria da Penha há um decréscimo no número de homicídios de mulheres apenas no ano seguinte a promulgação da lei — cai de 4,2% em 2005 para 3,9% em 2007, e volta a 4,2% em 2008¹⁴ — e que este número volta a subir nos próximos anos.

Analisando a idade das vítimas, também a partir do Mapa da Violência (2012), utilizando o período 2000-2010 pode-se perceber que a faixa etária com maiores índices de vitimização de mulheres é a compreendida entre 20 e 29 anos, e também que o aumento dos números de casos de violência começam a acontecer a partir dos 15 anos, bem como, que o índice de VCM passa a cair nas idades a partir de 30 anos.

A VCM, sendo determinação reproduzida estruturalmente, não se limita a sua prática apenas às residências das vítimas, embora seja um lugar comum de ocorrência, tendo como principais agentes parentes próximos, companheiros ou ex-companheiros. Um lugar supostamente seguro é muitas vezes, “lócus privilegiado da violência contra a mulher” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

O Mapa da Violência (2012, p. 21) aponta como local com maior número de notificação de violência a Residência¹⁵, com 43.747 notificações de casos de violência contra mulheres – crianças, adultas e idosas. Os casos de feminicídio praticados dentro da

13 Banalização da questão no sentido de que, ainda que existam estratégias de enfrentamento à violação dos direitos das mulheres, os números, entre alguns anos, apontam um aumento dos casos de violência. Devemos nos atentar também para o fato da subnotificação dos casos de violência, que marca, ainda nos dias atuais, o enfrentamento a essa problemática.

14 Números e taxas em 100 mil mulheres.

15 A via pública figura entre os locais com maior registro de VCM no país, segundo o Mapa da Violência 2012. No entanto, a residência ainda ocupa um grande protagonismo no que tange ao local de prática da violência.

residência das vítimas são caracterizados como “feminicídio íntimo”¹⁶ desde a promulgação da lei do feminicídio.

Vemos que em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência [...]. Esse dado, 71,8% dos incidentes acontecendo na própria residência da vítima, permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência vividas pelas mulheres.

Outro fator importante na compreensão da motivação da violência contra a mulher é a relação que a vítima tem com o agressor. Segundo o Mapa da Violência (2012), considerando todas as faixas etárias, os pais, parceiros e ex-parceiros aparecem como principais agressores, com taxas de 19,8% e 43,4%, respectivamente.

No Mapa da Violência (2015), a partir de dados referentes ao ano de 2014, estão apontados como principais agressores os pais — como principais agressores na fase de <1 a 11 anos de idade —, parceiros ou ex-parceiros — na fase que compreende dos 12 aos 59 anos — e irmãos. Percebemos, portanto, que a vitimização de mulheres, considerando toda a sua vida, parte principalmente de parentes próximos, ratificando o caráter de ‘domicialização’ da VCM.

O Atlas da Violência (2019) apresenta um dado importante no que tange à ‘domicialização’ da VCM no Brasil e o uso de armas de fogo na prática desses crimes. Segundo o Atlas, entre 2012 e 2017, nota-se que, na contrapartida da diminuição de casos de feminicídio fora da residência (diminuiu 3,3% no período), a taxa de feminicídios ocorridos dentro da residência da vítima, com o uso de arma de fogo, teve um crescimento acentuado nos últimos 10 anos, cresceu 29,8%.

Considerando a atual conjuntura social e política do país, esse é mais um dado preocupante, tendo em vista os desafios na implementação de políticas públicas para mulheres e a possibilidade de flexibilização da posse e porte de armas de fogo em curso no Brasil, que tende a contribuir com o aumento dos casos de feminicídio.

Um outro ponto de grande importância na análise dos números da VCM no Brasil é compreender como essa violência atinge as mulheres diferentemente de acordo com a etnia. Faz-se necessário analisar os dados considerando o recorte de raça/etnia, já que desde a colonização, as mulheres negras — e indígenas — sofrem as marcas de dominação e exploração que seguem sendo diferenciadas de mulheres brancas.

Como aponta o Atlas da Violência (2018):

Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negra (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

16 Que decorrem de violência doméstica.

No período de 2006 a 2016 houve um crescimento significativo na taxa de homicídio de mulheres negras em vinte Estados, tendo ocorrido em algum deles um crescimento ainda superior a 50%. Na vigência da Lei Maria da Penha a taxa de homicídio de mulheres brancas cai, em contrapartida a taxa de feminicídio entre negras cresce exponencialmente.

Segundo o Mapa da Violência (2015), no ano 2013 enquanto a taxa de feminicídio de mulheres brancas era de 3,2¹⁷ a taxa de feminicídio de mulheres negras chegava a 5,4, quase o dobro.

Segundo o Panorama da Violência Contra as mulheres no Brasil (nº 2, 2018), esse índice continua crescendo nos anos seguintes, verificando-se que “a violência letal ainda atinge de forma diferente as mulheres a depender de sua raça, uma vez que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas em 2015 foi de 3,0, a mesma taxa entre as mulheres pretas e pardas foi de 5,2”.

Segundo o Atlas da Violência (2019), enquanto a taxa de feminicídio de mulheres não negras teve o crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, no mesmo período a taxa de feminicídio de mulheres negras cresceu 29,9%. A desigualdade racial pode ser percebida de forma ainda mais absoluta quando verifica-se a proporção de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio no país: do total de mulheres assassinadas no país em 2017, 66% eram negras.

Quanto ao tipo de violência, percebe-se segundo dados do Mapa da violência (2015), que a violência física é a mais frequentemente praticada contra mulheres, sendo motivo de 48,7% dos atendimentos em 2014. Em segundo lugar está a violência psicológica, causa de 23% dos atendimentos. Em terceiro lugar, a violência sexual foi, em 2014, causa de 11,9% dos atendimentos pelos SUS, segundo os registros do SINAN.

De acordo com o Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil (2018), após um balanço dos atendimentos realizados pelo Ligue 180 em 2015 foram constatados

749.024 atendimentos em 2015, em comparação a 485.105 atendimentos realizados em 2014. Dentre os atendimentos realizados em 2015, cerca de 10% (76,651) se referiram a relatos de violência contra as mulheres. Destes relatos de violência, 50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas.

É importante salientar que as violências cometidas contra mulheres possuem um alto índice de reincidências, como aponta o Mapa da Violência (2015) a partir de dados recolhidos no SINAN, onde constam que as reincidências ocorrem em quase metade dos atendimentos (49,2%) femininos por motivo de violência. Ou seja, a violência contra a mulher é mais repetitiva — independentemente da idade, no entanto, tem um percentual maior de reincidência entre adultas (54,1%) e idosas (60,4%) — fato este que deveria ter gerado mecanismos e estratégias de prevenção, para além de

¹⁷ Taxa de homicídio por 100 mil.

mecanismos de punição de agressores.

4 | CONCLUSÃO

O presente estudo propõe uma reflexão crítica acerca da [des]proteção da mulher na sociedade brasileira e de como as velhas práticas de subalternização do corpo e da vida da mulher continuam sendo reproduzidas cotidianamente, haja vista as crescentes taxas de violação dos direitos das mulheres mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha.

Os dados apresentados no estudo, mostram um aumento das taxas de feminicídio na última década, levando a análise de que apesar de existirem mecanismos de enfrentamento a violência, estes ainda não são suficientemente eficazes na proteção integral das mulheres, não garantindo o fim dessa problemática, que continua produzindo vítimas constantemente.

Outra informação de grande importância presente nos dados é o crescente índice de feminicídio cometido com o uso de armas de fogo. Considerando que até o momento —, havendo legalmente limites na concessão do porte e a posse da arma — os índices continuam crescentes, causa grande preocupação o atual debate em curso acerca da flexibilização da posse e do porte de armas de fogo no país.

Levando em conta os altos índices de VCM que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais indivíduos tenham acesso a arma de fogo dentro da residência tende a aumentar ainda mais o risco à vida das mulheres, principalmente, as mulheres negras, que seguem sendo marcadas pela herança da colonização e escravidão no país.

Diante deste cenário pode-se questionar se apenas a promulgação de leis é suficiente na busca pela igualdade entre homens e mulheres, considerando as bases — capitalista, racista e patriarcal — nas quais se estrutura a sociedade brasileira.

Compreende-se que o enfrentamento efetivo da VCM deve estar atento às determinações sociais que produzem e reproduzem a diferenciação entre os sexos, tendo o cuidado de não enxergar um fenômeno tão complexo, apenas a partir de sua aparência e contribuindo para formas efetivas de enfrentamento a esta expressão da questão social.

Entender o percurso da construção da desigualdade nos possibilita também entender o caminho contrário, de desconstrução. Ou seja, da mesma forma que a desigualdade é construída socialmente, ela é passível de desconstrução, de superação. Esse é um longo caminho. Que deve ser percorrido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. (s.d.). Lei nº 11.340, 7 de Agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, Fev/Mar, 2017.

CISNE, M., & SANTOS, S. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2018.

CURIEL, O. ; FALQUET, J. Introdução. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 7-26.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher**, “Convenção de Belém do Pará”. Belém, Pará, Brasil. 9 de junho de 1994.

DELPHY, C. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena (Org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

CZAPSKI, A. R. O Assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. **Travessias**, 315-316. 2012.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 08 jun. 2019.

LESSA, S. **Abaixo à família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

ONU Mulheres. (Out de 2011). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: CEPIA. Fonte: Site da ONU Mulheres: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf

SAFFIOTI, H. (2004). Não há revolução sem teoria. Em *Gênero, patriarcado, violência* (pp. 95-140). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. - N. 2 (2018) - . Brasília. Acesso em 2018, disponível em <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>

SILVEIRA, R. D., & NARDI, H. C. Violência doméstica contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: uma discussão que exige reflexão e formação permanentes. Em H.

C. NARDI, R. d. SILVEIRA, & P. S. MACHADO, **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas** (p. 207). Porto Alegre: Sulina. 2013.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar**: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Waiselfisz, J. J. **Mapa da violência 2012 - Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília. 2012. Acesso em 01 de 10 de 2018, disponível em www.mapadaviolencia.org.br

Waiselfisz, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, Brasil. 2015. Acesso em 01 de 10 de 2018, disponível em www.mapadaviolencia.org.br

Data de aceite: 01/03/2021

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

RESUMO: A elaboração deste trabalho tem como objetivo abordar a violência de gênero e sua fase mais brutal que é o feminicídio. Fazer um levantamento sobre essa realidade social no Brasil, com recortes no estado do Pará, aonde esses números vêm se elevando. Procura analisar o papel das políticas públicas no combate à violência doméstica e ao feminicídio, e pensar estratégias de enfrentamento e prevenção desta problemática, pois os dados apresentados mostram que a violência de gênero permanece presente na realidade brasileira, e que, só vêm aumentando a cada ano vitimando mais mulheres, principalmente as negras que representam as minorias sociais. Também reflete a atuação do serviço social junto aos usuários deste serviço que procuram por atendimento, seus encaminhamentos, sua articulação com outras políticas públicas, e como essa intervenção se efetiva ao atuar como um mediador no acesso às políticas públicas de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero; Feminicídio; Políticas públicas; Serviço Social.

FEMINICIDE IN THE STATE OF PARÁ AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The elaboration of this work aims to address gender violence and its most brutal

phase, which is femicide. Make a survey on this social reality in Brazil, with clippings in the state of Pará, where these numbers have been rising. It seeks to analyze the role of public policies in combating domestic violence and femicide, and to think about strategies to face and prevent this problem, since the data presented show that gender violence remains present in the Brazilian reality, and that, they are only increasing with each passing day. year victimizing more women, especially black women who represent social minorities. It also reflects the performance of social services with users of this service who seek care, their referrals, their articulation with other public policies, and how this intervention is effective in acting as a mediator in accessing public security policies.

KEYWORDS: Gender violence; Femicide; Public policy; Social service.

1 | INTRODUÇÃO

Para desenvolvimento deste artigo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de livros, periódicos e artigos científicos. A fim de trazer os principais conceitos e posicionamentos acerca da temática em questão, que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material que já é elaborado, constituindo, principalmente, de livros e artigos científicos”.

O método de análise se deu pela pesquisa qualitativa, o qual proporcionará a formulação das reflexões sobre o estudo,

através dos significados e dos aspectos subjetivos presentes nesta realidade, uma vez que esta responde “a questões muito particulares. Ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p. 21).

Utilizou-se como forma de compreender a realidade o método dialético, por enxergar a realidade além de sua aparência, buscando sua essência, e, portanto considerando a subjetividade do ser humano.

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticos, econômicas, históricos e culturais. (GIL, 2008, p. 33).

O feminicídio é um problema universal, e que vem crescendo em números alarmantes em nosso país independente de classe social. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o Brasil já tem a quinta maior taxa de feminicídios entre 84 nações pesquisadas. E, que mesmo possuindo diversas políticas de proteção à mulher – como a Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006 – o País ainda convive com a rotina de uma mulher morta a cada duas horas. Porém, o que se constata é que estes crimes vêm sendo praticados em maior escala com as mulheres negras, ou seja, contra um grupo que faz parte de uma minoria social estigmatizada, discriminada e automaticamente tratada de forma desigual. Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875.

Apesar, de algumas conquistas efetivadas no Brasil acerca dessa problemática, como é o caso em 2006, da Lei Maria da Penha – considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2012, como a terceira melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica, ficando atrás apenas de Espanha e Chile - e da Lei do Feminicídio desde 2015, observa-se que ainda está muito longe de se ter atingido uma solução para esta questão.

2 | A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER QUE LEVA AO FEMINICÍDIO

Desde os primórdios da humanidade, a violência já estava presente das mais variadas formas na vida das pessoas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Izabel Solyszko, pós-doutora em gênero e desenvolvimento pela Universidad de Los Andes, em Bogotá, comenta que “O feminicídio ocorre na cotidianidade de uma sociedade patriarcal onde as mulheres são castigadas por meio da morte quando não cumprem com os papéis de gênero historicamente outorgados”. Constatando-se, que a violência doméstica contra a mulher em último grau resulta no feminicídio.

Segundo Faleiros (2007) a violência se dá num processo de dominação:

"A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e de agressões, faz do dominado um objeto para os seus ganhos". (FALEIROS, 2007, p. 29-30)

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006), descreve bem como se configura a violência doméstica contra a mulher em seu Art. 5º.

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (BRASIL, 2006)

Santi (2010) corrobora dizendo que, "tal violência ocorre em várias esferas da vida e se manifesta sob formas e circunstâncias distintas". Este tipo de violência, comumente praticado no ambiente doméstico nem sempre é visível, o que torna ainda mais fácil sua prática, e a vítima coagida deixa de denunciar, perpetuando assim o ciclo de violência.

3 | HOMICÍDIO DE MULHERES NO ESTADO DO PARÁ

A cada ano no Brasil o assassinato de mulheres vem aumentando. De acordo com pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Atlas da Violência a taxa é de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, ou seja, somente em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país. Como forma de combater esses crimes e punir os agressores de forma mais veemente, foi criada em 2015 a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), onde o feminicídio é classificado como crime hediondo.

No estado do Pará esses números só vêm se elevando, e nos leva a constatar que as leis e as políticas públicas não estão sendo suficientes para evitar esses crimes. Nos dados do IPEA, os casos de feminicídio no Pará aumentaram, conforme comparação entre os anos de 2017 e 2018. Observa-se uma disparidade nas taxas quando se coloca o critério de mulheres negras e mulheres não negras, onde quando se trata de mulheres não negras o índice é de 5% e de 95% quando se trata de mulheres negras, resultando num crime com dupla motivação: por ser mulher e por ser negra. O que nos leva a constatar que essas mulheres estão ainda mais vulneráveis dentro de uma sociedade machista e racista.

Os gráficos abaixo trazem um panorama dos casos de feminicídio no Pará.

3.1 Registros de Casos de Femicídio no Pará

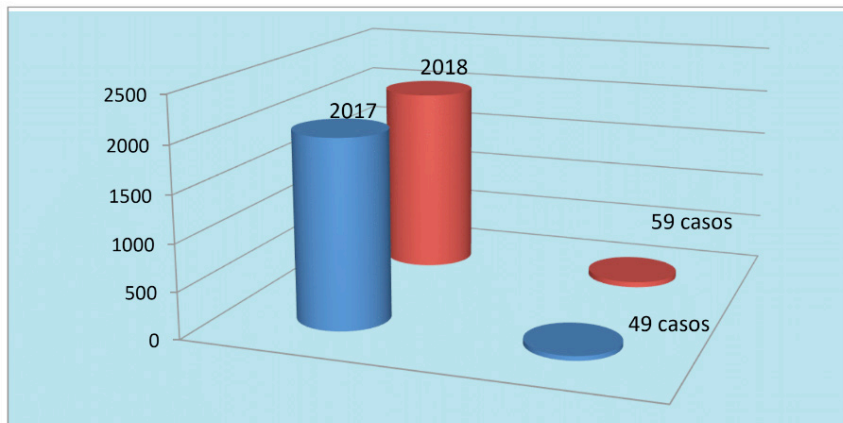


Gráfico 01: Femicídio no Pará 2017-2018

Fonte: IPEA (2018)

3.2 Taxa de homicídios de mulheres em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

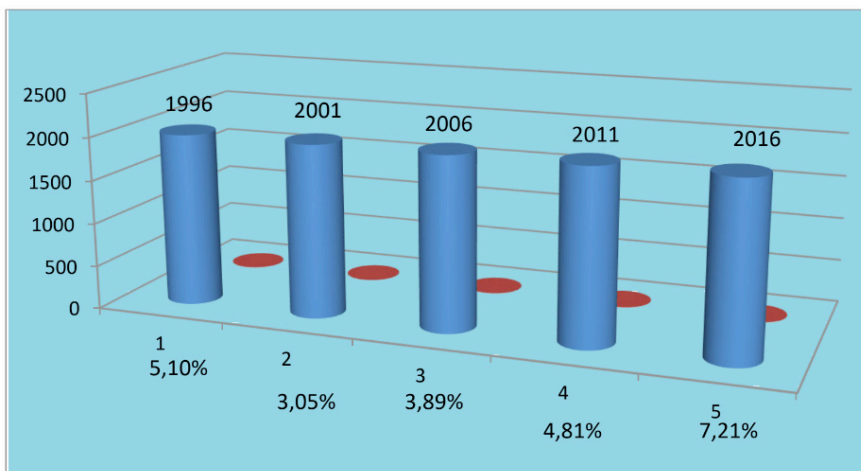


Gráfico 02: Homicídio de mulheres no Pará em 20anos

Fonte: IPEA (2018)

3.3 Taxa homicídios de mulheres negras em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

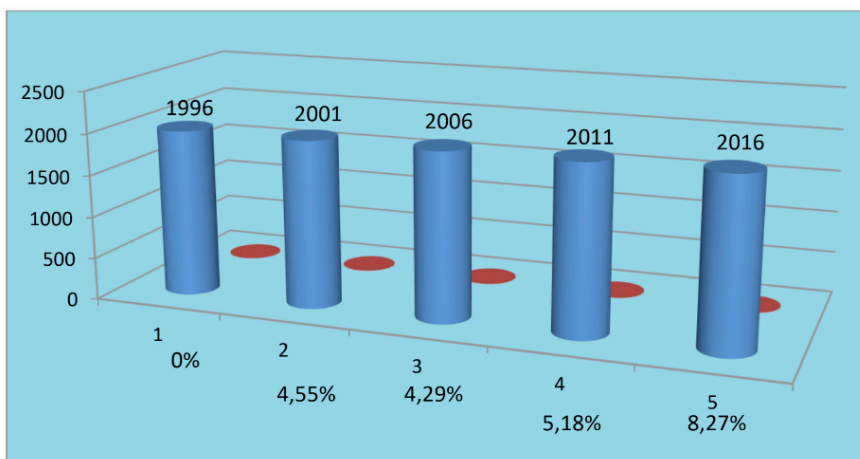


Gráfico 03: Homicídio de mulheres negras no Pará em 20anos

Fonte: IPEA (2018)

3.4 Taxa homicídios de mulheres não negras em 20 anos no Pará por 100 mil habitantes

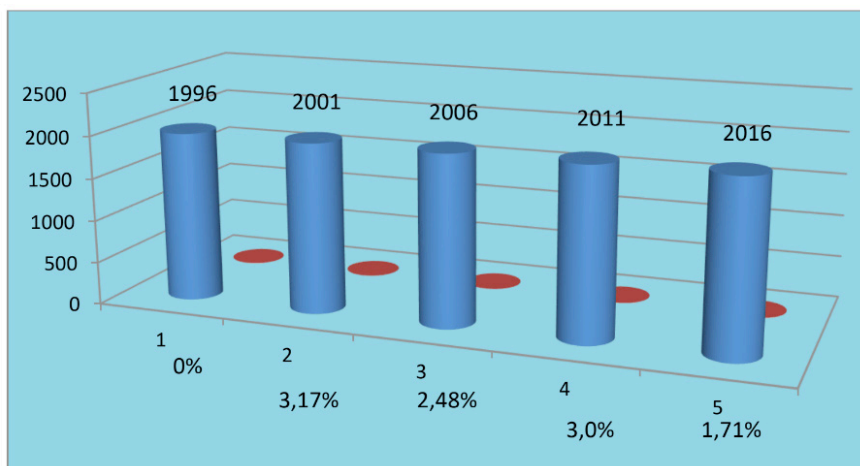


Gráfico 04: Homicídio de mulheres não negras no Pará em 20 anos

Fonte: IPEA (2018)

3.5 Crescimento de homicídios de mulheres a cada 05 anos no Pará

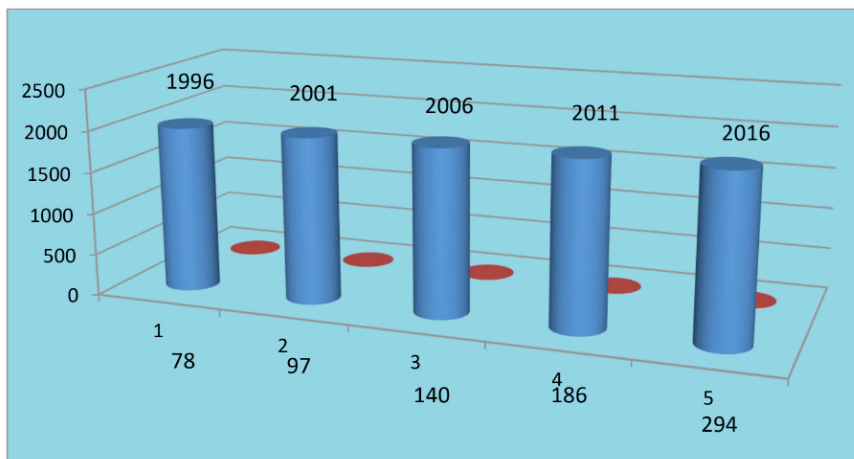


Gráfico 05: Crescimento de homicídio de mulheres a cada 05 anos no Pará

Fonte: IPEA (2018)

3.6 Crescimento de homicídios de mulheres negras a cada 05 anos no Pará.

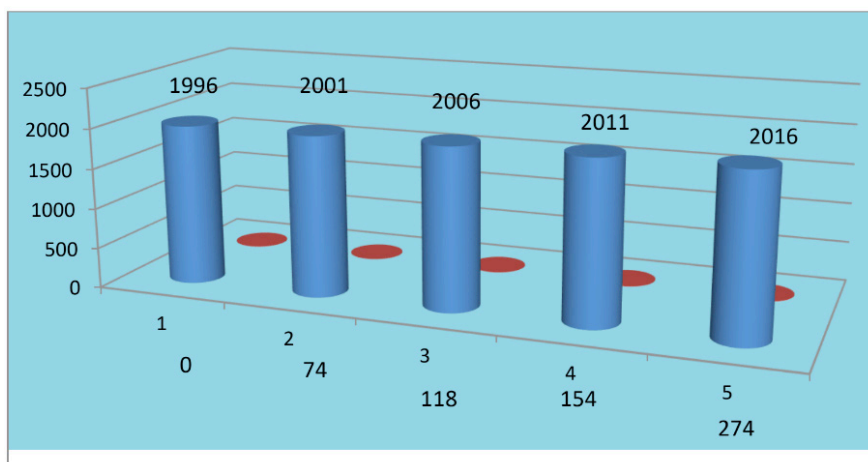


Gráfico 06: Crescimento de homicídio de mulheres negras a cada 05 anos no Pará

Fonte: IPEA (2018)

3.7 Crescimento de homicídios de mulheres não negras a cada 05 anos no Pará

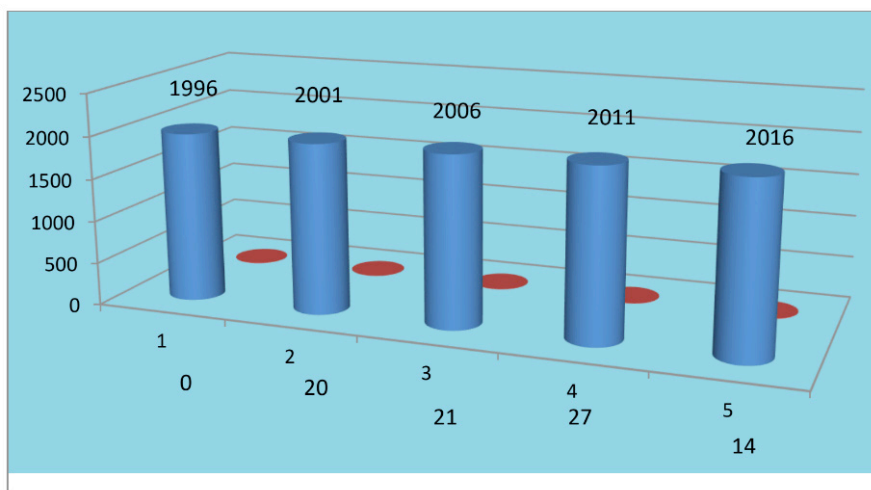


Gráfico 07: Crescimento de homicídios de mulheres não negras a cada 05 anos

Fonte: IPEA (2018)

4 | ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

De acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Pará (SEPLAN) o estado conta com 17 DEAMS (Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher), porém este número ainda é pequeno para um estado de dimensão continental com 144 municípios, que possui uma distância geográfica imensa, onde rios são ruas, onde há uma predominância de matas e florestas e locais de difícil acesso, podendo levar até dias para se chegar. Muitas mulheres vítimas de violência que moram em regiões mais distantes desistem de denunciar pelas dificuldades de deslocamento, e falta uma capacitação maior dos policiais onde não existe DEAMs, para que essas vítimas possam ser acolhidas, ouvidas e orientadas.

Mas há de se reconhecer que as delegacias especializadas possibilitaram essas denúncias, como destaca a delegada da Polícia Civil Ana Paula Fernandes, “quando as mulheres têm uma delegacia em que podem ser atendidas por meio de profissionais especializados, o Estado garante seus direitos, fortalece as políticas públicas e as encoraja a denunciar”. As DEAMs têm atuado cada vez mais no enfrentamento à violência contra a mulher, dados da Polícia Civil do Pará informam que, em 2017, essas unidades especializadas foram responsáveis por 1.821 procedimentos policiais relacionados à violência doméstica e familiar, como prisões em flagrante, inquéritos instaurados para apurar os crimes e Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs). Foram presos em flagrante 154 autores de violência doméstica contra a mulher. Todos os procedimentos

efetuados nas delegacias seguiram para a Justiça, para dar continuidade aos processos.

Todas essas estratégias de enfrentamento são válidas e necessárias, porém sabemos não serem suficientes. Para que esse combate seja mais eficaz o Estado precisa intensificá-lo em parceria com as outras políticas públicas, principalmente com as de Educação e saúde. Essa conscientização precisa ser incutida nas escolas desde os anos iniciais, e também que façam parte dessa comunidade escolar não apenas docentes e discentes como também os familiares destes alunos, pois todos podem ser multiplicadores. Na saúde os profissionais devem ser capacitados a identificar os casos das múltiplas violências, como também comprometidos a notificar esses casos. Inácio (2003), assinala a importância de se trabalhar essa reflexão, para a desconstrução desses paradigmas na busca da igualdade feminina no interior das relações trabalhadas.

O trabalho de sensibilizar para conscientizar, também deve ser adotado como estratégia de enfrentamento. Em alguns estados esse trabalho foi nomeado de grupos reflexivos e se dá por meio de ONGs com iniciativas voluntárias e em outros a própria Vara da Mulher implantou essa metodologia de forma obrigatória, fazendo parte da sentença para que ela possa ser cumprida, como no estado do Maranhão na cidade de São Luís onde foi instituído pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Estes grupos desenvolvem atividades de reflexão no plano psicológico e de comportamento, e são compostos por equipe multidisciplinar, compostas por psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais. Rosária Duarte, juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís destaca que “essa iniciativa é uma ferramenta importante para que os acusados de violência doméstica possam fazer uma reflexão sobre os atos que cometeram, entendam o motivo pelo qual foram condenados judicialmente e não voltem a praticar violência”.

Quem também confirma esses dados e avalia de forma positiva, é o psicólogo Raimundo Ferreira, coordenador deste grupo de reflexão, ele explica que “essa ferramenta é utilizada mundialmente e, conforme dados da ONU (Organização das Nações Unidas), o índice de reincidência dos homens que participaram das atividades é de 0 a 4 pontos percentuais. Em São Luís, nenhum dos 300 participantes reincidiu”.

A violência doméstica e familiar se encontra no machismo, que é cultural, e portanto, foi construído e está enraizado em nosso país, precisa ser trabalhado de forma inversa, ou seja, na perspectiva de desconstrução, trabalhando a igualdade de gêneros e não uma disputa entre eles, e desta forma exterminar o machismo, tanto de homens como também das próprias mulheres.

A Espanha ultrapassou o Brasil na sua lei de proteção às mulheres, porque buscou estabelecer mecanismos de formação humana integrados, através do sistema de educação nas escolas, com inserção de matérias desde o ensino fundamental até o universitário, dentre eles estão o respeito aos direitos, liberdades e igualdades entre homens e mulheres, bem como da tolerância ao exercício e liberdade dentro dos princípios democráticos de

convivência. Se eles conseguiram o Brasil também consegue, basta começar.

No Pará, de acordo com dados do Tribunal de justiça do Pará (TJEPA), apenas em fevereiro de 2017 houve o julgamento e a condenação do primeiro caso de feminicídio.

5 | INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Os assistentes sociais atuam nos espaços sócio-ocupacionais de combate, enfrentamento e prevenção às diversas violências sofridas pelas mulheres, através da garantia de direitos, de estratégias políticas e de articulação com as políticas setoriais e na intervenção social direta, numa perspectiva educativa, na tentativa de construir uma consciência crítica tanto no agressor como na vítima. Segundo Inácio (2003), a intervenção do Assistente Social nas DEAMs refere-se na orientação e informações acerca dos direitos sociais, bem como a sua viabilização, mas também exercendo uma função educativa, que é justamente o profissional ter a capacidade de analisar criticamente a problemática da violência de gênero. Atuam na orientação dos usuários quanto aos seus direitos e também numa perspectiva de desconstrução de uma cultura de valores que inferioriza a mulher e naturaliza a violência.

Ao atuar nesta realidade Lisboa e Pinheiro (2005) inferem que “no que se refere ao trabalho realizado na temática de violência contra a mulher, é preciso que o profissional aprofunde seus conhecimentos sobre essa realidade social, além de compreender as múltiplas expressões decorrentes da mesma”. Para compreender e responder ao processo dinâmico da realidade visando ao seu enfrentamento Iamamoto (2012, p. 21) analisa que essa “prática deve ir além das rotinas institucionais” numa perspectiva de busca de possibilidades que podem ser colocadas pelo profissional como respostas de enfrentamento. É um trabalho árduo no sentido de não atuar somente no imediato, mas também no mediato, que visa além de interromper o ciclo da violência, visa também a transformação da realidade social, buscando o resgate e consciência da mulher como sujeito de direitos.

Ao intervir nesta demanda, o serviço social articula-se com os serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e de atenções prestadas às famílias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção, restaurar o direito e garantir a proteção social. Lisboa (2014) fala que o assistente social deverá estabelecer articulações da rede de serviços no intuito de que essas mulheres (e provavelmente também os filhos) possam ser atendidas nos programas definidos pela política de assistência social, realizando o acompanhamento dos casos a partir da articulação feita com os demais serviços da região. É extremamente importante a articulação destas políticas, ainda que sejam distintas, pois são elas que permitem a superação do ciclo de violência, através do acesso aos serviços da rede de

proteção, atenção e responsabilização, contribuindo assim com o empoderamento dessa mulher.

Vilela (2008) relata que é necessário que o Assistente Social identifique durante o atendimento a demanda social trazida pela mulher, decorrente ou não da situação de violência, tais como em relação a direitos trabalhistas, aos direitos dos próprios usuários dentre outros.

Alem de prestar orientações às vítimas durante a entrevista com uma escuta qualificada, o serviço social realiza visita domiciliar para conhecer a realidade em que se encontra a vítima, acompanhamento psicossocial individualizado e sistemático, relatório e parecer social, pois nestes instrumentos estão contidas todas as informações necessárias da pessoa atendida, bem como a sua história familiar. Realiza também reuniões com grupo de mulheres, socializando informações que levam a um debate reflexivo de temas como violência, gênero e os direitos da mulher.

A violência doméstica e o feminicídio são expressões da questão social, geradas pela desigualdade, segregação, preconceito e estigma, acarretando problemas sociais presentes no interior da família até a vida em sociedade. A questão social embora divergente caminha lado a lado com o serviço social, pois só existe serviço social porque existe a questão social, ela é o que movimenta e instiga o trabalho deste profissional que deve estar pautado na dimensão teórico-metodológica e ético-política da profissão.

O serviço social se encontra no desafio de reconhecer as novas emergências postas e construir um debate reflexivo e efetivo em torno delas, onde para isso este profissional precisa ter um olhar crítico da leitura da realidade para propor mudanças, ter a capacidade de propor alternativas para desenvolver o seu trabalho no enfrentamento a estas questões, decifrando novas mediações para atuar diante das desigualdades sociais, onde o desafio do serviço social para lamamoto (2012, p.75) é “redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual”. No cenário contemporâneo, as diferentes demandas postas ao serviço social, têm exigido deste profissional, o esforço de decifrar os novos movimentos da realidade social.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar, de o Brasil possuir leis de proteção às mulheres, constata-se que estas por si só não dão conta de coibir a violência de gênero, conforme nos mostram os indicadores sociais, pois as mesmas funcionam de forma fragmentada e nem sempre estão articuladas com as outras políticas sociais. Faz-se necessário e urgente a criação de políticas sociais mais específicas para tratar a questão da violência contra a mulher. É primordial que as instituições estejam estruturadas para atender esta demanda, que tenham profissionais especializados e capacitados para trabalhar com a questão da violência, com atendimento integral, qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência doméstica.

Compreendemos que apesar da fragmentação desta política social, neste espaço destaca-se o papel do assistente social que atua como um mediador e articulador de um processo que visa garantir o acesso aos direitos, por meio de uma intervenção que se dá em direção à prevenção e ao enfrentamento das demandas sociais de mulheres vítimas desta violência, procurando alternativas de respostas e se utilizando de estratégias para facilitar o acesso aos serviços e às políticas sociais de maneira a promover sua cidadania e evitar sua revitimização. Iamamoto (2014) ressalta que diante dos tempos difíceis estes são desafiados a enxergar além, mesmo diante dos limites postos que é o que os instiga a vislumbrar e reinventar novas alternativas de enfrentamento da realidade.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Grupos para homens reduzem reincidência de violência doméstica**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/grupos-para-homens-reduzem-reincidencia-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 05.abri.2019

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 07 de Agosto de 2006**. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 26.març.2019.

_____, **LEI nº 13.104, DE 09 de Março de 2015**. Dispõe sobre a Lei do Femicídio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 26.març.2019.

DESLANDES, S. F.; GOMES; R.; MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007;

DIAS, Elves. **Lei Maria da Penha: a terceira melhor lei do mundo**. Revista Jus Navigandi. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36178/lei-maria-da-penha-a-terceira-melhor-lei-do-mundo>>. Acesso em: 06.abri.2019.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 Abr. 2019.

FÓRUM DE SÃO LUÍS – MA. **Homens condenados por violencia contra a mulher são obrigados a participar de grupo reflexivo**. Disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2019/03/22/homens-condenados-por-violencia-contra-a-mulher-sao-obrigados-a-participar-de-grupo-reflexivo.shtml>>. Acesso em: 07.abri.2019

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002;

_____, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. *Violência de gênero e Serviço Social: Ethos e ação ético-política no âmbito das Delegacias da Mulher*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UFPE, Pernambuco, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9954>>. Acesso em: 31.maio.2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 22.març.2019.

LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E. A. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, 2005; Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6111/5675>>. Acesso em: 28.maio.2019.

LISBOA, T. K. **Violência de gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília, ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014. Disponível <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>>. Acesso em: 30.maio.2019.

Moreira, V., Boris, G. D. J. B., & Venâncio, N. (2011). **O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos**. *Psicologia & Sociedade*, 398- 406

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 27.maio.2019.

_____, **Homicídio contra negras aumenta em 54% em 10 anos, aponta Mapa da Violência 2015**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/homicidio-contra-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-mapa-da-violencia-2015/>>. Acesso em: 23.març.2019.

Polícia Civil-PA **Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM'S) no Interior do Pará**. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/delegacias-especializadas-no-atendimento-%C3%A0-mulher-deams-no-interior-do-par%C3%A1>>. Acesso em: 28.març.2019.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Maria Spanó; LETTIERE, Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SECRETARIA DE SEGURANA PUBLICA (SEGUP-PA). **Pará reforça enfrentamento da violência contra mulher**. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/par%C3%A1-refor%C3%A7a-enfrentamento-da-viol%C3%A0ncia-contra-mulher>>. Acesso em: 25.març.2019.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN-PA). **Governo do Estado amplia apoio à mulher no enfrentamento à violência doméstica**. Disponível em: <<http://seplan.pa.gov.br/governo-do-estado-amplia-apoio-%C3%A0-mulher-no-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%A0ncia-dom%C3%A9stica>>. Acesso em: 21.maio.2019.

TRIBUNAL DE USTIA DO ESTADO (TJE-PA). **Homem julgado por feminicídio é condenado a 40 anos de reclusão**. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/434705-Homem-julgado-por-femicidio-e-condenado-a-40-anos-de-reclusao.xhtml>>. Acesso em: 30.març.2019.

VILELA, L. F. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. 2. ed. Brasília: [s.n], 2008.

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/03/2021

Laryssa Sayury Garcia

Michelle Christina de Souza Matos

Brenda Luana Ribeiro Souza

Lilian Mendes Pereira Barros

Iris Tarcila da Conceição Baia

Solange Silva Souza

RESUMO: O artigo tem como objetivo discorrer a temática da violência contra a mulher na região amazônica dando ênfase a cidade de Belém/PA, tendo como fonte principal a Lei nº 11.340 de 07/08/2006, Lei Maria da Penha. O mesmo é resultado de uma pesquisa de campo realizada com 10 (dez) mulheres vítimas de violência atendida na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, violência, mulher.

ABSTRACT: The article aims to discuss the issue of violence against women in the Amazon region, emphasizing the city of Belém/PA, having

¹ **Common Law** é um termo utilizado nas ciências jurídicas para se referir a um sistema de Direito cuja aplicação de normas e regras não estão escritas, mas sancionadas pelo costume ou pela jurisprudência.

as main source Law No. 11,340 of 07/08/2006, Lei Maria da Penha. The same is the result of a field research carried out with 10 (ten) women victims of violence attended at the Specialized Attendance Office for Women (DEAM).

KEYWORDS: Amazon, violence, woman.

1 | INTRODUÇÃO

A história da violência contra as mulheres vem recebendo visibilidade ao longo dos séculos, chegando a ser difícil precisar um início. Apesar do empoderamento feminino, do aumento do número de denúncias, da criação de leis específicas, de todo um processo de luta, estamos longe de chegar ao fim.

Segundo a ONU, “não há em nenhuma região do mundo, em nenhum país e em nenhuma cultura, relatos ou fatos que comprovem que a violência contra mulher tenha sido erradicada”. É notório perceber e constatar relatos nas sociedades que trazem em suas raízes culturais toda uma aceitação e tolerância para essa violência a exemplo disso tínhamos a Lei Romana que deu amplos direitos aos maridos castigarem suas esposas até a morte, a queima das bruxas que foi tolerada pela igreja e pelo estado.

O *common law*,¹ que no século XVIII, na Inglaterra permitia a um homem punir sua esposa usando uma vara “não mais larga do que

o polegar”. Embora essas leis hoje estejam extintas, elas dão legitimidade para relacionar a submissão histórica das mulheres como propriedade, como um objeto.

No Brasil observa-se que essa trajetória abusiva contra as mulheres também foi fortalecida por uma sociedade patriarcal, sobretudo na região Amazônica onde a desigualdade de gêneros e classes é significativa. A falta de informação, o elevado índice de pauperização da população, o medo da denúncia, do agressor e de enfrentar uma sociedade altamente machista acaba dificultando a emancipação das vítimas fazendo com que a aceitação da violência vivida seja a solução mais viável.

Muito se avançou para a garantia de proteção das mulheres, com a aprovação da Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a implantação de delegacias especializadas de atendimento à mulher; atualmente observamos vários movimentos que levantam a bandeira de igualdade de gênero, mas em muitas esferas familiares isso ainda é um tabu. E na maioria das vezes são “explicadas” por tradições culturais e valores religiosos.

Na condição de acadêmicas do Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia, através da disciplina “Família e Relação de Gênero”, tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa de campo na Delegacia da Mulher (DEAM) no município de Belém. Durante as entrevistas passamos a perceber que no contexto amazônico há especificidades em relação à violência, onde tanto a religião, quanto a cor da pele influenciam de forma direta na violência contra a mulher. Frente ao exposto surgiu o interesse em publicizar esta problemática.

2 I RACISMO, RELIGIÃO E VIOLÊNCIA

2.1 Racismo e violência

O século XVII foi marcado pela chegada dos navios negreiros na Amazônia. Rafael Chambouleyron (2006) em sua pesquisa sobre tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará, fala sobre a Amazônia antes e depois da chegada dos negros. Antes, a Amazônia era “abandonada”, foi através do ciclo das “drogas do sertão” e diferentes empreendimentos agrários que se intensificou o tráfico negreiro nesta região, pois a mão de obra barata era proveniente do trabalho escravo dos negros, a mulher negra por sua vez, também fazia parte desta mão de obra escrava. O sentimento de posse que os senhores tinham pelos escravos não era restrito a mão de obra, mas também sobre a vida. Fazendo com que os abusos físicos, psicológicos e sexuais (contra as negras) fosse algo normal e aceitável. Os senhores também reprimiam qualquer tipo de manifestação afro-religiosa, por estas darem certa “autonomia” de liderança as mulheres. Diferente da religião cristã, onde o papel da mulher ainda é visto como de submissão aos homens, alimentando ainda mais este sentimento de posse.

Em relação à violência sofrida pela mulher negra, esta pode ser justificada, a partir de um passado de escravidão e submissão, marcado pela “coisificação” do negro, trazido

para o Brasil durante sua colonização como “mercadoria”. Passados mais de um século da Lei Áurea que “libertou” os escravos, a discriminação contra a mulher negra ainda perdura.

A violência contra as mulheres negras da Amazônia, não se difere muito em relação aos outros estados da Federação. A realidade vivenciada pela mulher negra, moradora da periferia se difere significativamente em relação a uma mulher branca, apesar de estarem inseridas em um mesmo contexto. Logo a desigualdade social é alarmante. Realidade esta ratificada pelas estatísticas que apontam a triste realidade vivida pela mulher negra, que lidera o ranking de vítimas da violência e de vulnerabilidade social.

Durante a pesquisa, foi observado que a maioria das mulheres negras dependem financeiramente do seu parceiro. A falta de políticas afirmativas direcionadas a essas mulheres contribuem de forma significativa na violência sofrida.

“Infelizmente é muito difícil ser uma mulher negra e da periferia de Belém, sofremos uma mistura de machismo com racismo todos os dias. Meu ex parceiro dizia que por eu ser negra, ninguém ia me querer e ele era minha única opção, eu aceitava as humilhações porque minha autoestima era muito baixa, eu queria sair daquela vida, mas não tinha força” (Entrevistada 01)

Muitas por não terem qualificação profissional, baixa escolaridade, falta de oportunidade no mercado de trabalho, permanecem em um relacionamento abusivo, uma vez que o seu empoderamento social é limitado devido às falhas institucionais.

2.2 Religião e violência

Nos últimos 40 anos na região Amazônica, houve um aumento expressivo do número de igrejas evangélicas, onde a cidade de Belém passou a assumir papel de destaque sendo considerada o berço do protestantismo no país. Com a chegada em 1910 dos missionários suecos - Daniel Berg e Gunnar Vingren, houve o aumento significativo do número de igrejas evangélicas na região em especial da igreja Assembléia de Deus - vieram até o Brasil, dizendo estarem a “mando” do Espírito Santo para fundarem juntos um ministério, que foi nomeado por Assembléia de Deus, trazendo em suas raízes valores religiosos que foram repassados aos demais líderes (pastores, apóstolos, obreiros e membrazia). Vale ressaltar, que devido à ausência de uma formação teológica, as diretrizes da Bíblia Sagrada muitas vezes são interpretadas de forma equivocada, onde os ensinamentos relacionados ao trato com a família, em especial mulheres e filhos, primam pela violência e opressão. Durante as entrevistas, pudemos observar que há um número significativo de mulheres evangélicas que buscam a delegacia da mulher, onde muitas relatam que o ciclo da violência é antigo, e que por muito tempo adiaram a denúncia devido aos valores e aconselhamentos religiosos recebidos. Muitas são orientadas por seus pastores para não formalizarem a denúncia, pois devem “orarem e esperarem” em Deus, fazendo com que a violência contra a mulher seja algo comum e romantizado. O ciclo da violência ganha legitimidade com a seguinte passagem:

"As mulheres casadas sejam submissas aos maridos como ao Senhor. Pois o marido é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da igreja, seu corpo, de quem é o salvador. Como a igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos.

Efésios 5:22-24"

Considerando a realidade do estado (berço das igrejas evangélicas) foi possível perceber que os valores e costumes religiosos, pautados nas doutrinas religiosas de um número significativo de pastores evangélicos, com concepções deturpadas em relação à interpretação da Bíblia, ratificam dentro de suas próprias concepções a submissão da mulher em relação ao homem. Os relatos abaixo legitimam as observações supracitadas:

"Vivi anos calada e com medo de morrer, apanhava todas as noites, mas eu suportava. Minha doutrina de igreja fala que eu tenho que ser submissa ao meu marido e por anos eu seguia esta regra. Minha família ainda induzia a aceitar esses tipos de abusos porque homem é assim" (Entrevistada 02)

"Eu achava normal o que ele fazia comigo, meu pastor falava que o homem é a cabeça do lar, eu não enxergava a gravidade do problema que eu vivia, mas um dia eu acordei". (Entrevistada 03)

Dentro desse contexto, foi possível perceber, através da entrevista, que os valores culturais e religiosos, contribuem de forma significativa no aumento da violência contra a mulher e/ou na ocultação da mesma, uma vez que há um número significativo de mulheres evangélicas vítimas de violência, que deixam de denunciar o agressor, por acreditar na doutrina da igreja, aceitando uma posição de subserviência, entendendo que a mulher deve ser submissa ao marido.

3 | DA VIOLÊNCIA A MARIA DA PENHA

A Lei nº **11.340**, sancionada em 07 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, contribuiu de forma significativa no combate à violência contra a mulher ao criar mecanismos para coibir esse tipo de violência. A lei alterou o Código Penal como a introdução do §9, do Artigo 129, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada.

Conforme a lei estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos; a lei prevê, ainda, medidas que vão desde a remoção do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida.

A criação da Lei é de suma importância na luta contra a realidade assustadora de violência doméstica e contra a desigualdade de gêneros. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, o número de denúncias de violência doméstica aumentou, portanto, infere-se que as mulheres passaram a ter maior conhecimento sobre seus direitos. A Lei ganha maior visibilidade ao enfatizar a criação de espaços especializados de atendimento (delegacia

especializadas) e acolhimento (casas de acolhimento) e demais serviços direcionados à mulher vítima de violência, mecanismos estes inexistentes antes da lei.

4 | MEDIDAS PROTETIVAS

“Avançamos na informação sobre violência, em falar para que as mulheres denunciem, mas a gente não consegue avançar na resposta a essas denúncias. Fazemos várias propostas, políticas públicas, mas não conseguimos penetrar nas instituições e nos dedicamos pouco a monitorar se elas estão dando certo” (ÉPOCA. Acesso em 15/03/2019)

Uma das formas de coibir a violência e proteger a vítima assegurada pela norma é a garantia de medidas protetivas. Elas são aplicadas após a denúncia de agressão feita pela vítima à Delegacia de Polícia (DEAM), cabendo ao juiz determinar a execução desse mecanismo em até 48 horas após o recebimento do pedido da vítima ou do Ministério Público. Essas medidas estipuladas pelo Juiz em exercício visam proteger a integridade da vítima, assegurando a toda mulher independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e tenha oportunidade para viver sem violência e preservando a sua saúde física, mental e psicológica, seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. O juiz poderá determinar o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, se for o caso. O agressor também pode ser proibido de entrar em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio ou, ainda, deverá obedecer à restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço militar. Outra medida que pode ser aplicada pelo juiz em proteção à mulher vítima de violência é a obrigação de o agressor pagar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios. Os bens da vítima também podem ser protegidos por meio das medidas protetivas. Essa proteção se dá por meio de ações como bloqueio de contas, indisposição de bens, restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor e prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica. De acordo com a lei, o juiz pode determinar uma ou mais medidas em cada caso, podendo ser substituída a qualquer tempo por outra medida mais eficaz sempre que os direitos reconhecidos pela Lei Maria da Penha forem violados.

5 | A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

No município de Belém, existe apenas uma delegacia especializada para atender às mulheres vítimas de violência. No que concerne a equipe técnica a mesma é formada

por dois psicólogos, três assistentes sociais e uma delegada plantonista. Em relação ao trabalho do assistente social, sua intervenção tem início logo após a formalização da denúncia, quando essa mulher passa por uma entrevista com o profissional, é realizado o acolhimento e a escuta e pode se fazer observações técnicas sobre o caso em questão. Quando necessário é realizada a visita domiciliar, onde é verificado o contexto familiar e comunitário da mulher vítima de violência. Cabe ao profissional utilizar seus instrumentos e técnicas para minimizar os impactos sofridos pela vítima, dando as orientações necessárias em relação aos seus direitos para que consiga assim encontrar mecanismos no sentido de coibir a violência vivida. Após esse processo de acolhida e orientação da mulher, o profissional poderá fazer os encaminhamentos às redes de serviço da sua cidade, tais como: **DEAM** - Para oficializar a denúncia aos órgãos competentes; **Unidades de Saúde** - Em caso de violência física, para que ela tenha os primeiros cuidados; **CREAS** - Para que ela receba orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados; **CAPS**- Casos de grande evidência de trauma emocionais e psicológicos fazem-se necessário efetivar o encaminhamento para o CAPS que dispõem de profissionais da área da psicologia e psiquiatria para acompanhamentos e tratamentos psicológicos.

A atuação do assistente social é de suma importância na garantia de direitos a mulher vítima de violência, dentro da equipe multiprofissional, pois contribui para o bem-estar físico e psicológico dessa vítima, buscando juntamente com a vítima e equipe técnica, assegurar os direitos dessa mulher, rompendo o ciclo da violência em que a mesma está inserida. Neste sentido a violência doméstica contra a mulher tornou-se objeto de atuação profissional do assistente social, enquanto desafio posto no cotidiano, o qual formula um conjunto de reflexão e intervenção nas diversas expressões da “Questão Social”.

6 | CONCLUSÃO

Ao analisarmos a violência contra mulher no âmbito da realidade amazônica, observamos que a mesma é produto de um cenário marcado por uma série de contradições pautada em valores culturais, religiosos e raciais, que ratifica o ciclo da violência, ao mesmo tempo em que aponta elementos para subsidiar novas propostas de intervenção e enfrentamento.

No que concerne a questão cultural, observou-se que a violência contra mulher na Amazônia, ganha legitimidade devido ao modelo de família patriarcal, que esteve na base da formação social no Brasil, mas que infelizmente ainda perdura na região. Dentro deste contexto, o “homem” ganha papel de destaque por ser o “provedor” da família, subjugando a mulher e seus filhos.

Em relação aos valores religiosos, constatou-se que a violência contra mulher na região, ganha legitimidade com as interpretações equivocadas dos princípios bíblicos,

onde costumes evangélicos oriundos da igreja primitiva (primeiras igrejas), onde a mulher é relegada a um segundo plano, vivenciando um cotidiano de submissão e dependência.

Considerando a questão racial, observa-se que a violência contra a mulher negra, segue as regras das demais regiões, onde a discriminação a “coisificação” da mulher torna-se algo comum, sendo vista apenas como “objeto sexual”, liderando com 54% o ranking da violência, conforme as últimas pesquisas.

Assim, compreender a violência contra mulher na Amazônia consiste em mergulhar nesse oceano de contradições, buscando mecanismo que possam subsidiar e referendar novas práticas de intervenção, não desconsiderando as especificidades regionais. Frente ao exposto, torna-se necessário a publicização desta problemática, no sentido de coibir e/ou minimizar a violência contra mulher.

REFERÊNCIAS

LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.

Bíblia Sagrada. Petrópolis, Vozes Ltda, 2004.

LIBÓRIO, Bárbara. **A violência contra a mulher no Brasil em cinco gráficos.** Época. Março. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTIAGO, Emerson. **Common Law.** Info Escola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/direito/common-law/>> Acesso em: 12 jun. 2019.

MILLENE, Cássia. **A participação das mulheres nas religiões de matriz africanas.** Feminismo sem demagogia. Setembro. 2016. Disponível em: <<https://feminisosemdemagogia.wordpress.com/2016/09/27/a-participacao-das-mulheres-nas-religoes-de-matriz-africana/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SILVEIRA, Aline; CHIES, Anna Carolina; ANDRADE, Bruna; SANDER, Débora; DUTRA, Jennifer; GERBASE, Iame. **Raízes- a mulher nas religiões de matriz africana.** Laboratório de Jornalismo Social. Maio. 2018. Disponível em: <<http://anujornalismo.com/reportagens/raizes-a-mulher-nas-religoes-de-matriz-africana/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial:** tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Revista brasileira de história. São Paulo, V26, Nº 52, p.79-114-2006.

CAPÍTULO 21

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Data de aceite: 01/03/2021

Ana Joice da Silva Peraro

<http://lattes.cnpq.br/2149110438187739>

Marusa Fernandes da Silva

<http://lattes.cnpq.br/3411611709755097>

Richardson Cramolichi

<http://lattes.cnpq.br/5193602164237571>

RESUMO: O presente artigo aborda o tema da violência contra mulheres, bem como as legislações após a Constituição de Federal de 1988 e o trabalho realizado em rede após a PNAS e SUS. Sendo o método materialismo histórico dialético a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Considera-se fundamental as lutas sociais para a efetivação dos direitos conquistados em defesa das pessoas vítimas de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, mulheres, direitos.

VIOLENCE AGAINST WOMEN AND PUBLIC POLICIES: CHALLENGES OF INTERSECTORIAL WORK IN THE PERSPECTIVE OF GUARANTEEING RIGHTS

ABSTRACT: This article discusses the topic of violence against women, as well as the laws after the Federal Constitution of 1988 and the work done in the network after the PNAS and SUS. Being the historical materialism dialectic method from bibliographic and documentary research. It

is considered essential to the social struggles for the effectuation of the rights won in defense of the people who are victims of violence.

KEYWORDS: Violence, women and their rights.

INTRODUÇÃO

O artigo ora proposto aborda reflexões acerca da temática da violência contra mulher, com intuito de compreender os desdobramentos dessa violência, bem como os desafios para o enfrentamento desta.

O conceito de violência de acordo com Saffioti (2004, p. 17) é aquele no qual ocorre a “[...]ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral [...]”. Esse conceito não se limita apenas a violência contra mulheres, mas, crianças, adolescentes, raça/etnia, pessoa idosa, pessoa com deficiência e, até mesmo, para o gênero masculino, dentre outros.

Para uma melhor compreensão em relação ao estudo proposto, nos norteamos no método Materialismo Histórico Dialético, através de reflexões críticas sobre a temática, recorrendo a categorias como totalidade, historicidade, mediação e contradição. Segundo Prates (2016, 78-79), tal método

[...]existe independente da consciência. Consiste na tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos humanos da natureza, sociedade e pensamento. Constitui-se por uma concepção científica da realidade, pelo conhecimento da interconexão universal enriquecida pela prática social da humanidade. Daí recorre o reconhecimento de que a prática social é critério de verdade e que os graus de conhecimento são limitados pela história.[...] materialismo histórico estuda as leis que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução a partir da prática social dos homens. Supera a visão idealista e cronológica de historiadores desenvolvimento humano, ressaltando que a gênese dos fenômenos estão a força das ideias, os agrupamentos humanos, as formações socioeconômicas e as relações de produção.

Assim, podemos captar através do método de pesquisa as peculiaridades, principalmente quando observamos a totalidade, categoria esta, que vem nos acompanhando durante todo o caminho na construção dessa pesquisa, fundamentando as barreiras do aparente.

De acordo com Netto (2011, p. 25):

[...] precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. [...].

Desta forma, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de compreender as formas como a violência contra a mulher se apresentam no contexto atual brasileiro, bem como pesquisar as políticas públicas de proteção à mulher e após a Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o objeto estudado – a violência contra mulheres no Brasil após a Constituição de 1988 – nos remete ao estudo da intervenção do Estado e aos mecanismos de proteção à mulher vítima de violência, sendo, todas formas de violências elencada pelos estudiosos da temática: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual, e, o amparo legal às mulheres diante a realidade concreta.

Refletir sobre as formas de violências contra as mulheres, remetendo ao debate do papel da mulher culturalmente no Brasil, dessa forma ressalta-se a perspectiva machista que permeia as relações sociais, bem como os diversos tipos de violências contra mulher, ressaltando os altos índices de feminicídio.

As lutas e movimentos sociais são formas de conquistas de direitos sociais a diversos segmentos, não obstante as conquistas para a realização de políticas públicas são diversas, como por exemplo: a Constituição Federal de 1988, O Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Lei Maria da Penha de 2006, dentre outros; essas ações coletivas fortalecem os grupos e indivíduos como sujeitos de direitos. No tocante aos movimentos que lutam pelos direitos das mulheres, percebe-se que através da coletividade

das mulheres e o diálogo constante com a sociedade poderemos avançar em relação a igualdade de gênero.

Percebe-se a importância da participação no cotidiano em relação às formulações e execuções das políticas públicas voltadas às mulheres vítimas de violências, bem como trazer dessa forma avanços aos desafios apontados pelos estudos, principalmente numa sociedade que demonstra uma tendência a regressão de todos os direitos que foram conquistados.

Neste sentido a proposta deste artigo torna-se relevante na contribuição para o aprofundamento da questão da violência contra as mulheres, que tem sido destaque no país em função de seu acelerado crescimento.

LEGISLAÇÕES E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

O termo “Violência contra a mulher” têm sido muito utilizado na mídia em dias atuais na conjuntura da sociedade brasileira. Nunca se viu e se ouviu falar tanto por meio da mídia e redes sociais sobre a triste realidade que vem assolando as mulheres no país, no que se refere à violência. Há que se considerar, contudo, que a violência contra a mulher sempre existiu na sociedade e nos arranjos familiares se tornando um “tabu”.

O avanço de legislações que coíbem a violência e a formulação de políticas públicas na contemporaneidade, têm colaborado para trazer discussões, debates e ações quanto as formas de prevenção e proteção à mulher que está exposta aos riscos da violência, além de despertar o encorajamento das mulheres que trazem à tona um assunto tão complexo e polêmico com características muito peculiares e conservadoras, mais especificamente nas relações conjugais.

Contudo, as questões de gênero estão longes de serem resolvidas mesmo com as inovações do mundo moderno e mecanismos que alguns fatores socioeconômicos são determinantes para a manutenção da impunidade, do silêncio e do prolongamento do sofrimento das vítimas. Muitas vezes as influências religiosas no trato com a questão do matrimônio, a dependência econômica da mulher em relação ao marido, entre outras inúmeras situações, contribuíam e ainda contribuem para relações de domínio e poder, mantendo a condição de submissão ao homem.

Neste contexto é fundamental destacar o reconhecimento das diversas formas de violência em que a mulher pode ser exposta, sendo elas tanto, física, psicológica, sexual, patrimonial, entre outras, não se restringindo apenas as vias de fato.

No quadro 1 abaixo elencamos os tipos de violência contra mulher e seus respectivos conceitos:

TIPOS DE VIOLÊNCIA	CONCEITOS
FÍSICA	Relação de poder por meio de força física ou algum tipo de arma que provoque lesões (internas, externas ou ambas) na vítima. por exemplo: tapas, chutes, estrangulamento, queimaduras, lesões por armas e objetos, etc.
PSICOLÓGICA	Ação ou omissão que causa danos a autoestima, a identidade e ao desenvolvimento, exemplos: ameaças, chantagens, insultos, manipulação afetiva, etc.
MORAL	Conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
PATRIMONIAL	Qualquer conduta que configure subtração, retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, exemplos: destruição de documentos pessoais, bens, recursos financeiros, instrumento de trabalho, etc.
SEXUAL	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, através de intimidação, ameaça, coação e uso da força; induzindo a comercializar ou utilizar a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou a manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, exemplos: estupro, abuso, assédio, sexo forçado no casamento, incesto, etc.

Quadro 1 – Tipos de violência

Fonte: elaborado pelos autores/2019.

O Estado a partir da concepção da Constituição Federal de 1988, têm o papel de assumir mediante políticas públicas, respostas ao enfrentamento das formas de violência contra mulher. A redação do art. 226, mais especificamente no parágrafo 8 da Constituição Federal de 1988, expressa claramente a atribuição do Estado em prover ações no sentido promover a proteção de cada membro da família, criando mecanismos para coibir as formas de violência.

Porém, só no ano de 2006, com a vinda da Lei 11.340, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha” é que iniciou-se um processo mais efetivo de construção e fortalecimento de ações mais concretas em defesa da mulher. A partir de então a legislação brasileira avançou em relação à necessidade de outras leis que contribuem na efetiva proteção à mulheres vítimas de violências, assim elencamos leis e decretos que fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro, conforme quadro 2:

Legislação	Conteúdo
Lei 13.827 de 13 de maio de 2019	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.
Lei nº 13.772, de 19/12/2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.
Lei nº 13.718, de 24/09/2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.
Lei nº 13.642, de 03/04/2018	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógeno, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.
Lei nº 13.641, de 03/04/2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.
Lei nº 13.505, de 08/11/2017	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.
Lei 13.285/2016, de 10/05/2016	Dispõe sobre a preferência de julgamento dos processos concernentes a crimes hediondos.
Lei nº 13.104, de 09/03/2015	Altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
Resolução nº 1, de 16/01/2014	Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional.

Lei Estadual nº 14.478, de 23/01/2014	Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei nº 12.845, de 01/08/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018	Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.
Decreto nº 7.958, de 13/03/2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
Decreto nº 7.393, de 15/12/2010	Dispõe sobre o funcionamento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher.
Lei nº 12.015, de 07/08/2009	Dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual

Quadro 2 – Legislação

Fonte: elaborado pelos autores/2019.

A integralidade de ações nos âmbitos federal, estadual e municipal trazem uma maior abrangência e concretude de mecanismos em prol da proteção integral da vítima, além e da articulação do poder judiciário, ministério público e defensorias públicas com as políticas públicas de saúde, assistência social, segurança pública, trabalho, habitação entre outras.

As conferências I e II no país deram um ponta pé inicial na busca pelo direitos das mulheres, que culminou para a construção do Plano Nacional de Políticas para Mulheres no ano de 2008, trazendo norte e modelo para as instâncias de atuação deste trabalho para os níveis estaduais e municipais, reivindicando propostas, atribuições, metas e prazos para o aprimoramento do trabalho em rede na perspectiva de emancipação, participação, direitos e proteção integral mais efetivo para as mulheres. Dessa forma será abordado no próximo item a rede de atenção as mulheres vítimas de violência.

REDE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

O debate e a discussão do trabalho em rede através das políticas públicas têm se tornado um tema emergente e muito comum na atualidade sendo suas raízes marcadas pelos pressupostos da Constituição Federal 1988, mais especificamente reafirmado e amparado posteriormente pelas legislações orgânicas de saúde e assistência social.

No que se refere à violência contra a mulher o processo de trabalho em rede se configura extremamente necessário para a construção da articulação, integralidade e o planejamento de ações em conjunto com as diversas áreas, objetivando a garantia de direitos.

Garantir direitos na atualidade em contexto de violência requer no cotidiano pensar e estabelecer maneiras de promover à prevenção e a proteção as situações de violação de direitos por meio do processo intersetorial entre as políticas públicas de direitos.

Para uma compreensão mais aprofundada da importância do trabalho em rede, Turck (2001, p.60) define:

[...] Trabalhar em rede social é, antes de tudo, construir um processo de cidadania. É suplantar todos os processos de exaltação ao individualismo, postos na sociedade contemporânea. É desenvolver um processo de solidariedade.

Neste sentido, no que tange a constituição da rede de atendimento as mulheres vítimas de violência no Brasil, a mesma tem se formalizado ao longo do tempo por meio do sistema de justiça como as delegacias especializadas, defensorias públicas e ministérios públicos e da articulação com as políticas públicas, em especial de saúde e assistência social, se configurando como importantes ferramentas e canais de prevenção, promoção e proteção no trato com os direitos das mulheres.

É importante ressaltar que para promover o atendimento e a proteção integral de vítimas de violência toda a rede de atendimento deve estar preparada para acolher as vítimas e suas denúncias, considerando que nem sempre as mesmas acessam e procuram primeiramente os órgãos de justiça, visto uma série de motivos, inclusive porque nem sempre todos os municípios brasileiros possuem delegacias especializadas.

Todavia, as delegacias de defesa da mulher têm se tornado um dos mecanismos mais comuns de acesso e procura pelas vítimas de violência dentro da rede de atendimento, principalmente quando tais situações culminaram para as “vias de fato”, entre o agressor e a vítima, sendo por violência física e/ou sexual. Desse modo, as delegacias especializadas têm seu papel fundamental dentro do sistema de justiça, respaldados pela Lei Maria da Penha no que concerne na agilização de procedimentos judiciais e na aplicação de medidas protetivas contra o agressor, em especial nos relacionamentos conjugais.

As delegacias de defesa da mulher se tornam importantes aliadas na rede de atendimento no que se trata aos encaminhamentos dos referidos casos as políticas intersetoriais no referenciamento, embora muitas vezes, esses departamentos careçam de alguns meios, inclusive de recursos humanos, necessários e especializados para tais situações na efetivação de encaminhamentos.

Outros mecanismos de defesa à mulher têm se constituindo ao longo do tempo, com a instituição do Disque 100, Disque 180, além de secretarias de direitos humanos que facilitam as formalizações de denúncias, contribuindo para identificação de casos que não chegam à rede formal de atendimento.

No que se refere as políticas intersetoriais, à política de saúde, através da Lei Orgânica de Saúde – LOS (1990), a redação dos artigos 12 e 13, apresentam pressupostos e possibilidades de um trabalho intersetorial em conjunto com outras políticas públicas.

O Ministério de Saúde, vêm reafirmar a necessidade do trabalho intersetorial e da responsabilidade dos entes federados, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS (2004, p.8), quando infere:

O SUS não é, porém, uma estrutura que atua isolada na promoção dos direitos básicos de cidadania. Insere-se no contexto das políticas públicas de seguridade social, que abrangem além da saúde, a previdência (INSS) e a assistência social. A implementação e a gestão do SUS são, portanto, também obrigações das municipalidades, que devem trabalhar integradas às demais esferas de governo, na construção de políticas setoriais e intersetoriais que garantam à população acesso universal e igualitário à saúde.

Neste sentido, o Ministério da Saúde (2002, p.7), ainda enfatiza a questão da violência sendo vista como um problema social e que conseqüentemente requer atenção necessária da política de saúde com um trabalho integralizado:

A violência intrafamiliar atinge parcela importante da população e repercute de forma significativa sobre a saúde das pessoas a elas submetidas. Configura-se um problema de saúde pública relevante e um desafio para os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). Na realidade, a violência intrafamiliar é uma questão de grande amplitude e complexidade cujo o enfrentamento envolve profissionais de diferentes campos de atuação, requerendo, por conseguinte, uma efetiva mobilização de diversos setores do governo e da sociedade civil.

Tal mobilização visa, em especial, fortalecer e potencializar as ações e serviços na perspectiva de uma nova atitude, compromisso e colaboração em relação ao problema.

Na política de saúde as unidades de pronto atendimento, bem como as unidades básicas, se tornam em grande parte na atualidade como portas de entradas no atendimento em saúde em situações de violências. Contudo, tal problemática vivenciada nem sempre é informada em um primeiro momento pelas vítimas aos profissionais de saúde, muitas vezes por motivos de vergonha, medo, insegurança, ou até mesmo por atendimentos não humanizados, podem dificultar a identificação de situações de violências.

O Ministério da Saúde (2002, p.47-29), relata o cotidiano de vítimas nos serviços de atendimento e da dificuldade da identificação dos casos de violência:

Mulheres em situação de violência são usuárias assíduas dos serviços de saúde. Em geral, são tidas como “poliqueixosas”, por suas queixas vagas e crônicas, com resultados normais em investigações e exames realizados. O motivo da busca de atendimento é mascarado por outros problemas ou sintomas que não se configuram, isoladamente, em elementos para um diagnóstico.

O sistema de registro de fichas de notificações compulsórias estabelecido pelo decreto de nº 5.099 em 03 de junho de 2004, através da lei de nº 10.778 de 24 de novembro de 2003, quando identificado situações de violência, embora tenha contribuído com o registro de informações e dados estatísticos de vigilância em saúde, muitas vezes não

tem sido utilizado como um dos instrumentos de referenciamento e encaminhamento para outras políticas setoriais.

Na política de assistência social através da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), em seus princípios organizativos também é ressaltado a importância do desenvolvimento do trabalho em rede com vistas para oferta de proteção social.

Segundo Jaccoud (2009, p. 60), a proteção social pode ser compreendida como:

[...] um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens e serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, no combate as desigualdades sociais e na melhoria das condições sociais da população.

Neste sentido a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004, p.44-45), destaca em seu texto a necessidade do trabalho em rede, com intuito de promover a proteção social no contexto da territorialidade:

Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada.

A política de assistência social, através da resolução de nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (2009), tipifica serviços essenciais de proteção social básica e especial que consequentemente darão suporte as questões relacionadas as situações de violências.

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, além dos Centros de Referência da Mulher – CRAM’s, se configuram como portas de entrada no âmbito da assistência social para o acolhimento, encaminhamento e referenciamento dos casos.

Ainda no âmbito da política de assistência social, outros serviços essenciais são fundamentais para garantir a proteção integral das vítimas no que tange os atendimentos de alta complexidade, sendo em casos em que as vítimas necessitam ser acolhidas e retiradas de situações eminentes de risco de vida. Estes serviços se configuram em serviços acolhimento institucional e se caracterizam segundo a Resolução do CNAS (2009, p.45):

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços

socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para a usuárias e seu filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade.

Municípios de grandes portes, em geral, dispõem de algum destes serviços de alta complexidade para os casos de acolhimento as vítimas, contudo, nem sempre são especializados para o atendimento as mulheres e assim são encaminhadas para acolhimentos provisórios, como abrigos em geral, casas de passagens, entre outros.

Municípios de pequeno e médio porte em sua grande maioria, não dispõem em geral de serviços de assistência social de alta complexidade, como os serviços de acolhimentos institucionais e por sua vez acabam tendo que recorrer apoio para outros municípios maiores, o que nem sempre é possível em razão das demandas já existentes destes municípios.

Em muitas situações não são realizadas nenhum planejamento orçamentário dos municípios que dependem de serviços de alta complexidade de outros municípios para o atendimento de suas demandas para pactuação, regionalização ou consórcios de municipalidades de uma mesma região no atendimento das demandas, que conseqüentemente ficam a mercê da desproteção.

Alguns estados brasileiros, mais especificamente em capitais, iniciaram a partir do ano de 2015 a implantação do serviço especializado da “Casa da Mulher Brasileira”, por meio do programa “Mulher, Viver sem Violência”, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, porém ainda é necessário uma maior abrangência deste serviço para o território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher pode ocorrer em todos os locais, seja em casa, no ambiente de trabalho, no transporte público, dentre outros; é manifestada de diversas formas, seja pela violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual; muitas vezes reforçada por órgãos de poder público e religiões.

Desde a década de 1980, após a Constituição Federal de 1988, muitos avanços foram alcançados no que concerne a garantia de direitos, especialmente, sobre as políticas para as mulheres vítimas de violência; contudo há que se considerar o aspecto cultural da violência contra mulheres e a interferência do machismo inserido na sociedade.

Dessa forma é necessário que cada vez mais as pessoas tenham acesso a informações referente aos seus direitos e que sejam contempladas pelas legislações, e mais que isso, a efetivação das leis que defendem as pessoas vítimas de violência em sua totalidade.

Ressalta-se, porém, que em tempos de retrocesso de direitos, a necessidade do fortalecimento dos movimentos e lutas sociais em prol dos direitos sociais, uma vez que as

conquistas efetivadas são fundamentais, para a defesa intransigente dos direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. – Brasília: 405 p. – (Série textos básicos, n. 25).

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 10 mai. de 2019.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS no seu município: garantindo saúde para todos/** Ana Lucia Pereira et al. Brasília, 2004.

JACCOUD, L. Modelo de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In: PROTEÇÃO Social no Brasil: Debates e Desafios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Unesco, 2009. p. 57-86.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRATES, J. C. O método e a teoria marxiana. **Marx hoje e a transformação social**. 1.ed. v.1. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TURCK, M. da G. M. G.. **Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão 17/12/2020

Josélia Barroso Queiroz Lima

UFVJM, Professora Adjunta
Diamantina, MG

<http://lattes.cnpq.br/9424068878071811>

Kíria Silva Orlandi

Delegacia de Atendimento à Mulher de
Diamantina, Delegada
Diamantina, MG

<http://lattes.cnpq.br/8389453755310908>

Aline Faé Stocco

UFVJM, Professora Adjunta Faculdade
Interdisciplinar em Humanidades
Diamantina, MG

<http://lattes.cnpq.br/6418299564725222>

RESUMO: Apresentamos a experiência do projeto de extensão intitulado: **Rede de proteção a mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade.** Em Psicologia Social e a Políticas Educacionais debatemos os desafios de construir outras sociabilidades, desestruturando o sistema patriarcal, escravista e colonizador que, silenciosamente, mantém a sociedade brasileira. Interferindo no cotidiano acadêmico e social, pela teoria, arte, informação e articulação da UFMG, sociedade civil e Delegacia de Atendimento à Mulher, de Diamantina, enfrentamos a violência à mulher, as invisibilidades. Desde 2017 e em 2019, via extensão PIBEX/ UFMG, ampliamos ações culturais. Sensibilizar mulheres e homens, mexer

com o senso comum patriarcal, rural e os valores hierarquizantes; desnaturalizar comportamentos são nossos objetivos. Nos colocamos, pois no debate público para melhor fundamentar nosso fazer, nosso pensar como educadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Rede de proteção, mulher, violência, enfrentamentos.

WOMEN'S PROTECTION NETWORK: BREAKING WITH VIOLENCE, SILENCE AND INVISIBILITY

ABSTRACT: We present the experience of the extension project entitled: Protection network for women: breaking with violence, silence and invisibility. In Social Psychology and Educational Policies, we discuss the challenges of building other sociability, disrupting the patriarchal, enslaving and colonizing system that silently maintains Brazilian society. Interfering in the academic and social daily life, through theory, art, information and articulation of the UFMG, civil society and the Police Station for Women, in Diamantina, we face violence against women, invisibilities. Since 2017 and in 2019, via PIBEX / UFMG extension, we have expanded cultural actions. Sensitize women and men, interfere with patriarchal, rural common sense and hierarchical values; denaturalizing behaviors are our goals. We put ourselves, therefore, in the public debate to better base our actions, our thinking as educators.

KEYWORDS: Safety net, women, violence, confrontations.

11 AS REFERÊNCIAS QUE CONDUZEM NOSSO TRABALHO:

A cultura do Terror
A extorsão,
O insulto,
A ameaça,
O cascudo,
A bofetada,
A surra,
O acoite,
O quarto escuro,
A ducha gelada,
O jejum obrigatório,
A comida obrigatória,
A proibição de sair,
A proibição de se dizer o que se pensa,
A proibição de se fazer o que se sente,
A humilhação publica

São alguns dos métodos de penitência e tortura tradicionais na vida da família. Para castigo à desobediência e exemplo de liberdade, a tradição familiar perpetua uma cultura do terror que humilha a mulher, ensina os filhos a mentir e contagia tudo com a peste do medo.

– Os direitos humanos deveriam começar em casa- comenta comigo, no Chile, André Domínguez. Galeano(2015)

O projeto de extensão multidisciplinar e interfaculdades¹ se vincula às temáticas do campo da Psicologia Social e das Políticas Educacionais e está relacionado às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. No âmbito dessas temáticas, temos discutido sobre os processos educativos formais e informais que edificam a sociedade brasileira, e que formam a base material, simbólica e cultural que configuram esta última como uma sociedade hierarquizada.

No percurso formativo dos estudantes essas discussões acabam trazendo a tona as relações sociais e os processos de socialização que se dão em diferentes espaços formativos - desde à família, aos grupos sociais, ao trabalho e à educação escolar. Tendo

1 O projeto de extensão PIBEXn 316523 1753 301038 1911 2018 está vinculado ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades/BHU da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades /FIH e ao Sistemas de Informação/FACET. O texto aqui apresentado foi parcialmente publicado no III Colóquio Internacional Feminismo e Agricultura, III CIFA/2019, Recife; Brasil e no XX Congresso Nacional y X LantinoAmericano de Sociologia Jurídica Setembro de 2019 Santa Rosa- La Pampa Argentina. Foi, ainda, apresentado no XXXII Congresso Internacional ALAS Peru 2019, em Dezembro de 2019. Publicado nos Anais do 8 Encontro Internacional de Políticas Sociais/ENPES & 15 Encontro Nacional de Políticas Sociais ENPS/UFES/2020, Vitória.ES..

como marco histórico a Constituição Federal de 1988, a redemocratização do país e as políticas de reconhecimento (Habermas,1994), debatemos os desafios históricos que necessitamos enfrentar se, de fato, queremos construir uma sociedade democrática. Nesse contexto, temos colocado em análise os discursos religiosos, científicos e as narrativas cotidianas, pois elas reproduzem olhares estigmatizantes sobre o feminino, e discutimos como a divisão social do trabalho se funda no binarismo sexual.

Na discussão sobre a educação e cultura brasileira, a temática de gênero, patriarcado e formação social são temas constantes do percurso profissional da equipe executora, justificando assim, o porquê do projeto de extensão: **Rede de Proteção a Mulher: Rompendo com a Violência, o Silêncio e a Invisibilidade**. Este tem a função e o caráter de ampliar o que vem sendo discutido em sala de aula e desenvolvido em pesquisas². Via extensão, podemos possibilitar aos acadêmicos, que estão pesquisando as temáticas mencionadas e, ou, que compõem os grupos de pesquisa nos quais o fenômeno da violência vem sendo debatida, um espaço de aprendizagem, no qual a escuta, o envolvimento e o acolhimento da população de mulheres que rompem com a violência doméstica, através do acesso as políticas públicas de proteção, possam ser conhecidas, entendidas e investigadas. Portanto, este artigo apresenta o trabalho do projeto de extensão no objetivo de fortalecer a rede de proteção à mulher, por via da participação acadêmica e pela interlocução entre universidade e sociedade civil.

Cabe ressaltar que, em Novembro de 2017, se organizou, em Diamantina/MG, ações da Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, nos municípios do Alto Jequitinhonha. O projeto em análise nasceu para compor forças e garantir a inserção dos acadêmicos que investigam sobre as temáticas relacionadas à psicologia social e políticas educacionais em campos de atuação das políticas públicas, possibilitando que Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possa cumprir sua função social, inserindo-se na rede de proteção.³

2 | O QUE JUSTIFICA E FUNDAMENTA O PROJETO EM DESENVOLVIMENTO...

A hierarquização social como simbólico cultural tem seu fundamento, sobretudo, no sistema patriarcal que, secundarizando o lugar social da mulher, normatiza regras sociais que subordinam, oprimem e submetem a mulher ao poder masculino (Lemos,2015). Não obstante, a hierarquização fica invisibilizada, pois a ideia da igualdade social, e da

2 Na graduação, via iniciação científica, desenvolvemos pesquisas sobre políticas públicas, mulheres, no aprofundamento das questões sociais que marcam a história dos Vales do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. No Mestrado em Estudos Rurais, investigamos a violência à mulher e sobretudo, a mulher negra, visando a desnaturalização das relações patriarcais que produzem as hierarquias, o racismo e o sexismo, bem como a subordinação moral, religiosa, cultural que legitimam as violências de gênero.

3 O projeto se fundamenta em fortalecer ações já existentes no âmbito da UFVJM, em dezembro de 2017, aproximamo-nos dos trabalhos do Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, projeto de extensão TO 012.2.024-2016. Este projeto, portanto, fortalece as ações do observatório, à medida que se vincula aos trabalhos que são desenvolvidos junto a Delegacia de Mulheres.

meritocracia são discursos que hegemonizados no senso comum, e na mídia, dificultam um olhar aguçado sobre as relações sociais que reproduzem e atualizam as hierarquias historicamente aprendidas.

A violência doméstica contra a mulher tem raízes históricas e culturais, pois se assentam em diferenças e diversas narrativas simbólicas, não obstante, considerando ser o Vale do Jequitinhonha fundamentalmente marcado pela ideologia religiosa, é necessário compreender como na relação mulher e agressor, os discursos ocupam a função de manter e ocultar relações de violência, que nem sempre são percebidas como tais. Nesse sentido, é importante ressaltar o discutido por Silva (2010), que estudando trajetórias de trabalhadoras rurais e o mundo do trabalho, analisa como neles as narrativas religiosas cumprem papéis ideológicos, no estudo mencionado, trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha foram ouvidas. Assim argumenta a autora:

O universo simbólico da religião judaico-cristã é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal que domina as relações sociais nas quais se acham inseridas essas mulheres. Os relatos são eivados da concepção do patriarcado em que a mulher ocupa o lugar do oprimido, portanto de objeto e não de sujeito. O sofrimento faz parte de suas representações e auto-representações. Na concepção religiosa, Deus possui o controle de todos os homens e da natureza e, para agradá-Lo, é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e submissão. Em muitas ocasiões, o sofrimento, advindo da relação com os filhos e maridos, é parte constitutiva do destino de gênero. Mulheres que não abandonam os filhos, que suportam a violência e o alcoolismo dos maridos durante toda vida, são muito freqüentes. Raras são aquelas que logram romper com esse destino. Muitas carregam o complexo da culpa, como se tratasse de um pecado original. A estruturação dessas idéias se apóia na base material das relações patriarcais. O conceito de ideologia permite a interpretação da inversão necessária à dominação. Silva(2010, p4).

Silva (2010) expõe em seu trabalho como a metodologia de história de vida e a escuta do pesquisador são importantes para entender as lacunas do indizível, pois muitas trajetórias marcadas pela violência ocultam os conflitos de gênero, classe social e etnia. Interessa-nos seu trabalho por muitos elementos, a construção social do gênero, as narrativas discursivas e simbólicas que compõem as narrativas das mulheres, mas sobretudo, nos chama atenção a proposição de que, via a história oral e as entrevistas, as mulheres podem retomar as memórias sociais. Cientes que, na condição de prestar depoimentos, muitas mulheres ultrapassaram a fronteira da subordinação e da violência doméstica, faz-se necessário dar condições para que elas possam ser ouvidas, acolhidas e ajudadas a registrar suas histórias, rompendo os silêncios sociais que marcam sua condição de mulher. Nesse sentido, a questão que se coloca é como o atendimento especializado e a acolhida humanizada- via escuta, roda de conversas, acesso a informações e a inserção de mulheres na rede de proteção à mulher pode contribuir para dar voz aos silêncios que marcam a sociedade patriarcal.

2.1 Os objetivos que movem o trabalho...

- Fortalecer a rede de proteção à violência doméstica/violência a mulheres.
- Compor a rede de proteção a mulheres no município de Diamantina, com a inserção docente, discente nos trabalhos que organizam a rede.
- Produzir dispositivos/aplicativos de acesso as informações dos dados da segurança pública, no que tange a rede de proteção de modo a dar celeridade e confiabilidade no acesso as informações aos agentes de segurança pública.
- Instrumentalizar os acadêmicos envolvidos no projeto a compor a rede de proteção.
- Divulgar os saberes produzidos junto às disciplinas, aos grupos de pesquisa e ao projeto de extensão a comunidade acadêmica e a população em geral.
- Fortalecer os trabalhos do Observatório Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
- Criar folder/cartilha de divulgação dos direitos das mulheres/ Lei Maria da Pena
- Promover e participar de eventos que discutam gênero.

2.2 Quem desejamos atingir com o projeto...

Mulheres diamantinas e da região inseridas ou não, na rede de proteção contra a violência doméstica. Grupos de mulheres atendidas pelo Sistema Unificado de Assistência Social/SUAS. Acadêmicos dos Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e do Sistema de Informações. Acadêmicos da UFVJM que participarem dos eventos promovidos pelo projeto de extensão. O projeto via arte, objetiva divulgar junto a crianças e adolescentes (em idade escolar) a temática relativa a construção social de gênero, problematizando as questões simbólicas que a atravessam.

No âmbito da UFVJM, o projeto visa atingir acadêmicas, mulheres, acadêmicos que participam da comunidade estudantil ou não da UFVJM. À medida que o trabalho se amplia, nas rodas de conversas, que temos desenvolvido mensalmente junto a UFVJM, desde 2018, temos percebido que há variação de estudantes que colocam em discussão a violência. O sistema patriarcal se funda na violência física e simbólica, e se há o silenciamento da mulher, há também o silenciamento do homem, numa construção de uma masculinidade tóxica que o sufoca. Entender como as regras sociais aprendidas, retroalimentam um simbólico opressor, necessário a manutenção do sistema econômico capitalista, tem provocado o debate e a reflexão sobre os valores sociais, os ritos naturalizados, invisibilizados que garantem a permanência da cultura do terror com a qual fomos educados.

No interior da UFVJM, mantemos o espaço de diálogo das rodas de conversas e através da instituição do *NOS- Núcleo de Orientação Socioeducativo contra a violência*

à *mulher* abrimos um canal de comunicação com a comunidade acadêmica. O NOS representa um espaço de acolhimento, de recebimento de denúncias, de divulgação de informação para garantir as mulheres acesso aos direitos sociais e as políticas de proteção. Acadêmicas vinculados ao projeto de extensão são responsáveis por receber via email, fone e ou redes sociais informações e denúncias sobre violências dirigidas as mulheres-sobretudo, as universitárias.

Compreendemos que o espaço da universidade, sendo um espaço social, inserido numa sociedade historicamente desigual, reproduz também em seu interior relações de poder que subordinam e oprimem os sujeitos sociais. Abrir o canal de comunicação é uma forma de mapear e fomentar as expressões de possíveis violências silenciadas. O poder hierarquizante é parte da cultura universitária. Lima (2017).

Inserindo acadêmicos da UFVJM no trabalho cotidiano da delegacia das Mulheres, queremos mobilizar a escuta dos relatos de agressão e, sobretudo, possibilitar o conhecimento de uma política pública de acolhimento e proteção a mulher, que se institucionaliza, sobretudo, através da Lei 11 340/2006- Lei Maria da Penha.

O acolhimento feito pela equipe da Delegacia de Mulheres foi acompanhado nos anos de 2018 e 2019, os dados dos relatos sistematizados, levantando categorias de análises capazes de nos permitir o entendimento dos condicionantes que levam à manutenção e ou ruptura com as relações de violência. Uma acadêmica voluntária acompanhou periodicamente a delegacia, no acompanhamento da política pública prestada, visando conhecer e contribuir com o trabalho de acolhida, à medida que, fundamentada em leitura e orientações e conhecendo os relatos, pudemos contribuir com perguntas que pudessem fazer dar voz às mulheres.

Os dados foram sistematizados, digitalizados e transformados em informações que resultaram no Trabalho de Conclusão da discente/ relatório técnico científico, defendido por Késia Cristina Nascimento, em 2019. O relatório compõem o acervo do projeto ficando a disposição da rede de proteção a mulher. Nesse trabalho, pudemos identificar que uma parcela das mulheres, que rompem o silêncio, possui mais tempo de escolaridade que os companheiros agressores, observamos ainda, que nos relatos expõem que valores morais e religiosos levaram à suportar a situação de violência.

No ano de 2018, o Curso de Sistema de Informação desenvolveu um aplicativo para monitoramento das medidas protetivas, a composição da rede de proteção pode alimentar o aplicativo de dados. É importante ressaltar que desde 2006, com a edição da já citada Lei 11340, mulheres vitimas de violência recorrem às delegacias de polícia, não apenas com o objetivo de punir o agressor, mas também com o objetivo de requerer medidas de proteção. Estas são decisões judiciais que obrigam os agressores a não se aproximarem, tampouco manterem qualquer tipo de contato com as mulheres vitimas.

Para que a autoridade policial possa efetivamente fiscalizar o cumprimento dessas medidas de proteção é necessário criar um banco de dados que contenha informações

sobre mulheres vítimas de violência, homens sujeitos às medidas protetivas e os limites das restrições a eles impostas.

Assim, visando operacionalizar o acesso às informações sobre as medidas protetivas, de modo inédito, instituiu-se o SISTEMA PENHA. O aplicativo PENHA foi publicizado e desde então, tem sido um instrumento de monitoramento de medidas protetivas, usado pelos profissionais de segurança pública, no município de Diamantina. Via o aplicativo, os agentes da segurança pública acessam dados no que tange as medidas protetivas, buscando informações para orientá-los, em caso de ocorrência, qualificando o atendimento emergencial das mulheres vítimas de violência. O acesso aos dados permite aos agentes públicos, no que tange aos agressores, verificar os limites das restrições a eles impostas.

A metodologia de acompanhamento das ações extensionistas se pauta em orientações semanais e ou quinzenais, nos grupos de estudos temáticos, articulando as leituras decorrentes da necessidade do dia-a-dia do serviço de proteção e dos grupos de estudos /pesquisa em andamento. As docentes responsáveis pelo projeto, junto com a bolsista reúnem-se com a equipe da Delegacia de Mulheres, esporadicamente, de modo a ouvir e colocar em discussão o andamento do próprio projeto com a equipe da segurança pública.

O projeto continua a produzir oficinas de discussão, nomeadas como Rodas de Conversa e intervenções, ao longo do ano de 2019, no interior da UFVJM, no campus JK/ Diamantina. Viabilizamos a promoção de eventos que mobilizaram a divulgação da rede de proteção e da *Lei Maria da Penha* e a popularização dos saberes em torno dela. Decorrente disso, compusemos os trabalhos do Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, a fim de organizar e participar de eventos ligados à temática de gênero/Evento Mulher; aulas públicas e, ou, atividades abertas ao público acadêmico e, ou, a população em geral, divulgando o acúmulo do trabalho e das pesquisas realizadas.

Em julho de 2019, participamos da II Encontro de Mulheres, realizado no FESTIVALE, festival de cultural e arte popular do Vale do Jequitinhonha, realizado em Belmonte, Bahia. No encontro, partindo do tema: 'O feminino na arte da resistência', colocamos em discussão as questões que envolvem as mulheres do Vale do Jequitinhonha⁴. A institucionalização dos espaços de diálogos com mulheres tem o caráter de romper com o silêncio e a naturalização da violência. No contexto do Vale, a miséria, as relações de subordinação, a ausência de trabalhos formais e de acesso às políticas públicas de enfrentamento, muitas vezes, impedem que haja a ruptura com o cotidiano da violência. Significadas como mulheres fortes, resistentes e corajosas, e ainda culturalmente nomeadas como "viúvas de maridos vivos", muitas suportam a violência física e simbólica sem problematizá-las. No

4 O Vale do Jequitinhonha, região que se situa no nordeste do estado de Minas Gerais, é a região mais vulnerável economicamente do estado. O Vale pela diversidade de povos e etnias que o habitam, abriga formas culturais de resistência e de subsistência, como as tradições de arte através do barro, bordados típicos e outros. Não obstante as tradições da arte, são perceptíveis claramente as vulnerabilidades sociais e econômicas da região do Vale do Jequitinhonha; ainda, os indicadores estatísticos demonstram que a violência doméstica e familiar contra a mulher nessa região é explícita e maior do que em outros locais do mesmo estado.

diálogo entre mulheres de diferentes classes sociais, com trajetórias e saberes distintos possibilita-se a multiplicação de informação. Com isto, podem as mulheres identificar em suas vivências as violências naturalizadas. Nos debates, algumas expressam as rupturas realizadas, e discutem sobre políticas públicas que lhes permitiram romper com os ciclos de violência.



II Encontro Mulheres; Festivale, Belmonte, Bahia, Brasil. Arquivo próprio.2019

No mesmo contexto de participação pela arte, objetivando provocar o estranhamento da cultura patriarcal, rural, a equipe executora do projeto em companhia com o Laboratório de Montagem de Artes Cênicas da UFVJM, por via da assistência técnica e da formação teórica, dos conteúdos das disciplinas: Psicologia Social e ou Políticas Educacionais contribuiu com a produção da peça teatral *Olhos D'água*. A peça baseada no livro de igual nome de Conceição Evaristo colocou em discussão a violência doméstica. Ela foi um dos instrumentos de discussão junto à população do Araçuaí e Diamantina.

3 I ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS...

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. Evaristo (2018)

O processo de ensino e aprendizagem à medida que discute e permite a compreensão da cultura patriarcal e que lança um olhar sobre o cotidiano social, tem produzido não apenas a reflexão crítica, mas também o descortinar de vivências e dores dos e das estudantes, que compreendendo e significando os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais

foram socializados, entendem as relações construídas- sejam elas baseadas na violência ou não.

Percebendo como o cotidiano produz sociabilidades, podem se entender como sujeitos históricos- produtos, mas se percebem como sujeitos produtores da história. Nesse sentido, os enfrentamentos vão se revelando como uma necessidade. E temos percebido que via arte, via produção acadêmica, via inserção em projetos como o que temos desenvolvido se torna uma forma de interferir na realidade e de produzir outras narrativas. Entendem que a democratização social brasileira, necessariamente, implica o acesso aos direitos sociais e políticos historicamente negados ao povo brasileiro, mas, sobretudo, às mulheres.

Situam as políticas afirmativas e de reconhecimento como instrumento de transformação social, fruto de lutas históricas, e assim, entendem que a mobilização social e os enfrentamentos são necessários a edificação de outras e novas relações societárias. Nesse contexto, compreendem a perda de direito que vivenciamos com a Ementa Constitucional 95/2016- que contingência o financiamento público pelo Estado da educação, assistência e saúde, e os impactos no agravamento das violências sociais historicamente mantidas no Brasil.

A montagem da peça teatral Olhos D'água foi resultado do acúmulo de discussões desenvolvidas junto a UFVJM, a comunidade estudantil e a Delegacia de Atendimento a Mulher sobre a violência naturalizada dirigida à mulher. A peça colocou em análise os processos de resistência que marcam as trajetórias femininas. As apresentações junto a UFVJM e no V Festival Internacional de Teatro de Palco e Rua Araçuaí, MG, Brasil (FESTA), realizado de 20 a 26 de Janeiro de 2019 renderam 5 prêmios à peça teatral. Consideramos que o espetáculo foi em si consequência dos trabalhos em processo, pois desde sua construção, à execução e, sobretudo, a participação das estudantes da UFVJM- que construindo outras trajetórias e narrativas frente às violências vividas- produzem novas formas de enfrentamento e mobilizam a ruptura do silêncio secular que reduz a mulher ao lugar de objeto e a reconduzem ao lugar de sujeitos sociais de direito.

Via narrativa artística, acadêmica, os silêncios são rompidos e as violências denunciadas, ecoando nas ações da rede de fortalecimento, as vozes de mulheres e homens que dizem NÃO! E assim, produzem **NOS** capazes de proteger outras formas de existências: insurgentes, democráticas, feministas!!!

Ressalta-se que, desde 2017, temos mantido participação de ações formativas junto a UFVJM e aos movimentos sociais. Composição de Rodas de Conversas envolvendo projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na UFVJM que discutem as políticas públicas e os processos de empoderamento feminino e ou a promoção da equidade social e de gênero. A organização do Encontro Mulheres- seja no dia Internacional das Mulheres, seja no espaço do FESTIVALE⁵, articulação de diferentes e diversos eventos e ações

5 Conforme Lima(2018), o FESTIVALE objetiva divulgar, disseminar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do

promotoras de intervenções na realidade social dos Vales e de suas questões sociais, são estratégias de intervenções já realizadas.

Via o NOS, Núcleo de Orientação Socioeducacional, temos difundido material de informação junto a UFVJM e a comunidade, orientando sobre o que é e de que formas a violência à mulher se apresenta. O núcleo tem organizado um acervo virtual- de textos, filmes, curtas- como material educativo. Por outro lado, através das redes sociais e do facebook disponibilizamos informação e orientação da proteção à mulher.

Em junho de 2019, realizamos internamente um encontro com mulheres- servidoras contratadas/tercerizadas da UFVJM, de modo a divulgar e difundir material gráfico, que, publicizado nos banheiros coletivos da UFVJM, visam garantir que o trabalho do NOS seja conhecido junto a Universidade e a comunidade universitária. A presença e a participação das mulheres abriu possibilidade para que possamos manter encontros semestrais, de modo a dialogarmos sobre a violência à mulher e as múltiplas formas como ela se apresenta nos diversos e diferentes cotidianos sociais.

O material impresso sobre as formas de violências vividas por mulheres foi entregue a cada uma delas, que puderam levar para os espaços comunitários, nos quais quiseram afixar as informações recebidas. Em comum acordo com o grupo, organizamos o encontro para setembro de 2019, onde discutimos com as mulheres como promover os debates sobre o tema da violência a mulher nos bairros e comunidades diamantinense. Os dados de violência doméstica em Diamantina/MG/Brasil, revelam que há ocorrências de violência doméstica em todos os bairros que compõem a cidade, que mantém marcas societárias patriarcais, racistas e sexista e com alto índice de desigualdade social.

O estudo de Ribeiro (2016) mapeia e ilustra como, não por acaso, a violência se relaciona as relações de opressão que se mantêm nos diferentes e diversos extratos sociais. Inserir espaços de dialogo nos bairros implica lidar com a realidade ainda silenciada. Almejamos construir parcerias possíveis com a rede de assistência e proteção social-SUAS, mas entendemos que a aproximação com as mulheres e a escuta delas de como fazer e construir os espaços de dialogo será o fundamental para fortalecermos o projeto de extensão em curso. Pois como argumenta hooks (2019, p.48) “Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais”.

Da escuta das mulheres tercerizadas, organizamos em 2020, uma roda de conversa no bairro Cidade Nova, próximo a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em parceria com a Associação de Bairro. Chegamos a compor uma agenda para 2020 e estratégias de ações para convidar e ampliar as discussões sobre gênero, papéis sociais e violência. No entanto, o planejamento feito foi suspenso em decorrência Jequitinhonha. Nascido nos anos 1980, através de filhos do Vale que estudavam na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sediada em Belo Horizonte (MG), foi pensado e promovido, anualmente, no Vale como estratégia de luta política.

da Pandemia de COVID 19, pois o projeto por sua metodologia implica o contato direto e a participação social⁶. Após a suspensão de calendário pela UFVJM, realizamos ações de informação nas redes sociais, com a produção de uma cartilha informativa de autoria da bolsista do projeto: Franciele Ferreira de Souza, sob orientação da coordenação do projeto. E em junho de 2020, realizamos a *live*: Papel da Universidade na discussão de gênero e na invisibilidade da violência sexual, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=blaJ804wNxE>.

Ainda em 2019, em roda de conversa com as mulheres trabalhadoras terceirizadas da UFVJM, assistimos e discutimos a peça teatral: A Menina que Não Queria Ser Princesa-ação conjunta com o grupo de Artes Cênicas da UFVJM. Na articulação com o Laboratório de Artes Cênicas, sob a responsabilidade do professor visitante, Flavio Rabelo, fomos responsáveis pela parte técnica das peças teatrais: Olhos D'água(2018), Alzira(2019), a exposição: Comigo Ninguém Pode(2019); a performance e exposição: Desgraçada e realizamos a Roda de Conversa Comigo Ninguém Pode- realizada em 26/11/2019, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QhkvqZWjilk&t=445s>.

Caminhando pro fim, remetemos à produção acadêmica de Tairine Duarte Oliveira⁷, estudante, negra, do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que sintetiza suas aprendizagens em Psicologia Social, ano de 2017, com a seguinte afirmativa:

Reafirmo sempre que possível: ser mulher é ser luta. Luta de classe, de gênero, de cor, de sangue, de sexo. Não se trata só de um salário mais baixo, ou de um tapa na cara nem mesmo de estupro. Se trata do desrespeito e violação da liberdade, causando temor e medo de ser quem é e ser taxada como sexo frágil, sendo alvo de todo e qualquer abuso. O sistema político é sexista, misógino e branco. Não existe capitalismo que abrace a mulher. Oliveira(2017).

REFERÊNCIAS

Evaristo, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed.- Rio de Janeiro, RJ :Pallas Míni, 2018. 124 p.

Habermas, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa/ Jürgen Habermas; tradução de Flavio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

6 O processo de isolamento social tem exposto a mulher à violência doméstica, como também as crianças, o aumento do número de feminicídios no mundo e na América Latina, indicam que a condição da subordinação da mulher ao homem, o patriarcado, é, pois, uma forma estrutural do capitalismo. No isolamento social, houve aumento de 29,2% em São Paulo-SP, Brasil, da violência doméstica, apenas no primeiro mês do isolamento. A Pandemia explícita e reafirma a necessidade de políticas públicas de proteção à mulher, às crianças e aos idosos. A Emenda Constitucional 95 de 2016 revela o ataque criminoso à Constituição Federal de 1988. De 2016 até o presente, temos sido governados pelos interesses neoliberais, que conduzem o país e que se intensificam no governo de Jair Bolsonaro.

7 Atualmente a acadêmica encontra-se vinculada a Universidade Federal da Bahia. O trecho transcrito compõem o artigo apresentado a Unidade Curricular Psicologia Social, como forma de sistematizar as aprendizagens durante o curso.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arredatadoras**. 6ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

Galeano, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

Lemos Silse. **O trabalho das mulheres da agricultura familiar à indústria capitalista contemporânea e a incidência dos mitos nas relações de gênero na sociedade patriarcal**. Revista de Políticas Públicas, 2016. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5986>>, acesso em 17/12/2020

Lima, Josélia B. Q. **O poder masculino na esfera da universidade pública**. Revista Universidade e Sociedade. Ano XXVII. Nº 60. Brasília.DF. 2017.

Lima, Josélia B. Q. et al. **Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito**. X Congresso ALASRU. Montevideo. 2018.

Ribeiro, Celina Neves. **Violência Doméstica Contra a Mulher: Caracterização do fenômeno a nível municipal**. (Dissertação de Mestrado), UFVJM, 2016.

Silva, Maria Aparecida Moraes. **Mulheres Trabalhadoras Rurais: trajetórias e memórias**. RURIS, Volume 4. Setembro de 2010

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Data de aceite: 01/03/2021

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Universidade Federal Fluminense - UFF

Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Nelson Felix Lima Neto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Joyce Domingues da Silva Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência profissional de uma equipe interdisciplinar no planejamento, organização e execução de um Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) em uma instituição pública federal, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. O programa já atendeu mais de 600 trabalhadores em 10 anos e tem sua metodologia e práticas agregadas consolidadas. A equipe é composta por profissionais da saúde de diversas formações, como historiadores, psicólogos e assistentes sociais – o que tem se mostrado fator de enriquecimento técnico e crítico, bem como produtor de intervenções mais complexas e alinhadas a mudanças conjunturais, como a reforma da previdência de 2019. Com perspectiva crítico-reflexiva e pautado nas premissas da Saúde do Trabalhador, o PPA conta com uma metodologia e didática que compreende o trabalhador em sua multidimensionalidade, agregando não só aspectos profissionais, mas

biológicos, subjetivos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Trabalhador, Programa de Preparação para Aposentadoria, Serviço Social

TRACING NEW PATHS: REFLECTION IN MOMENTS OF CRISIS

ABSTRACT: This article aims to present the professional experience of an interdisciplinary team on planning, organizing and executing of a Retirement Preparation Program (RPP) in a federal public institution, the Oswaldo Cruz Foundation - Fiocruz. The program has already served more than 600 workers in 10 years and has its methodology and practices consolidated. The team is composed of health professionals from different backgrounds, such as historians, psychologists and social workers - which has shown to be a factor of technical and critical enrichment and producer of more complex interventions aligned with cyclical changes, such as the 2019 pension reform. With a critical-reflexive perspective and based on the premises of Occupational Health, this RPP has a methodology and didactics that comprehend workers in their multidimensionality, assembling not only professional, but biological, subjective and social aspects.

KEYWORDS: Worker's health, social work, Retirement Preparation Programs.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência profissional de uma equipe interdisciplinar no planejamento,

organização e execução de um Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) em uma instituição pública federal, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. O programa já atendeu mais de 600 trabalhadores em 10 anos e tem sua metodologia e práticas agregadas consolidadas. A equipe é composta por profissionais da saúde de diversas formações, como historiadores, psicólogos e assistentes sociais – o que tem se mostrado fator de enriquecimento técnico e crítico, bem como produtor de intervenções mais complexas e alinhadas a mudanças conjunturais, como a reforma da previdência de 2019. Com perspectiva crítico-reflexiva e pautado nas premissas da Saúde do Trabalhador, o PPA conta com uma metodologia e didática que compreende o trabalhador em sua multidimensionalidade, agregando não só aspectos profissionais, mas biológicos, subjetivos e sociais.

Lançado em 2010, o Programa de Preparação para Aposentadoria *Trilhando Novos Caminhos*, é um programa do Núcleo de Atenção Integral à Aposentadoria (NAIA). Nasce a partir de demandas específicas de sofrimento entre trabalhadores em proximidade com a aposentadoria compulsória em função de adoecimento que eram atendidos pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST-CST). Na ocasião de seu lançamento, o PPA estava voltado para os servidores a um ano das condições mínimas para aposentadoria, os que recebiam abono de permanência, os indicados à aposentadoria por invalidez e os que estavam a um ano da aposentadoria compulsória. Contudo, os critérios de participação nos casos de aposentadoria voluntária e compulsória foram sendo sistematicamente ampliados para cinco e dez anos, respectivamente. Atualmente, o programa é universal, com a admissão de trabalhadores terceirizados e bolsistas, além dos servidores, e sem restrições rígidas de idade e tempo de contribuição previdenciária, atendendo a uma lógica de ampliação de acesso e de educação permanente.

O PPA objetiva fundamentalmente ser um espaço de reflexão e de cuidado para com o processo de transição para a aposentadoria, com ênfase na prevenção de agravos e promoção da saúde – premissas básicas de saúde do Trabalhador. A idéia que norteia suas ações é a de que o acesso à informação crítica possa gerar condições de escolhas para o trabalhador para a efetiva construção da aposentadoria que deseja ter e que isto venha a impactar positivamente sua saúde. Pontua-se que isso se dá levando-se em conta seus próprios recursos acumulados ao longo da vida, também objetos do PPA: recursos físicos, cognitivos, sociais, emocionais, financeiros, etc (LEUNG & EARL, 2012). Entre seus objetivos específicos estão problematizar a centralidade do trabalho como elemento constituinte e organizador da vida e sua relação com o binômio saúde/doença; estimular e subsidiar o trabalhador na construção de novos projetos de vida e incorporar as questões relativas à qualidade de vida na aposentadoria à agenda do campo da Saúde do Trabalhador.

Apesar da abordagem coletiva de suas ações educativas, como momento preliminar à culminância de sua estratégia, realizam-se entrevistas individuais que balizam a elaboração do perfil do grupo. A partir desse perfil cada edição do programa é minuciosamente planejada e executada, sendo essa característica uma das responsáveis

pela particularidade de cada edição. O perfil de cada grupo é considerado *tridimensional*, pois leva em conta tanto questões individuais (informações coletadas na ocasião da entrevista) e institucionais (por meio do conhecimento profundo da cultura institucional e suas dinâmicas), quanto de conjuntura (como as vivenciadas pelo país em sua história recente, que inclui a Reforma da Previdência).

Destaca-se que o PPA não objetiva incentivar que trabalhadores se aposentem ou que permaneçam na instituição após o atendimento das condicionalidades necessárias para aposentadoria. Com uma abordagem crítico-reflexiva, que estimula a mobilização de recursos e compreensão sobre a realidade, o trabalhador torna-se capaz de ter mais clareza a respeito de suas possibilidades e tem mais chance de obter êxito em seus planos.

Estimulam-se ações pautadas na autonomia e uma relação dinâmica e crítica frente à realidade. Procuram-se condições de ressignificação e possibilidades de mudança em direção à saúde e ao bem-estar. O programa busca apoiar o trabalhador em sua transição para aposentadoria, pautando a dinâmica indivíduo-trabalho-saúde. Portanto, não são oferecidos planos pré-estabelecidos e evitam-se fazer juízos de valor sobre crenças, modos e planos de vida, buscando-se uma lógica de educação inspirada em Freire (1967 e 1980).

A experiência e a literatura especializada têm demonstrado que a preparação para aposentadoria é valiosa política dirigida a trabalhadores mais velhos diante da urgência em ressignificar a vida, o trabalho e (re)construir expectativas de futuro. Depois de dedicar-se ao trabalho ao longo da vida e de ter sua identidade tecida por ele, o trabalhador se vê diante de novos desafios de vida e condições de saúde. Ele passa a refletir sobre seu estar no mundo enquanto envelhece ante ao constante prolongamento da vida profissional em função do aumento da expectativa de vida populacional, bem como de sucessivas reformas previdenciárias que impõem uma reorganização das relações com o trabalho.

O envelhecimento populacional estimula discussões como a da reorganização da lógica de seguridade social e aposentadorias. No entanto, a reforma previdenciária de 2019 parece ir na contramão de sistemas de proteção social ao idoso, uma vez que profundas desigualdades sociais e a fragilidade de políticas públicas o vulnerabilizam e tendem a excluí-lo econômica e socialmente (TEIXEIRA & PINHO, 2018; RAMOS et al., 2017), acarretando em diminuição de níveis de saúde e bem-estar, sabidamente condicionadas a atravessamentos sociais e de rede de cuidados (OMS, 2015).

Portanto, valiosas são as ações e políticas públicas amplas de proteção dirigidas aos trabalhadores mais velhos, como elevação dos níveis de empregabilidade, estímulo a formas de trabalho flexível com mais equilíbrio entre vida pessoal e profissional e oferta de ações e programas para apoiá-los na transição para uma nova fase da vida – a aposentadoria ou seus ciclos finais de trabalho. Deste modo, PPA's podem servir como ferramentas sem se limitar à figura, cada vez mais distante, da aposentadoria para trabalhadores nos ciclos finais de suas vidas laborais, mas que ainda não podem se aposentar – por não terem condições legais ou econômicas ou mesmo pela profunda identificação com o trabalho. Todas as

situações envolvem algum sofrimento na medida que frustram desejos e expectativas em torno do pensamento da aposentadoria como direito e prêmio ao fim da vida.

Percebeu-se que nas últimas edições do *Trilhando Novos Caminhos*, as discussões em torno da reforma da previdência criaram um ambiente de dificuldade e tensionamento no que envolvia o planejamento dos trabalhadores, fragilizando-os nos assuntos em que o PPA objetiva fortalecer através de ações, desde questões econômicas às sociais e de saúde. Desta forma, tem sido, desde então, cada vez mais necessário encarar a permanência prolongada na organização ao envelhecer, não mais como apenas uma alternativa, como outrora, pautada por decisão individual entre esses trabalhadores.

Destaca-se que a atual conjuntura tem impactado os trabalhadores diante do medo da perda de direitos históricos. Percebeu-se que muitos foram levados a buscar o PPA motivados pela possibilidade de aprovação da (contra)reforma da previdência, que modificou significativamente as regras para aposentadoria de trabalhadores servidores e celetistas. Em resumo, a (contra)reforma reduziu valores de benefícios e aposentadorias pagos aos trabalhadores, elevou o tempo necessário para o alcance do direito a benefícios previdenciários e aposentadorias, além de ter dificultado o acesso à tais direitos. A situação acaba por levar trabalhadores a terem que trabalhar no mercado formal por tempo superior do que o até então era necessário. Este cenário somado aos notórios baixos níveis de empregabilidade da pessoa mais velha e à um período de recessão econômica, mostrou nas últimas edições do PPA afetar negativamente a saúde dos trabalhadores e dificultou a projeção de futuro e planejamento, levando a um clima de instabilidade e incertezas sobre seus recursos disponíveis para uma aposentadoria satisfatória.

A universalização do acesso ao programa vem a atender às diversas mudanças em contextos maiores que estão para além das institucionais vividas por esse conjunto de trabalhadores específicos – formalmente empregados em diferentes graus de estabilidade, em sua maioria de classe média e dentro de uma lógica de carreira. Ainda assim, em contexto “privilegiado” se comparado à média da população brasileira, apresentaram-se desafios metodológicos e políticos à equipe nos últimos anos em função da discussão e posterior homologação da reforma previdenciária. O desafio metodológico se deu por conta da diferença no que tange à legislação previdenciária de servidores e trabalhadores terceirizados, que são de ordem jurídica e legal, bem como pelo manejo da frustração em ter que permanecer trabalhando por mais tempo. Já o desafio político, à correlação de forças envolvidas nas distinções de vínculos por conta de diferenças remuneratórias, hierárquicas e de estabilidade entre servidores públicos e celetistas. Sabe-se, por exemplo, que o vínculo de celetista pode desfavorecer o trabalhador, em especial quando se trata da ausência deste em seu local de trabalho para participação no programa.

Embora o programa seja conduzido por uma equipe interdisciplinar, aqui compreendido como algo importante e necessário para o sucesso do mesmo, alguns dos valores éticos e caros ao Serviço Social brasileiro se fazem presentes intrinsecamente.

Entre eles, a garantia do pluralismo evidenciada pelos diferentes saberes em função de formações profissionais diversificadas, tendo em sua composição, além de assistentes sociais, demais profissionais da saúde que têm como linha norteadora a perspectiva da Saúde do Trabalhador. Ainda de acordo com o código de ética, a democratização “das informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as”, pode ser perfeitamente evidenciado através do caráter universal que o programa se tornou a partir de 2019, o que representou um ganho para os trabalhadores da Fiocruz. Ressalta-se que uma das características do Serviço Social, além da defesa da profissão, é defender e ampliar os direitos da classe trabalhadora.

Outro importante elemento do programa, e que tem significativo valor para a prática profissional em Serviço Social, é o sigilo profissional. Todo o processo do PPA envolve a proteção do sigilo das informações individuais coletadas durante as entrevistas, das geradas na elaboração do perfil do grupo para planejamento de ações e das informações e diálogos feitos durante a realização dos módulos que compõem o programa. A garantia do sigilo tem sido responsável por permitir que os trabalhadores se sintam mais seguros para se abrirem e compartilharem com a equipe e colegas as particularidades de suas vidas pessoais e profissionais.

O caráter interdisciplinar do programa permite que seja pensado, planejado e elaborado com uma perspectiva crítica sobre a aposentadoria, compreendida enquanto processo complexo e multidimensional. Sendo o Serviço Social uma profissão generalista, o assistente social é qualificado para atuar com as mais variadas políticas, mas sempre em relação permanente com outros profissionais. Com o propósito de intervir sobre a realidade, o Serviço Social busca a garantia e ampliação de direitos, indo ao encontro ao atual momento do PPA Fiocruz, que diante de mudanças sociais, políticas e econômicas buscou a universalização de acesso ao programa e a construção de uma visão mais crítica da realidade sem perder de vista a condição de cada um, não somente como indivíduo, mas como trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPA da Fiocruz, desde a sua origem, tem sido positivamente avaliado pelo conjunto de trabalhadores da instituição que participaram de suas 18 edições. Sua metodologia centrada na Saúde do Trabalhador, que passa por uma lógica interdisciplinar e crítica é, sem dúvida, um diferencial relevante por garantir ao trabalhador um olhar multidimensional e, portanto, com possibilidades de intervenção mais complexas e variadas.

O Serviço Social, que é uma profissão generalista, tem seu fazer profissional voltado para a intervenção na realidade, necessitando de instrumentos capazes de compreendê-la, uma vez que só é possível intervir em processos nos quais se conhece o funcionamento. A

apreensão desse conhecimento sobre a realidade só alcança maior fidedignidade quando realizado com olhar amplo, sendo favorecido por um trabalho pautado na interdisciplinaridade profissional e na multiplicidade de olhares.

A riqueza presente nas reflexões, análises e execução do programa proporciona experiência valorosa de aprendizado mútuo tanto para os participantes quanto para a equipe – que ali está na condição de especialistas, mas também de trabalhadores de uma mesma instituição. Daí a necessidade de agregar à técnica formas de atuação que minimizem o lugar de suposto saber daqueles que conduzem as atividades, estimulando relações horizontais de confiança, parceria e transparência de modo que seja possível a partilha de ideias e afetos em prol do objetivo maior do PPA: ser espaço de cuidado, reflexão e transformação da realidade.

No ano de 2020, de modo condizente com sua história e proposta, o programa teve novamente sua missão central reafirmada, dando um salto significativo na construção de materiais que puderam oferecer suporte aos trabalhadores em um período de crise sanitária causada pelo Covid-19. A produção de manuais, vídeos e webinar foram fundamentais para dar apoio e sensibilizar trabalhadores, cuja idade e o tempo na instituição os fragiliza quando diante do cenário que se coloca. Além disso, foi reforçado o já estabelecido acompanhamento dos egressos das 18 edições, mas de modo sistemático, como forma de oferecer suporte *online* neste tempo adverso. Ressalta-se que o acompanhamento pós PPA ou pós aposentadoria reforça a concepção de cuidado integral ao trabalhador.

O programa de preparação para aposentadoria da Fiocruz vem, ao longo dos anos, se constituindo como um referencial para os trabalhadores da instituição e demais profissionais da área. Na atual conjuntura, pensar a aposentadoria, mais que importante e necessário, tornou-se urgente. Se por um lado (contra)reforma da previdência impede que uma massa de trabalhadores tenha a oportunidade de usufruir de um direito histórica e duramente conquistado, por outro aqueles que a tem estão sendo levados a pensar seus próprios processos – seja pela necessidade de aposentar com urgência, seja por estarem temerosos pelo futuro, seja por não saberem quando poderão se aposentar.

Conclui-se que, em programas de preparação para aposentadoria comprometidos com o trabalhador, é colocada a questão da aposentadoria e do trabalho à reflexão. Nesse contexto, especialmente, o Serviço Social em uma equipe como a responsável pelo PPA Fiocruz contribui para o fortalecimento de práticas profissionais coletivas, propositivas e interventivas uma vez que são cada vez mais necessárias políticas dirigidas a trabalhadores mais velhos dados o envelhecimento populacional, o alongamento da vida laboral e a necessidade de condições de saúde e trabalho de mais qualidade. PPAs e ações correlatas facilitam o mapeamento de demandas dos trabalhadores de modo que possam ser traduzidas em políticas promotoras de saúde, sejam públicas ou institucionais, sendo o Serviço Social relevante produtor e articulador nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L.N. **Sentido do Trabalho**. Trabalho realizado para o Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador. CESTEH/FIOCRUZ, 2008. Mimeo.

DEJOURS, C. **A loucura do Trabalho**. São Paulo, Oboré, 1987

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

LAURELLA C, NORIEGA M. **Processo de Produção e Saúde - Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Editora Hucitec; 1989.

LEUNG, C. S. Y. & EARL, J. K. **Retirement resources inventory: construction, fator structure and psychometric properties**. Journal of Vocational Behavior, 81(2), 171-182. Washington, 2012.

MOREIRA, M.M. S. **Trabalho, Qualidade de Vida e Envelhecimento**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. ENSP/ FIOCRUZ, 2000 -100p. Mimeo.

REY, B.F., SILVA, J.R., PEZZI, S.V.T., COSTA, S.P., MENEZES, T.M. & FRITSCH, V.R.C. **Preparação para a Aposentadoria e os Programas nesta Área** In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, ano XVII, nº. 52, dez. 1996.

ROBAINA, C.M.V. **O Serviço Social na Saúde do Trabalhador: Entre a Afirmação de Direitos e a Burocratização dos Direitos Instituídos**. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes sociais. Foz do Iguaçu, 2007.

CICONELLI R.M., FERRAZ M.B., SANTOS W., MEINÃO I., QUARESMA M.R.. **Tradução para a Língua Portuguesa e Validação do Questionário Genérico de Avaliação de Qualidade de Vida SF-36 (Brasil SF-36)**. Rev Bras Reumatol 1999; 39:143-150.

Organização Mundial da Saúde – OMS. **Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde**. Genebra: Suíça, 2015.

PIMENTA, F. A. P. ET AL. **Avaliação da Qualidade de Vida de Aposentados com a Utilização do Questionário SF-36**. Rev. Assoc. Med. Bras., Fev 2008, vol.54, no.1, p.55-60.

RAMOS, J., LOGUERCIO, E., MELO FILHO, H. C. & RAMOS Filho, W. **O golpe de 2016 e a reforma da previdência: narrativas de resistência**. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2017.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; PINHO, Carlos Eduardo Santos. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 29-42, Jan. 2018.

PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA

Data de aceite: 01/03/2021

Jozadake Petry Fausto Vitorino

Universidade EducaMais (São Paulo). Membro do NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família e do Grupo de estudo Virtual: Violências, Direitos e Políticas Públicas (GEV/UFSC)
<http://lattes.cnpq.br/3339996527225371>

RESUMO: Este artigo traz para a discussão assuntos relacionados ao trabalho, envelhecimento, aposentadoria e à importância de programas de preparação para a aposentadoria nas empresas. Diante disso, a pergunta a ser problematizada é: Quais têm sido as expectativas e formas de planejamento dos trabalhadores do DEINFRA em processo de aposentadoria, para a vida pós-trabalho? Na busca por respostas sobre a questão central de nosso trabalho, foi promovido um *workshop*, realizado em quatro encontros, nos quais se discutiram temáticas relativas ao envelhecimento e à aposentadoria. A metodologia adotada foi a pesquisa de caráter exploratório e de base de estudo qualitativo, com a aplicação de um questionário semiestruturado. Foram enviados convites personalizados a 82 trabalhadores ativos em processo de aposentadoria. Destes 82, participaram 45. Ao final dos encontros, foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo preenchidos ao todo 13 questionários. Posteriormente, dentre os respondentes, foram selecionados aleatoriamente 10 participantes. A

unidade de análise empírica foi o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) de Florianópolis/SC. Os resultados sugerem que a totalidade dos participantes não se preparou para a vida pós-trabalho, ou aposentadoria, portanto não se sentem preparados para esse momento. Seus depoimentos expressam sentimentos diversos: de recusa, frustrações ou de negação por estarem diante do fato de terem idade e tempo para solicitar a aposentadoria, mas não se sentem preparados para a saída do órgão e aceitar a velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Trabalho. Aposentadoria.

ABSTRACT: This article discusses issues related to work, aging, retirement and the importance of retirement preparation programs in companies. In view of this, the question to be problematized is: What have been the expectations and forms of planning of DEINFRA workers in the retirement process, for the post-work life? In the search for answers on the central question of our work, a workshop was held, in four meetings, in which themes related to aging and retirement were discussed. The methodology adopted was exploratory research and based on a qualitative study, with the application of a semi-structured questionnaire. Personalized invitations were sent to 82 active workers in retirement, with the participation of 42 of them. At the end of the meetings, participants were asked to complete a questionnaire with open and closed questions, and 13 questionnaires were completed in all. Subsequently, among the respondents, 10 participants were randomly selected. The unit of

empirical analysis was the State Department of Infrastructure (DEINFRA) of Florianópolis / SC. The results suggest that the totality of participants was not prepared for life after work, or retirement, so they do not feel prepared for that moment. Their testimonies express different feelings: refusal, frustrations or denial because they are facing the age and time to request retirement, but they do not feel prepared to leave the agency and accept old age.

KEYWORDS: Aging. Job. Retirement.

RESUMEN: Este artículo aborda temas relacionados con el trabajo, el envejecimiento, la jubilación y la importancia de los programas de preparación para la jubilación en las empresas. Ante esto, la pregunta que se debe problematizar es: ¿Cuáles han sido las expectativas y las formas de planificación de los trabajadores de DEINFRA en el proceso de jubilación, para la vida posterior al trabajo? En la búsqueda de respuestas sobre la cuestión central de nuestro trabajo, se realizó un taller, realizado en cuatro reuniones, en el que se discutieron temas relacionados con el envejecimiento y la jubilación. La metodología adoptada fue la investigación exploratoria y basada en un estudio cualitativo, con la aplicación de un cuestionario semiestructurado. Se enviaron invitaciones personalizadas a 82 trabajadores activos en retiro. De estos 82, participaron 45. Al final de las reuniones, se pidió a los participantes que completaran un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas, y se completaron 13 cuestionarios en total. Posteriormente, entre los encuestados, 10 participantes fueron seleccionados al azar. La unidad de análisis empírico fue el Departamento de Infraestructura del Estado (DEINFRA) de Florianópolis/SC. Los resultados sugieren que todos los participantes no se prepararon para la vida posterior al trabajo o la jubilación, por lo que no se sienten preparados para ese momento. Sus testimonios expresan diferentes sentimientos: de rechazo, frustración o negación porque enfrentan la edad y el tiempo para solicitar la jubilación, pero no se sienten preparados para abandonar la agencia y aceptar la vejez.

PALABRAS CHAVE: Envejecimiento. Trabajo. Jubilación.

INTRODUÇÃO

Este artigo¹ é fruto de uma pesquisa desenvolvida no estágio curricular obrigatório III do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)².

O Serviço Social³ inserido na Gerência de Recursos Humanos (GEREH) da diretoria

1 Este artigo é resultado do “**Workshop Desfrutando os Prazeres na Aposentadoria**”, realizado no estágio curricular obrigatório III e parte do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: *Envelhecimento, trabalho e aposentadoria: expectativas e planejamento para a vida pós-trabalho*, defendido no dia 5 de dezembro 2017, no Programa de Graduação de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

2. O DEINFRA é uma organização pública e tem como finalidade implementar a política formulada pelo Governo do Estado (serviços aos cidadãos catarinenses), por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, para a infraestrutura de transportes (sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis, as instalações portuárias e as aeroviárias), edificações e obras hidráulicas de Santa Catarina, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Complementar 382/2007 (SANTA CATARINA, 2008). A partir disso, para a realização e procedimentos de coleta de dados, definimos como unidade de análise empírica o Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (DEINFRA), que fica localizado R. Tenente Silveira, 162 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-301.

3 “O Serviço Social como qualquer outra profissão liberal existente numa sociedade com modo de produção capitalista, está intrínseca a divisão sócio técnica do trabalho, e, por isso deve compreender as relações sociais estabelecidas neste formato de sociedade, imprimindo na sua ação/reflexão profissional possibilidades de uma práxis social. Tal práxis

administrativa do DEINFRA realiza diversos atendimentos, os quais são prestados aos servidores ativos lotados na sede e nas superintendências regionais.

Com base em dados da Gerência de Recursos Humanos (GEREH) e na própria vivência acadêmica durante o estágio, observou-se que muitos servidores permaneciam no ambiente de trabalho mesmo tendo o direito de requerer as suas aposentadorias, e isso nos levou a estudar os motivos de suas permanências e o que estava impedindo-lhes nesse processo, visto que já era um direito garantido.

Um dos maiores desafios dos assistentes sociais, em sua prática, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de efetivar e preservar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. É preciso promover a ruptura das atividades burocráticas e rotineiras, que reduzem o trabalho do assistente social a mero estágio curricular ou emprego, e viabilizar direitos sociais para a classe trabalhadora, a fim de melhorar ainda mais a sua percepção e visão sobre o mundo.

Durante a prática de estágio na sede do DEINFRA, observamos que os trabalhadores não estavam se preparando para a chegada da aposentadoria. Em contato informal com alguns trabalhadores em processo de aposentadoria, percebemos entre eles o medo e a insegurança diante dos desafios, considerando os novos tempos de vida sem trabalho, bem como o apego ao trabalho, às amizades, à rotina e ao *status* social, entre outros aspectos.

Assim, diante dessa constatação, definiu-se fazer uma pesquisa com esses trabalhadores, que aconteceu em quatro encontros temáticos (*workshops*)⁴, nos quais foram aplicados questionários e entrevistas⁵ semiestruturadas. Ao final dos encontros, foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo preenchidos 13 questionários. Posteriormente, foram selecionados aleatoriamente 10 participantes (dentro os 13 que responderam aos questionários), sendo cinco homens e cinco mulheres – os quais serão, doravante, identificados por P1 até P10 –, para que participassem de uma entrevista semiestruturada para aprofundar assuntos abordados no questionário. A análise dos dados foi feita com base em três momentos: a) reflexão prévia sobre o que pensam os trabalhadores em relação à velhice; b) quais são as expectativas com relação à aposentadoria; e c) vivência subjetiva de cada sujeito sobre a aposentadoria e repercussão desta na vida futura.

A questão central que moveu a nossa pesquisa foi: “Quais têm sido as expectativas

não é apenas a junção teoria e prática, ela deve estar voltada à transformação de um processo, seja ela na perspectiva da matéria, da consciência ou da prática.” (FERNANDES, 2016, p. 17).

4 Os encontros foram realizados no período entre 28/03/2017 e 18/04/2017, perfazendo um total de 16 horas. Cada encontro contou com uma temática específica relacionada aos assuntos que envolvem o processo de aposentadoria: a) “Preparação para a aposentadoria”; b) “O processo de mudança”; c) “Educação financeira”; d) “Atividade física e promoção da saúde”; e) “Aspectos psicológicos e sociais”. Procuramos assegurar certificação, que servirá para a progressão funcional dos participantes que obtivessem 75% de participação.

5 As entrevistas, realizadas no período entre 19/6/2017 e 6/7/2017, foram precedidas de leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa. Para isso, adotaram-se as recomendações éticas em pesquisa envolvendo seres humanos presentes na Resolução 466/2012 e na 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

e formas de planejamento dos trabalhadores do DEINFRA em processo de aposentadoria, para a vida pós-trabalho?”. Definido o problema, tem-se como objetivo geral: Analisar o que pensam os trabalhadores em processo de aposentadoria sobre velhice e aposentadoria, e quais têm sido suas expectativas e formas de planejamento para uma vida pós-trabalho. Já os objetivos específicos são: a) conhecer o que pensam os trabalhadores sobre o processo de envelhecimento e sua relação com o mundo pós-trabalho; b) identificar as expectativas e a forma de organização (planejamento) dos trabalhadores, em processo de aposentadoria, e sua saída do mercado formal de trabalho; c) verificar nos marcos normativo e regulatório brasileiro quais são as políticas públicas que apontam ações relativas à preparação para a aposentadoria e demais políticas públicas que inserem o idoso no conjunto de programas e serviços.

A metodologia adotada foi a pesquisa de caráter exploratório e de estudo qualitativo, com a aplicação de questionário semiestruturado (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2002). De acordo com Richardson (2008), estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos e os motivos pelos quais muitos deles, mesmo com o direito de requerer a aposentadoria, escolhem permanecer e envelhecer no do ambiente de trabalho.

No Brasil, o envelhecimento⁶ populacional está relacionado ao aumento da expectativa de vida e à diminuição da taxa de fecundidade e mortalidade infantil. O aumento da expectativa de vida desperta no meio científico o interesse pelo tema e traz para a discussão temas como: envelhecimento, trabalho e aposentadoria.

Na Constituição Federal de 1988, foram inseridas questões sobre o processo de envelhecimento populacional no Brasil. Entretanto, somente em 1994, por meio da Lei nº 8.842/1994, foi estabelecida a Política Nacional do Idoso, que instituiu o direito à saúde, a permanecer junto à sua família, ao lazer, a ter participação efetiva na sociedade onde se encontra inserido e, ainda, o direito à preparação para a aposentadoria com a antecedência mínima de 2 anos, antes da saída do órgão, tanto no setor público quanto no privado.

Para Neto e Braz (2012, p. 46), “**O trabalho é, sempre, atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos”.

A aposentadoria se configura, “[...] sob o ponto de vista psicológico e social, um momento estressante e de muita expectativa na vida do indivíduo, que suscita reações muito ambivalentes, que pressupõe a sensação de liberdade até a sentimentos de inutilidade e

6 A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) considera idosa toda a pessoa acima de 60 anos, nos países em desenvolvimento, ou 65 anos para os residentes em países desenvolvidos. No Brasil, a Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, considera idosa a pessoa com idade acima de 60 anos. O termo terceira idade surgiu na França, na década de 1960, e serviu para determinar o fim da produtividade econômica, ou seja, a aposentadoria.

exclusão” (MUNIZ, 1997, p. 199).

Para evitar esses sentimentos (negativos), a aposentadoria não deveria estar relacionada ao fim das atividades, mas ligada à continuidade de novos projetos, a fim de proporcionar novas experiências de amizade, metas e objetivos, ou até experiências melhores que as anteriores.

Diante disso, o Serviço Social não deve abster-se da análise e do exame crítico do fenômeno *envelhecimento – aposentadoria*, pois essa etapa da vida não está desvinculada das demais relações, o que o torna algo muito complexo. Isso requer um olhar crítico da realidade com intervenção social, visto a importância de os trabalhadores estarem preparados para se desligarem dos postos de trabalho com a sensação de dever cumprido e direito adquirido. É preciso preparar, dialogar e informar os benefícios da aposentadoria.

SENTIDO E SIGNIFICADO DO TRABALHO NA VIDA DO HOMEM – SERVIÇO SOCIAL: BREVE REFLEXÃO

Diversos pensadores têm pesquisado sobre a importância do sentido e significado do trabalho na vida dos sujeitos. Os motivos pelos quais os indivíduos permanecem durante mais tempo no local de trabalho podem variar. Para eles, o conceito de significado se relaciona com o entendimento social mais amplo, ou seja, compartilhado coletivamente, enquanto o sentido do trabalho está relacionado com a dimensão individual vivenciada por cada sujeito.

É oportuno dizer que muitos indivíduos, após vários anos de atuação profissional, passam a viver suas experiências de trabalho como se a vida fosse o trabalho, e o trabalho fosse a vida. Na maioria das vezes, por falta de preparação para a aposentadoria, os trabalhadores não oportunizam planejar ou pensar em realizar novos projetos com vistas à vida futura — a aposentadoria.

Assim, o assistente social que atua em empresas públicas e privadas poderá contribuir com o seu conhecimento (qualificado), organizando e coordenando atividades relacionadas às questões sociais e políticas públicas (integradas), como a organização de grupos de programas de preparação para a aposentadoria (PPA), por exemplo, visando ao pleno exercício da cidadania e à garantia dos direitos humanos básicos, compartilhando propostas e decisões, bem como difundindo informações importantes tanto no nível individual quanto no coletivo.

De acordo com Padilha (1992, p. 90).

Toda prática tem um componente cognitivo como condição necessária para que se realize conscientemente a ação. O conhecimento proporciona a condição indispensável para traçar objetivos que projetam à transformação dessa prática; se estes não se concretizam, não temos a transformação desejada. Vale salientar, porém, que o elemento cognitivo é necessário, mas não é suficiente para levar a alterar o conjunto de atividades que constituem

a prática [...]. A prática exige o elemento volitivo que é a vontade de realização dos objetivos, definidos a partir do conhecimento do objeto a ser transformado, dos meios e instrumentos para transformá-los e das condições objetivas que possibilitam essa realização. A prática exige o ato de vontade que se expressa no compromisso. O compromisso como ato de vontade não surge espontaneamente no profissional (forma voluntária), se constrói e explicita na vivência da prática, como ação/reflexão sobre a realidade, como consequência do seu compromisso enquanto ser social no engajamento pela transformação da sociedade.

Tal desafio requer profissionais bem-informados, críticos e competentes, para agir nos diversos espaços institucionais, dimensionando o trabalho e atualizando-se constantemente, diante das novas modificações históricas que moldam os processos e projetos sociais e das expressões sociais no campo onde exercem a sua prática.

ENVELHECIMENTO: DISCUSSÃO *VERSUS* RESULTADOS

Ao envelhecer, o homem sofre alterações, anatômicas e funcionais, em seu organismo, porém um idoso saudável é aquele que consegue manter a sua independência sem necessitar de cuidados de outra pessoa, mesmo estando acometido por qualquer tipo de doença. Dessa forma, a velhice não impede que o idoso possa desenvolver suas atividades com autonomia a partir das suas preferências.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que estabelece os cinco princípios da Política Nacional do Idoso:

I – a família, a Sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei. (BRASIL, 1994).

A pessoa idosa precisa enfrentar as transformações que lhes são impostas no processo de envelhecimento, logo, depara-se também com as questões relacionadas à identidade pessoal e social, pois passa a questionar o sentido da vida, e precisa se reorganizar e aceitar as mudanças e limitações advindas desse processo.

Alguns fatores podem contribuir para um envelhecimento saudável, como: o nível socioeconômico, a atividade intelectual, os valores culturais, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e um bom relacionamento com os familiares. Entretanto, vários fatores podem influenciar nas condições de alcance para a qualidade de vida, os quais podem variar de pessoa para pessoa, de forma positiva ou negativa.

Nas entrevistas realizadas, quando perguntados sobre a identificação de possíveis sinais de envelhecimento, pudemos verificar que, do total de participantes, apenas um não percebeu nenhum sinal de envelhecimento até o momento: “*Não, não percebo! Não percebo!*” (P4). Porém, A maioria (90%) aponta apenas alterações de ordem física. As falas de dois participantes expressam esse pensamento:

Percebo, com certeza! Hoje eu não faço as coisas que eu fazia quando eu tinha dezoito anos. As travessuras. Ou, quando eu tinha dez anos de idade. O organismo te impõe isso (P6).

Não me acho velha, mais às vezes assim... quando eu subo uma escada de vários degraus, aí eu digo assim, nossa! Quando eu era mais nova, eu subia isso aqui melhor, é a minha idade que já está avançando... Ah, mais tranquilo, é nisso aí que eu sinto, só! (P3).

Segundo Veras (2009, p. 549):

O Brasil hoje é um ‘jovem país de cabelos brancos’, a cada ano, 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, a maior parte em doenças crônicas e alguns com limitações funcionais. Em menos de 40 anos, o Brasil passou por um cenário de mortalidade próprio de uma população jovem para o quadro de enfermidades complexas e onerosas, típicas dos países longevos, caracterizado por doenças crônicas e múltiplas que perduram por anos, com exigência de cuidados constantes, medicação contínua e exames periódicos.

A questão da saúde na área do envelhecimento está relacionada a padrões diferenciados de vida. Dessa forma, observa-se que, por ser uma sociedade capitalista, existe uma divisão de classes, onde nem todos têm as mesmas oportunidades e condições de vida, constituindo-se, assim, em uma sociedade muito complexa e totalmente desorganizada.

Com o aumento da longevidade, acrescido do desejo de continuar produtivo, pouco a pouco o termo aposentadoria vai sendo substituído pelo pós-carreira, seja este assumido por um trabalho remunerado ou um voluntariado. Na verdade, pretende-se não ser um peso para os filhos e a família; portanto, aos 70 anos os sujeitos passam a se perceber como se tivessem 50.

PERCEPÇÃO E FORMAS DE PLANEJAMENTO DOS SERVIDORES DO DEINFRA PARA A VIDA PÓS-TRABALHO — APOSENTADORIA

Em relação aos momentos que antecedem o processo de aposentadoria, as falas dos sujeitos da pesquisa sugerem situações de angústia, medo, mas também observamos que alguns têm uma melhor compreensão do que significa essa etapa da vida. Na interpretação dos dados, 10% dos participantes responderam que estão se preparando para aposentar-se; 30% demonstram medo, angústia e acreditam que a aposentadoria pode ocasionar depressão — dentre eles, um não deseja se aposentar —; 40% não demonstram

preocupação com a chegada da aposentaria, porém, um dos participantes afirma que se sente como um objeto, um produto com prazo de validade; e 20% preocupam-se com o que fazer quando o momento chegar (Quadro 1).

Segundo Morin (2007), a ideia de trabalho está qualificada em seis tópicos: precisa ser versátil e ao mesmo tempo um instrumento desafiador. O trabalho deve provocar nos indivíduos o interesse pela educação continuada, possibilitando a autonomia e a tomada decisiva durante a jornada de trabalho, com a finalidade de propiciar a valorização e apoio aos trabalhadores frente às novas oportunidades, capacitando-os para uma mudança “social”. Uma mudança que possa contribuir para a construção da autoestima e para uma vida pós-trabalho realizável e feliz.

Como está sendo viver esses momentos que antecedem a sua aposentadoria?	
P1: “Aí muita angústia, bastante angustiante. É, tem muito a ver com a questão da identidade profissional”.	P6: “Já foi pior – após o curso, abriu a cabeça de uma forma fantástica. Então, a gente consegue degustar melhor essa situação. Conviver melhor com isso, vislumbrar um novo dia”.
P2: “Já foi angustiante, agora não é mais. É porque antes eu tinha medo, agora eu não tenho mais. Agora eu estou tranquila”.	P7: “Não penso muito. Talvez só vá sentir quando eu me aposentar mesmo”.
P3: “Tranquilo. Antes, eu não admitia nem falar em aposentadoria”.	P8: “Já poderia ter ido (me aposentado), mas eu estou gostando”.
P4: “Se bem que eu já estou aposentado, então não teve nada que antecedesse”.	P9: “Na verdade a minha aposentadoria já poderia ter acontecido há oito anos”.
P5: “[...] coisa mais linda do mundo. Eu não vejo a hora de chegar”.	P10: “Não, tranquilo. Não estou assim apavorado não”.

Quadro 1 – O que os servidores pensam sobre os momentos que antecedem a aposentadoria

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

Ainda podemos destacar em suas falas a necessidade de preparação para melhor compreenderem o processo que antecede a aposentadoria, para que, quando esse momento finalmente chegar, possam ser vistos com certa tranquilidade emocional e com planejamento, tanto para enfrentar a vida social quanto no que se refere ao planejamento financeiro. Entre as respostas, o que nos chamou atenção foi que um dos participantes do **workshop**, apto a se aposentar, relatou sentir-se despreparado para esse momento: “*Hoje o trabalho é uma coisa essencial para mim. Já tenho tempo para aposentadoria, não tenho nada para fazer em casa. Faltou essa preparação*”.

Para todos os participantes de nossa pesquisa, a aposentadoria representa uma espécie de libertação, que, associada ao tempo livre, lhes permitirá exercer a chamada “liberdade tardia” e nessa liberdade está incluída a prática de lazer com a família, atividades culturais e a oportunidades de estudar, ler mais, viajar, visitar amigos e parentes, praticar

atividades físicas, dançar, cuidar da saúde e desenvolver trabalhos voluntários.

Em seus depoimentos, os entrevistados apresentam sentimentos contraditórios, de alegria, por conquistarem a aposentadoria e terem mais tempo para si, e de ansiedade, com medo do novo e do desconhecido. Segundo Duarte (2009, p. 54), “trata-se de um período em que as expectativas (boas e/ou más) habitam grande parte dos pensamentos e sentimentos” dos pré-aposentados, uma vez que, em nossa sociedade, a saída do mundo do trabalho atribui ao aposentando uma perspectiva de exclusão social.

Além disso, desligar-se do trabalho poderá representar uma ruptura nos referenciais do sujeito, e a perda do convívio com o trabalho poderá ocasionar, por vezes, dificuldades emocionais e angústias. No entanto, projetos relacionados a tarefas agradáveis e flexíveis de horários levam o aposentado a alcançar uma aposentadoria mais tranquila e prazerosa, podendo ter mais tempo com a família e amigos. Por outro lado, a aposentadoria é, ao mesmo tempo, um mérito e um desafio para o aposentando, por ser uma nova fase de vida, converte-se em encontrar outras fontes de renda e de valorização pessoal.

Alvarenga *et al.* (2009) alertam que a aposentadoria está associada a mudanças no modo de vida. Mudanças que, se não forem cuidadas, podem ter diversas implicações na qualidade de vida dos aposentados, como a obesidade, agregando-se a doenças degenerativas, como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

Para alguns, a aposentadoria está relacionada à velhice, assim vinculada à ideia de aposentar-se aos seus sentimentos de importância frente o fim da vida. Nesse caso, há dificuldade de elaborar novos projetos. Como consequência, há aqueles que negam a aposentadoria e continuam no trabalho; há aqueles que, obrigados a se aposentar, não conseguem ver nada de bom na aposentadoria, prendendo-se ao passado (SOARES; COSTA, 2011, p. 64).

Quando perguntados se houve preparação dos participantes da pesquisa para a vida pós-trabalho, ou aposentadoria, 100% deles afirmaram que não estão preparados para a aposentadoria. Seus depoimentos expressam sentimentos diversos: de recusa, frustrações ou de negação por estar diante do fato de ter idade e tempo para solicitar a aposentadoria, e seus depoimentos expressam esses sentimentos:

Não está preparado psicologicamente (P1); não se planejou, mas após participar do workshop seu pensamento é de que pretende aposentar-se (P2); se achava ainda muito “novo” não se preparou (P3); não pensou nisso [...] e quer continuar a trabalhando (P4); está pensando em aposentar-se (P5); que lhes faltou a oportunidade de esclarecimentos ao longo da carreira e quando percebera já se encontrava em fase de transição sem o devido preparo (P6); deseja continuar trabalhando, pois não deseja perder as amizades ali construídas (P8); encontra-se indeciso (P9) enfatiza apenas que não se preparou (P10).

Observamos que, até o presente momento, não existia no DEINFRA nenhum programa de preparação para a aposentadoria (PPA). Sobre esse assunto, um dos nossos

participantes enfatiza em seu depoimento:

O que eu gostaria, é que dessem mais atenção para o funcionário, é um momento em que ele mais precisa, é no momento que antecede ao processo de aposentadoria. Eu gostaria de mais preparação, agora eu estou esperando para me aposentar, não tem ninguém para desenvolver as minhas atividades. Eu gostaria que dessem mais atenção para o servidor, porque é um momento que mais exige da gente (P12).

De acordo com Gugel (2016),

Do ponto de vista empresarial, verifica-se que as empresas que têm os programas de preparação para a aposentadoria implementados identificam melhorias no ambiente de trabalho, notadamente quanto à redução da ansiedade do aposentado e a eventuais conflitos, à otimização da jornada de tempo de trabalho, bem como à manutenção da produtividade. Além disso, o aposentando, quando posto como centro de atenção no ambiente de trabalho, melhora a difusão do conhecimento que acumulou. As empresas admitem também que os referidos programas, ao valorizarem a pessoa, geram um efeito psicológico positivo em todos os demais trabalhadores (GUGEL, 2016, p. 232).

Ao relatarem o fato de não terem se planejado para a aposentadoria, afirmam ser inerente à sua cultura, pois apontam terem sido preparados para o trabalho. Um dos participantes, em sua fala, acrescenta que a instituição deveria investir em seu bem maior, que é o material humano, e relata dificuldades ao pensar na vida futura sem o seu trabalho (P6). Os participantes apontam que estão se preparando financeiramente, ainda que, no momento, o valor guardado por eles seja considerado muito pouco, pois os seus salários não permitem guardar mais.

Neste sentido, pode-se dizer que, ao pensar em aposentar-se, são necessárias reorganização de tempo e organização financeira, a fim de evitar futuros empréstimos e endividamentos desnecessários e, conseqüentemente, preparar-se para o desligamento com qualidade de vida emocional e financeira.

Com base em tais argumentações, pode-se observar que, com advento da aposentadoria, o nível socioeconômico dos aposentados recai, devido a alguns cortes no salário. Para tanto, é necessário que haja uma reorganização de vida, durante o período que antecede à aposentadoria.

Os aposentados que não se organizam em relação à saída do local de trabalho têm dificuldade de adaptação na aposentadoria, pois apresentam mais limitações, sentem-se inseguros quanto às novas propostas e rotinas de vida. Diante desse cenário, precisam rever os seus aspectos individuais e traçar novos parâmetros para enfrentar os desafios de conviver mais tempo com os seus familiares.

Em vista disso, a preparação para a aposentadoria deve ser planejada e vista como um momento oportuno para a realização de algo esperado, pois o melhor vem depois, e para que isso aconteça, necessita-se de reservas em dinheiro para sustentar novos

projetos, saúde e disposição para uma vida pós-carreira mais ativa e feliz junto à família.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA VIDA DOS ENTREVISTADOS

Todos os participantes da pesquisa expressam a importância e centralidade do trabalho em suas vidas, tanto em relação às questões subjetivas quanto às objetivas, relativas à sobrevivência. 50% relacionaram o trabalho ao alcance das condições materiais de sua existência e 50% relacionam o significado do trabalho, em sua existência, à sociabilidade, relacionando-o inclusive à questão da dignidade. Vejamos algumas das respostas obtidas:

O trabalho é o que move o ser humano [...] (P1) Ele ocupou, eu sempre fui muito dedicada ao trabalho e à família [...] (P2) [...] foi dedicação total [...] (P4) Com certeza, em primeiro lugar! [...] (P6) Ele é bastante importante! [...] (P7) Acho que total! (P9).

Com efeito, o trabalho é um facilitador para a construção do ser social e do ser profissional, fazendo com que o sujeito se reconheça e seja reconhecido pelo outro, uma vez que o homem se produz e se reproduz o tempo todo, pois o sujeito se modifica por meio do trabalho e das relações interpessoais no contexto no qual está inserido. Com efeito, “a centralidade do trabalho pode ser entendida como nível de importância que o indivíduo atribuiu ao trabalho em sua vida, sendo este nível influenciado por valores próprios de cada pessoa e ao longo do tempo podem sofrer alterações” (KILIMNIK *et al.* 2015, p. 11).

Para entendermos melhor a ideia de trabalho, é preciso dizer que, desde os primatas, o trabalho era realizado em grupo, logo, o homem foi evoluindo ao longo da história, constituindo-se em grupos humanos. O resultado desse processo de evolução dos grupos humanos foi que, por meio do trabalho, a humanidade se transformou, se aperfeiçoou, e está em crescimento até os dias de hoje.

O homem, por meio do processo teleológico e da prévia ideação, projeta e organiza suas atividades, portanto, ele se diferencia dos animais, pois tem em sua natureza a linguagem articulada, razão pela qual se exteriorizam e viabilizam seus pensamentos e projetos pela consciência sobre a natureza e a si próprio (NETTO; BRAZ, 2012). Pode-se dizer que, por meio do trabalho, o homem interage e estimula forças da natureza, melhora seus conhecimentos e, por conseguinte, se torna um ser social.

Segundo Fontoura *et al.* (2015, p. 61), “A saída do mundo do trabalho é uma marca relevante na vida das pessoas, com fortes implicações não só para sua organização temporal da vida, mas também para sua autoimagem e suas relações sociais”. De fato, reorganizar sua vida exige aprendizagem na construção de um novo estilo de vida, considerando-se, por vezes, as preocupações que nos cercam em razão do contexto desigual no qual estamos inseridos. Assim, é preciso preparar-se desde cedo para a aposentadoria, a fim de evitar o apego ao trabalho e às amizades ali construídas, uma vez que o vínculo de

amizades laborativas acaba diminuindo ou se desfazendo após a aposentadoria.

EXPECTATIVA DE VIDA PÓS-TRABALHO: “BUSCA E CONQUISTA DE UMA NOVA IDENTIDADE”!

Para viver bem a vida pós-trabalho, é preciso ter conquistado, ao longo da vida, o capital familiar e financeiro. Precisa-se cultivar ou construir novos relacionamentos de amizade, porque as que forem deixadas no trabalho podem ser ainda visitadas, porém nem tanto cultivadas como antes.

Santos (1990 *apud* FÔLHA; NOVO, 2011, p. 2) afirma que,

O afastamento do trabalho ocasionado pela aposentadoria gera sentimentos ambíguos: crise — pela recusa em aceitar a condição de aposentado, devido à imagem estigmatizada vinculada à inatividade que tal condição confere; e liberdade — sentimento resultante da busca pelo prazer em atividades de lazer e concretização de planos anteriormente impossíveis de se realizarem pelo compromisso/obrigação de trabalhar.

O convívio diário entre os indivíduos influencia fortemente a construção das diversas identidades. Nesse caso, levamos em consideração a argumentação de Gomes (2008, p. 57), quando afirma que as trocas de informações contínua se tornam um ponto “[...] de grande importância, pois atribuem ao sujeito um sentimento de pertencimento a grupos (de pertença ou de referência), que leva o indivíduo a assumir pessoalmente as atitudes desse grupo que, mesmo sem perceber, guia suas condutas”. Lidar com todas essas questões certamente poderá influenciá-lo a decidir-se a se aposentar ou optar por continuar trabalhando.

Na interpretação dos dados coletados na entrevista sobre em que momento da sua vida a aposentadoria foi uma preocupação, os dados sugerem que a maioria (80%) dos participantes apresenta variadas formas de expressar suas preocupações relacionadas à aposentadoria, e suas falas expressam esses sentimentos: preocupação, medo, ansiedade, angústia e depressão. Apontam as doenças como possível causa do vazio que a saída do trabalho pode ocasionar. Também apresentam muitas incertezas com relação a aposentar-se ou não. (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P8, P9).

Nesse caso, a expressão “preocupação” está relacionada ao fato de não terem se planejado para a vida pós-trabalho (P2) e às mudanças advindas de leis que poderiam mudar as regras da aposentadoria e comprometer os direitos já conquistados (P8). A expressão “doença” está relacionada à falta de planejamento, ao tempo livre e convívio com familiares (P4). Somente um participante sinaliza preocupação com a aposentadoria desde o início de sua vida laboral (P6). As expressões “medo” e “depressão”, nesse caso, revelam ausência da construção do capital familiar e de maior convívio social fora do ambiente de trabalho (P3). Do total de participantes, apenas dois entrevistados apontaram

que não têm preocupações com a aposentadoria (P5 e P10). Em suas falas, percebemos que os sentimentos são confusos e conflitantes, a maioria é de negação com a chegada da aposentadoria e pelo fato de estar envelhecendo (Quadro 2).

Em que momento a aposentadoria foi uma “preocupação” para você?	
P1: “Não, não foi, não teve um momento preocupante, porque tá sendo, tá acontecendo esse momento.”	P6: “Ao longo da minha vida, exatamente!”
P2: “Foi no momento em que eu atingi as condições necessárias, aí eu me preocupei. Que, até então, eu queria chegar lá, quando eu cheguei, ai ai ai.”	P7: “Em nenhum momento, ainda não, ainda não.”
P3: “Há, alguns anos atrás foi, <u>que eu tinha muito medo, porque eu tinha medo de me aposentar e ficar com depressão.</u> Eu tinha um medo danado, agora eu não tenho mais.”	P8: “ <u>Eu tinha alguma preocupação antes de eu adquirir o direito,</u> depois que eu adquiri, eu já não tive mais essa preocupação, eu tô tranquilo, hoje eu até digo assim, a hora que eu me aposentar, o que eu vou inventar? Essa é a minha preocupação hoje.”
P4: “Nunca foi não, na verdade, assim, a minha preocupação era em não querer me aposentar, porque eu sabia que, se eu ficasse em casa sem fazer alguma coisa, eu não ia conseguir, eu ia ficar <u>doente, ia ter problemas.</u> E ainda penso assim dessa forma. Atividade sempre.”	P9: “A, pois é, aí, a aposentadoria ainda não tá sendo uma preocupação pra mim.”
P5: “Ah, não pra mim, porque pra mim nunca foi, entendesse?”	P10: “Não, nunca tive essa preocupação.”

Quadro 2 – A aposentadoria como uma preocupação para os participantes

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

Evidenciamos em suas falas a falta de preparo para a chegada da aposentadoria, seja de planejamento financeiro, psicológico ou social, razão pela qual é fundamental promover, junto aos trabalhadores que se encontram nessa fase de suas vidas, amplo debate sobre as mudanças que podem ocorrer quando chegar o momento de efetivarem a aposentadoria, especialmente para que possam avaliar qual o impacto sobre a sua renda, incluindo a extensão da vida ativa e pós-trabalho, devido aos grandes desafios a serem enfrentados por sua responsabilidade com a aposentadoria, considerando-se que ela, nesse momento, passa a ser singular.

Na análise das falas dos participantes, quando perguntados quais são os sentimentos de ansiedade e medo nesse período que antecede à sua aposentadoria, 80% dos participantes (P2, P3, P5, P6, P8, P7, P9, P10) afirmam não terem medo da chegada da aposentadoria: “[...] *gosto de andar, eu gosto de passear, gosto de vadiar, então eu não tenho medo não* [...]” (P5). Entretanto, alguns participantes demonstram preocupação com o tempo livre: “[...] *será que eu estou preparada mesmo* [...], *não vou sentir falta do*

trabalho? [...] *E o que eu faço com o tempo livre [...]* (P3). Há também sentimento de dúvidas, sensação de vazio: “[...] *de repente criar um vazio muito grande na vida da gente [...]*” (P8). Entre eles, 10% apresentam sentimento de angústia e de perda da identidade profissional (P1), e outros 10%, ansiedade, medo de parar de trabalhar (P4). Um deles afirma já ter outra atividade remunerada (P7) (Quadro 3).

Quais são os sentimentos (ansiedade, medo) nesse período que antecede à sua aposentadoria?	
P1: “É justamente, é.. não sei! É mais um sentimento de uma angústia, da perda profissional. Esse é o medo, né? O meu medo é assim, no sentido... tá, daí? Como é que tu vai ficar depois?”	P6: “Eu diria que medo eu nunca tive, assim propriamente dito, eu tive dúvidas. É tipo: como é que eu vou me comportar lá fora, após a aposentadoria, o que está me esperando lá fora, mais depois de todo aquele seminário ali, isso também meio que deu uma quebrada né, melhorou muito, então hoje eu tou mais pé no chão, iria.”
P2: “Agora, não tem mais. Só, agora eu quero que ela chegue, eu quero, já tenho programado até final do ano tudo para eu curtir um pouco a vida. Agora eu quero me encontrar comigo mesmo, e viver mais a minha vida. Se for diferente, eu vou ver depois, mais não tenho mais essa preocupação.”	P7: “Sinceramente nenhum, nenhum ainda, que eu acho que eu não. Também, como eu tenho uma atividade realmente, né, paralela, digamos hoje, então se eu me aposentar eu vou continuar tendo tanto trabalho lá fora quanto aqui, então só muda o endereço digamos.”
P3: “Será que eu vou ocupar o meu tempo integral com atividades, pra não sentir falta do trabalho? Eu me preocupo.”	P8: “É o medo, é, sei lá, é de repente criar um vazio muito grande na vida da gente né.”
P4: “Eu tenho medo de parar... tenho medo de parar. Dá ansiedade, sim, se eu ficar sem esses meus trabalhos eu não sei se eu vou conseguir ter uma cabeça, como é que é? Despreocupada. Acho que vai ser mais preocupado com os problemas de saúde.”	P9: “Eu, como eu não penso, entendesse? Não tenho aquela preocupação, a minha preocupação é, eu, por exemplo: é chegar e não fazer nada.”
P5: “Ah, eu entendesse?”	P10: “Não, não tenho medo nenhum.”

Quadro 3 – Sentimentos dos participantes no período que antecede a aposentadoria

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

O afastamento do trabalho ocasiona também mudança de identidade. É preciso dizer que a identidade do indivíduo é construída pelos relacionamentos que ele mantém no meio onde vive, nas relações interpessoais durante a jornada de trabalho e nos relacionamentos que constrói com a sociedade em geral.

Em relação às expectativas com a chegada da aposentadoria e não ter mais a obrigatoriedade de cumprir atividades de trabalho com regularidade, as análises sugerem que a maioria (70%) dos participantes considera ser muito bom não ter mais atividades regulares. Todavia, as expectativas referem-se ao fato da necessidade de encontrar novas atividades para preencher as lacunas deixadas por conta de não exercerem mais atividades laborativas com compromisso de horários. E expressam esse sentimento: “[...] *é necessário*

criar uma nova expectativa de vida, arrumar outra tarefa, ou função para preencher a lacuna...” (P6). Apenas dois dos participantes, em suas falas, expressam que não será bom, pois não estão preparados para esse momento: um deles argumenta que se sentirá estressado, caso não tenha atividades regulares e horários para cumprir (P4 e P8). Um dos participantes, em seu depoimento, afirma que sua preocupação é com o preenchimento do tempo livre e diz que pretende continuar trabalhando: “[...] *não gostaria de aposentar-me* [...]” (P8). Outro participante demonstra sentimentos confusos com relação à sensação de liberdade, não sabe bem o que fazer com o tempo livre quando esse momento chegar (P9) (Quadro 4).

Quais são suas expectativas com a chegada da aposentadoria e não ter mais a obrigatoriedade de cumprir atividades de trabalho com regularidade?	
P1: “Essa regularidade, na verdade, para mim, no final de carreira de trabalho, é muito, <u>muito bom</u> de saber que não precisa mais. É por isso que não vou mais atrás de um trabalho em que eu tenha que ter o compromisso de vir, de cumprir o horário.”	P6: “É, por um outro lado, é... eu não vou dizer que será ruim, mais também é eu vou ter que começar a criar uma <u>outra expectativa de vida, arrumar uma outra tarefa, uma outra função</u> pra que, pelo menos no princípio, eu preencha essa <u>lacuna</u> que isso vai ser, se eu não fizer isso, isso vai ficar um vazio.”
P2: “Era um dos medos que eu tinha. É, tinha medo daquilo também, de ficar de repente perdida no mundo, sem saber o que fazer naquele horário, sem saber para onde ir, sem saber... Mais hoje, eu não tenho não, <u>acho que vai ser bom.</u> ”	P7: “É eu acho que isso aí, realmente vai ser um período de adaptação, entendeu? Como eu acho que eu tenho muita atividade lá né, eu acredito que rapidamente eu vou me adaptar. Se eu não tivesse daí, era algo a pensar diferente.”
P3: “Ah, eu <u>vou gostar</u> , vou!”	P8: “É exato é, é como preencher o tempo. Essa é uma preocupação minha, no sentido de assim de arrumar algo profissional para fazer.”
P4: “Compromisso de horário, sim, sim! Isso é preocupante, é por isso que eu digo, eu não me vejo em casa parado sem trabalho. Sim, se eu parar, eu vou ficar doente, eu tenho certeza disso, porque eu, nas férias, eu já fico estressado.”	P9: “Então, eu vou dizer, eu não me preparei, não tô com aquela cabeça ainda que eu digo: tô aposentado, eu vou sentar no sofá, não! A gente tem um horário, vai ter o horário. Quem disse que não tem o horário? Tem que ter o horário para remédio, principalmente o remédio.”
P5: “É, um espetáculo não cumprir horário, é igual a prisão, tu vai preso, fazer o quê? Pô, é mesmo que ser solto e ter que ir lá né. Fazer o quê?”	P10: “Eu vou sentir um pouco, eu vou sentir falta. Vou sentir, depois até do próprio pessoal. Sim, essa amizade que a gente tem aqui, daí eu vou me aposentar? Só vai ficar eu e a mulher conversando?”

Quadro 4 – Expectativas dos participantes com a proximidade da aposentadoria

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

Percebe-se, então, diversos fatores que podem influenciar as expectativas de vida dos trabalhadores com a aproximação da aposentadoria. Compartilhamos o entendimento de Parizotto e Satori (2015), quando dizem que a aposentadoria pode ser compreendida por três momentos. O primeiro seria que aposentar-se representa um período de “ganhos e perdas”. Para as autoras, os maiores riscos de perdas seriam quando a aposentadoria

não é planejada. O segundo momento é que, apesar das perdas, a aposentadoria também pode ser vivenciada como uma fase de expectativas de melhor “qualidade de vida para os aposentados”. O terceiro e último diz respeito ao período de transição para a vida pós-trabalho, que, na ausência de preparação para a aposentadoria, por vezes “[...] pode resultar em sentimentos de inutilidade, insegurança, instabilidade econômica, doença e velhice” (PARIZOTTO; SARTORI, 2015, p. 28).

Em relação à convivência familiar após a aposentadoria, os dados sugerem que a maioria (80%) dos participantes aponta ter construído um bom capital familiar, pois expressam a vontade de passear com seus cônjuges ou outros familiares, acreditam que terão algumas dificuldades, porém esperam vencê-las (Quadro 5). As falas da maioria dos participantes expressam esse pensamento:

[...] a vida familiar após a aposentadoria? [...] convivência [...] saudável [...], excelente..., significa mais tempo livre para a família [...], também significa aprender a conviver com a família..., acredito que será tranquila [...], porém um aprendizado [...] (P1, P2, P3, P6, P7, P8, P9, P10).

Somente um participante apontou grande preocupação com esse momento ao verbalizar que precisará viajar muito para poder sobreviver a essa fase. Demonstra ansiedade, tendo em vista que a saída do mundo do trabalho e a possível ruptura das amizades ali construídas farão com que ele tenha dificuldades em construir novas amizades, devido à sua idade (P4). Um dos participantes (P5) associa a aposentadoria à finitude da vida.

A expressão “*aprender a conviver com a família*”, citada nas entrevistas, pode significar que, na atual rotina, essa preocupação ou o cultivo dessas relações familiares não sejam tão necessários. No futuro, quando aposentados, sentirão mais fortemente essa necessidade, razão pela qual o participante verbaliza que isso lhe trará dificuldades no dia a dia (P4). Como bem nos assegura Soares e Costa (2011):

Aposentar-se é acomodar-se? 'Acomodar-se é muito triste e temos que preparar a família para a aposentadoria'. 'É preciso ir à luta e tomar cuidado para que a família não vá por água abaixo'. 'Importante preparar-se para o retorno para casa, com a aposentadoria, deve ser uma adequação dos dois (casal), pois com o tempo livre do trabalho, o aposentado vai estar disponível para a família, e ambos terão que se adaptar e ceder. A mulher se sente 'dona' do lar.' (SOARES; COSTA, 2011, p. 199).

Quando ocorrem mudanças nos papéis na vida das pessoas, a família é a base, é o suporte do indivíduo. Cabe ressaltar que a saída do mundo do trabalho exige efetiva reorganização familiar. Além disso, conforme Zanelli, Silva e Soares (2010), é preciso “exercitar o ócio criativo” nas relações de trabalho com vistas à vida de aposentado(a), como também é importante considerar as suas atuais expectativas e necessidades particulares. Assim

1.[...] É preciso destacar que o fato de o aposentado encerrar formalmente sua vida laborativa em determinada organização por meio de um emprego, em geral remunerado, não significa o término total e definitivo de suas ações laborativas. Esforços físicos e psíquicos que visam transformar e mediar as relações entre os seres humanos, e destes com os contextos socioculturais onde habitam, independente de vínculos e níveis existenciais, permanecem ao longo da vida. 2. Valorização e enriquecimento de tempo livre, decorrente de alta disponibilidade financeira para alguns e redução de tempo demandado de trabalho para muitos. Nesta etapa da vida, o tempo livre amplia-se significativamente, para que, de modo afetivo, o aposentado possa realizar o que de fato deseja. Seja por meio do aumento da sua disponibilidade financeira ou pela redução drástica do tempo que até então dedicava largamente ao emprego formal. 3. Distribuição intencional do tempo entre atividades laborativas, saber considerados significativos para ele. A condição de estar aposentado pressupõe, em princípio, a possibilidade de exercitar de modo consciente, o livre arbítrio, de modo a compartilhar atividades laborativas, momentos de aprendizado e de diversão, para que as pessoas, que de fato importam porque acrescentam, possam estabelecer com o aposentado uma convivência profícua e harmoniosa. 4. Valorização das necessidades fundamentais das pessoas, tais como o domínio pessoal, o convívio saudável, a amizade verdadeira, o amor sincero, a autorrealização e as atividades lúdicas. A aposentadoria, em decorrência das múltiplas características elencadas acima, é um momento propício para realizar mudanças pessoais profundas, que possam focar atenção efetiva para tudo aquilo que de fato importa ou é relevante. É um momento oportuno para resgatar aspectos simples e importantes da vida, mas que fazem diferença significativa para a busca da felicidade humana. (ZANELLI, SILVA; SOARES, p. 36-37).

Por outro lado, ao se aposentar, é chegado o momento de reconhecer a proximidade da velhice. Além disso, com o advento da aposentadoria, percebe-se também que há uma diminuição na renda. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao pensar em aposentar-se, o trabalhador necessita de reorganização do seu tempo para preencher as lacunas existentes na vida pós-trabalho, considerando que nesse momento a pessoa passa a conviver mais tempo com a sua família.

Como imagina a sua vida familiar depois da aposentadoria?	
P1: “Então, eu acho que eu vou, nisso é muito saudável, porque eu vou ter mais tempo para ficar com a família, né?”	P6: “É, para mim, talvez eu esteja enganado, mas acho que vai ser tranquilo, eu acredito! Talvez eu esteja, como é que é? A minha visão panorâmica, esteja distorcida né?”
P2: “É, eu acho que <u>vai ser ótima!</u> ”	P7: “Acho que tudo na vida é um aprendizado. Então você hoje não fica 24 horas com a família. Aposentado, se você ficar em casa, tu vai ficar 24horas com os familiares. Será que eu vou me estressar? Acho que não, né?”

<p>P3: “Ah, eu tenho uma <u>excelente convivência em família, eu sempre tive.</u></p>	<p>P8: “É, passear mais, visitar amigos e tal. Tranquila, tranquila, claro que talvez, em função dos filhos trabalharem, bom isso já é hoje, pois hoje eles trabalham, estão todos casados e a grande convivência na verdade já aconteceu enquanto os filhos moravam com a gente.”</p>
<p>P4: “<u>Meu Deus do céu!</u> Se eu tiver realmente que me aposentar, eu vou ter que pensar em viajar, em fazer outras atividades para ocupar o meu tempo. Amigos é difícil de fazer nessa idade. Olha, eu tenho que pensar muito sobre isso, pois não sei se estou preparado para isso. Não vai ser fácil!”</p>	<p>P9: “Não, vai ser tranquilo! Às vezes eu digo: tem gente que tem horário sobrando e não faz nada. [...] não, não vou querer virar aquela pessoa que olham para você e dizem: já que você está aposentado... (e aí ficam pedindo tarefas). Já até comentei com as minhas filhas: olha essa história de “já que se tá aposentado... não!”</p>
<p>P5: “É, vai ser uma parada normal, porque eu tenho uma coisa, aí vai ficar trabalhando junto. Se não <u>falecer, não morrer.</u>”</p>	<p>P10: “Não, vai ser boa. Não, vai dar uma mudada. Vai ser bom para nós dois passear, né? Aí não tem como, não, não vou porque eu tô trabalhando. Agora, quantas vezes, não, mais aí não dá, tô trabalhando, como é que eu vou?”</p>

Quadro 5 – Idealizações da vida familiar na aposentadoria

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

Quando perguntados sobre o que significa aposentadoria e/ou aposentar-se, apenas um dos participantes relatou ver a aposentadoria como um “prêmio”, um bom momento seguido de mudanças no cotidiano (P1). Outro participante aponta que aposentar-se significa “[...] *desperdício de conhecimento [...], pois, apesar da idade, sente-se apto para o trabalho [...] é complicado [...]*” (P4). Conforme Souza, Matias e Bretas (2010, p. 2.842): “[...] É nesse ambiente de trabalho que os indivíduos podem desenvolver funções que, mesmo sendo rotineiras, têm reconhecimento social”.

Como bem nos assegura Zanelli (1996, p. 46), “A nova etapa da vida, que implica na redefinição de novos papéis sociais, geralmente é acompanhada de estereótipos que vinculam a aposentadoria ao obsoletismo, empecilho, velhice e morte”. Apenas um participante aponta que “[...] aposentadoria [...] significa rompimento [...] coisa que acaba [...]” (P7).

As falas da maioria dos participantes (70%) sinalizam que aposentar-se, para eles, é deixar o trabalho, porém permanecer ativos para a vida. Algumas falas dos participantes ilustram esse pensamento:

Aposentar-se significa novas oportunidades [...] evoluir [...] é não parar no tempo [...] é ser ativo [...] acredita que não perderá a sua identidade por estar aposentado [...] (P2 e P3).

Aposentadoria [...] é parar de trabalhar [...] é usufruir de toda uma vida dedica ao trabalho [...] é retorno [...] é viver sem compromisso de horário [...] é ser livre [...] é ter a garantia do salário na conta [...] (P3, P5, P6, P8, P9, P10).

A transição para a aposentadoria é vivida de acordo com as suas experiências, pois apresentam-se com características únicas e particulares. Entretanto, para alguns, os

sentimentos são ambíguos, pois, ao mesmo tempo em que expressam gostar da liberdade que a aposentadoria poderá trazer para suas vidas, preocupam-se com a perda da identidade profissional e o fato de não ter a quem deixar o seu legado.

A identidade de cada um solidifica-se quando corroborada por outras pessoas que configuram objetivos similares. Criam-se vínculos, desenvolvem-se afetos. [...] Quanto mais estreita as relações e maior satisfação pelo convívio com o grupo, somadas aos laços com o trabalho em si e aos projetos que se tenha, mais dificuldades pode-se ter no rompimento. É o que se vê acontecer tanto no desemprego como na aposentadoria (ZANELLI, 1996, p. 25).

A chegada da aposentadoria interfere na vida do indivíduo tanto em nível pessoal quanto social. Para além dessas questões, é importante que o trabalhador tenha clareza sobre esse assunto e esteja preparado para quando esse momento chegar para que possa desfrutar de sua aposentadoria como um prêmio pelos anos trabalhados com tranquilidade.

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (PPA) NAS EMPRESAS

Nos últimos tempos, as empresas vêm dando real importância para a implementação de programas de preparação para a aposentadoria, junto aos funcionários, haja vista a necessidade vigente da atual conjuntura do mercado de trabalho frente aos novos tempos. Já quanto aos aposentados, é necessário planejamento de vida para após a aposentadoria, a qual exige alguns pré-requisitos, como: a reorganização do tempo, a busca por novas experiências na vida familiar, na alimentação, no lazer, o interesse por uma atividade sócio-comunitária, pela convivência em grupos de idosos nos bairros, a fim de evitar a angústia ou a solidão.

Nesse cenário, é necessário refletir a respeito da importância de um programa efetivo de preparação para a aposentadoria e que acompanhe o servidor durante sua carreira na Organização, para abrir outras perspectivas além do trabalho e, conseqüentemente, preparar essas pessoas para o desligamento. A análise do sentido e significado do trabalho para o indivíduo se apresentou como importante indicador para a abordagem trabalho *versus* aposentadoria. (BREZZAN, 2012, p. 246).

Os funcionários, ao serem beneficiados por um programa de preparação para a aposentadoria, percebem a preocupação e o respeito que a empresa tem por eles, proporcionando, assim, relações interpessoais de trabalho favoráveis. Dessa forma, os PPAs, além de contribuírem para a efetivação de compromissos sociais das empresas, são também ferramentas de gestão. Assim, “Programa de Preparação para Aposentadoria parte do pressuposto de que o aposentando é um idoso, e preocupa-se basicamente em reintroduzi-lo no mercado de trabalho. No Brasil, este último aspecto encontra-se um terreno fértil dada às más condições da maioria dos aposentados.” (MUNIZ, 1997, p. 200).

Concordamos com Soares e Costa (2011, p. 115) quando dizem: “Devemos ter claro: deixar o mundo do trabalho não é tarefa fácil e a resistência pode ser uma tarefa da pessoa por assumir que chegou a hora! O importante é ir sensibilizando as pessoas [...]”.

Nesse contexto, estudos têm apontado um aumento das expectativas de vida na contemporaneidade. A aposentadoria passa a ter um novo sentido e significado na vida das pessoas, trazendo dessa forma consequências positivas ou negativas, para tanto, dependerá de como cada um se vê diante desse processo.

A saída do mundo do trabalho na aposentadoria traz diversas implicações para os sujeitos e aponta a responsabilidade social do governo e das organizações de trabalho, no sentido de apontar a preparação dos servidores para esse desligamento não se torne experiências negativas para eles, visto que o trabalho e a aposentadoria podem apresentar sentidos e significados diferentes para os envolvidos. (BREISSAN *et al.* 2012, p. 245).

Todos os participantes consideram que o curso (**workshop**) foi importante e esclarecedor para mudar suas formas de compreender essa etapa: “*Já foi pior — após o curso abriu a cabeça de uma forma fantástica. Então, a gente consegue degustar melhor essa situação [...]*” (P6).

Para nós, os programas de preparação para a aposentadoria (PPAs), oferecidos nas empresas e/ou instituições públicas e privadas, podem trazer ganhos imediatos no curto prazo, na melhoria da imagem dessas empresas diante dos seus trabalhadores, da comunidade e, conseqüentemente, melhorando o clima organizacional, proporcionando segurança e bem-estar aos seus trabalhadores. Entretanto, esses programas de educação precisam começar muito antes da chegada da aposentadoria e contar com a participação não só dos pré-aposentados, mas também dos já aposentados, bem como dos trabalhadores mais jovens, buscando a integração permanente de desenvolvimento do ser humano e da melhoria da qualidade de vida de todos.

Em relação a esse processo de preparação, a maioria dos participantes (60%) não fez planejamento, sobretudo financeiro, pensando na aposentaria. Nas falas dos participantes, buscamos apontar e compreender aspectos situados principalmente em seus modos de vida (Quadro 6).

Poderia detalhar mais sobre o tempo e organização (planejamento) que teve em relação à sua vida pós-trabalho (aposentadoria)?	
P1: “O meu planejamento é sempre guardar um pouco de dinheiro. Tenho o meu salário, que é o que me dá a condição mensal de ter alguma reserva, como junto tenho o meu plano de saúde.”	P6: “É que a gente foi educado para trabalhar, para continuar... A empresa, o órgão, deve investir no seu bem maior, que é o material humano, de todas as formas. Em educação, que seria grau de escolaridade e saúde. É fundamental!”
P2: “Não saí do trabalho, ainda estou no trabalho. Não fiz esse planejamento. Não, eu tenho uma ideia assim, é. Porque eu não posso planejar, porque eu acho que a vida não é bem assim.”	P7: “Muito pouco, digamos. Porque eu não sou uma pessoa assim de pensar muito no futuro.”
P3: “É, pelo menos eu tentei administrar um pouquinho melhor o meu dinheiro, foi gratificante e prazeroso.”	P8: “Planejamento que eu tive? Na verdade, eu não planejei muito não.”
P4: “Não me organizei, não! Não me organizei, porque nunca pensei em parar e não parei na verdade. É por aí.”	P9: “Não, ainda não tá havendo.”
P5: “Não teve.”	P10: “Não! Ainda tá acontecendo... o único planejamento para a hora que eu me aposentar é viajar.”

Quadro 6 – Formas de planejamento dos participantes para a aposentadoria

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2017).

O discurso dos participantes apresenta características de interdiscurso, por conversar com um conjunto alargado de outras falas dos sujeitos da pesquisa. Deles, 10%, ao relatarem o fato de não ter planejamento para a aposentadoria, afirma ser inerente à sua cultura, pois aponta ter sido preparado para o trabalho. Um dos participantes, em sua fala, acrescenta que a instituição deveria investir em seu bem maior, que é o material humano, e relata dificuldades ao pensar na vida futura sem o seu trabalho (P6). Do total, 30% dos participantes apontam que estão se preparando financeiramente, ainda que, no momento, o valor guardado por eles seja considerado muito pouco, pois os seus salários não permitem guardar mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria, para muitos, ainda é um assunto muito difícil e conseqüentemente incerto quando avaliadas questões como: idade para solicitar a aposentadoria, situação financeira e apego ao trabalho e às amizades ali construídas; porém, o que fica evidente, na maioria dos trabalhadores, é a ausência de planejamento para a vida futura.

Em relação às expectativas dos participantes que se encontram em processo de transição para a aposentadoria, a discussão sobre as mudanças nos papéis identitários apontou a força do olhar estigmatizado associado à aposentadoria.

Ao serem questionados sobre os possíveis sinais de envelhecimento, a maioria dos

entrevistados (90%) identificou apenas alterações de ordem física. Além disso, a partir da análise, identificamos também que os desafios na vida laborativa dos participantes estiveram relacionados ao cumprimento de horários, metas e responsabilidades, por mais estressantes que tivessem sido ou que pudessem parecer, sendo o dia a dia fortalecido pelas relações de trabalho.

Em relação ao significado de “envelhecer”, no entendimento dos entrevistados, trata-se de algo complexo e está diretamente ligado ao modo particular de vida de cada um, desde a infância até a idade adulta, trazendo muitas incertezas quanto ao envelhecimento e à chegada da velhice. Para eles, a velhice significa um período para adquirir novos conhecimentos e desfrutar dos prazeres da vida, todavia os dados sugerem que há preocupação com as limitações que acontecem no corpo e com os sinais de envelhecimento, bem como com a finitude da vida e a proximidade da morte.

Quando questionados sobre o significado do trabalho, todos os participantes expressaram sua importância e centralidade em suas vidas, tanto em relação a questões subjetivas quanto objetivas, relativas à sobrevivência, como se o trabalho fosse a vida e a vida fosse o trabalho.

Quanto à perspectiva do que seria uma vida ideal pós-trabalho, 50% dos participantes apontam, em primeiro lugar, a questão da saúde; 10% dizem que, se tiverem dinheiro para viajar, já está bom; 40% afirmam que o fator financeiro deve acompanhar a saúde, pois consideram ser este um requisito indispensável para uma vida ideal na aposentadoria. Eles afirmam que não adianta ter saúde sem dinheiro, visto que, nesse caso, não poderão desfrutar da conquista da aposentadoria e dos prazeres que o tempo livre poderá lhes oferecer.

Quando questionados sobre o que pensam nos momentos que antecedem a sua aposentadoria, emergiram pensamentos positivos e negativos: sentimento de frustração em relação à saída do mundo do trabalho e dificuldades em realizar outros projetos de vida após a aposentadoria, que é vista por alguns como uma desorganização temporal em suas vidas e também no dia a dia.

Na pesquisa documental (marcos normativos e regulatórios), adotada como contraponto da análise que foi desenvolvida, concluímos que esses documentos constituem um avanço em relação à questão da velhice em nossa sociedade, pois oferecem algumas garantias e proteção às pessoas idosas, buscando promover a qualidade de vida para essa população.

Ao analisarmos os depoimentos dos participantes, procuramos considerar o ponto de vista particular e social de cada indivíduo, por meio dos significados de suas falas e as suas experiências. Observamos que esse período de transição é um momento que provoca reações diversas, que vão desde a sensação de liberdade e início de uma nova fase até sentimentos de vazio e supressão do fim das atividades, pois, para viver a aposentadoria em sua plenitude, faz-se necessário planejamento, considerando que esse momento na

vida do trabalhador passa a ser singular.

Sem dúvida, para que ocorram mudanças nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, é necessário engajamento entre as partes (governo/órgão/empregados). Contudo, é importante e necessária a existência de programas e/ou projetos que ajudem os trabalhadores a se preparar para esse período da vida — a aposentadoria a vida pós-trabalho —, deixando-os informados com relação aos benefícios, eventuais prejuízos e impactos que porventura possam vir a sofrer, caso não tenham se planejado ou organizado financeiramente para quando esse momento chegar.

Diante disso, o profissional do Serviço Social precisa se capacitar constantemente, para se engajar ainda mais na sua prática profissional. Precisa também estudar e planejar propostas de programas de preparação, para, então, depois de muita dedicação, colocá-las em prática, a fim de atender às reais necessidades dos trabalhadores aptos a se aposentar. Todavia, esse trabalho intensivo precisa ser executado com uma certa antecedência à aposentaria, evitando, assim, diversos sentimentos de recusa e a permanência dessas pessoas no órgão. Entendemos que a preparação desses trabalhadores e aceitação à saída de seus postos de atuação laboral dará espaço para novas contratações. Além disso, a aposentadoria lhes confere, enfim, a oportunidade de idealizarem novos projetos e obterem mais tempo livre para si, podendo fazer algo de que gostariam, fazer coisas novas para as quais não tinham tempo. Por fim, a preparação para a aposentadoria deve acontecer com antecedência mínima de dois anos, a fim de proporcionar a construção de uma nova linha de vida, mais feliz.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Líria Núbia *et al.* Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Rev. esc. enferm., USP**, v. 43, n. 4, p. 796-802, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ALVEZ VIEIRA PARIZOTTO, A. P.; SOSTER SARTORI, M. I. Aposentadoria e permanência no trabalho. **Pesquisa em Psicologia - Anais eletrônicos**. 2015. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/8619. Acesso em: 30 de jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 28 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Ministro de Estado da Saúde, 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: Ministro de Estado da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRESSAN, Maria Alice Lopes Coelho *et al.* Trabalho *versus* aposentadoria: desvendando sentidos e significados. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 226-250, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3648>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Gomes; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DUARTE, Camila Vianna; MELO-SILVA, Lucy Leal. Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, SP, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v10n1/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FERNANDES, Odete. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: LAVORATTI, Cleide. DORIVAL, Costa. **Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 13-26.

FÔLHA, Fenando Antônio Silva; NOVO, Luciana Florentino. Aposentadoria: significações e dificuldades no período de transição a essa nova etapa da vida. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. 11. CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU. 2., 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2013. p. 1-13. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/26133/5.27.pdf?sequence=1&i>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FONTOURA, Daniele Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. O Desafio de Aposentar-se no mundo Contemporâneo. The Challenge of Retiring in the Contemporary World. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 53-79, 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45774>. Acesso em: 4 ago. 2020. set. 2017.

GOMES, Adriana. **Mudança de carreira e transformação da identidade**. São Paulo: Lctc, 2008. 126p.

GUGEL, Maria Aparecida. O direito ao trabalho, a preparação e a conquista da aposentadoria. *In* ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/161006_livro_politica_nacional_idosos_capitulo8.pdf. Acesso em: 5 ago 2020.

KILIMNIK, Zelia Miranda *et al.* O significado do trabalho: um estudo com professores de administração em uma universidade. **Revista Lugares de Educação**, Bananeira, PB, v. 5, n. 11, p. 3-27, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17910/13357>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.** v. 19, n. especial, p. 47-56, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea08.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MUNIZ, José Artur. Programa de Preparação para o Amanhã (PPA). **Estud. Psicol.**, v. 2, n. 1, p. 198-204, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a12v2n1.pdf> . Acesso em: 28 jul. 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Suíça: OMS, 2015. 30 p. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

PADILHA, Miriam Damasceno. **O Compromisso Profissional Expresso na Relação Assistente Social/Cliente**. Recife, Ed. Universitária, 1988.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.023, de janeiro de 2008**. Aprova o Regimento Interno do Departamento Estadual de Infra-Estrutura – DEINFRA e estabelece outras providências. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2008/001023-005-0-2008-004.htm#:~:text=DEC%2D001023,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso: 20 jul. 2020.

SOARES, Dulce Helena Pereira; COSTA, Aline Bogoni. **Aposenta-Ação: aposentadoria para ação**. São Paulo: Vetor, 2011. 262 p.

SOUZA, Rosângela Ferreira de; MATIAS, Hernani Aparecido; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciênc. Saúde Coletiva**, 2010, v. 15, n. 6, p. 2835-2843. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000600021>. Acesso em: 30 jul. 2020.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 548-54, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v43n3/224.pdf?> Acesso em: 28 jul. 2020.

VITORINO, Jozadake Petry Fausto. **Envelhecimento, trabalho e aposentadoria: expectativas e planejamento para a vida pós-trabalho**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Programa de Graduação de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZANELLI, José Carlos. **Programa de Preparação para Aposentadoria**. Florianópolis: Insular, 1996. 112 p.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. Significados da aposentadoria. In: ZANELLI, José Carlos. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021